

EVA LENITA SCHELIGA

**“E ME VISITASTES QUANDO ESTIVE PRESO”:
SOBRE A CONVERSÃO RELIGIOSA EM UNIDADES PENAIS
DE SEGURANÇA MÁXIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Schmidt Dickie

Florianópolis

2000

EVA LENITA SCHELIGA

**“E ME VISITASTES QUANDO ESTIVE PRESO”:
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A CONVERSÃO RELIGIOSA EM
UNIDADES PENAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Schmidt Dickie

Florianópolis

2000

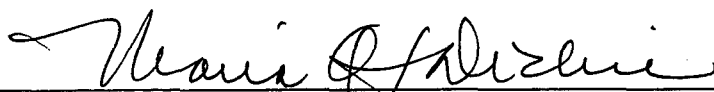
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“E ME VISITASTES QUANDO ESTIVE PRESO: SOBRE A
CONVERSÃO RELIGIOSA EM UNIDADES PENAIS DE
SEGURANÇA MÁXIMA”**

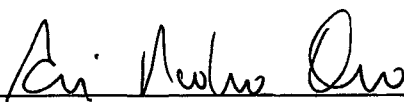
EVA LENITA SCHELIGA

Orientadora: Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie

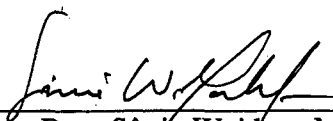
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC-Orientadora)



Dr. Ari Pedro Oro (UFRGS)



Dra. Sônia Weidner Maluf (UFSC)

Florianópolis, 19 de junho de 2000.

“Pode um antropólogo, vivendo em cidades tomadas pelo medo de uma criminalidade violenta que afeta a todos, mas particularmente ao segmento social ao qual pertence, estudar aqueles que são a razão do medo? Como chegar até eles, como fazê-los falar sobre suas vidas tão secretas porque tão condenadas socialmente e tão reprimidas institucionalmente? Como interpretar o que dizem, evitando as mentiras e trapaças colocadas às pessoas consideradas de fora?” (ZALUAR, 1994b : 202)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a minha família por ter viabilizado a minha participação nas atividades do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). Especialmente Luiza Scheliga, que não mediu esforços para que o trabalho apresentado fosse possível de ser realizado; Adelina, Artur, Leocádia e Liliani Tiepolo, pelo apoio e, especialmente, pelo carinho.

Aos colegas do PPGAS/UFSC, especialmente Alinne de Lima Bonetti e Raquel Wiggers (e sua família), cuja amizade e companheirismo foram fundamentais para minha trajetória nesta instituição e principalmente para o meu crescimento pessoal e intelectual. A generosa acolhida, o intenso convívio e as estimulantes discussões minimizaram as dificuldades que se apresentaram ao longo da execução deste Mestrado e tornaram meu aprendizado menos solitário.

Da mesma forma, preciso registrar minha gratidão a três amigas muito especiais: Marcia Ribeiro, com quem pude dividir as primeiras “descobertas” na Antropologia; Maria Helena F. J. Palalane Ribeiro e Regiane Atisano (e suas famílias), com quem nestes últimos anos tive a oportunidade de compartilhar muitas dúvidas e alegrias.

Meu obrigado a Estanisléia Gasparotto e Núria Palomero Machado, por terem tomado meus primeiros dias em Florianópolis menos tristes. A Andrea Sebben, Carlos Serbena e Maria Fabiane Rodrigues, por terem me ensinado a reconhecer beleza nas pequenas coisas. Nosso convívio foi fundamental para que eu pudesse superar alguns limites. Ao Carlos devo também agradecer a inestimável paciência com que me auxiliou na tabulação de dados. A Antônio Pimentel Pontes Filho e Luciano Campelo Bornholdt, por terem sido interlocutores atentos e bons amigos. A Alejandro Márquez Herney, que apesar da distância, ofereceu carinho e força para resistir ao desânimo. E também a Danielle Silveira, Isabel Couto, Luciana Paula da Silva, Raquel Mombelli, Vanessa A. de Souza e aos alunos da disciplina Tendências Atuais da Antropologia (segundo semestre de 1998), com quem muito aprendi ao realizar meu Estágio de Docência.

Andréa de Oliveira Castro, Angela D.D. Ferreira, Mármio Teixeira-Pinto e demais professores dos Departamentos de Ciências Sociais e Antropologia da Universidade Federal do Paraná muito contribuíram para minha formação acadêmica na graduação e suas sugestões e incentivos foram fundamentais para meu ingresso no PPGAS/UFSC. Gostaria de agradecer especialmente ao Prof. Pedro R. Bodê de Moraes, não apenas por ter legitimado, através do GEV – Grupo de Estudos da Violência (DECISO/UFPR), a minha inserção no DEPEN como pesquisadora, mas principalmente pelas inúmeras conversas que pudemos ter ao longo destes anos de convívio estimulante e fraterno.

Agradeço também a dedicação dos professores e funcionários do PPGAS/UFSC. Especialmente, gostaria de deixar registrada a minha admiração por Esther Jean Langdon, Rafael J. Menezes Bastos e Miriam Pillar Grossi, pela maneira decisiva com que me influenciaram; Oscar Calávia Saez e Sônia Maluf, pelas críticas e sugestões realizadas em relação ao projeto de pesquisa; Ilka Boaventura Leite, por me acolher no Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER/UFSC); Dennis Werner, pelas orientações e sugestões realizadas para a construção do questionário que foi aplicado junto aos detentos.

Maria Amélia S. Dickie, minha orientadora, pelo afeto, por respeitar a minha dinâmica de trabalho, dar incentivo nos momentos difíceis e compartilhar com entusiasmo o meu percurso nesta pesquisa. Foi uma orientadora no sentido pleno do termo.

Este trabalho certamente não teria sido realizado se não houvesse a colaboração dos funcionários do DEPEN/PR e dos detentos. Agradeço especialmente a colaboração de funcionários da Escola Penitenciária, das pedagogas e professoras que trabalham nas escolas da Prisão Provisória de Curitiba e Penitenciária Central do Estado do Paraná, a equipe da Chefia de Segurança desta última unidade penal e o grupo de detentos que participou com entusiasmo nesta pesquisa, aqui representados pelo nome de Renato.

À CAPES, meus agradecimentos pela concessão de bolsa durante os meses de dezembro de 1998 a fevereiro de 1999. De março de 1999 até a conclusão desta pesquisa passei a ser financiada pelo CNPq, o que possibilitou a dedicação integral ao Mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
LISTA DE SIGLAS	x
INTRODUÇÃO	1
1. DE ONDE PARTI	1
2. LOCALIZANDO A DISCUSSÃO SOBRE PRESÍDIOS E CONVERSÃO RELIGIOSA	5
2.1 Alguns estudos sobre as prisões	5
2.2 Quando a conversão religiosa se torna um tema obrigatório	8
2.2.1 Pentecostalismos, pentecostalismo	9
2.2.2 Como compreender a conversão religiosa?	10
3. O QUE FOI REALIZADO NESTA PESQUISA	12
CAPÍTULO 1 – ITINERÁRIO DE UMA PESQUISA	15
1. ENTRADA NO CAMPO: EXPECTATIVAS E NEGOCIAÇÕES	18
1.1 Redefinindo o local da pesquisa	18
1.2 Redefinindo o universo da pesquisa e as estratégias de acesso	26
1.2.1 Tempo de pesquisa	27
1.2.2 Funcionários e agentes religiosos	28
1.2.3 Detentos	31
2. CONHECENDO AS UNIDADES PENAIS: A SEGURANÇA COMO LIMITE	35
2.1 Ingressando no “Sistema”: algumas rotinas de segurança	36
2.2 A PPC: o controle em cena	42
2.3 A PCE: arquitetura da segurança	51
3. CONVERSANDO COM OS DETENTOS	56
3.1 Na PPC: primeiras impressões	59
3.2 Na PCE: os grupos focais	62
CAPÍTULO II – OS CONVERTIDOS AOS OLHOS DOS “OUTROS”	70
1. APRESENTANDO OS FUNCIONÁRIOS	70
2. OS CONVERTIDOS: “MALANDROS” E/OU “CARENTES”	75
2.1 “Ele está se escondendo atrás da Bíblia”	75
2.2 “É porque ele é carente”	79
2.3 Para além de “verdades” e “mentiras”	83
3. ESPAÇOS RELIGIOSOS / CAMPO RELIGIOSO	88
3.1 Espaço e segurança	90
3.2 Uma igreja “consolidada”	91
CAPÍTULO III – CONVERTIDOS, “CONVENCIDOS” E DESCRENTES	98
1. APRESENTANDO OS DETENTOS	100
1.1 O grupo inicial	100
1.2 Quem chegou depois	106
2. O “CONVENCIDO”	109
2.1 A conversão e o exame criminológico	111
2.2 A conversão e os bens materiais	112
2.3 Conversão: algumas possibilidades	113

3.3 Os “ <i>sinais</i> ”	121
3.4 “ <i>Aceitei Jesus</i> ”	123
3.5 Uma “ <i>caminhada</i> ” prevista e tortuosa	125
3.6 Família	127
3.7 Evangelização, “ <i>chamado</i> ” e “ <i>missão</i> ”	129
3.8 As “ <i>mudanças</i> ”: o que se têm e o que se vê	134
4. TRAJETÓRIAS QUE SE ENTRECruzAM	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
ANEXOS	155
Anexo 1 – Organograma do DEPEN	155
Anexo 2 – Organograma da PPC e PCE	156
Anexo 3 - Questionário	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161

RESUMO

Uma das "verdades" a respeito do universo prisional - produzida, sobretudo, pelos funcionários do quadro técnico-administrativo das unidades penais - é a de que os detentos convertidos durante o cumprimento de suas penas estariam "*se escondendo atrás da Bíblia*". A declaração de uma opção religiosa e/ou a participação nos rituais religiosos seria um mecanismo utilizado pelo detento para simular um comportamento que o protegeria das "*confusões da cadeia*" e traria benefícios, sobretudo materiais. Pesquisando a conversão religiosa, em especial às religiões de orientação pentecostal, em duas unidades masculinas de segurança máxima do Departamento Penitenciário do Paraná, obtive "*testemunhos*" que problematizam esta "verdade". Meu objetivo, neste trabalho, é analisar a conversão religiosa como um **processo estratégico** que altera as relações sociais e as fronteiras simbólicas existentes entre os diferentes grupos de detentos e funcionários.

ABSTRACT

One of “truths” produced by prison officers and administrative staff about the prison universe is that prisoners converted while serving sentence would be “hiding behind Bible”. In declaring a religious option and/or participating in religious rituals the prisoner would be making use of a utilitarian mechanism in order to enhance protection from violence in jail and to obtain benefits, mainly in terms of material items. In my research of conversion to pentecostal religious, in two male units of maximum security of the Penitentiary Department of State of Paraná, Brazil, several “testimonies” challenged that statement. My goal, in this dissertation, is to analyze religious conversion as a strategic process that alters social relations and symbolic frontiers between the different groups of prisoners and officers and staff.

LISTA DE SIGLAS

AD	Assembléia de Deus
AP	Agente penitenciário
APAC	Associação de Proteção e Assistência Carcerária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Congregação Cristã do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
COT	Centro de Observação Criminológica e Triagem
CPA	Colônia Penal Agrícola
CPM	Complexo Médico-Penal
DECISO	Departamento de Ciências Sociais
DEPEN	Departamento Penitenciário
DIAS	Divisão de Assistência Social
DISED	Divisão de Segurança
EB	Ensino Básico
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ESPEN	Escola Penitenciária
FE	Federação Espírita
GEV	Grupo de Estudos da Violência
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia
IC	Igreja Católica
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IMF	Igreja Missão Final
IPDA	Igreja Pentecostal Deus é Amor
IPFV	Igreja Pentecostal Fonte de Vida
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PATR	Patronato Penitenciário do Paraná
PCE	Penitenciária Central do Estado do Paraná
PEL	Penitenciária Estadual de Londrina
PEM	Penitenciária Estadual de Maringá
PFA	Penitenciária Feminina de regime semi-aberto do Paraná
PFP	Penitenciária Feminina do Paraná
PIG	Prisão Industrial de Guarapuava
PPC	Prisão Provisória de Curitiba
PPGAS	Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

“Os postulados religiosos podem entrar em conflito com o ‘mundo’ de diferentes pontos de vista, e o ponto de vista em questão é sempre de grande importância para a direção e a forma pelas quais a *salvação* será buscada. Em todos os tempos e todos os lugares, a necessidade de salvação - cultivada conscientemente como a substância da religiosidade - resultou da tentativa de uma racionalização sistemática e prática das realidades da vida. Na verdade, essa conexão tem sido mantida com graus variados de evidência: nesse nível, todas as religiões exigiram, como pressuposto específico, que o curso do mundo seja, de alguma forma, *significativo*, pelo menos na medida em que se relacione com os interesses dos homens.” (WEBER, 1982 : 404 - grifos no original).

1. De onde parti

Cientistas sociais têm produzido inúmeras pesquisas tratando do pentecostalismo, considerado fundamentalmente como uma "religião de conversão", como escreve Prandi (1996). Segundo estimativa deste autor, aproximadamente ¼ da população adulta brasileira aderiu a uma religião diferente da do seu nascimento e destes, boa parte teria se tomado "*evangélico*"¹. O crescimento do número de fiéis praticantes de religiões protestantes de orientação pentecostal é confirmado por recenseamentos oficiais ² e pesquisas acadêmicas.

¹ Em negrito estarão sendo assinaladas as categorias “éticas” (produzidas por teóricos ou pela pesquisadora) e em itálico, as “êmicas” (as utilizadas pelos pesquisados) - tal qual definidas por Harris (1968).

Também estarei utilizando a seguinte notação para tipificar as diferentes registros de dados: diário de campo, para me referir à observações de campo e reproduções de diálogos; entrevista, para os diálogos gravados; questionário, para a transcrição de respostas obtidas com este instrumento de coleta de dados.

² Analisando os dados dos censos da série 1940 - 1980 é possível constatar que a população "*protestante*" apresentou um crescimento médio de 65% a cada década, contra 28% dos católicos e 35% dos espíritas (IBGE, 1983). Ainda que estes dados não sejam totalmente confiáveis - seja porque a classificação das religiões proposta pelo

Em pesquisa anterior ³ (SCHIELIGA, 1997), eu pude observar como o expressivo aumento do número de fiéis praticantes de religiões de orientação pentecostal foi produzido, pelo menos em parte, pela maneira diferenciada e eficaz com que estas denominações religiosas conseguem atingir seus fiéis. As igrejas pentecostais parecem ter encontrado na imprensa escrita e falada um aliado fundamental na propagação de seus discursos (Cf. dentre outros: ASSMANN, 1990; ORO, 1990, 1991; FONSECA, 1997; GUTWIRTH, 1998) e na **conversão religiosa** de fiéis, entendida aqui como a mudança de práticas - discursos e ações - orientadas por novos códigos de crença específicos, mais que pela mudança de opção religiosa.

Através dos veículos de comunicação, tomados um meio de transmissão e legitimação de um **anúncio** ⁴ específico, igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) reelaboraram o vínculo entre a vida social e a prática religiosa de seus fiéis. Tanto os **clientes** ⁵ como os fiéis que apresentam dificuldades em se dirigir até a Igreja mais próxima para participar dos rituais *in loco* podem receber algumas bênçãos via satélite, no que podemos denominar de "tele-evangelização". Mas, ao contrário do que se poderia pensar, o projeto de "evangelização à distância" não minimizou nem tampouco acabou com a necessidade da frequência do fiel na Igreja; os meios de comunicação, ao invés de substituírem os cultos ao vivo, reforçaram a necessidade de participação ativa e contínua nos rituais, verbalizando a necessidade da presença do fiel na Igreja.

Destes clientes, um grupo em especial chamou a minha atenção: os presidiários. Os detentos eram constantemente mencionados pelos pastores em suas orações e os fiéis eram convidados a adquirir exemplares do semanário religioso "*para os irmãos na cadeia*". Passei então a acompanhar os inúmeros "*testemunhos*" - relatos de fiéis que se converteram a determinada denominação religiosa e apontam as mudanças produzidas por esta conversão - de (ex-)detentos

IBGE é um tanto quanto confusa e genérica, seja porque a confissão religiosa anunciada nem sempre corresponde a efetivamente praticada - estes são os números oficiais que nós dispomos e são indicativos de uma realidade que já nos é de alguma forma familiar, que é a expansão das denominações protestantes e, em particular, do crescimento dos pentecostais. No que diz respeito à construção de novos templos, uma pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudos sobre a Religião (ISER) a partir de levantamento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no ano de 1992 apontou que um novo templo evangélico surge na Grande Rio a cada dia útil.

³ Trata-se de uma monografia de conclusão de curso de *Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR)* sobre a relação entre imprensa e pentecostalismo que tomou por objeto de análise 25 exemplares da **Folha Universal** (período de outubro/95 a abril/96), semanário editado e distribuído pela Igreja Universal do Reino de Deus, além de acompanhamento de rituais e programas radialísticos e televisivos.

⁴ O uso da categoria **anúncio**, significando o discurso religioso, remete à discussão sobre a pluralidade de discursos religiosos que disputam a preferência dos agentes sociais (cf. Weber, 1989 e 1991; Rolim, 1985).

⁵ Estou utilizando a diferença que Novacs (1985) realiza entre os fiéis possíveis, ou seja, todos os indivíduos que podem receber o anúncio religioso e os fiéis potenciais, isto é, aqueles que estão de alguma forma ligados aos já convertidos (parentes, vizinhos e amigos) e por esta razão, estariam mais receptivos ao anúncio. Estes clientes,

que “*aceitaram Jesus*”, tanto os veiculados pela mídia secular, como pela imprensa religiosa. Um exemplo, neste caso, são os relatos transcritos na **Folha Universal**, num espaço criado especialmente para este público, a “*Coluna do Encarcerado*”. A coluna foi inaugurada com um pequeno artigo de Guilherme de Pádua, ator que trabalhava na Rede Globo de Televisão, acusado pelo homicídio de sua colega de trabalho, a atriz Daniella Perez. Na prisão, converteu-se à IURD.

Pude observar também que a ação evangelizadora não se limitava à distribuição de jornais religiosos e inclusão de orações direcionadas a este público. Várias denominações religiosas realizavam seus cultos no interior das diversas unidades das Instituições Penais e **agentes religiosos**⁶ pentecostais, bem como católicos⁷ e espíritas kardecistas, visitavam regularmente os detentos, prestando-lhes assistência social. Fundamentalmente estes agentes religiosos doavam roupas, alimentos, material de higiene pessoal e limpeza, material escolar e didático - prática por vezes extensiva à família do presidiário; às vezes também ofereciam advogados e médicos. A atuação dos grupos religiosos, em alguns casos, ia além da assistência com visitas e bens materiais: no interior de São Paulo uma unidade penal é administrada pela Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC), uma organização não governamental⁸ (Cf. AZEVEDO, 1999).

A conversão religiosa reafirmada sucessivas vezes durante os rituais - sejam os realizados na prisão ou os transmitidos por rádio ou televisão - pode ser considerada, ela própria, como um ritual de passagem (Cf. VAN GENNEP, 1978), o qual transformaria as vidas “*totalmente destruídas*”, fazendo com que as ações individualmente elaboradas e vivenciadas ganhassem sentido, (re)construídas e ordenadas através do discurso religioso.

A citação de Weber que abre esta introdução pareceu-me apropriada para pensar o caso das conversões religiosas dos detentos, ou mais precisamente, os discursos realizados sobre este

indivíduos aptos a consumir um discurso religioso disponível no mercado podem, mediante conversão, transformar-se em crentes.

⁶ **Agentes religiosos pentecostais** é uma categoria que eu estou usando para designar os pastores e obreiros que desenvolvem atividade evangelizadora, ou seja, pregação e realização de ritos religiosos na unidade penal.

⁷ A atuação da Igreja Católica nas prisões se dá especialmente através de leigos vinculados à Pastoral Carcerária e, mais recentemente, aos grupos da Renovação Carismática Católica. Embora em 1997 a Campanha da Fraternidade intitulada “*A fraternidade e os encarcerados – Cristo liberta de todas as prisões*” tenha abordado o universo prisional, no site da CNBB (www.cnbb.org.br), a atuação da IC nas prisões não é comentada – salvo as informações específicas sobre a referida campanha.

⁸ A APAC, segundo alguns de meus informantes, seria uma ONG “*cristã*”, informação nem sempre divulgada nas matérias sobre a entidade. Camargo (1984) afirma que a APAC é vinculada aos Cursilhos da Cristandade, vinculada à Igreja Católica. De acordo com alguns detentos que tinham conhecimento do “*sistema APAC*”, sua administração é caracterizada pelo estabelecimento de 35 regras de conduta (cuja primeira seria a de evitação de entorpecentes) e pelo apadrinhamento do “*reeducando*” por um casal “*da comunidade*”. De acordo com Camargo (1984), a APAC é vinculada aos Cursilhos da Cristandade, vinculada à Igreja Católica.

fenômeno religioso. No decorrer do tempo a conversão religiosa foi, muitas vezes, tida pelos funcionários a serviço dos Departamentos Penitenciários brasileiros - como pude ler em reportagens e também ouvir de alguns informantes durante meu trabalho de campo - como um ato individual, visto ser realizado pelo detento a partir de diferentes motivações. Quando se trata da conversão religiosa de detentos, duas hipóteses foram simultaneamente acionadas para explicar este fenômeno: ou estes detentos estariam “*verdadeiramente arrependidos*” ou estariam apenas simulando a conversão, procurando “*proteção atrás da bíblia*” e benefícios materiais.

Em outras palavras, haveria neste contexto específico um significado adicional ao termo “salvação”. Aqui, ela não estaria apenas ou exclusivamente referindo-se à “salvação da alma”, como usualmente é entendida, mas também poderia significar a “salvação” do detento em relação aos perigos produzidos nesta situação de **coabitação forçada** (Cf. LHUILIER & AYMARD, 1997) - quais sejam: “*acertos de contas*” entre detentos, humilhações, privações materiais e da intimidade, abusos de autoridade por parte de funcionários e detentos.

Sem entrar no mérito da discussão sobre as diferentes motivações que impulsionariam a busca pelas “salvações”, neste e/ou noutro mundo, parece-me interessante pensar que as conversões religiosas constituem ações significativas e racionais (porque permitem a adequação de meios a fins), que se relacionam “com os interesses dos homens”. O pragmatismo da conversão, para os fins desta pesquisa, não interessa: o fato de ser ela “*verdadeira*” ou “*falsa*”, como classificam os funcionários de diferentes posições no quadro técnico-administrativo das unidades penais, é secundário e surge nesta pesquisa apenas como um dos pontos de vista sobre a conversão religiosa - no caso, o ponto de vista da instituição.

O que julgo ser interessante demonstrar neste trabalho é como o fenômeno da conversão religiosa, em especial a conversão religiosa a igrejas de orientação pentecostal, é um **processo estratégico** que promove uma re-significação das práticas e, desta forma, altera as relações entre os diferentes grupos de detentos e destes com o mundo. As “salvações” possíveis neste universo são efeitos deste processo estratégico que não se limita aos detentos **convertidos**⁹ mas que envolve também os **descrentes**¹⁰ e a própria instituição penal.

⁹ **Convertido**, neste momento, refere-se aos detentos que se declararam como tal. Veremos, no capítulo II como os funcionários compreendiam a conversão religiosa e os **convertidos** e no capítulo III como os próprios detentos classificavam e definiam os convertidos e os não-convertidos.

¹⁰ Categoria que estou utilizando para me referir aos detentos que, na visão dos **convertidos**, não acreditam em Deus ou “*ainda não o encontraram*” e que, para os funcionários, seriam aqueles que não participam de nenhuma igreja.

2. Localizando a discussão sobre presídios e conversão religiosa

Durante a elaboração do projeto desta pesquisa pude encontrar uma série de reportagens enfocando especialmente a conversão religiosa de “grandes bandidos” - como o caso de José Carlos dos Reis Encina (mais conhecido como “Escadinha”), e João Gordo, apontados como ex-líderes do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro - que anunciaram a “*aceitação de Jesus*” nas prisões e durante o cumprimento de suas penas. Apesar da relação entre religião e presídios ter despertado interesse jornalístico, as pesquisas acadêmicas a focar esta relação ainda são incipientes.

Minha intenção não foi realizar aqui um levantamento exaustivo dos estudos sobre a questão penitenciária e o fenômeno da conversão religiosa, mas fazer um mapeamento das principais contribuições realizadas sobre estes temas.

2.1 Alguns estudos sobre as prisões

Os estudos e as teorizações sobre prisões e instituições destinadas à reclusão eclodem no Brasil na década de 60, inserindo-se no campo de estudos sobre “grupos urbanos marginalizados”. O *boom* dos estudos urbanos nas décadas de 60 e 70 é produto de diferentes influências teóricas e da própria conjuntura histórico-político-cultural da época. Neste período o estudo de minorias e organizações sociais se impõe como tema obrigatório, dada a emergência de movimentos sociais que traduzem a organização popular das “minorias marginalizadas”.

Como pano de fundo para estas discussões, destacam-se três estudos norteadores sobre os “desviantes”. O primeiro deles é **Outsiders**, livro de Howard Becker, publicado em 1963. Becker é um dos teóricos que desenvolve análise sobre o “comportamento desviante” como uma classificação socialmente produzida a partir da interação entre os indivíduos. A perspectiva teórica formulada por Becker orientou a produção de uma série de estudos, dentre eles, alguns

artigos originalmente publicados no início dos anos 70 numa coletânea organizada por Gilberto Velho (1977).

O segundo é o estudo de Goffman, **Manicômios, prisões e conventos**, publicado em 1961. O autor reúne quatro artigos que apresentam ao leitor as características mais gerais das instituições destinadas à internação, no caso, os manicômios, as prisões e os conventos. Goffman oferece algumas pistas interessantes para pensarmos tais instituições, ainda que seja necessário estar constantemente atento aos parâmetros etnográficos, como discute Ludueña (1999).

O terceiro trabalho é de Michel Foucault, que também inicia na década de 60 uma série de estudos sobre poder e vigilância, enfocando algumas instituições disciplinadoras. Em 1975, publica **Vigiar e Punir**, propondo a historização das prisões. Foucault entende a prisão como um espaço onde diversos mecanismos de controle são acionados para reeducar o corpo e a mente do internado, pretendendo sua punição e ressocialização. A realização de um levantamento histórico do surgimento das prisões e das técnicas de punição também foi realizada por outros pesquisadores a partir de outros marcos teóricos, como Chesnais (1981).

Mas a literatura produzida sobre as questões relativas aos presídios brasileiros ainda é escassa frente às inúmeras possibilidades analíticas e à diversidade de aspectos a serem abordados. Dos trabalhos existentes, a maior parte concentra-se na área jurídica (Cf. especialmente THOMPSON, 1976 - ex-diretor de unidades penais no Rio de Janeiro) e no Serviço Social; os primeiros enfatizando a (in)eficácia do sistema prisional e os segundos, a “desumanização” dos cárceres. Discute-se a superlotação dos presídios, os índices de reincidência criminal, a qualificação da mão-de-obra que trabalha diretamente com os detentos assim como a própria qualificação profissional destes como forma de “ressocialização”, a educação carcerária, a determinação de penas alternativas é aquilo que é denominado como os “direitos humanos dos presos” (Cf., por exemplo, QUEIROZ, 1985 e LEAL, 1995).

Ainda são poucos os estudos sociológicos e antropológicos que tomam as relações prisionais como tema de discussão e *locus* de realização de trabalho de campo. Destaca-se, neste sentido, primeiramente o estudo de Ramalho (1979) sobre o “*mundo do crime*” e a prisão. Seu trabalho é um dos pioneiros quanto à execução de trabalho de campo em unidade penal, no caso, a Casa de Detenção de São Paulo. Sobre o sistema penitenciário paulista, as discussões mais recentes foram realizadas sobretudo por Sérgio Adorno (Cf. ADORNO, 1991; ADORNO & PERALVA, 1997) e pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da USP. A ênfase destes trabalhos concentra-se no desvendamento da “cultura organizacional” peculiar das instituições penais e do papel do Estado no controle da violência.

Contemporâneo ao trabalho de Ramalho, são as pesquisas de Goldwasser (1977), Lemgruber (1979) e Coelho (1987), todas sobre o sistema penitenciário fluminense, mas com enfoques bastante peculiares. Goldwasser realiza uma pesquisa sobre o Abrigo Feminino, enfocando a lógica das relações entre os diferentes grupos sociais formados na instituição, caracterizados como “normais” e “desviantes”. Lemgruber expõe sua experiência de pesquisa numa unidade de reclusão destinada a mulheres infratoras (detidas no Instituto Penal Talavera Bruce), discutindo questões teórico-metodológicas que envolvem a pesquisa em instituições penais. Coelho, por sua vez, apresenta um retrato das unidades masculinas, enfocando as relações entre funcionários e detentos e as dificuldades do sistema penitenciário pesquisado. Embora a pesquisa de Coelho tenha sido realizada em 1983 - em parceria com Antônio Luiz Paixão, que investigou prisões mineiras (cujos dados não foram publicados neste livro) - suas observações são, ainda, bastante atuais.

Também foi possível localizar três pesquisas realizadas sobre a Penitenciária Masculina de Florianópolis. Gigena (1989) realizou um mapeamento das redes de relações entre detentos, guardas e funcionários, partindo da hipótese de que a prisionização poderia ser compreendida como um fenômeno de “aculturação compulsiva”. Juliano (1995) e Silva (1997) realizaram nesta mesma unidade estudos sobre as relações de gênero, a primeira enfocando o papel das mulheres no controle da violência e o segundo as relações homoeróticas entre detentos.

Todas estas pesquisas são referências importantes para, através de comparações, compreender a organização das unidades penais por mim pesquisadas. No Paraná o interesse acadêmico pelo sistema penitenciário é relativamente recente. Em 1998 foi criado o Grupo de Estudos da Violência, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, dando suporte para um projeto intitulado **História, Estrutura e Dinâmica do Sistema Penitenciário Paranaense** - projeto ao qual esta pesquisa igualmente vincula-se.

Mas a presença de denominações religiosas nas unidades penais, interesse deste estudo, não foi analisada e, às vezes, sequer comentada pelos pesquisadores acima mencionados. A inserção de diferentes grupos religiosos e sua importância na dinâmica das relações sociais travadas na unidade é destacada, no entanto, na literatura produzida por voluntários - religiosos ou não - que executam alguma atividade na prisão (Cf. também: QUEIROZ, 1985; PASTORE, 1989; PE. CHICO, 1999) e por (ex-)internos. Como exemplo cito William Lima (1991), ex-detento e apontado como um dos integrantes do Comando Vermelho, que comenta brevemente a presença dos grupos religiosos nas penitenciárias do Rio de Janeiro e a “*solidariedade dos irmãos crentes*”

O maior destaque aos grupos religiosos, no entanto, pode ser encontrado em **Estação Carandiru**. Publicado no ano de 1999, por uma renomada editora e com ampla campanha publicitária de divulgação, o livro de Drauzio Varella ocupou durante semanas posição de destaque nas listas de livros mais vendidos, categoria não-ficção – sendo agraciado com o Prêmio Jabuti nas categorias não-ficção e reportagem. O livro escrito pelo médico que realiza há mais de dez anos trabalho voluntário na Casa de Detenção de São Paulo traz relatos instigantes para pensarmos as relações sociais travadas naquela unidade penal. Varella dedica um pequeno capítulo aos grupos religiosos, em especial os grupos de orientação pentecostal, nomeado como “O Rebanho”. O dado mais interessante que Varella nos aponta são as normas de convivência entre os “crentes” e de como a “*massa carcerária*”¹¹ reage à presença dos grupos religiosos de orientação pentecostal.

2.2 Quando a conversão religiosa se torna um tema obrigatório

Numa revisão bibliográfica sobre os movimentos religiosos, Carozzi (1994) demonstra como o processo de conversão tornou-se tema recorrente de investigação socioantropológica. Isto ocorreu, segundo a autora, em parte devido ao senso comum que explica o fenômeno como efeito de um processo de “lavagem cerebral” realizada, especialmente, através da mídia; também torna-se um tema obrigatório nas ciências sociais para compreender o processo de secularização e/ou “reencantamento” do mundo¹².

O episódio do “chute na santa”, envolvendo a Igreja Universal do Reino de Deus¹³, e o surgimento do Padre Marcelo, supostamente como reação católica ao crescimento dos

¹¹ A “*massa*” é um conceitoêmico utilizado tanto pelos detentos como pelos funcionários e registrado em outras instituições penais (Cf. RAMALHO, 1979; CORREIA, 1987; GIGERNA, 1989; ADORNO, 1991; VARELLA, 1999) em referência aos detentos, em especial aqueles que permanecem no pátio e não participam de atividades escolares e/ou não trabalham. Ao longo da pesquisa, pude perceber como esta categoria é utilizada muitas vezes de maneira pejorativa, indicando uma suposta homogeneização dos detentos, de seus comportamentos e interesses.

¹² Exemplo de como esta questão tornou-se pauta de discussão pode ser buscado nas *VIII jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina* (encontro anual dos pesquisadores dedicados aos estudos sobre religião). Nesta ocasião formou-se uma mesa de discussão sobre o esta temática, intitulada “Reacessando Max Weber: da religião à modernidade ou ao pós-modernismo?”

¹³ Trata-se de um dos episódios do que foi denominada como uma “guerra santa” entre IURD e Rede Globo. Em 1995, o Bispo Sérgio von Helder da Igreja Universal deu um pontapé numa imagem de Nossa Senhora Aparecida, em 13 de outubro, dia dedicado à santa. A cena foi gravada pela Rede Globo e transmitida sucessivas vezes no *Jornal Nacional*, ganhando destaque em todos os telejornais de outras redes de televisão e nas primeiras

pentecostais (Cf. CLARKE, 1999), potencializaram as discussões sobre estes grupos religiosos. As diferentes mídias (religiosas e laicas) passaram a noticiar, sistematicamente, o que se convencionou chamar de "avanço pentecostal" e os confrontos entre as diferentes denominações religiosas - aquilo que alguns pesquisadores de religião denominaram como concorrência no **campo religioso**¹⁴ brasileiro.

2.2.1 Pentecostalismos, pentecostalismo

Mas, afinal, que define este pentecostalismo que se formou e transformou sob condições sócio-históricas específicas, desdobrado em "ondas" e "movimentos"¹⁵, promovendo inúmeras adesões¹⁶?

Desde os estudos de Souza (1969) e Monteiro (1979), têm-se em mente que a grande "moldura" do sistema de crenças pentecostal seria a dicotomia entre o Bem e o Mal, objetificados em pessoas e coisas¹⁷. As religiões de orientação pentecostal, a partir desta dicotomia fundante, propõem a seus fiéis um contato com o sagrado sem mediação de agentes especializados e uma "ação no mundo"¹⁸, seguindo a tradição protestante da qual derivam. O repertório de seus rituais é constituído de aspectos práticos de exorcismo (as "*orações fortes*") para afastar os males imediatos e individuais. Ainda conforme Monteiro, "a crença dominante é que o exercício da cura pelo exorcismo é um dom especial do Espírito que se dá pelo batismo com o Espírito Santo e seu sinal. Exorcismo e cura são expressões da recuperação da ordem do mundo, mas visam somente o indivíduo" (MONTEIRO, 1979 : 56).

páginas dos jornais de grande circulação no país. (Cf., dentre outros: ALMEIDA, 1996; PIERUCCI, 1996; ORO & STEIL, 1997).

¹⁴ Segundo BOURDIEU (1992), o campo religioso é um espaço social marcado pelas relações de disputa entre especialistas e leigos (estes últimos entendidos num duplo sentido: os estranhos ao sagrado e ao corpo administrador do sagrado) e entre os diversos especialistas entre si pela imposição e definição do religioso e das distintas maneiras de desempenhar as ações religiosas e, conseqüentemente, pelas disputas em torno da acumulação de capitais religiosos.

¹⁵ Sobre estas classificações, remeto o leitor aos trabalhos de MENDONÇA, 1992; FRESTON, 1993; MARIANO, 1995 e FONSECA, 1997.

¹⁶ Cf., por exemplo: MACHADO, 1996 e PRANDI, 1996.

¹⁷ Cf. também os estudos de JUNGBLUT (1992), MARIANO (1995), BIRMAN (1997) e MARIZ (1997), sobre como esta dicotomia é atualizada pelas diferentes denominações pentecostais, na conformação de identidades e práticas religiosas.

¹⁸ Cf. o estudo de MARIANO (1995), por exemplo, onde o autor demonstra como igrejas (neo)pentecostais radicalizam este *ethos* com a Teologia da Prosperidade.

Para Rolim (1980; 1985), tão importante quanto a crença no poder atuante do Espírito Santo para a definição do pentecostalismo, é que o "clima intensamente sacral todo impregnado da crença no poder de Deus instaura no mesmo nível a consciências espontânea e o mundo religioso, os conhecimentos comuns e a leitura literal da Bíblia" (ROLIM, 1980 : 149) - o que pode ser verificado pela importância concedida ao "testemunho" pessoal perante o público de fiéis.

Tomo estas referências para caracterizar o conjunto de códigos de crença a que ao longo desta dissertação estarei me referindo como pentecostalismo, apesar de ter em mente que sob este rótulo estão reunidas diversas denominações religiosas e concordar com Droogers (1992) quando afirma que

“nem todas as características atribuídas ao pentecostalismo estão presentes em todas as igrejas e movimentos. Ainda que em todas as partes os dons do Espírito ocupem lugar central, isto pode conduzir a práticas que diferem ostensivamente em intensidade, variando de emocionalidade dirigida até o êxtase ilimitado. O exorcismo (expulsão de espíritos demoníacos) pode ser tanto regra como exceção. A cura pode ser ‘a’ atividade do mesmo modo que ‘uma’ atividade. Ainda que a maioria das igrejas pentecostais rechacem a teologia da libertação, existem algumas que se inspiram nela” (DROOGERS, 1992: 64).

Mas ao utilizar a designação pentecostal para referir-me a todos os grupos protestantes de orientação pentecostal que realizavam atividades no presídio, busco ressaltar os códigos de crença e conduta comuns a estes grupos (mais que as diferenças e pequenas nuances existentes entre eles) e diferentes de outras matrizes de pensamento religioso, como a católica e a espírita kardecista, por exemplo.

2.2.2 Como compreender a conversão religiosa?

A conversão religiosa, como demonstra Carozzi, aponta sempre para uma mudança. No entanto, não há consenso, entre os pesquisadores da área, sobre o que muda: se são “as crenças, os valores, o comportamento, a identidade e [ou] as lealdades interpessoais” (CAROZZI, 1994 : 63). Esta tentativa de identificar exatamente “o que muda” parece ser, para mim, uma falsa questão. Concordo com Carozzi quando esta afirma parecer lógico que, se o processo de conversão promove a mudança da visão de mundo do fiel, modifica também o repertório de identidades

sociais e seu comportamento, ao menos em determinados contextos, bem como a interação com outros indivíduos.

Os estudos sobre a conversão religiosa poderiam ser agrupados em torno de quatro tendências. A primeira foi enfatizar os efeitos psicológicos da “transformação do eu” produzida pela religião. Aqui podemos, por exemplo, enquadrar as pesquisas de James (1995), realizadas no início do século e que nortearam os estudos posteriores sobre o tema.

A segunda tendência nos estudos sobre a conversão religiosa foi tratá-la como uma instância (re-)socializadora do indivíduo, promovendo a construção e a transformação social da realidade (Cf. BERGER & LUCKMANN, 1985). Nesta perspectiva, enfatiza-se a atribuição de novos sentidos a aspectos biográficos do fiel, através de “mecanismos que legitimam não somente a nova realidade, mas também as etapas através das quais esta é assumida e mantida, bem como o abandono ou repúdio de todas as realidades alternativas. A velha realidade deve ser interpretada nos termos da nova realidade. Essa reintrepretação provoca uma ruptura na biografia subjetiva do indivíduo, o que freqüentemente implica uma nova interpretação da biografia anterior à conversão, conforme os termos da nova realidade subjetiva” (CAROZZI, 1994: 65). Um trabalho interessante, neste sentido, é o de Mafra (1998). A autora analisa relatos de conversão e busca demonstrar como a conversão religiosa produz um significativo “gerenciamento da memória”, produzindo o que ela denomina como **reconstrução biográfica** – o que eu estarei entendendo neste trabalho como a atribuição de novos significados a determinados eventos que compõe a **trajetória**¹⁹ de vida do convertido.

A terceira tendência que Carozzi aponta nos estudos sobre a conversão religiosa é tratá-la como uma mudança “dramática e intempestiva das crenças religiosas do indivíduo, capaz de alterar radicalmente sua vida” (CAROZZI: 1994: 66). Um exemplo da tentativa de demarcar etapas do processo de conversão pode ser encontrado no trabalho de Rambo (1993), no qual o autor descreve a série de etapas percorridos pelo convertido. Rambo organiza uma espécie de manual destinado a todos os pesquisadores do fenômeno religioso (antropólogos, psicólogos e religiosos, dentre outros) e propõe um modelo analítico para compreender o processo de conversão produzido a partir de uma crise.

A produção de modelos etapistas para explicar o processo de conversão podem ser úteis na medida em que nos ajudam a reconhecer aspectos comuns em meio à diversidade de experiências religiosas. No entanto, o pesquisador precisa estar atento para não reduzir o

¹⁹ Neste trabalho estarei utilizando o conceito de trajetória conforme definido por Bourdieu: a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do campo em que se insere, definida relacionalmente.

fenômeno da experiência de conversão religiosa a estes modelos, nem supor que o convertido seja totalmente passivo à estruturação social de sua conversão.

A tendência mais recente e que tenta escapar das amarras destes modelos compreende a conversão religiosa como um processo que envolve mudanças gradativas na identidade social: “o indivíduo assumiria as novas identidades fornecidas pela religião em situações específicas, à medida que lhes fossem concedidas algumas vantagens diferenciais” (CAROZZI: 1994: 66). As “causas” da conversão não são vistas apenas como as predisposições peculiares ao indivíduo, mas também como os elementos contextuais que a possibilitam. A mudança da identidade pessoal, “subjativa”, é “simultaneamente desejada pelo convertido e construída em sua interação com os membros do novo grupo” (CAROZZI: 1994: 72).

É nesta perspectiva que se insere este estudo e, para tal, estou tomando como referencial analítico alguns conceitos formulados por Bourdieu (1989, 1990, 1996). Entendo que os conceitos de **habitus**, **agente** e de **estratégia** são operacionais para construir o objeto escolhido para análise nesta dissertação. Uma discussão sobre estes conceitos será desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho.

3. O que foi realizado nesta pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas unidades do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN/PR), a saber: a Prisão Provisória de Curitiba (PPC) e a Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE), ambas unidades de segurança máxima (regime fechado) e destinadas à reclusão de homens infratores. (Cf. Anexo I – Organograma do DEPEN e Anexo II - Organograma da PPC e PCE)

Nelas pude encontrar diversos grupos religiosos realizando “*trabalho de evangelização*”: Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA), Igreja Assembléia de Deus (AD), Congregação Cristã do Brasil (CCB), Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), além da Igreja Católica (IC) através da Pastoral Carcerária Católica e da Renovação Carismática Católica e da Federação Espírita (FE). Na PCE descobri existir uma igreja de orientação pentecostal, a Igreja Missão Final (MF), fundada por um detento e que funcionava há pouco mais de um ano.

Durante a pesquisa, a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) estava oficialmente “*desativada*”, ou seja, seus agentes religiosos não haviam renovado seus pedidos de autorização para ingressarem na unidade. Por esta razão, muitos funcionários entendiam que esta igreja “não existia” na unidade. O fato de não haver representantes oficialmente cadastrados para realizar cultos não indica, no entanto, que não existam detentos dessas confissões religiosas; por exemplo, ao longo da pesquisa, pude ter contato com detentos da Igreja Adventista da Promessa, do candomblé e Testemunha de Jeová.

A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e novembro de 1999. O trabalho de campo foi composto por visitas às unidades penais do DEPEN/PR localizadas em Curitiba e Piraquara (município da região metropolitana de Curitiba). Os dados ora apresentados foram obtidos através da combinação de diferentes técnicas, especialmente a observação participante e entrevistas abertas (algumas das quais foram gravadas), algumas individuais, outras em grupos (nesta dissertação denominadas como grupos focais). A aplicação de questionários em uma amostra de detentos também foi realizada como técnica adicional de coleta de dados, em parte pelas dificuldades de acesso a informações, oriundas da peculiaridade de meu campo de trabalho - uma instituição penal - em parte como estratégia de negociação de minha entrada em campo.

O título dado a esta dissertação – “*E me visitastes quando estive preso*” – foi inspirado num versículo bíblico²⁰ e busca apontar a multiplicidade de “visitantes” que circulam pelas unidades penais: os funcionários do quadro técnico-administrativo, os agentes religiosos “internos” e “externos” ao DEPEN e a própria antropóloga que, a partir de sua experiência de campo, busca relatar a dinâmica das relações sociais produzidas a partir deste fenômeno religioso que é a conversão.

Esta dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo apresento a construção de meu objeto de pesquisa a partir dos **imponderáveis** (Cf. MALINOWSKI, 1976) e das questões que foram surgindo ao longo da pesquisa de campo. Nos dois últimos capítulos centro minha análise nos discursos e práticas referentes à conversão religiosa. No segundo capítulo, enfoco aquilo que denominei como o discurso institucional, ou seja, como os funcionários do corpo técnico e administrativo compreendem a conversão religiosa e os detentos convertidos. Neste capítulo apresento também um breve mapeamento do campo religioso existente nestas unidades

²⁰ “Então o rei dirá aos que estão à direita: Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do reino que vos está preparado desde a criação do mundo, porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era peregrino e me acolhestes; nu, e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim” (Bíblia Sagrada. Livro de São Mateus, 25 : 34 – 36).

penais pesquisadas. No terceiro e último capítulo, analiso os relatos sobre a conversão religiosa realizados por detentos que se converteram durante o cumprimento de suas penas e/ou que retomaram suas trajetórias religiosas.

CAPÍTULO I

ITINERÁRIO DE UMA PESQUISA

“ A construção do objeto (...) não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos pelo que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.” (BOURDIEU, 1989 : 27).

Meu objetivo inicial nesta pesquisa foi compreender o processo de conversão religiosa às igrejas de orientação pentecostal que ocorria na Penitenciária Central do Estado do Paraná, município de Piraquara. Para isto, defini previamente meu universo de pesquisa como sendo composto pelos detentos **convertidos** ao pentecostalismo no presídio e **descrentes**; os funcionários do corpo técnico-administrativo do DEPEN/PR; e **agentes religiosos** pentecostais.

Ao enfatizar a conversão ao pentecostalismo que ocorre num espaço peculiar, uma instituição penal compreendida como uma **instituição total** - definida por Goffman como "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 1992a : 11) - fui gradulamente levada, ao longo da pesquisa, ao processo de produção da identidade de convertido ao pentecostalismo. Isto, quer de maneira mais genérica, como o que significaria ser pentecostal, quer em sentido estrito, o que significaria

ser convertido ao pentecostalismo nesta instituição total, predominantemente masculina¹ onde se encontram detentos **estigmatizados**².

Todos os detentos parecem estigmatizados por "serem" (e não propriamente por "estarem") presos (Cf. CASTRO *et alii*, 1984), identidade construída em relação ao "mundo de fora" da instituição penal. Na instituição penal, outro sistema classificatório entra em ação e novos estigmas (como ter cometido estupro, por exemplo) são definidos, sempre em relação ao que é contextualmente definido como normal. Meu objetivo nesta pesquisa tomou-se então compreender a conversão religiosa como um **processo estratégico** que altera as representações³ produzidas, pelo convertido e pelos "outros", a seu respeito - redimensionando, com isso, seu lugar nas classificações produzidas no interior do cárcere.

Havia previsto para o trabalho de campo o período de seis meses⁴, sendo os três primeiros destinados à fase de entrevistas e observação das rotinas do corpo técnico-administrativo e de entrevistas com os agentes religiosos; os três últimos com os detentos **convertidos** e **descrentes**. Planejava passar o máximo tempo possível no interior da unidade escolhida para obter informações sobre o universo prisional e sobre os detentos, a fim de contextualizar o fenômeno da conversão religiosa.

A etnografia de/em uma instituição total trouxe inúmeros questionamentos sobre a sua execução, especialmente no que se refere à "observação não muito participante" dos imponderáveis do universo prisional, aspecto da pesquisa que outros estudiosos de instituições penais também enfrentaram (assim como, por exemplo: RAMALHO, 1979; COELHO, 1987; KAUFFMAN, 1985; GIGENA, 1989). Questionamentos de outra natureza tiveram THOMPSON (1976) e LEMGRUBER (1979), que tinham outro acesso ao campo por desempenhar funções administrativas junto ao Departamento Penitenciário do Rio de Janeiro. A "aldeia" por mim

¹ Embora as relações de gênero sejam importantes neste universo, elas não foram objeto de exaustivo estudo nesta dissertação. As informações que trago têm o objetivo de apresentar o contexto de minha inserção neste campo de pesquisa.

² Para Goffman estigma é 1) a "situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena"(GOFFMAN, 1988 : 07), referindo-se também a um 2) "atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos" (GOFFMAN, 1988 : 13) e ainda a um 3) "tipo especial de relação entre atributo e estereotipo"(idem).

³ Durkheim afirma que as representações são "a matéria da vida social". Assim compreendida, a representação é a síntese de idéias que se constitui ao longo do tempo; é a partir da experiência específica de cada grupo que se forma, então, um sistema de representações que traduz "a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam" (DURKHEIM, 1990 : XXVI). Cabe observar que estas idéias e atitudes não são necessariamente conscientes e não estão desvinculadas de um sistema de classificação cultural mais amplo. Estou utilizando esta categoria incorporando a interpretação de Marcel Mauss (1974) de que as representações são constitutivas da totalidade da vida social. Mauss afirma que elas têm origem coletiva e são condutoras da experiência que desenha peculiaridades das relações sociais.

⁴ Este cronograma inicial foi organizado tendo em vista a política de formação de pesquisadores no Mestrado, ou seja, em no máximo 30 meses.

escolhida para realizar esta pesquisa não permitiu a presença constante entre os “nativos”, como supõe-se ser o trabalho do antropólogo que se desloca para a tribo distante ou daquele que tem acesso facilitado às casas, ruas e fofocas das esquinas dos lugares onde residem os grupos urbanos pesquisados.

Confesso que eu mesma, às vezes, caí nesta armadilha de pensar que não poderia executar uma “pesquisa antropológica” em função do objeto escolhido, apesar de conhecer a literatura que discute as inúmeras possibilidades de uma Antropologia na cidade (Cf., dentre outros: MAGNANI, 1996; DURHAN, 1997; CARDOSO, 1997). Em alguns momentos foi tentador pensar que, se estivesse pesquisando outro grupo social, eu estaria tendo maiores facilidades de acesso a meus informantes, evitando o encaminhamento de ofícios, as horas marcadas e a circulação pela unidade circunscrita a determinados limites físicos. Temporalmente distanciada da rotina do trabalho de campo é que foi-me possível perceber a necessidade de relativizar esta suposição.

Penso que a peculiaridade do saber antropológico não reside necessariamente no “método etnográfico”, mas no objetivo que informa nossa disciplina, qual seja, a confrontação de pontos de vista produzida através do exercício de estranhamento - necessário para propiciar o reconhecimento da alteridade e da separação entre categorias êmicas e éticas.

Geertz, ao tratar da Antropologia como forma de conhecimento, traz luz para pensar minha condição de pesquisa. O autor afirma:

“em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’ (...)” (GEERTZ, 1989 : 15).

A dissertação ora apresentada foi construída a partir do esforço em descrever densamente aquilo a que eu tive acesso. Procurei “situar-me”, como escreve Geertz, e perceber o fluxo de significados destas ações concretas ordenantes deste universo prisional, considerando tais práticas em seu contexto particular. Esta postura está associada ao que Weber escreveu sobre a metodologia nas ciências sociais. Para Weber, a compreensão da realidade social, ou melhor, de um **fragmento** da realidade, é obtida pelo sentido que o ator social emprega em sua ação, resultante “da importância cultural específica que conferimos, em cada caso, ao acontecimento em questão”

(WEBER, 1991 : 34). A realidade, ao mesmo tempo em que é produto de uma conjuntura específica, é inesgotável, pois cada ator (autor) emprega um sentido único ao discurso que produz (à análise que realiza).

Parto da idéia de que esta pesquisa, tanto quanto a escrita antropológica como um todo, é *uma* (e não a única) leitura possível deste universo. Ou ainda, em outras palavras, é uma interpretação que, por sua vez, está utilizando outras interpretações - a de outros antropólogos e, principalmente, a dos “nativos” (através de seus discursos). A Antropologia, portanto, produz uma escrita parcial, porque produzida através do filtro do antropólogo que direciona seu olhar para a realidade seguindo critérios subjetivos e objetivos.

Ao longo do trabalho de campo fui deparando-me com algumas dificuldades que não chegaram a inviabilizar a pesquisa, mas que fizeram com que eu fosse reformulando minhas intenções e estratégias de trabalho. Penso que as limitações e alterações a que irei referir-me não impediram, no entanto, que eu pudesse mapear o fluxo de ações e de significados embutidos nas relações travadas entre os diversos grupos de detentos e funcionários nesta instituição penal. Infelizmente, os **agentes religiosos** “externos” ao DEPEN não puderam ser incluídos nesta pesquisa, como eu inicialmente previra, pelos motivos que abaixo explicarei.

1. Entrada no campo: expectativas e negociações

1.1 Redefinindo o local da pesquisa

O trabalho de campo foi iniciado no mês de abril de 1999 após autorização da direção do DEPEN/PR. As primeiras semanas de trabalho de campo foram destinadas aos agendamentos necessários para as visitas às unidades, revelando uma característica desta minha experiência em campo: lidar com os trâmites burocráticos favoráveis ou não ao acesso ao universo prisional. Durante a pesquisa foi necessário encaminhar diversos ofícios (primeiramente à direção do

DEPEN e posteriormente à direção da unidade pesquisada), a fim de solicitar permissão para a minha entrada e permanência nas unidades penais.

Antes de concentrar o trabalho de campo na PCE, insisti em conhecer todas as demais unidades penais. Minha solicitação foi atendida e contou com a colaboração de todos os diretores das unidades, seus chefes de segurança e de funcionários da Escola Penitenciária (ESPEN) que serviram como intermediários nas apresentações feitas necessárias.

Em nenhum momento houve impedimento formal a minha entrada nas unidades penais. No entanto, Humberto⁵ - funcionário do DEPEN que foi o responsável pelos primeiros agendamentos de minhas visitas às unidades - afirmou já em nosso primeiro contato que o período de três meses de pesquisa com os detentos, tal como inicialmente eu previra, era *“absolutamente inviável e não [seria] autorizado pela Direção, tendo em vista questões de segurança”*. Recebi a proposta de trabalhar junto à Colônia Penal Agrícola (CPA), de regime semi-aberto, onde os detentos trabalham de dia e só permanecem à noite na unidade. Segundo este funcionário, não haveria necessidade de uma *“segurança tão rígida”* comigo naquele espaço. Ele ressaltou também que o tratamento dado aos detentos *“é igual”* em todas as unidades, sugerindo-me não haver necessidade de realizar a pesquisa abrangendo todas as unidades.

É interessante notar como nesta conversa emergiram e aparentemente se contradisseram dois conceitos-chave para a compreensão da instituição em questão: a *“segurança”*⁶ e a *“igualdade”*. Num primeiro momento, a *“segurança”* é o argumento utilizado para determinar o meu local de pesquisa: a CPA seria uma unidade *“mais segura”* para a pesquisadora do que outras unidades, o que supõe, portanto, que cada uma das unidades tenha as suas especificidades e, dentre elas, maior ou menor grau de *“perigo”*. No momento seguinte, o discurso sobre a *“igualdade”* contraria a idéia de existirem condições singulares quanto ao tratamento dos detentos (num sentido de achatamento das especificidades: *“preso é preso”*) e em que se exclui a dicotomia periculosidade/segurança como definidora de diferentes condições de trabalho ou *“níveis de perigo”* em cada uma das unidades.

As noções de *“segurança”* e de *“igualdade”* surgidas já neste meu primeiro contato com o universo pesquisado foram acionadas com bastante frequência pelos funcionários técnicos-administrativos ao se referirem ao universo prisional. O binômio segurança/perigo ocorreu sempre como delimitador não apenas de meu trabalho e, mais propriamente, do meu acesso às

⁵ Os nomes dos informantes foram substituídos a fim de preservar suas identidades. Pelo mesmo motivo, em alguns casos prefiro não divulgar a posição ocupada pelo informante na hierarquia de cargos e funções do DEPEN, designando-o apenas como funcionário.

unidades e aos detentos, mas também como delimitador do trabalho de todos os funcionários em serviço nas unidades. Ninguém percorria as “galerias” (corredores que dão acesso às celas e aos diferentes “setores”⁷) sem que as “condições de segurança” fossem verificadas – basicamente, verificava-se a presença de detentos reunidos no local – e sem antes passar por inúmeras grades, permanentemente cadeadas e vigiadas pelos agentes penitenciários (doravante, designados pela abreviatura AP’s).

Em última instância, quem definia as condições de acesso e trabalho de funcionários, visitas e da antropóloga – utilizando o discurso da segurança como eixo – eram os AP’s, o que lhes concedia uma autoridade ímpar no interior da unidade. Os procedimentos e as permissões do que podia ou não entrar no presídio, por exemplo, eram determinadas pela chefia de segurança. Cada qual tinha relativa autonomia para liberar o que considerasse mais apropriado – muito embora houvesse um conjunto de normas que regulamente as condutas dos agentes penitenciários (reunidas na **Cartilha do agente penitenciário**), em especial dos que trabalham na portaria, responsáveis pela identificação e revista dos indivíduos que entram na unidade – procedimentos de que adiante tratarei, ainda neste capítulo. Uma frase dita por Gisele, pedagoga alocada na ESPEN, sintetiza a opinião de diversos funcionários – e visitantes – a respeito da chefia de segurança: “*Se o chefe de segurança cisma que a cadeia tá perigosa, ninguém consegue trabalhar naquele dia*” (Diário de campo, 05/05/1999).

No decorrer da pesquisa, além de ouvir este tipo de comentário, pude vivenciar uma situação que refletia a subordinação a esta autoridade. Havia marcado uma entrevista com uma funcionária do quadro técnico. Ao chegar na unidade, identifiquei-me na portaria, comunicando já haver solicitado visita através de ofício encaminhado à direção do DEPEN e que a autorização havia sido concedida e confirmada através de um telefonema. Tadeu, o agente penitenciário que estava na portaria, ligou para a funcionária a fim de me anunciar. A autorização dela não foi suficiente para me deixar entrar na PPC, pois Tadeu ligou para Nelson, funcionário da equipe de chefia de segurança, para solicitar autorização.

Este, por sua vez (pelo que pude depreender da conversa telefônica), perguntou se a direção estava ciente de minha presença. Isto causou-me espanto, uma vez que Nelson estava já ciente da pesquisa, pois havíamos sido apresentados; além disso, o ofício que enviei foi encaminhado a todos os setores para comunicar a autorização do DEPEN e confirmar o

⁶ A segurança parece estar definida por oposição a “perigo”. A noção de “perigo” refere-se, sobretudo, à possibilidade de rebeliões e tomada de reféns.

⁷ Os “setores” correspondem, quase sempre, aos locais de trabalho de funcionários. Os locais de trabalho dos detentos são denominados como “canteiros de trabalho”.

cronograma de entrevistas por mim proposto. Tadeu respondeu que a funcionária que seria contatada havia dito que a direção estava ciente. Esta informação, no entanto, precisou ser validada e Tadeu, com minha carteira de identidade nas mãos, seguiu até a direção para confirmar a autorização. Minutos depois retornou e ligou novamente para Nelson, que finalmente autorizou a minha entrada após saber que o diretor “*estava a par da situação*”.

Penso ser possível compreender as queixas sintetizadas por Gisele na frase supracitada e o episódio acima descrito como indícios da disputa por legitimidade e autoridade na instituição. Nelson parece ter insistido na confirmação da autorização de minha entrada na unidade não apenas por esta ser uma de suas funções, mas também para expressar sua autoridade sobre os acontecimentos na unidade. Não bastou saber que o responsável do setor estava ciente de minha presença na unidade e aguardava-me na escola; seu aval foi imprescindível para eu ultrapassar as grades da portaria rumo à PPC.

A atitude de Nelson remete à discussão de Da Matta sobre “*você sabe com quem está falando?*” (DA MATTA, 1983). E seria possível identificar esta atitude nas relações entre a Diretoria e Nelson (a quem ele precisou reportar-se); entre Nelson e Tadeu; entre eles e mim. O que pareceu estar em jogo aqui não foi apenas a autoridade produzida pela hierarquização de funções e pela necessidade de estabelecer regras assegurando a segurança de todos no presídio. Tratou-se também, do meu ponto de vista, de uma disputa entre diferentes discursos que se realizavam sobre o universo prisional, discursos que se formulavam a partir das trajetórias pessoais que os diferentes **agentes** traçavam dentro e fora da instituição, ou seja, através das ocupações assumidas na instituição, de suas formações intelectuais e de suas experiências no e com o universo prisional. Em outras palavras, existia uma concorrência entre os que estão geográfica e simbolicamente mais e menos “próximos” dos detentos, entre os que tinham maior ou menor “competência” para compreender o universo no qual trabalham.

Temos assim o discurso do pessoal responsável pela administração das unidades, o discurso da equipe da Divisão de Assistência Social (DIAS), da equipe pedagógica, da equipe de segurança, dos agentes religiosos atuantes nas unidades e dos próprios detentos que, como veremos, muitas vezes se apropriavam e ressignificavam um ou outro discurso para se afirmarem como uma voz ativa na instituição. E todos estes discursos competiam entre si na tentativa de definir qual é a “verdade” sobre o universo prisional, partindo de suas visões peculiares de mundo.

Uma destas “verdades”, aceitas pela maioria dos meus informantes que ocupavam cargos de chefia era a de que nas unidades penais os detentos receberiam, todos, o mesmo tratamento.

Por esta razão não haveria diferença, segundo Humberto, fazer a minha pesquisa na PPC, na PCE ou na CPA - salvo que nesta última, conforme anteriormente mencionei, a “segurança” com relação a mim seria menos rígida por conta do regime de reclusão destes detentos.

A “segurança” estaria ambigualmente associada ao tempo de reclusão e à unidade em que o detento se encontra. Parecia existir a idéia de que a progressão de regime seria acompanhada por uma “progressão de caráter”, pelos efeitos da ressocialização, ou então por uma progressão de “revolta” e “malandragem”⁸, no sentido de que a prisão também era vista como uma “escola do crime”, como ouvi de um grupo de detentos e AP’s (Cf. também FAERMAN, 1997).

Pude ouvir de alguns informantes que os detentos da PCE, por exemplo, seriam mais “difíceis” que os da PPC primeiramente porque na PCE todos já estariam condenados, tendo “puxado vários anos de cadeia”; em segundo lugar, porque o número de detentos da unidade é o dobro da PPC (em função da capacidade de lotação da unidade) e, por isso, seria mais difícil trabalhar ali. De outros informantes ouvi a opinião contrária: os detentos da PPC seriam mais “difíceis e perigosos” porque estariam ainda “revoltados” com a detenção e não teriam ainda internalizado as regras de convivência como os reincidentes e os que cumprem as suas penas na PCE. Os detentos que estão na CPA, unidade de regime semi-aberto considerada a “porta de saída da cadeia” comportaria os detentos menos “perigosos” e “aptos a serem reintegrados à sociedade”. Uma razão para isso seria o fato de já terem cumprido a maior parte do tempo de suas penas; outra, da maioria estar “implantados” em algum “canteiro de trabalho” na própria unidade ou em serviço externo. Um terceira razão e talvez a mais valorizada de todas seria o fato destes detentos terem a perspectiva de logo “saírem em liberdade”, aspecto ausente na maior parte dos casos nas outras unidades, o que os deixaria mais “calmos”.

Estas informações indicam que as unidades não são tão “iguais” como pretendia o discurso de Humberto e da maioria dos diretores das unidades com quem conversei. Muito embora os detentos - e funcionários - estivessem submetidos a uma rotina semelhante num espaço delimitado (e, como Goffman conceitua, totalizante), isso não significa, necessariamente, que todos recebiam o mesmo tratamento. Afirmando isto porque as relações sociais entre funcionários e detentos e destes entre si eram construídas nas e pelas representações acionadas para e/ou pelos detentos. Em resumo: a relação entre a “segurança” e a “igualdade” era mais complexa do que parece à primeira vista, como buscarei demonstrar a seguir.

⁸ A “malandragem” refere-se ao ter o domínio prático do jogo, parafraseando Bourdieu; significa dominar as regras de convivência e saber manipulá-las sem prejudicar nenhum detento, nem a si próprio.

Teríamos os detentos mais e menos "perigosos", tipologia estabelecida a partir dos delitos que não é exclusiva ao corpo de funcionários, mas que também fazia parte do imaginário dos detentos. Os crimes contra a vida (estupro, homicídio e seqüestro), categorizados como crimes hediondos pelo Código Penal, eram condenados pela "massa carcerária". Os detentos que ingressam na unidade e que cometeram um desses crimes (especialmente o primeiro) podiam ser - e muitas vezes eram - alvo de retaliações dos próprios detentos, sofrendo agressões físicas, verbais e simbólicas como ter que se tornar a "mulherzinha da cadeia", ou seja, o agente passivo numa relação sexual homossexual, assim como ser coagido a assumir as tarefas de limpeza de cela. Os detentos que praticaram seqüestro ou estelionato, por exemplo, às vezes eram classificados como "mais inteligentes", porque estes crimes exigiriam "maior elaboração mental que um furto". Tal opinião, emitida por Gil, um agente penitenciário, foi corroborada por outros AP's e técnicos da DIAS.

Esta tipificação dos detentos, realizada a partir da combinação de diversos critérios (por exemplo, crime cometido e unidade em que está preso) funcionava, como atenta Coelho (1987), como uma espécie de mapa mental da prisão, orientando as ações realizadas com relação aos detentos. Conforme Coelho,

"estas tipificações não constituem apenas 'mapas' cognitivos com o auxílio do qual o guarda se orienta em meio à 'sociedade dos cativos', mas suprem-no também com regras práticas de conduta para as ocasiões em que tenha de lidar face a face com os presos. Um dos aspectos mais importantes destas tipificações é que elas se sobrepõem a qualquer outra classificação que os códigos ou leis penais procurem introduzir como princípios para o tratamento dos internos. Primário *versus* réincidente, penas curtas *versus* penas longas, periculosidade *versus* ausência de periculosidade, todas essas classificações oficiais ou legais tomam-se subalternas daquelas elaboradas com base na experiência do guarda e aplicadas na solução de situações práticas do seu cotidiano ou na solução de dilemas peculiares à função" (COELHO, 1987: 80).

O trabalho também era definidor, pelo que pude perceber, das representações positivas ou negativas sobre o detento. A participação nas atividades propostas pelo DEPEN, mais especificamente, na escola e nos "canteiros de trabalho" - e, em algumas situações, também a religião, como buscarei demonstrar ao longo desta dissertação - não implicava apenas em representações positivas sobre o detento, mas também a concessão de benefícios. Pude verificar numa unidade visitada, por exemplo, a existência de uma cela exclusiva para os detentos que trabalhavam na própria unidade. Esta tinha um banheiro anexo com chuveiro e era ligeiramente mais espaçosa que as demais.

Conforme Goffman, o sistema de privilégios definido pelos funcionários é um dos elementos chaves para a compreensão das instituições totais - os outros elementos seriam as “regras da casa” (GOFFMAN, 1992a : 50) e o sistema de castigos. Minhas observações apontam na mesma direção que a análise que Goffman realiza sobre a relação entre o sistema de benefícios, o trabalho e o espaço. Para este autor,

“os castigos e privilégios passam a ligar-se a um sistema de trabalho interno. Os locais de trabalho e os locais de dormir se tornam claramente definidos como locais onde há certos tipos e níveis de privilégio, e os internados são freqüente e visivelmente levados de um local para outro, como um recurso administrativo para dar o castigo ou prêmio justificados por sua cooperação. Os internos são mudados, não o sistema. Por isso, podemos esperar certa especialização espacial; uma enfermaria ou uma barraca adquirem a reputação de local de castigo para internados muito teimosos, enquanto alguns postos de guarda se tornam conhecidos como castigo para os funcionários” (GOFFMAN, 1992a : 52).

Na perspectiva de Goffman, os pequenos prêmios e benefícios concedidos aos detentos obedientes às regras da instituição – ao contrário do que ocorre com os desobedientes, que recebem castigos – seriam possibilidades previstas pela instituição para suavizar aquilo que o autor denomina como **mortificação do eu**: um processo no qual o interno é ajustado à instituição, através de mecanismos racionalizados com o objetivo final de controlá-lo e reformá-lo. Segundo Goffman, os mecanismos de mortificação do eu seriam: a perda da autonomia para realizar atos que, noutra situação, seriam considerados banais (como solicitações para entrar e sair de determinado ambiente); a obrigatoriedade de utilizar determinadas expressões de deferência⁹; a atribuição de apelidos; a adoção e proibição de determinadas posturas corporais; a investigação da trajetória pessoal e a divulgação da mesma para o corpo técnico. Em resumo, a ampla destituição de bens individuais - a palavra, o corpo e o passado privado – como meio de re-programar o interno e admiti-lo na instituição ¹⁰.

A concessão de benefícios – como, por exemplo, o de espaços e tarefas privilegiadas – não era, na lógica deste universo, contraditória com o discurso sobre a “igualdade”, salientado

⁹ Neste sentido, vale trazer aqui o relato de Raul, um detento cumprindo pena na PCE: “(...) ao chegar na prisão – até então eu não tinha freqüentado uma escola, eu não tinha tido uma convivência maior com família porque tinha ido pra rua, pelo mundo. E aí, na prisão (...) conheci então regras que até então eu não tinha conhecido, ou seja, passei a ser doutrinado com escola, com horário de levantar, com tudo aquela regra que tem na penitenciária que pra mim não existia aquela doutrina, respeitar os funcionários, aquela coisa toda [de responder sempre aos funcionários] ‘não senhor’, ‘sim senhor’. Pra mim tudo aquilo ali era vago, que eu não tinha ainda, pra mim era viver no mundo, né, perdido, conhecendo prostituição, uma série de coisas (...). E passei a ter aquela formalidade do sistema penitenciário e fui me envolvendo.” (Raul, entrevista, 29 /10/1999).

¹⁰ “Muito freqüentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado” (GOFFMAN, 1992a : 25).

pelos diretores das unidades. Eram diferentes práticas discursivas produzidas a partir das diferentes experiências dos funcionários com o universo prisional, em função da posição ocupada na hierarquia burocrática das unidades, de suas visões de mundo e, especialmente, pela negociação da autoridade e da segurança. Em suma: existia um discurso jurídico que, simultaneamente, previa a equidade de direitos e diferentes planos sobre os quais a igualdade se pensava (como por exemplo, a concessão de benefícios de acordo com avaliações positivas sobre o “*bom comportamento*” do detento); havia também um sistema de “méritos” fundamentado na combinação de diferentes atributos e *status* que podiam ser acionados para reivindicar diferentes benefícios¹¹.

E dentro de cada uma destas categorias – trabalhador/não trabalhador; tranquilos/perigosos; estudantes/não estudantes – havia uma variada gama de níveis nos quais os detentos podem ser classificados¹². Dentre os detentos que trabalhavam, por exemplo, existia uma hierarquização de acordo com o tempo de serviço no “*canteiro*”, a experiência e a habilidade na execução de determinada tarefa. O grupo de detentos tomava-se subordinado às orientações de um “*mestre*”, detento escolhido pelos AP’s para coordenar as tarefas do setor. A distribuição dos detentos entre os diversos “*canteiros*” e funções não levava apenas em consideração qual atividade o detento declarou, ao entrar na unidade, estar realizando antes de ser preso, mas obedecia também critérios definidos pelos agentes penitenciários. Os detentos que eram “*implantados*” nos setores dos funcionários (como o escolar, por exemplo), da mesma forma que os “*mestres*” e os “*chamadores*” (detentos escolhidos para localizar os detentos e funcionários pela unidade) eram escolhidos dentre aqueles que tem “*o melhor comportamento*” e, por esta razão, tornaram-se detentos “*de confiança*” dos AP’s.

De acordo com funcionários de diferentes ocupações na instituição penal, a definição dos detentos “*de confiança*” teria que ser, necessariamente, realizada pelos AP’s, uma vez que eram eles que estavam em contato direto com os detentos e por isso a possibilidade do detento ter um **comportamento de fachada**¹³ para o agente penitenciário seria menor que para outros especialistas. A autoridade dos agentes penitenciários se pautava, portanto, na valorização do seu

¹¹ E possivelmente haveria outros mecanismos “ilícitos” que também são acionados para negociar autoridade e benefícios. Apesar de algumas insinuações a este respeito, não busquei verificá-las e validá-las.

¹² Cabe observar que as diferenciações também se faziam presentes nas diversas categorias profissionais, como é o caso do corpo de funcionários técnico-administrativos. Assim, temos diferenciações entre os funcionários com relação a gênero, idade, tempo de serviço, formação escolar e unidade em que trabalha, entre outras.

¹³ Conforme Goffman: “Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1992b : 29).

conhecimento prático sobre o cotidiano da prisão e sobre a “segurança”. O que vale lembrar é que se tratava de uma autoridade negociada com os detentos no cotidiano da instituição.

Pude verificar ao longo de meu trabalho de campo que as unidades penais tinham as suas especificidades, não apenas em função do regime de reclusão (fechado ou semi-aberto), gênero dos reclusos (masculino ou feminino) e representações sobre a “segurança” e o “perigo”, mas também quanto ao tratamento destinado à pesquisadora e entendimento dos objetivos da pesquisa. Logo no início do trabalho de campo percebi que não seria interessante definir uma única unidade para pesquisar, uma vez que encontrei diferentes condições de acesso nas diferentes unidades: na PPC estabeleci contato com a equipe da escola e, através delas, com detentos **convertidos** e **descrentes** sem maiores problemas; na PCE, meu acesso também deu-se através da escola, mas ali com o apoio incondicional da equipe de segurança e, em especial, de alguns agentes penitenciários, o que certamente facilitou minha negociação para entrada nesta unidade bem como o andamento da pesquisa.

Ainda que a decisão de trabalhar com duas unidades tenha dificultado, em certa medida, uma familiarização mais imediata com o campo, por outro lado permitiu-me cruzar algumas informações que não conseguiria se me tivesse detido numa única unidade, além de aproveitar as oportunidades únicas que cada uma delas ofereceu-me. Assim, meu campo dividiu-se entre visitas à Prisão Provisória de Curitiba (PPC) e à Penitenciária Central do Estado (PCE)¹⁴.

1.2 Redefinindo o universo da pesquisa e as estratégias de acesso

A segunda reformulação no projeto inicial foi quanto ao universo pesquisado e ao método de trabalho. Sempre tive em mente que a entrada no campo poderia sofrer restrições, mas durante a execução do projeto de pesquisa tinha a idéia de que o acesso aos funcionários e agentes religiosos transcorreria sem maiores problemas e que ao longo da pesquisa o acesso aos detentos tornar-se-ia menos complicado do que se esboçava nos primeiros contatos. No entanto, durante o trabalho de campo precisei rever algumas decisões previamente tomadas.

¹⁴ Ambas as unidades eram de segurança máxima. A PPC e a PCE diferenciavam-se, basicamente, pelo número de detentos que estão presos em cada uma das unidades (aproximadamente 800 homens na PPC e 1500, na PCE) e pela situação jurídica destes. A PPC foi projetada para abrigar detentos de “média e alta periculosidade” que aguardam julgamento; a PCE destina-se à reclusão de detentos já sentenciados. Na prática, no entanto, estas distinções não são tão rígidas, em função do problema de superlotação.

1.2.1 Tempo de pesquisa

Como já mencionei anteriormente, na primeira solicitação para visita às dependências físicas das unidades, fui alertada que não seria autorizada pelo DEPEN para realizar a pesquisa junto aos detentos durante três meses consecutivos. A alternativa que me pareceu mais adequada foi a de não insistir em compactar as entrevistas num único mês, conforme sugestão recebida de Humberto. O argumento de Humberto para reduzir a pesquisa a um curto espaço de tempo era o de que assim os AP's não ficariam desviados de suas atividades rotineiras por terem que acompanhar a pesquisa, deslocando os detentos para entrevistas e garantindo minha segurança.

Poderia resumir o pensamento de Humberto afirmando que minha interferência na rotina não era bem-vinda por um período longo. Mas para a pesquisa seria complicado, especialmente quando se parte de idéia de que é preciso conviver entre os nativos para apreender os significados atribuídos por eles as suas ações. Pretendia passar o maior tempo possível na unidade para poder realizar, dentro dos limites, o registro do que meus informantes “realmente fazem” além daquilo que eles “dizem fazer”.

Somente redigindo esta dissertação percebi que agendar as idas a campo para conversar com os detentos com certo intervalo de tempo entre cada uma das sessões - e, neste intervalo, dedicar-me a outras atividades, como entrevistas com os outros grupos de meu universo de pesquisa, fora da unidade - foi uma decisão acertada. Não apenas porque permitiu-me “ganhar tempo”, mas, principalmente, porque pude tornar-me menos visível aos olhos dos funcionários.

A perspectiva de ter alguém “de fora” da instituição “dentro” dela por muito tempo parece ter provocado uma reação negativa, mas previsível: eu não estaria apenas alterando a rotina prisional, mobilizando os AP's e demais funcionários com a minha pesquisa, mas estaria adentrando um universo peculiar e “descobrimo” as regras que o estruturam. Não é possível determinar se passar o maior tempo possível na instituição alteraria de modo significativo minha percepção desta instituição penal, nem se produziria outras conclusões nesta pesquisa, mas certamente minha presença contínua nas unidades penais contrariaria a política protecionista da instituição.

Não quero afirmar, com isso, que os procedimentos de “segurança” não tenham sido (e não sejam) necessários. Mas durante a execução da pesquisa, a atuação dos especialistas e dos agentes

penitenciários limitou-se aos primeiros contatos com os detentos e ao preenchimento de autorizações para que os detentos se locomovessem pela unidade até o local da pesquisa, no caso, as salas de aula. Em nenhum momento agentes penitenciários foram deslocados de outros postos de observação para a escola para “aumentar” a segurança do local; em apenas uma de minhas visitas eu fui revistada, como comentarei adiante; nenhum funcionário acompanhou os detentos de suas celas até a escola, mesmo porque quem localiza os detentos pela unidade são os “*chamadores*”. Portanto, minha presença e a pesquisa não mobilizaram tantos funcionários e esforços efetivos como afirmava Humberto, dentre outros informantes.

O “medo” de ter uma estranha acompanhando sistematicamente as atividades da instituição parece ter sido maior que o “medo” de minha presença na unidade potencializar uma rebelião, visto que os procedimentos de segurança não foram visivelmente alterados em função de minha presença. Talvez por esta razão Humberto tenha sugerido apenas um mês para a realização da pesquisa com os detentos; talvez pela mesma razão, a direção da PCE tenha sugerido a realização de grupos focais¹⁵, concentrando o trabalho num mesmo dia, como descreverei em outro momento. Ter ultrapassado o cronograma original e estendido o período de idas a campo até novembro de 1999, espaçando as idas ao campo de pesquisa, diminuiu esta tensão inicial¹⁶.

1.2.2 Funcionários e agentes religiosos

Todos os funcionários contactados, sem exceção, dispuseram-se a conversar comigo sobre a presença dos grupos religiosos no interior das unidades e sobre os detentos que anunciam sua conversão (Cf. Capítulo II). As conversas com os especialistas da DIAS e com os diretores das unidades foram agendadas com antecedência e transcorreram sem maiores problemas. Os agentes penitenciários foram contactados à medida que eu ia a campo e, com o decorrer do

¹⁵ Grupo focal é uma técnica de pesquisa exploratória apropriada para estudos qualitativos. Consiste na reunião de entrevistados para discussão de temas propostos por um moderador que segue roteiro previamente elaborado. Quando possível, ocorre em sala de espelhos, para que outros observadores e analistas acompanhem a reunião e atentem para os aspectos de comunicação não-verbal. Nesta pesquisa, a técnica foi adaptada segundo as circunstâncias locais.

¹⁶ Estratégia semelhante foi utilizada por Ramalho (1979) para coletar dados no fichário e realizar entrevistas com os detentos na Casa de Detenção de São Paulo.

tempo, eles próprios me procuravam para saber da pesquisa e emitir suas opiniões a respeito dos **convertidos**.

Concluída esta primeira fase da pesquisa, tentei agendar as entrevistas com os agentes religiosos, primeiramente através de ligações telefônicas. Não tive muito sucesso, pois muitos dos números de telefones obtidos junto à chefia do DIAS, responsável pelo credenciamento¹⁷ dos mesmos, estavam desatualizados – o que causa estranheza quando lembramos o discurso realizado sobre a “*segurança*”. Além desta dificuldade inicial de encontrá-los, concluí que esta seria uma forma impessoal de estabelecer um contato que, penso, necessitava ser de outra natureza para o satisfatório andamento da pesquisa. Como alternativa, tentei montar “plantões” na portaria da PPC, esperando-os no horário de saída dos cultos realizados no interior da PPC.

Durante estes “plantões” passei a ser reconhecida por alguns funcionários e me familiarizar um pouco mais com aquele universo, ao mesmo tempo que me confrontar com as dificuldades que esta familiarização implica. Como ilustração, trago um registro de meu diário de campo:

“Na portaria, reconheci dois agentes penitenciários: Tadeu, que havia me atendido numa de minhas idas para entrevistar uma funcionária e Ana, uma agente penitenciária que me revistou uma vez. Cheguei perto do guichê e perguntei se os pastores da Igreja Universal já haviam saído do culto. Fui informada que o “*pessoal evangélico*” não havia saído ainda, o que possivelmente iria ocorrer dentre dez minutos. Perguntei se poderia aguardá-los ali e informei que era para a pesquisa sobre os grupos religiosos. Sentei-me num banco estofado que fica junto à parede da guarda-volumes da portaria, à direita de quem entra no prédio e do lado oposto ao guichê de identificação. Não aguardei nem dez minutos, Tadeu fez um sinal com a cabeça – inclinando-a para a porta por onde os pastores entrariam na portaria - indicando-me que os pastores estavam chegando. Neste mesmo momento, Tadeu me perguntou: “*você já esteve aqui outro dia, né?*”. Respondi afirmativamente. Fiquei feliz porque ele me reconheceu. “*E você é o Tadeu, né?*”, perguntei-lhe com a intenção de demonstrar que também me lembrava dele. Brinquei dizendo que se ele havia se lembrado de mim, eu também tinha que me lembrar dele. Tadeu riu e neste momento se aproximaram os dois homens da Igreja Universal do Reino de Deus. Um deles, com um terno caramelo e uma bíblia na mão, Pr. Jorge, e outro, com trajes mais esportivos, seu auxiliar Ricardo, como pude ler em seus crachás. Aproximei-me e pedi para falar com eles. Pr. Jorge pôs-se a falar muito alto sobre as atividades de “*recuperação*” dos detentos: de como era importante este “*trabalho*”; de como presos que nunca haviam recebido a visita de familiares haviam conseguido isto depois que começaram a participar das *reuniões*; de como eles já haviam curado pessoas doentes, pois haviam expulsado os “*espíritos do mal*” que atuavam naqueles detentos.

Naquele momento lembrei-me do livro de Edir Macedo, onde ele escreve que os espíritos do mal se alojam nas células e nos vírus que atacam os doentes. De acordo com o Bispo, expulsando os “*demônios*” é possível produzir as curas. Pastor Jorge continuou “*pregando*”, reproduzindo este discurso que para mim ainda é difícil relativizar, por mais que eu compreenda que faz parte da lógica dos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus.

¹⁷ Solicitava-se que o requerente apresentasse cópia de identidade, endereço, atestado de antecedentes criminais e um ofício da denominação religiosa que representa, atestando seu vínculo à igreja e sua capacitação para representá-la na unidade.

Enquanto Pr. Jorge falava e Ricardo ao seu lado confirmava o discurso, ora com gestos, ora com palavras, percebi que as atenções dos agentes penitenciários presentes na portaria estavam voltadas para nós naquele momento. Talvez porque o Pr. Jorge falasse muito alto. Talvez porque enfatizasse tanto as ações demoníacas e a eficácia de sua igreja em exorcizá-los. Talvez porque eu estivesse completamente “sem ação”, confrontando intimamente o discurso veemente do pastor e meus próprios valores. Ou ainda, por causa destas coisas todas.

Fiquei com a forte impressão que nada mais se ouvia além do discurso do Pr. Jorge; nada mais se fazia além de observar a pregação do pastor e a minha reação. Esta sensação de as coisas terem ficado “suspensas” naquele momento deixaram-me nervosa, o que tentei não demonstrar.” (Diário de campo, 22/07/1999).

Noutro “plantão” encontrei a PPC agitada, mas uma agitação alegre, se é possível pensar nestes termos. Muitos agentes penitenciários sem “uniforme” - um colete preto, com uma tarja cinza na altura dos ombros e outra na metade do peito, e nas costas a identificação “agente penitenciário” escrito em semicírculo em letras brancas - estavam saindo da PPC. Não me pareceu troca de turno e, de fato, não era. Descobri posteriormente que se tratava de um campeonato interno de futebol. Não consegui descobrir se apenas os agentes penitenciários da PPC estavam jogando ou se funcionários de outras categorias e unidades ou times de detentos estariam concorrendo.

A sensação que tive de ter sido observada atentamente pelos AP’s que trabalhavam na portaria enquanto ocorria a “pregação” do Pr. Jorge não foi equivocada. Assim que cheguei e me identifiquei na portaria, perguntando se o “pessoal da capela” já havia saído, fui informada que não. Um AP então falou qualquer coisa como “*Você já esteve aqui outro dia. É sobre a pesquisa, né?*”. Pedi para aguardar e para que me indicassem quando algum representante religioso estivesse saindo, afirmando que não os conhecia ainda e por isso não poderia reconhecê-los sem a ajuda dos AP’s.

Momentos depois, um agente penitenciário, que lembro ter visto numa das idas a PPC, chamou-me no guichê. Perguntou-me de que igreja eu era. Respondi que não representava nenhuma igreja, que estava pesquisando-as e tinha dificuldades para localizar os pastores. O agente penitenciário então perguntou se já haviam me dito quem estava lá dentro e respondi que não. Ele pegou então uma folha azul que tinha registrado o nome dos oito agentes religiosos que estavam lá dentro: um da Federação Espírita, seis da Pastoral Carcerária e um da Congregação Cristã do Brasil. Não pude deixar de observar o interesse dos agentes penitenciários nestes meus contatos e cheguei mesmo a pensar que eles estavam se “divertindo” comigo. Algo diferente na PPC, para variar a sua rotina.

A estratégia dos “plantões” para contactar os agentes religiosos não foi totalmente eficaz. Mesmo tendo realizado contato com a maior parte dos pastores, obreiros e voluntários

cadastrados para visitar os detentos na PPC, não consegui entrevistá-los posteriormente, pois alguns forneceram telefones e endereços nos quais não foram localizados - como por exemplo, o Pr. Jorge, da IURD, e o Pr. Ademir, da CCB. Tal atitude foi interpretada como uma recusa em falar sobre o assunto, apesar de alguma insistência minha. Optei por priorizar as entrevistas com os detentos, não apenas para tentar respeitar o cronograma de trabalho, mas também porque percebi a relativa importância destes agentes religiosos “externos” ao Departamento Penitenciário, como tentarei demonstrar nos próximos capítulos.

1.2.3 Detentos

Inicialmente planejava conversar com os detentos individualmente, questionando-os sobre suas trajetórias de vida e, especialmente, suas opções religiosas, experiências de conversão e os significados desta para a sua vida na penitenciária e fora dela. Pretendia realizar várias entrevistas com cada um dos detentos, por vários dias consecutivos. Isto não foi permitido em virtude do entendimento dos funcionários sobre a pesquisa. De acordo com eles, a duração da pesquisa e suas condições de execução deveriam submeter-se às “*condições de segurança*” e outros procedimentos.

Conforme mencionei anteriormente, o receio dos funcionários com relação à pesquisa era transmitido através de um discurso enfático sobre as várias limitações que a mesma sofreria “*por razões de segurança*”. A primeira delas recairia sobre o tempo que eu poderia passar na unidade, conversando com os detentos. Em segundo lugar, haveria necessidade de realizar uma série de procedimentos burocráticos para executar estas entrevistas: primeiramente o detento deveria ser consultado sobre se gostaria ou não de participar da pesquisa; em seguida, seria necessária a autorização de um juiz da Vara de Execuções Criminais. Isto tudo se os funcionários também se dispusessem a realizar os contatos necessários e planejar a “*segurança*”. Por fim, a garantia da minha própria segurança no local.

Se eu, a princípio, não pudesse transitar pela unidade, observar os cultos e conversar com os detentos, dependendo sempre das autorizações de várias instâncias hierárquicas e estando sempre acompanhada por agentes penitenciários, como poderia ter acesso a meus informantes? Eu supunha que os pastores e obreiros pudessem auxiliar-me neste sentido, indicando alguns

detentos para participarem da pesquisa, mas o próprio acesso aos agentes religiosos “externos” ao DEPEN não foi bem sucedido, pelas razões já expostas.

A primeira saída que o próprio campo apontou foi a escola da PPC. Foi ali que pela primeira vez pude conversar com os detentos sem maiores dificuldades. Foi na escola também que surgiu a possibilidade de aplicação de um questionário junto aos detentos, o que resolvia parcialmente as minhas dificuldades de acesso aos **convertidos** e, sobretudo, aos **descrentes**.

Uma pedagoga sugeriu, durante uma de nossas conversas, que eu elaborasse um questionário para aplicar junto aos detentos matriculados na escola da PPC. Esta sugestão pareceu ser uma estratégia interessante de estabelecer uma relação mais próxima com os funcionários da escola na PPC. Tomei a pesquisa por questionários, naquele momento, como uma possibilidade de negociação de minha entrada e permanência no campo de pesquisa.

A preparação do questionário (Cf. Anexo III) foi realizada a partir das informações previamente adquiridas em campo, com detentos e funcionários. Num primeiro momento do questionário, busquei recolher dados pessoais a respeito do detento, tendo a intenção de posteriormente estabelecer correlações entre idade, escolaridade e participação religiosa.

Realizadas estas questões de “identificação” do detento, aos moldes da ficha criminal respondida no ingresso no DEPEN, procurei obter informações sobre as opções religiosas realizadas pelo detento e suas percepções a respeito dos grupos religiosos, em especial dos grupos pentecostais, e do próprio detento que se anuncia como “*evangélico*”. Através das categorias que foram atribuídas pelos funcionários técnico-administrativos, agentes penitenciários e agentes religiosos ao comportamento dos detentos que participam e dos que não participam das “*reuniões*” religiosas, formulei questões abertas pretendendo obter pistas que me ajudassem a pensar o processo de conversão religiosa.

Dado o caráter exploratório do uso dos questionários, a constituição da amostra não levou em consideração os rigores absolutos da estatística. Diferentes especialistas foram consultados e cada qual deu-me uma orientação diferente para definir a amostra, demonstrando que quando se trata de metodologia qualitativa não há muito consenso quanto à representatividade da amostra. Pesquisadores da área humanística afirmaram que a constituição da amostra deveria ser definida de acordo com os objetivos do trabalho; o caráter qualitativo da pesquisa deveria ser levado em consideração e a definição da amostra deveria obedecer critérios que não necessariamente os definidos por uma equação matemática. O único consenso entre os especialistas é o de que a partir de trinta questionários, as respostas tenderiam a se repetir. A representatividade da amostra definida nesta pesquisa pode ser, portanto, considerada como

relativa. Mas a amostragem de 13 % da população carcerária da PPC (n=105¹⁸) foi suficiente para alcançar meus objetivos, ainda que num momento posterior ao inicialmente previsto.

Por todas estas razões não me senti obrigada, neste momento da pesquisa, a esgotar todas as possibilidades de interpretação das respostas obtidas. Tomei-as mais como indicativos que me ofereceram pistas para pensar as outras situações observadas e os discursos realizados sobre os detentos convertidos.

A constituição da amostragem também merece ser notada aqui por outra razão. Eu havia sugerido que a mesma fosse executada a partir da listagem geral dos detentos; no entanto, Virgínia prontificou-se para organizar a amostragem e afirmou que seria “*mais apropriado*” formar três sub-amostras: uma contemplando os detentos de confissão católica; outra, os detentos de confissão pentecostal e uma terceira sub-amostra dos detentos que não participassem de nenhum grupo religioso – cada grupo formado por trinta e cinco detentos. Todos, segundo ela, matriculados na escola.

Este foi mais um dos momentos em que me vi diante de um dilema: deveria considerar os “rigores” das orientações sobre aplicação de técnicas quantitativas de coleta de informações e organizar a amostragem aleatoriamente – para garantir a confiabilidade da amostra e sua representatividade – ou deveria seguir as orientações nativas e correr o risco de ter um ou outro grupo super ou sub-representado? Considerando os limites das minhas expectativas com relação ao questionário, resolvi acatar a sugestão de Virgínia.

O resultado desta minha escolha foi inesperado e produtivo. A relação dos detentos chamados para responder ao questionário foi constituída por um detento, André, e não por Virgínia. Ela havia solicitado a André esta tarefa, por considerá-lo capaz de identificar, dentre os detentos, quem “*realmente era religioso*”.

Católico, ex-seminarista, André trabalhava na escola e pelo que pude perceber durante a aplicação dos questionários, conta com a confiança das funcionárias do setor. Quando descobri que ele havia sido o responsável pela seleção dos detentos, questionei quais tinham sido os seus critérios. Segundo André, era o “*conhecimento de quem realmente participava das igrejas, quem ele sabia que ia com mais freqüência*”. Com isso, a amostra não ficou restrita a quem participa das atividades escolares, mas sim àqueles com quem André mantinha alguma relação, não necessariamente na escola – o que fica claro, por exemplo, no número de respondentes que não freqüentavam as aulas.

¹⁸ Destes, 05 questionários foram devolvidos totalmente em branco e 10 detentos não compareceram. Obtive, portanto, 90 questionários total ou parcialmente respondidos.

As proporções entre os católicos, os evangélicos e os **descrentes** foi mantida na seleção de André, o que não significa que os católicos não tenham sido privilegiados por ele e chamados por primeiro para responderem ao questionário. O fato de terem sido o primeiro grupo a ser constituído para a pesquisa também aponta, até onde pude perceber, a reivindicação de um espaço e atenção que os católicos julgam não ter na unidade penal e que gostariam de ter na pesquisa, como discutirei no próximo capítulo.

A segunda alternativa para o trabalho de campo com os detentos surgiu na PCE, através da equipe de segurança e de uma assistente social, Giovana, que ficou responsável por contactar um representante de cada denominação religiosa requerida e solicitar a ele que indicasse o nome de outro detento que participa do seu grupo, para que ela posteriormente o chamasse para consultá-lo sobre se gostaria ou não de participar da pesquisa.

Não consegui convencer a direção da PCE a autorizar as entrevistas individuais que pretendia realizar com os detentos que representam as igrejas na unidade. As respostas que obtive foram as de que os “*internos eram muito parecidos em termos de comportamento e crença*” e também que as entrevistas individuais fariam com que eu tivesse que ir sucessivas vezes à PCE, o que na visão da direção, seria cansativo para mim e comprometeria a “segurança”, em especial o trabalho dos agentes penitenciários. A contraproposta que recebi foi a de conversar com os detentos em grupos, nos moldes das terapias em grupo executadas pelas psicólogas da instituição.

Percebendo que esta seria a única possibilidade para efetuar a pesquisa, aceitei, negociando porém o número de detentos nos grupos. Para o primeiro grupo focal, solicitei dois subgrupos: um pela manhã e outro à tarde, com duas horas cada “sessão” e oito detentos em cada grupo, sendo dois representantes de cada grupo religioso atuante na PCE, exceto Igreja Católica e espíritas kardecistas.

O encaminhamento que dei consistiu então em aproveitar estas duas aberturas: aplicar os questionários através da equipe da escola na PPC e realizar entrevistas com as lideranças religiosas na PCE. Cabe observar que ambas as técnicas de coleta de dados sugeridas pelas funcionárias das unidades pesquisadas refletem, para além das “*dificuldades com a segurança*”, o entendimento que elas próprias têm do que seja uma pesquisa acadêmica; refletem também a dificuldade que o antropólogo encontra em demonstrar a seus informantes que as “infindáveis” conversas e questionamentos do como e do porquê das coisas obedece a alguns critérios e produz resultados válidos.

Os questionários e a organização de grupos focais, como qualquer técnica de coleta de dados, trouxeram benefícios e deixaram lacunas. Mas em função do tempo e das próprias

condições do trabalho de campo numa **instituição total**, penso que foram de extrema importância para a realização desta pesquisa.

A idéia inicial foi trabalhar exclusivamente com os detentos de confissão pentecostal cujas igrejas estivessem atuando na PCE. No entanto, ao longo das reuniões de pesquisa o critério de inclusão e exclusão de informantes teve que ser revisto. Primeiramente em função da posição que cada grupo religioso ocupava no **campo religioso** formado na PCE: por exemplo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), que não é uma igreja de orientação pentecostal ¹⁹, tinha maior destaque e atuação na unidade que outras igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus ou a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). Por esta razão, a IASD foi incluída na pesquisa, além do fato desta denominação religiosa compartilhar alguns traços da cosmologia pentecostal.

Em segundo lugar, foi considerado o interesse dos detentos em continuar participando das demais sessões de discussão. Os representantes da Igreja Pentecostal Deus é Amor (DA) e da IIGD, por exemplo, não compareceram em algumas reuniões, o que ocorreu após terem se mostrado pouco à vontade em debater com o grupo. Outros detentos, inicialmente não convidados por Giovana para os grupos, começaram a participar deles no decorrer da pesquisa e foram incluídos como relato no terceiro capítulo.

2. Conhecendo as unidades penais: a segurança como limite

O DEPEN era formado por onze unidades "executivas": Centro de Observação Criminológica e Triagem (COT), Prisão Provisória de Curitiba (PPC), Colônia Penal Agrícola (CPA), Complexo Médico-Penal (CPM), Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE), , Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), Penitenciária Feminina de regime semi-aberto do Paraná (PFA), Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), Penitenciária Estadual de Maringá (PCM), Prisão Industrial de Guarapuava (PIG) e Patronato Penitenciário do Paraná (PATR). Destas, apenas as quatro últimas não foram visitadas.

¹⁹ Cf. a discussão de Fonseca (1997) sobre os adventistas. Fonseca aponta como eles são ora incluídos, ora excluídos da categoria protestante em diversas pesquisas e recenseamentos, confirmando a análise de D'Épinay (1970) sobre a situação de fronteira do grupo: “ora são vistos como pertencentes ao protestantismo e ora como seitas externas à esse grupo” (*apud* FONSECA, 1997 : 03). Meus informantes, freqüentadores da IASD, afirmam-se como “*cristãos*”, incluindo-se na grande categoria dos protestantes, e fazem questão de salientarem que não são um grupo de orientação pentecostal.

Passo agora a realizar uma breve descrição da trajetória do detento ao ser transferido da delegacia para o DEPEN e, em seguida, de algumas características das duas unidades penais onde desenvolvi esta pesquisa.

2.1 Ingressando no “Sistema”: algumas rotinas de segurança

O Centro de Observação e Triagem (COT) era uma unidade de transição de detentos: o local por onde necessariamente todos os detentos passavam, por ser a unidade de ingresso e “*triagem*”. Seria a unidade onde ocorre aquilo que Goffman define como o “processo de admissão” do interno, ou seja, período no qual o detento é programado e passa a aprender as regras de convivência e a rotina da instituição. A conversa com a equipe administrativa foi extremamente instigante, uma vez que consegui obter relatos sobre o funcionamento não apenas daquela unidade, mas dos encaminhamentos dados aos detentos a partir dali e do cotidiano de uma instituição penal.

Ao chegar no COT, o detento era fotografado e tinha suas digitais recolhidas e conferidas com os registros do Instituto de Identificação. O funcionário responsável pelo setor comentou que muitos detentos apresentavam carteira de identidade falsa, geralmente a dos irmãos; esta seria uma estratégia para tentar reduzir a pena, apresentando-se com uma “*ficha limpa*”. Em seguida o detento recebia cuidados em relação a sua higiene e saúde, pois “*muitos vêm da delegacia sujos, com piolho (...), nas delegacias normalmente não se tem muita higiene, então eles aqui recebem um uniforme da instituição até que lavem as suas roupas ou que a família traga uma muda de roupa limpa*”. Depois encaminhava-se o detento aos especialistas: advogados, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. O detento permanecia no COT aproximadamente trinta dias e sua transferência para as outras unidades depende da disponibilidade destas em recebê-lo ou não.

Em todas as unidades, diariamente produzia-se um relatório onde eram detalhadas todas as atividades desenvolvidas, como por exemplo o registro do número de detentos que ingressaram e quantos foram transferidos. Pude verificar que todas estas unidades operavam além de sua capacidade máxima. Como posteriormente ouvi de um diretor, “*não é capacidade máxima, é ocupação máxima. Onde antes haviam camas, foram colocados beliches e agora triliches*”. Na PPC havia um excedente de 209 detentos e na PCE, 180, segundo as estatísticas de junho/98.

Esta informação acabou levando o funcionário a falar sobre as regras de segurança adotadas nas unidades penais. Todos os dias era realizada a revista das grades, também chamada de “bate-grades”: o agente penitenciário “*pega um bastão de ferro e vai passando pela grade. Se fizer um som diferente é porque foi serrada*”. Também realizava-se uma revista no interior das celas, para ver se haveria alguma saliência onde possam ser escondidos objetos ilícitos. Numa conversa com o diretor desta unidade sobre os procedimentos de segurança, obtive o seguinte relato sobre o caso de um agente penitenciário que impediu uma fuga na PCE:

“Tinha um agente de segurança, já velho [no DEPEN] e bastante respeitado pelos presos. Ele sempre tinha cigarro no bolso, passava e oferecia pra um, oferecia pra outro. Cigarro de palha. Tirava o fumo do bolso, enrolava e fazia o cigarro. Daí o preso tá lá, sem cigarro, não tem ninguém pra levar cigarro pra ele. O que que acontecia? Ele dava cigarro pro preso e recebia informação, recebia arma em troca. [franzi a testa, como que perguntando: armas? Como? Gustavo entendeu minha indagação e me responde] Sim, porque com qualquer coisa eles fazem uma arma [pega um abridor de cartas de um porta canetas que está em cima de sua mesa] Caiu isto no chão [deixando cair o abridor de cartas sobre a mesa], pega, põe um barbante aqui na ponta e tá feito um estoque. Ele sabia negociar com os presos. E os presos conhecem os seguranças, sabem tudo dele. Só pelo jeito dele andar, de dizer bom dia, eles já sabem se ele está bem ou não. Os presos sabem de tudo, às vezes mais que a gente. O preso lá da última cela quem está conversando aqui comigo. Eles sabem quem entrou na penitenciária, quem saiu. Sabem se vai ter rebelião. Aliás, isto dava um estudo bastante interessante, sobre a velocidade da comunicação no presidio. (...) E o segurança também passa a conhecer os presos. Bem, tinha um [detento] lá que era sempre fechado, não conversava com ninguém, sempre na dele. Até que foi uma manhã, o preso passou pelo segurança e disse bom dia. O segurança achou estranho. Chegou para os superiores e falou que tinham que fazer uma revista naquele setor. A revista é feita por amostragem, você sabe, porque lá na Central com 1 500 presos não dá pra fazer geral todos os dias, então eles fazem por amostragem. Daí o segurança insistiu que achava que tinha alguma coisa errada naquele setor. Pois foram lá e encontraram um buraco enorme, um túnel que já estava lá na rua e por onde, naquela noite, vários presos iriam escapar. Veja só, foi só porque aquele preso disse um bom dia ele já percebeu que tinha alguma coisa errada?”. (Diário de campo, 23/04/1999).

Mais que trazer o exemplo de como procedia-se à revista nas celas, este relato é interessante por revelar um aspecto das relações entre funcionários - em especial, os agentes penitenciários, acima referidos como seguranças - e detentos. A experiência do AP, conquistada com o tempo de serviço, e sua autoridade, negociada com pequenos bens como a concessão de cigarros (moeda corrente neste universo peculiar) orientavam com precisão sua intervenção nas tentativas de fuga e/ou rebelião, recebendo em troca informações e armas.

A percepção e vigilância do comportamento dos detentos – e de um pequeno detalhe fora do comum: o fato do detento sempre calado ter lhe dado bom dia – legitimou sua autoridade e seu *feeling* perante a chefia de segurança e direção, e produziu a redefinição da amostragem da revista nas celas, levando à descoberta do plano de fuga. Da mesma forma, os detentos “conhecem” os agentes penitenciários e “prevêm” suas atitudes, percebidas através de sinais

corporais, como o andar e o ritmo da fala, entre outros. Autoridade e subordinação não eram, portanto, posições absolutas na relação detento-funcionário, mas efeitos de uma constante negociação dos sentidos dados a suas ações em relação à ação do outro.

Negociação, aliás, que a **Cartilha** – o documento que buscava orientar e normatizar as tarefas dos AP's - recrimina totalmente. Vejamos, por exemplo, um trecho da **Cartilha** denominado como “Incidentes prováveis. Envolvimento agente penitenciário x preso”:

“ A corrupção tem como ponto inicial o processo de identificação do funcionário penitenciário com o preso. Passa a existir uma simbiose entre ambos. O primeiro passa a viver em função do segundo.

O agente penitenciário em hipótese alguma deve aceitar qualquer oferta material por parte dos apenados. O processo de aproximação é sutil, iniciando tudo, muitas vezes, com o oferecimento, por exemplo, de um cigarro, uma bala, etc. estabelecido o elo, o preso passa a aumentar a oferta.

Conhecedor da situação econômica do agente penitenciário, em um momento de dificuldade deste, o apenado supre de forma espontânea a sua necessidade. Passa a oferecer, além de cigarro, outros objetos e até dinheiro.

O preso toma conhecimento dos pontos vulneráveis do agente através de conversas que este mantém com seus colegas ou com os apenados. Apesar de em certos momentos o dialogo não ser com os presos, estes estando por perto, com atitudes aparentemente indiferentes, mas atentos e acompanhando a conversa.

Um simples olhar de um agente penitenciário, dirigido a uma visita feminina, faz com que o preso que esteja nas imediações perceba [apresente] esta mulher ao agente, como ‘minha irmã, prima ou companheira’, iniciando um relacionamento, para que mais tarde, tire proveito desta situação.

O preso nunca dá nada de graça para o agente penitenciário, está sempre investindo.

O apenado não guarda segredo, uma vez que não é amigo de ninguém; em momento oportuno, para contar vantagem, relata a outros funcionários ‘que o agente penitenciário fulano de tal aceitou o cigarro ou a mulher’. (SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. s/d. *Cartilha do agente penitenciário*, item 15).

Além do procedimento da revista das grades e celas, podemos destacar a regra de abertura e fechamento das grades, como ocorre em outras unidades penais brasileiras (Cf., por exemplo, os relatos de RAMALHO, 1979 e VARELLA, 1999). Tratava-se de um procedimento padrão, realizado em todas as unidades penais visitadas: a segunda grade somente era aberta depois que a anterior foi fechada, seja pelo sistema eletrônico, seja quando a abertura era manual. Os portões controlados pelos agentes penitenciários e que eram abertos e imediatamente fechados inicialmente me causaram estranheza, pelo confinamento que produziam, ainda que temporário.

Outro procedimento rotineiro era a identificação pessoal e o recebimento de crachás. Os únicos funcionários que usavam uma vestimenta específica eram os agentes penitenciários; os demais funcionários identificavam-se somente através de um crachá, com nome e cargo e alguns com foto. Os visitantes regulares – familiares adultos de primeiro e segundo graus do detento,

advogados, estagiários, voluntários e agentes religiosos - também tinham uma credencial que autoriza a visita. Os demais visitantes recebiam nas portarias o crachá de identificação após deixarem documento de identidade, informarem o destino e o mesmo ser confirmado e autorizado.

Na Prisão Provisória, todo visitante recebia um crachá, azul se fosse procurar por alguém no prédio administrativo e rosa se fosse entrar na prisão propriamente dita. Na Penitenciária Central, pude observar a distribuição de dois tipos de crachá: um com a identificação de visitante e outro onde se lia “*em serviço*”. Durante o período que fui realizar os grupos focais, na PCE, passei a receber o crachá de “*em serviço*” ao invés do crachá de visitante. Eu já havia percebido que vinha sendo tratada com o mesmo *status* das professoras (em data anterior, quando me ofereceram café na escola, anunciaram que eu tinha livre acesso à copa “*por ser professora*”), mas a substituição deste crachá funcionou como uma espécie de confirmação desta nova condição que conquisei.

Os professores, pelo que pude observar, eram percebidos e tratados pelos detentos que participam das atividades escolares de forma diferente que os demais funcionários, em especial os agentes penitenciários. Isto ocorria, em parte, pela divisão de trabalho no interior deste universo e as representações a eles associadas. Por serem os responsáveis pela manutenção direta da rotina diária, os agentes penitenciários eram vistos por alguns detentos, às vezes, como meros “*abre e fecha grades*”. Os especialistas da DIAS executavam avaliações e, por esta razão, “*merecem respeito*”. Parece, no entanto, que os professores, além de respeito pelo saber que detinham, conquistavam a simpatia de alguns detentos, por serem transmissores de um determinado tipo de conhecimento.

Como pude verificar conversando com diversos AP's, com especialistas e com os próprios professores, o *status* que o saber acadêmico concedia aos últimos refletia-se, de alguma maneira, entre os demais funcionários, apesar de ser consensual que os docentes não deteriam o saber prático do cotidiano da prisão. Este, apenas os agentes penitenciários deteriam, por estar mais próximos e por mais tempo com os detentos. Um exemplo do tratamento diferenciado que os professores recebiam era a respeito de outro procedimento de segurança: a revista.

Nunca se entrava na unidade portando chaves, bolsas, telefone celular, *pager* e armas. Todos estes objetos ficavam na portaria. Em seguida o visitante passava por uma revista, que poderia ser “*superficial*” ou “*completa*”. Na revista “*completa*” o visitante ficava inteiramente nu e os agentes penitenciários – masculino para homens e feminino para mulheres - faziam com que o visitante se agachasse e se levantasse sucessivas vezes para ver se sairia algo de seu ânus ou

vagina. Tal procedimento era adotado por existir a possibilidade de alguns visitantes utilizarem estas partes do corpo para tentar esconder alguma “*coisa*” para os internos, isto é, “*drogas*” ou outros objetos que podem ser transformados em armas. Na revista “*superficial*”, apenas os bolsos eram revistados.

No meu caso, raras vezes tive meu corpo tocado para verificar se portava algum objeto escondido sob as roupas. Quanto à revista “*completa*”, a esta nunca fui submetida. Existe uma recomendação na **Cartilha** que determina que visitantes “que por funções ou por interesse pessoal desejam visitar a unidade penitenciária [classificados como os “estudantes, autoridades locais ou não, profissionais de áreas ligadas à atividade penitenciária”] (...) obviamente não deverão sofrer revista”. Devem ser apenas identificados na portaria.

Penso que o fato de não ter sido submetida à revista também está relacionado ao fato de eu ter sido identificada como uma professora. Esta impressão foi confirmada quando, em uma ida a campo, Tadeu pediu que eu avisasse as agentes penitenciárias da revista que eu era professora. Procedi desta forma e o resultado obtido foi que não passei sequer pela revista “*superficial*” naquele dia. Esta identificação da pesquisadora como professora também pôde ser confirmada em outra oportunidade, quando fui convidada para participar de um evento ecumênico na PCE, organizado pelas lideranças religiosas internas - especialmente por membros da AD - com a ajuda das professoras da escola. A *I Cantata de Músicas Evangélicas* pretendia reunir as diferentes denominações religiosas em dois dias de apresentações musicais, findando com uma “*confraternização*” repleta de salgadinhos e refrigerantes.

O evento aconteceu na capela designada para a Assembléia de Deus, antigo teatro da unidade, em novembro de 1999. Ao fundo do palco estavam os representantes da Assembléia de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Missão Final, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Católica, todos sentados lado a lado; à esquerda deles, os músicos que acompanhariam os cantores em seus hinos. Atrás, na parede, uma faixa (onde se lia: “*Tudo que tem fôlego que louve ao Senhor. Salmo 150 : 6*”) e abaixo dela os seguintes dizeres: “*Este não é outro lugar senão a casa de Deus e esta é a porta dos céus. Gênesis, 28 : 17^{20a}*”. À frente, no centro, um pequeno púlpito ocupado, a maior parte do tempo, por Renato, membro da AD e, naquele momento, mestre de cerimônias.

As professoras que resolveram assistir ao evento foram encaminhadas para sentar-se nas cadeiras dispostas na primeira fila, lugar de destaque reservado a elas para prestigiar os cantores. Embora eu estivesse acompanhando as professoras, inicialmente quis ficar no fundo do teatro

²⁰ “E, cheio de pavor, ajuntou: ‘Quão terrível é este lugar! É nada menos que a casa de Deus; é aqui a porta do céu’ (BÍBLIA SAGRADA).

para observar melhor as atividades programadas e as reações que provocariam nos detentos que ali estavam presentes. No entanto, todos os detentos com quem eu tinha contato e que estavam no palco fizeram sinais com a cabeça e com as mãos que eu deveria acompanhar as professoras. Eu insisti em permanecer onde estava e quando ia me sentar num banco próximo, fui chamada por Leandro (um dos detentos que participava de um dos grupos focais que formei na unidade durante a pesquisa) para me sentar na frente, com as demais professoras. Desta vez não insisti e fui sentar-me ao lado delas.

Tive a oportunidade de acompanhar diversas vezes a revista de funcionárias e professores, e estas apenas abriam suas bolsas para que a agente penitenciária observasse se portavam algo proibido, adentrando na unidade sem ter seus corpos tocados. O procedimento da revista estava relacionado aos discursos produzidos sobre a “segurança” e a “igualdade”. Aqui, mais um vez, pude perceber que existiam níveis diferenciados de “igualdade” e os procedimentos de segurança são acionados de forma absolutamente contextual. Funcionários eram revistados de maneira diferente dos visitantes; dentre os visitantes, também parecia haver diferenciações quanto ao procedimento de revista, como eu mesma pude vivenciar. As funcionárias mulheres recebiam menos atenção nas revistas superficiais que os funcionários homens; pude observar que estes tinham seus corpos tocados enquanto isso raramente acontecia com as mulheres. Tais atitudes dos agentes penitenciários que realizavam a revista partiam, possivelmente, do pressuposto de que os visitantes estariam mais propensos a contrabandear bens ilícitos para o interior da unidade que os funcionários e, dentre estes, dada a menor proximidade (e a **contaminação**) com os “marginais”, as mulheres ofereceriam menor risco de corrupção.

Além dos procedimentos já descritos, também vale mencionar um conjunto de recomendações sobre segurança para os visitantes. Eu nunca o recebi, mas tomei conhecimento dele através de um agente religioso. O documento intitula-se “Você é o refém” e o conteúdo transcrevo abaixo:

- “1) Não banque o herói... aceite sua situação e prepare-se para esperar.
- 2) Os primeiros 15 a 45 minutos são os mais perigosos. Siga as instruções dos amotinados.
- 3) Não fale, salvo se solicitado, e somente quando necessário.
- 4) Tente repousar. A espera pode ser longa.
- 5) Não faça sugestões. Não dê palpite.
- 6) Fugir? Dever ou não? *Pense duas vezes!*
- 7) Alerta os amotinados e solicite-lhes medicação ou ajuda, se necessário.
- 8) Seja observador! Você pode ser solto e ajudar as autoridades com as informações.
- 9) Esteja preparado para falar com a polícia pelo telefone.
- 10) Não discuta, isso pode irritar os amotinados.
- 11) Trate os amotinados como se fossem reis.
- 12) Seja paciente; a sua vida está em perigo!

13) Se o socorro chegar, esteja preparado para se jogar ao chão; a ação da polícia é rápida e muito vigorosa. **Não se apavore!**

14) Após os resgate, evite falar à imprensa, pois sua opinião sobre os fatos pode mudar depois.” (DEPEN, grifos no original)

No período de coleta de dados para esta dissertação não ocorreram rebeliões nas unidades penais do DEPEN/PR. Em 25 de fevereiro de 2000, contudo, houve a fuga de sete detentos da PPC, num ousado plano: uma caminhão que recolhia lixo no pátio interno da PPC foi jogado contra o muro lateral da prisão, quebrando-o e abrindo uma passagem para a via rápida que passa ao lado do terreno. Os detentos serraram as grades de uma das celas do terceiro andar, desceram com o auxílio de uma corda feita a partir de lençóis e roupas (“*teresa*”) e conseguiram escapar. Um policial do Batalhão de Guarda que fica ao lado da PPC, e que teria sido solicitado para auxiliar na captura dos fugitivos, foi baleado por um detento e morreu no local. No mesmo dia, à noite, três detentos que participaram da fuga foram recapturados.

2.2 A PPC: o controle em cena

À época da pesquisa, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN), a Escola Penitenciária (ESPEN), a Prisão Provisória de Curitiba (PPC), o Centro de Observação e Triagem (COT) e a Prisão Feminina de regime semi-aberto (PFA) localizavam-se no bairro Ahú, à rua Anita Garibaldi, sendo a PPC também conhecida como “Presídio do Ahú”. A administração do DEPEN, a ESPEN e a administração da PPC situavam-se num prédio de dois andares. O COT e a PFA localizavam-se à esquerda deste bloco.

No prédio central ²¹, duas escadas em caracol conduziam às entradas: a da esquerda, ao DEPEN e a da direita, à PPC. Embora no mesmo prédio, o DEPEN e a PPC não tinha nenhum corredor que comunicasse ambas as alas, sendo necessário sair do prédio para dirigir-se à outra ala. Uma terceira entrada, mais à direita, abria-se às dependências onde funcionava o Fundo

²¹ Infelizmente, apesar de minhas solicitações, não possível conseguir a planta baixa das unidades pesquisadas. Por conhecer apenas parcialmente a estrutura física de ambas as unidades pesquisadas, tive dificuldades em, eu mesma, esboçar a planta baixa para ilustrar a divisão de espaços destas unidades.

Penitenciário²². A construção em separado era estratégica, para evitar a livre circulação entre a administração do DEPEN e a administração da PPC, que comunicava-se com a prisão propriamente dita.

Próximo da porta do DEPEN, uma placa indicava a localização das unidades e setores. No meio do prédio havia um grande portão para a entrada dos veículos blindados que trazem e transferem os detentos, sendo esta entrada permanentemente controlada por agentes penitenciários. Na frente do prédio, ficava o estacionamento, sendo as vagas demarcadas de acordo com os cargos ocupados pelos funcionários, reproduzindo a hierarquia de posições do quadro técnico-administrativo. Ao lado das unidades penais, estava localizado o Batalhão de Polícia de Guarda.

Da rua não se avistava a prisão propriamente dita, que ficava atrás do prédio administrativo. De outros ângulos, porém, era possível avistar a caixa d'água da PPC, que trazia sua sigla e a data de sua fundação (1905) e a parede direita do pavilhão da unidade, com inúmeras janelas gradeadas: trinta e uma em cada um dos três andares, sendo que as três últimas janelas da direita separavam-se ligeiramente das demais. O prédio era um pouco velho e as grades cor de ferrugem das janelas contrastavam com a tinta envelhecida, originalmente de cor branca. Um muro de aproximadamente três metros de altura circundava o terreno.

A primeira visita à PPC foi realizada sob a orientação de Marcos, um agente penitenciário que trabalhava no DEPEN há já 16 anos, sendo os dois últimos deles na PPC. Marcos recebeu instruções dos diretores para apresentar-me “*a estrutura física, a capela e os canteiros [de trabalho] e se possível as galerias*”. Os diretores salientaram que ficaria a critério dele, sob orientação da equipe de segurança, decidir onde eu poderia ser levada sem maiores riscos naquela prisão de segurança máxima. De gestos firmes, Marcos permaneceu o tempo todo a meu lado e foi o responsável pela apresentação da unidade. De *walkie-talkie* em punho, Marcos às vezes informava nosso destino para outros agentes penitenciários em serviço nos setores por onde passaríamos e noutras vezes confirmava se as “*condições de segurança estavam ok*”.

O percurso iniciou-se na portaria, onde deixei minha identidade, recebendo um crachá cor-de-rosa e uma ficha plástica de identificação. Enquanto atravessávamos uma porta, chegando ao primeiro pátio, e comentávamos sobre o frio, dei-me conta que nenhum lugar da PPC dispunha de detector de metais – posteriormente constatei que o detector instalado na portaria da PCE não funcionava.

²² O FUPEN (criado pela Lei nº 4955 de 13/11/64 e regulamentado pelo Decreto nº 3930 de 12/01/98), é um fundo destinado a prover recursos ao DEPEN/PR “para a melhoria da condição de vida carcerária nas Unidades Penais

Após deixar a sede administrativa, a primeira coisa que avistei foi uma espécie de jardim com uma quadra de esportes. Soube posteriormente que ali era o espaço destinado ao banho de sol dos detentos com prisão especial²³. À direita, uma extensa faixa de terra, onde alguns detentos trabalhavam na horta. A cerca de duzentos metros da sede administrativa localizavam-se um portão e uma guarita, onde novamente informei meu nome e deixei a ficha plástica que havia recebido. Atravessamos o portão, que já se encontrava aberto, e seguimos para o presídio.

Não pude deixar de impressionar-me com o número de agentes penitenciários que estavam na portaria da PPC, seis ou sete. Esta portaria na entrada da PPC pareceu-me mal iluminada. Os agentes penitenciários ficavam dentro de uma espécie de “gaiola”, toda cercada por telas e grades, de onde controlavam a abertura dos dois portões de acesso ao interior da unidade. As condições de controle e vigilância eram bastante parecidas com aquelas a que estavam submetidos os que deviam ser controlados²⁴.

À esquerda desta gaiola, uma porta abria-se a uma série de pequenas salas, onde as psicólogas e assistentes sociais prestavam atendimento aos detentos e também aos familiares que desejassem conversar aos domingos. Entre a primeira e a segunda grade, um pequeno corredor. À esquerda, uma porta de uma pequena sala denominada como “*quadrante de espera*”, um cubículo onde os detentos que esperavam atendimento ou transferência eram “*guardados*”.

Mais uma vez informei meu nome, que foi anotado nas guias de controle de circulação de funcionários e visitantes pelas unidades penais. Realizado este procedimento e apresentada por Marcos aos demais agentes penitenciários, atravessamos as grades. A passagem por estas grades cadeadas seria a primeira de várias que se seguiriam naquela manhã e nas demais idas a campo e que eu realizaria nesta e noutras unidades.

do Estado e dos Programas de ressocialização dos internos”.

²³ “No caso da prisão especial, o artigo 295 do Código do Processo Penal estabelece que serão recolhidos a quartéis ou a *prisão especial*, quando sujeitos à prisão antes de condenação definitiva, os Ministros de Estado, os governadores ou interventores de Estado e Territórios, o Prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de polícia; os membros do parlamento nacional, do conselho de Economia nacional e das Assembléias Legislativas dos Estados; *os cidadãos inscritos no ‘Livro de Mérito’*; os oficiais das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros; os magistrados; *os diplomados em qualquer das faculdades superiores da República*; *os ministros de confissão religiosa*, os ministros do Tribunal de Contas; os cidadãos que já tiverem exercido plenamente a função de *jurados*, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função; os delegados de polícia e os guardas civis dos Estados e territórios, ativos e inativos. Também foram *incluídos* (!) nesse *privilegio* (Lei nº 2860/56) *os dirigentes de entidades sindicais* de todos os graus e representatividades de empregados, empregadores, profissionais liberais, agentes e trabalhadores autônomos, assim como os empregados eleitos para a função de representação profissional ou para cargo de administração sindical. Esta *regalia* (lei nº 5606/70) foi também estendida aos oficiais da marinha mercante. A prisão especial, em localidades onde não houver estabelecimento adequado ao recolhimento dos que tenham esse *direito*, pode ser convertida em *prisão domiciliar* pelo juiz, depois de concordância do promotor.” (LIMA, s/d : 17,18 – grifos do autor).

²⁴ Cf. as pesquisas sobre a situação fronteiriça dos agentes penitenciários no universo prisional: KAUFFMAN, 1985; LHUILIER & AYMARD, 1997; MORAES, 2000, dentre outros.

Após ultrapassar a portaria da unidade, eu passei a ser, sempre, acompanhada por mais um agente penitenciário (seguindo atrás de mim e, às vezes, ao meu lado), além de Marcos, este sempre a meu lado esquerdo. Atravessamos outra grade, imediatamente cadeada após nossa passagem, e subimos em direção ao último andar da PPC. Durante o percurso, encontramos um detento descendo pela escada. Marcos rapidamente olhou para o detento e fez-lhe um sinal com a cabeça (balançando-a rapidamente para frente, na direção da parede). O detento imediatamente encostou-se no canto da escada, com as mãos cruzadas para trás, postura corporal recorrente entre os detentos, aprendida como sinal de “*respeito*” pelos superiores hierárquicos.

Mais um lance de escada, encontramos outro detento que vinha ia em direção ao térreo, carregando uma escada. Novamente o gesto de cabeça de Marcos foi suficiente para fazer com que o homem recuasse até os agentes penitenciários próximos das grades que separam as alas. Outro gesto de Marcos (desta vez, virando a cabeça para o lado que iríamos nos dirigir, no caso, à direita e para cima) informou aos agentes penitenciários que estávamos subindo para uma visita e, através do *walkie-talkie*, perguntou pelas condições de segurança na ala para onde nos dirigíamos.

Mais uma grade. Chegamos ao setor das celas especiais que, naquela minha primeira incursão pelo espaço prisional, em nada me pareceram “especiais”. Triliches em cada cela, pouca luminosidade, espaço exíguo, paredes de cores escuras, pintura desgastada. Marcos me informou que ali estavam detidos ex-agentes de polícia, advogados e um índio. Naquele momento pude observar que todas as celas eram numeradas; o número era pintado na parede, acima da grade.

A passagem pela galeria vazia foi rápida. Logo eu e os AP’s que me acompanhavam seguimos para uma espécie de salão onde encontravam-se sete detentos. Nossa entrada fez com que se levantassem e colocassem as mãos para trás, abaixassem os olhos e curvassem ligeiramente a cabeça. Num dos cantos, à direita, havia um espaço de no máximo três metros de largura por dois metros de comprimento, delimitado por grades. Ali funcionava a oficina de argila e havia um detento trabalhando numa peça.

Entrei no espaço, seguida por Marcos. O detento continuou executando seu trabalho, aparentemente sem mover seu olhar para mim ou para os agentes penitenciários. Numa prateleira na parede, algumas peças acabadas estavam expostas; noutra prateleira mais baixa, outras peças secavam. Perguntei a Marcos se havia algum professor ensinando os detentos; Marcos respondeu que no começo havia um, mas agora os detentos já sabiam lidar com argila e não tinham mais instrutor. Continuei observando por algum tempo as peças, em especial uma reprodução do Abaporu, de Tarsila do Amaral.

Mais corredores, mais grades e agentes penitenciários. Fomos nos aproximando de uma sala, de onde podia-se ouvir uma fala ritmada. Marcos abriu uma porta que descobri ser da capela ecumênica. Estava havendo um culto. A fala ritmada era a de um homem que conduzia o culto. Outros dois homens, a sua direita, pareciam ser seus auxiliares: um estava com uma guitarra e o outro estava atrás de um teclado, mas nenhum deles tocava os instrumentos musicais naquele momento. Todos estavam “orando”. Conteí rapidamente vinte detentos, todos de olhos fechados, com as mãos levantadas, balançando-as ao lado da cabeça, falando coisas que não consegui compreender de imediato. Aos poucos fui identificando as saudações de “aleluia”, “graças a Deus”, “glória ao Senhor”. Logo na entrada, uma cartolina afixada informando a escala de visitas dos oito grupos religiosos que atuam na PPC²⁵. Depois de alguns minutos, resolvi sair dali. Naquele momento, as minhas próprias referências religiosas vieram, de certa forma, à tona e não me senti à vontade “invadindo” um culto, principalmente por estar acompanhada por mais três agentes penitenciários. Aliás, o sentimento de ser uma intrusa naquele universo acompanhou-me especialmente durante toda aquela manhã.

Já do lado de fora da capela, ouvi um canto que vinha do andar inferior e que se misturava com os sons do culto que acabara de presenciar, com os gritos dos “chamadores” que percorriam a unidade, com o burburinho das conversas dos detentos, no pátio durante o banho de sol. Descobri que o canto era produzido por um grupo de detentos que estava “jogando” capoeira naquele momento. Observando a minha expressão de curiosidade, Marcos então me perguntou: “Você não tem interesse de ver os capoeiristas, né?”. Respondi-lhe que sim, que achava interessante e que se fosse possível, eu gostaria de conhecê-los. Marcos suspirou e pediu então que um agente penitenciário descesse para verificar as “condições de segurança” no local.

Enquanto esperava o retorno do AP, observei pela grade de uma pequena janela o pátio interno e os detentos tomando banho de sol, liberado das 08:30 até às 16:00 h. Alguns detentos estavam sentados numa colcha de tecido, jogando baralho; outros conversam em pequenos grupos. Um dos agentes penitenciários retornou afirmando que estava “tudo certo” e descemos todos. Pude ver através da grade um grupo de mais de vinte detentos praticando capoeira. Depois que nos afastamos do local Marcos pediu-me desculpas por não me deixar entrar lá, pois que ele achava que “como eram muitos e fortes” não era muito apropriado me levar até lá. Vale observar que os detentos que praticam capoeira são usualmente identificados pelos funcionários como

²⁵ Terça-feira: Adventista do 7º Dia; quarta-feira, IURD; quinta-feira, Deus é Amor; sexta-feira, Evangelho Quadrangular; sábado, Federação Espirita, Assembléia de Deus, Comunidade Rhema e Igreja Católica.

praticantes de religiões de matriz afro-brasileira. E por isso, eles são duplamente “perigosos”: por terem força física e alianças espirituais temidas (Cf. Capítulo II).

Atravessamos outra grade. Passamos pelas “solitárias”, as celas de segurança máxima que se diferenciavam das demais pela porta inteiramente blindada, existindo apenas uma pequena abertura na metade superior que se mantém fechada, impossibilitando a comunicação visual entre o “interno” e os demais detentos. Em seguida, conheci a sala de visitas íntimas, mais conhecida como “motel”. Marcos apresentou-a, com um sorriso disfarçado nos lábios, como “o lugar que os presos mais gostam”. Treze cubículos, separados por paredes revestidas por azulejos brancos. O chão era de pequenas lajotas vermelhas. Os cubículos não dispunham de camas, apenas de colchonetes cinzas dispostos no chão.

Fizemos o caminho inverso para chegarmos à área de atendimento clínico. Pude observar um consultório odontológico e um ambulatório. Em seguida, fui conduzida ao setor da Laborterapia, sendo apresentada por Marcos ao seu responsável. Na parede, um quadro listando todas as atividades desenvolvidas e o número de detentos envolvidos. Pelos números ali apresentados, 65% dos detentos realizava algum tipo de atividade no presídio – fator que sempre me foi explicado como resultado da “ressocialização” e da política de redução de um dia de pena para cada três dias de trabalho.

Seguimos para o setor de educação, onde fui apresentada às responsáveis. Pude conhecer as salas de aula, onde ministravam-se as aulas de ensino fundamental e médio, em regime supletivo; a biblioteca e a sala de informática. O setor pedagógico também responsabilizava-se por atender os cursos profissionalizantes ministrados aos detentos. A responsável pelo setor contou-me que a DEPEN tem um convênio com a Futura, canal de televisão a cabo com programação direcionada à educação.

Após a visita às dependências internas, Marcos levou-me para conhecer as dependências externas da unidade. Primeiramente, a panificadora, um pavilhão à parte, ao lado direito da PPC, próximo da caixa d’água. Observei o prédio da PPC, a mesma parede que eu havia avistado ainda de longe. Acima das grades, os respectivos números das celas. Entramos na panificadora e o cheiro de pão recém-saído das fomalhas era maravilhoso. Cerca de dez detentos trabalhavam naquele momento. A panificadora atendia a demanda de todas as unidades penais e também de algumas delegacias, segundo informações do diretor, confirmada pelo agente penitenciário que nos acompanhava naquele “canteiro”.

Newton, outro agente penitenciário, juntou-se a nós. Marcos nos apresentou, como fez, aliás, com quase todos os agentes penitenciários que nos acompanharam em algum momento.

Seguimos até a oficina de bolas, onde os detentos cortavam, costuravam e enchiam de ar bolas de vôlei e futebol. Na parede ao fundo, um grande cartaz do Ministério do Desporto e Turismo, que patrocinava a atividade. Vilmar, o “*mestre*” da oficina, aproximou-se e mostrou os diferentes tipos de bolas que eram feitos.

Quadro 1 - Cursos Profissionalizantes oferecidos entre 1993 a 1997 para os detentos (população feminina e masculina, das diferentes unidades de reclusão)

• Alvenaria	• Manicuro e pedicuro
• Arbitragem de futebol	• Marcenaria
• Armados de ferro	• Matemática básica (Introdução à tomearia)
• Artesanato em madeira	• Mecânica Básica I, II, III (Introdução à tomearia)
• Caixas decoradas	• Modelagem e corte e costura
• Confeção de bijuterias	• Modelagem em argila
• Confeção de chinelos	• Noções básicas de mecânica de automóveis
• Confeção de doces natalinos	• Panificação
• Confeção de faixas	• Papel reciclado
• Confeção de lingerie	• Pedreiro assentador e revestidor cerâmico
• Confeção de ovos de páscoa	• Pintura em cerâmica
• Corte de cabelo feminino e penteado	• Pintura em tecido
• Corte de cabelo masculino	• Pintura imobiliária
• Cozinheiro executivo	• Primeiros socorros
• Datilografia	• Reciclagem de móveis
• Desenho artístico	• Reparos em eletrodomésticos
• Doceira e salgadeira	• Sapataria
• Eletricista instalador	• Técnica de preparo e manipulação de alimentos para a coletividade (cozinha industrial)
• Encadernação	• Tricô à máquina
• Fotolitografia	• Prótese dentária
• Garçon	
• Hidráulica	
• Impressão em Off Set	
• Impressão tipográfica	
• Instalação e reparação de linhas internas e acessórios	

Fonte: Secretaria da Justiça e da Cidadania – DEPEN.

Dali podia-se avistar as duas canchas de esporte, na ocasião desativadas por “*questões de segurança*” (o muro de uma das laterais havia desabado e ainda não havia sido arrumado). Seguimos para a marcenaria, que fica aos fundos do terreno. A caminho da marcenaria, perguntei sobre a possibilidade de desativação da PPC e da transferência desta unidade para Piraquara,

notícia que de tempos em tempos é anunciada na mídia local. Marcos e Newton confirmam os comentários, afirmando que todas as administrações falavam nisto, o que até então nunca se concretizou.

Dez detentos trabalhavam na marcenaria, responsável pela confecção e conserto de móveis da rede pública de ensino e de móveis de escritório que equipavam os órgãos públicos estaduais. Reparei que nenhum dos detentos trabalhava usando máscara, que seria necessária num ambiente com tanta poeira e serragem. Voltando da marcenaria em direção à sede administrativa, retomei a conversa sobre a possibilidade de transferência da unidade. Comentei como o bairro estava “crescendo”. Newton concordou e afirmou que “*os vizinhos não se queixam do presídio*” e, quem, de fato gostaria que o presídio fosse transferido é a Prefeitura Municipal de Curitiba, porque o loteamento do terreno que então pertencia ao Estado seria “*muito lucrativo para a Prefeitura*”, pois esta passaria a receber mais impostos. Por ocasião da recente fuga de detentos desta unidade, a transferência do presídio para o município de Piraquara, junto às demais unidades do DEPEN, voltou a ser tema de discussão. Alguns vizinhos da PPC foram entrevistados por jornalistas e manifestaram a sensação de insegurança que o presídio provocava; o Secretário de Justiça e Cidadania assumiu o cargo anunciando que seu compromisso seria dar continuidade aos projetos de construção de novas unidades penais em Piraquara.

Para finalizar a visita às dependências físicas da PPC, Marcos levou-me até o refeitório dos funcionários. Disse-me que não me levou ao refeitório dos detentos porque naquele horário (aproximadamente 10:30h) muitos detentos estariam lá ²⁶, o que seria “*perigoso*”.

Sendo esta a minha primeira visita às dependências de uma unidade penal, não pude deixar de me espantar com a precariedade da estrutura física do prédio, bem como das condições de trabalho e de encarceramento. Difícil descrever as sensações que passei a viver naqueles momentos. Havia a curiosidade em adentrar neste universo e também o incômodo em conhecê-lo sendo conduzida por dois AP’s. O medo disfarçado que senti não dizia respeito às “condições de segurança”, mas ao próprio enfrentamento das condições desta pesquisa, ao “medo construído” ²⁷ sobre aqueles “outros” que a partir daquele momento tornar-se-iam menos distantes de mim.

²⁶ Pois estava próxima a hora de “*pagar o almoço*”. Os detentos se referem às refeições com o verbo pagar: às seis e meia “*paga-se*” o café da manhã; por volta das onze horas, “*paga-se*” o almoço e às dezoito horas, “*paga-se*” a janta. Fiquei curiosa para saber qual era o significado atribuído ao verbo “*pagar*” neste contexto, mas não consegui saber por que eles usam este termo.

²⁷ Vale trazer aqui um trecho que abre o livro **A máquina e a revolta**, escrito por Alba Zaluar, como ilustrativo desta situação: “ a sensação mais forte que tive naquele momento foi a de medo. Não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos

O conhecimento, naquele momento, foi marcado pelo estranhamento. Não o “estranhamento antropológico”, o exercício fundante de nossa disciplina. Mas o estranhamento dado a quem nunca antes havia estado numa prisão e mediado pela ação performática de meus guias. Meu olhar foi assim constituído e direcionado para os gestos estereotipados, para a seqüência de espaços percorridos com pressa, para as inúmeras grades atravessadas. Prender-me a estes detalhes foi uma maneira de tentar **familiarizar** (ou **estranhar** de outra forma) este universo: tentar reconhecer nele aspectos comuns à outras instituições estatais, estabelecer paralelos com outros grupos, reconhecer a ordem naquele espaço que, à primeira vista, parecia tão caótico.

Com relação aos detentos, naquele primeiro contato, pouco pude perceber de sua rotina e comportamento, visto que meu *tour* pela PPC evitou as aglomerações de detentos e não percorreu todos os “*canteiros*” de trabalho. O roteiro definido por Marcos e sua equipe para me apresentar a unidade não levou apenas minha “*segurança*” em questão, mas também foi adotado em função do que eles privilegiam naquele universo ou ainda aquilo que eles pensaram que eu estaria interessada em conhecer: o organograma da instituição em funcionamento e as instâncias ressocializadoras da unidade. Daí parece decorrer a ênfase que meu guia concedeu a alguns “*canteiros*” de trabalho específicos - os que têm projeção extra-muros da PPC - e aos setores dos funcionários.

Também pareceu estar em jogo a *performance* dos agentes penitenciários e a tentativa de me impressionar positivamente. Em idas posteriores à PPC, por exemplo, o número de agentes penitenciários trabalhando na portaria da prisão não ultrapassava quatro. Também nas idas subsequentes a esta unidade não raras vezes retornei da escola até a saída da PPC desacompanhada de agentes penitenciários. Penso que a movimentação que acompanhei na minha primeira visita também está relacionada à intenção de demonstrar um controle absoluto sobre a prisão, reforçando seu papel de vigilância e sua autoridade.

criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc. Apesar de saber que essa campanha não era senão a continuidade de um processo de longa data de estigmatização dos pobres, eu tinha medo.” (ZALUAR, 1994a : 09-10). Cf. também ADORNO & PERALVA, 1997.

2.3 A PCE: arquitetura da segurança

O prédio administrativo da PCE era de uma arquitetura antiga, semelhante a de outras construções públicas estatais, como a de algumas escolas estaduais, por exemplo. Na primeira visita que fiz à PCE, observei a pintura meio descascada denunciando a ação do tempo e a falta de cuidado, talvez pela ausência de verbas. Meses depois, em outra visita e com nova equipe de direção, encontrei o prédio pintado.

A área da PCE, como as demais unidades de segurança máxima, era cercada por muros de aproximadamente três metros de altura e algumas torres de vigilância (pude contar três à esquerda e uma à direita do portão central). À esquerda, alguns policiais militares tratavam os cães de guarda num canil que acompanhava toda a extensão dos muros em torno de toda a unidade.

Ao contrário do que ocorreu nas minhas visitas às outras unidades, na PCE a entrada no pavilhão de detenção não foi autorizada de imediato. Na minha primeira visita, quando estava acompanhada por Gisele, fui apresentada à equipe de direção da unidade e precisei agendar outra data para visitar as dependências físicas. Meu interesse em conhecer a estrutura física da unidade despertou curiosidade e, talvez, um pouco de indignação por parte de alguns funcionários, em especial do então diretor da PCE, advogado que trabalhava no DEPEN há mais de 05 anos. Fiquei com esta impressão devido às suas expressões faciais e suspiros enquanto eu apresentava meus objetivos, bem como pela forma demorada e evasiva que respondia as minhas perguntas. Também deixou-me a impressão que ele não compreendia qual era o objetivo de uma mulher, jovem, pesquisar religião e presos e querer entrar naquele espaço - algo, aliás, que não é exclusivo aos funcionários do DEPEN; diversas vezes me deparei com o questionamento de amigos, inclusive de colegas da área de Ciências Sociais, sobre meu objeto e *locus* de pesquisa.

Em todas as demais idas à PCE, fui sozinha, pegando carona no ônibus dos funcionários²⁸. O DEPEN precisava disponibilizar transporte para seus funcionários uma vez que o ponto da linha de ônibus metropolitano ficava aproximadamente a dois quilômetros da Colônia Penal Agrícola e a quatro quilômetros da PCE e da Penitenciária Feminina; apenas aos domingos o ônibus levava passageiros até a entrada das unidades.

²⁸ No ônibus dos funcionários, pude observar que aos lugares para sentar correspondiam setores das unidades, sendo escolhidos de modo a não misturar muito as ocupações nem as unidades: quase sempre os técnicos da DIAS sentavam-se próximos, da mesma forma que os advogados, os professores e os agentes penitenciários. Durante o percurso até Piraquara, de aproximadamente uma hora, quase sempre pude ouvir poucas conversas entre os passageiros.

Ao chegar na PCE, eu sempre esperava que todos os funcionários entrassem para depois aproximar-me e identificar-me ao agente penitenciário em guarda na portaria de entrada. Sempre demoraram um pouco para me atender, pois neste horário havia troca de turnos dos AP's, que trabalhavam num regime de escala de “24 por 48”, isto é, trabalham um dia inteiro na unidade e têm dois dias de descanso. Depois dos procedimentos usuais de identificação, um agente penitenciário me acompanhava até meu destino - na data agendada para a minha visita às dependências físicas da unidade (e minha segunda visita à unidade) fui atendida pela equipe de segurança, pois o diretor não estava presente.

Ao entrar no prédio da PCE, a primeira coisa que percebi foram as grades cinzas que subdividem o espaço em sucessivas entradas (ou, de outro ponto de vista, sucessivas barreiras para dificultar a saída indevida de detentos). À esquerda da entrada, existe uma janela que é da sala do “*chamadores*” e, no lado oposto, um quadro de avisos com um cartaz recomendando que não se utilize grampos para afixar mensagens e memorandos. Vale lembrar aqui a fala do diretor que afirmou que com “qualquer coisa” o detento poderia fazer um estoque, por isso a precaução em não utilizar material cortante neste quadro de avisos.

Existiam duas entradas para a unidade, ambas controladas por um agente penitenciário. Uma das entradas para o “pavilhão” ficava à direita e a outra, mais ao centro, dava acesso para as galerias e para as salas do DISED, a equipe que coordenava o trabalho dos agentes penitenciários. A entrada à direita dava acesso a um corredor que conduzia à escola. Neste caminho, à esquerda, via-se uma pequena copa onde os agentes penitenciários realizavam suas refeições, separada da cozinha. Ao lado desta copa existia uma sala, repleta de armários de aço onde os agentes penitenciários guardavam seus pertences.

Na parede do lado direito deste corredor, havia uma abertura gradeada por onde os pratos e recipientes com comida eram passados para outra copa utilizada pelos funcionários. Esta copa era alcançada apenas pelo lado de fora do pavilhão, possibilitando que os funcionários que não trabalham no interior da unidade - sobretudo diretores e técnicos - não precisassem entrar na penitenciária (como, de fato, não entravam - como pude observar durante os almoços que realizei na unidade) para realizar suas refeições, evitando-a.

No final do corredor, uma grade sempre cadeada que dava acesso ao andar superior, onde fica a escola. Percorri este caminho em direção à escola inúmeras vezes. Não consegui, no entanto, ultrapassar a área que, nos primeiros meses de trabalho de campo, era ocupada pela capela católica e, ao lado desta, o espaço que era ocupado pela Assembléia de Deus, demarcado

com uma tábua de madeira na grade de entrada da sala, trazendo o nome da igreja inscrito. As galerias, os pátios internos e os “*canteiros de trabalho*” não puderam ser percorridos.

Na minha primeira visita à unidade, fui conduzida até estes dois espaços religiosos. A AD estava fechada e entrei na capela católica, sala ocupada pelos detentos católicos para realizar missas, grupos de orações e ensaios musicais. Tratava-se de uma sala não muito grande, um pouco escura, com vários bancos de madeira e na frente destes, um pequeno altar. Na parede, atrás do altar, havia um crucifixo. Num canto, uma imagem de Nossa Senhora e à esquerda, um espaço de aproximadamente um metro quadrado separado do resto do ambiente por uma cortina branca – onde supus ser o local onde eram guardados alguns objetos sacralizados. Perto dali, uma pequena estante, com vários livros religiosos que parei para observar por alguns segundos; a literatura disponível era, em sua maioria, de caráter religioso, mas não necessariamente de orientação católica. No fundo da sala, do lado oposto da porta de entrada um local ocupado por detentos que ensaiavam seus instrumentos musicais.

Tanto na PPC como na PCE o espaço escolar, diferentemente das demais dependências a que tive acesso (caracterizadas pelas paredes de cor verde escuro, meio sujas pela ação do tempo e pela falta de pintura recente), era pintado de uma cor clara, creio que marfim. Não se tratava apenas de um cuidado estético maior com estes setores. A aparência simbolizava um relacionamento diferenciado com este espaço por parte de detentos, agentes penitenciários e funcionários, reconhecido por eles com um lugar “*mais tranquilo*” que os pátios internos e galerias. Mais de uma vez, após concluir as minhas entrevistas e observações, sai da escola sem a companhia de agentes penitenciários e talvez isto se explique justamente por conta da suposta “*segurança*” que caracterizaria o espaço escolar.

Esta representação também objetivava-se na localização das salas de aula e capela(s) nestas duas unidades de regime fechado. Na PCE, a escola e a capela ficavam próximas da entrada da unidade, longe do “*fundão*” considerado “*perigoso*”. O fato da escola ocupar um espaço na frente de ambas as unidades, próximo da entrada poderia ser justificado como uma estratégia de segurança para evitar a circulação de professores e visitantes pelo interior da unidade, minimizando as possibilidades de tomadas de reféns e as rebeliões.

Mas também parece-me possível observar esta localização da escola de outro ângulo: como perto da saída da unidade. Esta posição parece indicar o valor simbólico da escola como estratégia de saída do “*mundo do crime*”, muito mais que a facilidade de acesso dos funcionários e a tentativa de evitar que estes entrassem em contato - e/ou contágio - com o “*fundão perigoso*”. A

escola era uma das mediadoras entre a situação de “estar dentro” e a perspectiva de “estar fora” da instituição.

Seguindo este raciocínio, sou levada a pensar na posição estratégica que os espaços religiosos ocupam nestas unidades pesquisadas. Relativamente próximo ao espaço da escola, eles se interpõe entre a saída da unidade e seu interior. Mediante esta configuração arquitetônica, penso ser possível analisar como estes espaços refletiam as múltiplas oposições entre o “dentro” e o “fora” da instituição: o detento que ficava só no pátio não estaria apenas no local mais interno da unidade, como estaria “mais dentro” da “*cultura do crime*”, definido por vícios e pela “*ausência de regras*”; o detento que, por sua vez, freqüentava a escola e/ou a capela, estaria “menos dentro” do universo prisional, pois freqüentando estes espaços “sacralizados”, estaria se afastando da “*cultura do crime*”.

É interessante fazer aqui uma comparação um estudo realizado por Magnani (1998). Ao pesquisar o lazer entre grupos operários da periferia paulistana, em diferentes espaços de sociabilidade, Magnani busca reconstruir as redes sociais. O que é interessante do ponto de vista metodológico é que Magnani não está preocupado em traçar a rede de relações de um determinado grupo, mas sim a rede formada pelos freqüentadores de um determinado *pedaço*. O **pedaço** compreende, segundo o autor, um espaço referencial para os indivíduos, que se interpõe entre o público e o privado. Na pesquisa de Magnani, isto ocorre especialmente porque neste espaço estão circunscritas as atividades lúdicas - geralmente ausentes nas outras duas esferas. Apropriando-me deste conceito, poderia afirmar que o *pedaço* da escola estaria diluindo as fronteiras simbólicas entre o “dentro” e o “fora”, mediando estes universos; também é um pedaço transformado em um dos símbolos da “política de ressocialização”.

A pista que me levou a pensar sobre estas associações entre espaços, relações sociais e “mundos” foi-me dada especialmente por Virgínia. Ela afirmou, numa de nossas conversas, que o pátio tinha uma “*cultura própria*”, definida pela ociosidade, jogos, drogas e dívidas; em uma palavra: pela “*confusão*”. Cabe observar que esta afirmação, que muitos outros informantes corroboram, realizou-se a partir de sua própria visão sobre o universo prisional.

No entanto, conversando com os detentos sobre seus hábitos, muitos eram enfáticos em ressaltar algumas regras, que afirmam serem seguidas à risca pela maioria. Trago, por exemplo, o que César - um detento de vinte e três anos, católico não praticante que cumpria quatro anos por assalto a bancos e que conheci na PCE enquanto aguardava o grupo de convertidos para conversar - me relatou e que confirmei com outros detentos. De acordo com César, o detento

não poderia conversar com os parentes dos outros detentos nem “ficar olhando” as visitas que não são suas, a não ser que o detento visitado apresente o detento às suas visitas.

A apropriação do espaço disponível, dentro e fora das celas, também obedecia a uma série de combinações de critérios e negociações entre os detentos. Em jogo: idade, “tempo na casa”, crime praticado, reincidência, opção sexual, opção religiosa e idoneidade, ali compreendida como não delatar seus companheiros. Durante as refeições nas celas, ninguém fazia sua higiene pessoal ou necessidades fisiológicas “em respeito” aos outros que estão se alimentando. Quando utilizam o banheiro nas celas, procuram limpá-lo rapidamente para garantir as mínimas condições de higiene possíveis. Existe, portanto, um conjunto de regras “não oficiais” que organizavam a rotina prisional; os veteranos “programariam” os novatos nestas regras.

A “confusão” a que se refere Virgínia é, portanto, uma das definições possíveis para a “cultura do pátio”, refletindo a sua própria visão sobre o universo prisional, no caso uma identificação entre pátio, “perigo” e “confusão” que se opõem às representações formuladas sobre os espaços escolar e religioso. Para a pedagoga Virgínia, bem como para alguns detentos entrevistados, o espaço da escola representava um “oásis na prisão”, um lugar “onde se privilegia a responsabilidade” e “aponta uma perspectiva de futuro lá fora”²⁹. Neste sentido a religião e a educação ofereceriam “esperança” àqueles que dela estavam desejosos.

O que mais chamou minha atenção nesta visita às dependências da PCE foi o fato de não terem mobilizado agentes penitenciários adicionais para me acompanhar na rápida visita que fiz à unidade. Da mesma forma, os procedimentos burocráticos que Humberto havia me dito serem imprescindíveis para conversar com os detentos (como a solicitação de autorizações judiciais, por exemplo) não foram necessários; bastou a consulta do AP que me acompanhava aos representantes de duas igrejas para que os mesmos se prontificassem a vir conversar comigo.

Uma hipótese para explicar por que o percurso realizado na PCE foi diferente do executado na PPC poderia ser o entendimento que as diferentes equipes de segurança tiveram sobre o meu trabalho, e não apenas em função dos “critérios de segurança” adotados em relação a minha pessoa. Na PPC a visita foi orientada a partir da determinação da direção para me mostrar as dependências físicas e o funcionamento da unidade. Nesta unidade, a capela parecia configurar-se como mais um “canteiro de trabalho”.

Na PCE meu canal de acesso deu-se, fundamentalmente, pela equipe de segurança. Antes da visita às capelas da Igreja Católica e Assembléia de Deus e da conversa com seus responsáveis,

pude apresentar os objetivos de minha pesquisa à equipe de segurança. Esta, por sua vez, pareceu compreender a presença das igrejas na unidade de maneira diferenciada dos colegas da PPC, pois preocupava-se em redefinir os limites – físicos e simbólicos – das diferentes denominações religiosas nesta unidade através de um projeto de construção de uma capela ecumênica (Cf. Capítulo II). Penso que este foi um fator decisivo para me levar diretamente ao espaço e aos convertidos.

Passo a relatar, a seguir, como se deu meu contato com os detentos.

3. Conversando com os detentos

Quase todas as minhas visitas foram marcadas pela ansiedade. Escolher pesquisar um presídio significa, entre outras coisas, conviver com o discurso sobre a segurança, com o “medo construído” e com o “perigo” – pautado em situações reais e apropriado de diferentes formas. E também com o discurso sobre a “sedução” dos detentos, aspecto que impediria ou dificultaria o estudo de uma instituição penal predominantemente masculina, especialmente por ser realizado por uma pesquisadora.

Logo nas primeiras entrevistas com os funcionários, ouvi relatos de como os detentos seriam sedutores. Tais relatos sempre me pareceram ter o tom de um conselho ou de uma advertência. É preciso ter cuidado com os detentos, pois aqueles homens têm “*carência da figura feminina*” - como, por exemplo, relataram-me Fernando, agente penitenciário, e Marcelo, agente religioso da Federação Espírita. Os detentos eram, de acordo com alguns informantes, capazes de “*convencer você que ele é inocente, eles são uns bandidos*”, como sintetiza esta afirmação da assistente social Giovana, que poderia ser generalizada e tida como um indicativo do que pensam outros funcionários.

Vejamos, por exemplo, como esta relação entre as funcionárias e os detentos é tratada na

Cartilha:

“ (...) Em relação às agentes penitenciárias femininas, estas deverão ter cuidado especial na maneira de se vestirem, pois as roupas justas, curtas e decotadas chamam a atenção dos homens

²⁹ Cardoso (1986) também observa esta representação da escola como espaço de formalização das relações sociais, através de noções como ordem, regra, norma e disciplina. Em síntese: a educação formal servindo para a (re)adequação do detento ao mundo social.

de um modo geral e, de modo especial, do preso que está confinado e, muitas vezes, sem contato sexual.

Da mesma maneira que se aproxima do agente masculino, o apenado tenta se aproximar da agente penitenciária feminina, oferecendo cigarro, cafezinho, lanche, etc, para posteriormente tirar vantagem. Uma das características no comportamento do preso é a sedução, usando esta, de modo especial, com os funcionários. Aproveita-se de fraquezas ou carências para lançar seu charme e oferecer auxílio.

Alguns presos trajam-se com roupas finas e caras, são bem apessoados e educados, despertando o interesse das funcionárias. Com estas atitudes, muitas vezes, nasce um relacionamento amoroso, do qual o preso busca apenas tirar vantagem, após ter cativado a funcionária.

Os presos demonstram gostar de alguém enquanto podem tirar alguma coisa desta pessoa. Desprezam a verdade, são incapazes de julgar seus atos e são muito inteligentes.

(...) o agente penitenciário para não envolver-se com o preso, deve sempre tratá-lo de modo profissional, mantendo distância, não falando assuntos particulares, não deixando transparecer fraquezas, carências e medos; não tratá-los por apelidos, não usar gírias, não fazer promessas que não possam cumprir, não penalizar-se com as histórias que contam, não prestar favores, não trazer ou levar nenhum objeto para o preso, não tentar bancar o ‘assistente social, psicólogo ou advogado’, aconselhando o mesmo.” (SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. s/d. Cartilha do agente penitenciário, item 15).

O “mito” da sedução ganha força com os casos de envolvimento emocional e sexual entre funcionárias ou estagiárias de Direito, Serviço Social e Psicologia e os detentos. Envolvimento condenado, considerado um “*absurdo*” por se tratar de uma relação entre desiguais: eles, “*uns bandidos*”, e elas, de “*nível intelectual superior*”. Para ilustrar como isto era recorrente, Antônio, diretor de uma unidade, lembrou o caso de uma médica que estava “*se envolvendo com um interno*” (isto é, mantendo relações afetivas e sexuais com o detento), situação não declarada por ela. Um AP, “*desconfiado do envolvimento*”, comentou sua impressão com seus superiores; foram então averiguar no livro de registro de visitantes e descobriram registrado ali o número da carteira de identidade da médica.

Também seriam recorrentes, segundo vários funcionários, os casos de detentos que iniciam namoro através de cartas enviadas às rádios locais, que tinham em sua programação um espaço para promover estes encontros ³⁰, ou com parentes de outros detentos, apresentadas por estes ao detento pretendente. Nos exemplares do jornal interno **O Eco**, produzido pelos detentos da PCE, também é possível encontrar um espaço de “*classificados amorosos*”, onde os detentos anunciam suas características físicas, “*temperamentais*” e suas expectativas com relação a um “*compromisso sério*”. O fato dos detentos serem “*namoradores*” ³¹ indica, para os funcionários, por

³⁰ Conforme Gisele: “*Não tem uma rádio que lê cartas aí de noite? Pois então, outro dia eu estava ouvindo um programa e teve um que escreveu que queria arrumar uma companheira para compromisso sério. Daqui um pouco deu o endereço: Rua Anita Garibaldi, 540. Deu o endereço, mas não disse que era presidiário*”. (Diário de campo, 1999).

³¹ Não houve menção, em nenhum momento de minha pesquisa por parte de nenhum funcionário ou detento a existência de relações homossexuais entre os detentos.

um lado a habilidade que os detentos teriam ou desenvolveriam na prisão em simular “*bom comportamento*” e em se mostrarem às mulheres como homens “*arrepentidos, sofridos, coitadinhos*”. Indica, por outro lado, a reprodução, em condições específicas, de estereótipos amplamente disseminados sobre as características de gênero, como por exemplo, a “*fraqueza*” das mulheres frente a este discurso e a “*malandragem*” do homem e do presidiário.

O que parece não ser levado em consideração é que a presença de mulheres na unidade era restrita, mas significativa: o quadro de funcionários da DIAS e da escola era praticamente todo composto por mulheres. A posição que as mulheres ocupavam no quadro de funcionários (no caso, a de serem as mediadoras formais entre o detento e o mundo externo à prisão) faz tanto que sejam respeitadas e vistas, em sua maioria, como pessoas “*importantes*” quanto que sejam, de fato, alvo de “*sedução*” para obtenção de favores e atenção.

Pude observar na escola, por exemplo, como muitos detentos procuravam as funcionárias e professoras para conversar assuntos que não diziam respeito propriamente às atividades escolares. Enquanto eu atravessava os corredores, ouvi detentos contando aos funcionários seus sonhos e fazendo “palpites” para o jogo do bicho. Os mesmos funcionários que me alertavam sobre os perigos de envolvimento com os detentos, encarregavam-se de fazer as apostas na lotérica para os detentos, “*por caridade*”. Esta atitude poderia ser considerada contraditória com o discurso realizado para mim – qual seja, o de tomar cuidado e manter-me distanciada dos apelos dos detentos - se não levásse em consideração que se tratam de relações sociais construídas e (res)significadas constantemente, a partir do que se considera como de “*bom senso*” e do que não extrapola os limites da “*segurança*” e integridade física (contextualmente definidos).

Durante a execução do trabalho de campo não foi necessário “driblar” as questões de gênero que a minha inserção neste universo predominantemente masculino implicou. Ser mulher não foi uma impossibilidade para a execução da pesquisa, e creio que não seria uma vez que é procedimento fundante da Antropologia estar atento para o constante movimento de estranhamento e familiarização (aquilo que Geertz descreve como a contínua transformação das **experiências próximas** em **experiências distantes**, e vice-versa). Se, por um lado, este procedimento pode não apagar as identidades de gênero de pesquisadora e pesquisados (como nos atenta, entre outros, GROSSI, 1993) penso que pode, ao menos, abrir espaço para uma negociação da entrada neste universo.

Por ser mulher, certamente não tive acesso a determinados códigos masculinos. Saliento, no entanto, que um aspecto importante para a minha aceitação no grupo foi o fato de estar preocupada em compreender as opções religiosas realizadas pelos detentos. Não apenas porque

para os convertidos era importante falar sobre as suas experiências de conversão, no sentido de dar um testemunho, mas também porque me parece que eles corroboraram a perspectiva do senso comum de que uma mulher estaria “*mais apta*” a compreender sentimentos e aflições.

A única situação por mim considerada constrangedora ocorreu quando César, o detento que estava na escola e me fazia companhia enquanto meus informantes não chegavam, pediu meu endereço para me escrever, após relatar com entusiasmo seus diversos relacionamentos afetivos, tidos durante o tempo em que estava preso. Seguindo as orientações recebidas, não o informei, alegando que em breve iria mudar de endereço. Então César pediu para eu lhe escrever. Segundo César, ele se correspondia com várias pessoas - pelo que pude entender, todas do sexo feminino - e gostava muito de escrever. Aproveitei que os primeiros detentos chamados para o grupo focal estavam chegando para desconversar.

3.1.1 Na PPC: primeiras impressões

A primeira vez que conversei com os detentos foi na escola da PPC. Virgínia convidou-me para falar com algumas professoras e seus alunos e fui conduzida até uma sala de aula, onde se encontrava uma turma de ensino fundamental³², de aproximadamente quinze alunos. Quando entrei na sala, um detento programava a televisão e o vídeo cassete para exibir um vídeo. Fui apresentada à professora, que me convidou a sentar.

Puxei uma cadeira, colocando-me ao seu lado e à frente dos alunos, de modo que todos pudessem ver-me. Primeiramente, pedi desculpas por interromper a aula. Em seguida, apresentei-me como pesquisadora que tinha interesse em estudar os grupos religiosos ali na PPC. Perguntei se alguém participava de algum grupo religioso e se gostaria de falar a este respeito. Ninguém se manifestou.

Mediante o silêncio da turma, a professora fez menção ao papel da educação na transmissão de valores, que segundo a sua visão, não seriam propriamente religiosos, mas teriam o mesmo significado - de maneira muito próxima à posição de Virgínia, como mencionei anteriormente. Em seguida, a professora procurou incentivar seus alunos a falarem, mas utilizou

³² Como se trata de ensino supletivo, os alunos eram organizados em turmas de ensino básico, fundamental e médio. Eles estudavam o conteúdo de determinada disciplina e somente após concluir todos os módulos (correspondentes às diferentes disciplinas) é que eram aprovados ou não. Aproximadamente um terço da população carcerária da PPC e da PCE estava regularmente matriculada e freqüentava as aulas.

um método que não me agradou muito: chamava os detentos pelos seus nomes, praticamente obrigando-os a se manifestarem, intimidando-os um pouco. Os detentos chamados a falar relataram com pouco ânimo o seu interesse ou desinteresse pelos grupos religiosos atuantes na PPC. Um dos detentos chamados, Afonso, aceitou falar sobre a sua participação junto aos grupos religiosos. Sentado numa cadeira na primeira fila, Afonso afirmou participar da Congregação Cristã há dezoito anos. Batizou-se quando se casou; sua esposa já era batizada na CCB. Afirmou participar nos cultos semanais da CCB ali na PPC e que isto o ajudava *“na batalha”* – termo constantemente mencionado pelos detentos convertidos para se referir ao cotidiano na prisão, relacionado à percepção que estes tinham sobre o tempo-espço da prisão e a relação dela com a conversão religiosa (Cf. Capítulo III).

Outro detento, sentado numa cadeira ao fundo da sala, encostado na parede, também foi “convocado” a falar. Afirmou que nas vezes anteriores que esteve preso não havia se interessado pela religião, mas que desta vez estava participando dos cursos bíblicos. O interesse pela religião surgiu através de um amigo, *“um companheiro que ficava conversando de madrugada”*. Ainda não era batizado e participava dos cultos da IURD e da AD, simultaneamente. A professora perguntou então se ele estava *“progreindo”* e ele respondeu afirmativamente; o “progresso” era sensível, pois já tinha inclusive sido aprovado para o próximo módulo de ensino fundamental. Afirmou gostar de participar das atividades religiosas e que agora *“tinha interesse pelo trabalho e pela escola”*, percebendo uma mudança *“da água para o vinho em sua vida”*.

“Seo” Nestor, um dos alunos mais velhos da classe, foi o próximo a ser chamado. Nestor ressaltou que era católico, *“que havia nascido assim e ia morrer assim”*. Afirmou não ter muito tempo para se dedicar à religião, pois o horário da missa coincidia com seu trabalho. Por insistência da professora, o detento que estava sentado ao lado de Nestor também acabou se manifestando. Afirmou ser católico não praticante, que rezava sozinho e que, na unidade, não participava de nenhum grupo religioso. Da mesma forma, um detento que chegou atrasado, afirmou ser católico não praticante, que ia na missa *“uma semana sim e duas não”*.

Observando os breves relatos de Nestor e dos demais detentos e as reações dos colegas durante estas conversas, fiquei com a impressão de que falar sobre religião causou certo incômodo nos detentos que falaram e, talvez, muito mais nos que ouviram. A maioria dos detentos permaneceu calada. Alguns em nenhum momento olharam para mim nem para o colega que estava falando. Um dos detentos ficou rabiscando um pedaço de papel o tempo todo.

Resolvi que era hora de deixá-los. Agradei a atenção e fui conduzida até a outra sala de aula, esta ocupada por uma turma de ensino médio. Esta segunda sala era maior que a anterior,

muito embora a turma fosse ligeiramente menor. A distância entre o quadro-negro e a mesa da professora e as carteiras dos alunos era grande e parecia maior porque os detentos, em sua maioria, estavam sentados nas carteiras do fundo da sala. A professora já havia sido comunicada de minha presença e interesse. Ela resolveu então apresentar-me, dizendo que eu estava fazendo Mestrado. Resolvi explicar melhor o que estava fazendo ali, antes pedindo desculpas por tomar tempo da aula deles.

Assim que solicitei que eles falassem a respeito dos grupos religiosos, Dante, um detento que estava sentado na primeira carteira à esquerda, começou a falar. Dante participava da Igreja Adventista da Promessa. Fez questão de ressaltar que não era a IASD - informação que eu quis, com um aceno da cabeça, indicar que sabia da existência da diferença. Dante já participava deste grupo antes de seu ingresso na PPC e afirmou que continuou participando deste grupo na prisão porque a “culpa” do que ele fez era dele e não da Igreja, por isso não havia razão para ele mudar de Igreja.

Notei que neste grupo houve maior atenção no relato de Dante e também maior disposição para falar sobre religião. Durante a conversa com Dante, outro detento, sentado ao fundo pedia a palavra erguendo o braço direito, atitude seguida por outro detento sentado mais à frente. O detento que estava sentado lá no fundo da sala afirmou que “*tudo aquilo que vier trazer a paz aqui para dentro é importante*”, embora ele, particularmente, não participasse de nenhum grupo religioso.

Este detento parecia estar muito à vontade naquele espaço, pois levantou-se vindo até a professora para entregar uma folha de exercício e aproximou-se de mim perguntando qual era a minha intenção com esta pesquisa. Em seguida, o outro detento que estava sentado à frente me perguntou se eu era de algum grupo religioso. Enquanto eu esboçava uma resposta, a professora me interrompeu dizendo que “*eles são assim mesmo! Desconfiados! Esta é uma característica dos presos. Você estende a mão e eles já querem saber por que*”. O detento que havia me perguntado sobre meu vínculo com algum grupo disse então que a pergunta havia sido, realmente, proposital. Passou então a falar sobre a sua experiência religiosa, falando do seu vínculo com os Testemunhas de Jeová, que não realizam visitas na PPC.

Busquei ressaltar que a pesquisa não era solicitada nem pela instituição penal nem por qualquer grupo religioso e que eu não tinha vínculo nem com o primeiro nem com os segundos. Afirmei meu interesse em compreender aquilo que estava acontecendo e que todas as conclusões a que eu chegasse só poderiam ser das informações que eles próprios me fornecessem, se quisessem. Afirmei também que eles tinham o direito de me fazer aquelas perguntas, tendo em

vista que eu também estava fazendo uma série de perguntas a eles. Minha resposta pareceu convencê-los, pelo menos foi esta a impressão que retive.

Já neste primeiro contato com os detentos pude perceber: 1) que a conversão não ocorria necessariamente no interior da prisão; alguns detentos continuavam ou voltavam a freqüentar a Igreja que já freqüentavam antes de serem presos; 2) o valor do batismo, definindo a convicção/opção religiosa e, em alguns casos, um maior compromisso com determinada igreja e 3) a importância dos detentos que se transformavam em agentes religiosos ao convidarem os detentos para freqüentar determinada igreja e conversar sobre princípios religiosos. Estes três aspectos serão retomados ao longo desta dissertação.

3.2 Na PCE: os grupos focais

Na PCE minha primeira conversa com os detentos também ocorreu sem maiores problemas e sem necessidade das autorizações judiciais que haviam me informado que seriam obrigatórias – que, como já afirmei anteriormente, em nenhum momento foram realizadas nem necessárias. Fui conhecer as dependências físicas e Gil, o agente penitenciário que me acompanhava, orientado pela chefia de segurança, ficou encarregado de perguntar a alguns representantes das igrejas se eles gostariam de conversar comigo. Caso algum deles quisesse, Gil deveria encaminhá-los para a própria igreja ou para uma sala de aula, um a um, pois conforme orientação recebida, “*se eles ficarem juntos podem ficar inibidos e não falar muita coisa*”. Dois representantes da IC e dois da AD aceitaram o convite.

Uma sala que não estava sendo ocupada foi aberta para que eu e o detento pudéssemos conversar. Gil ficou do lado de fora, de modo que eu e o detento pudéssemos conversar com alguma privacidade. Apresentei-me ao detento e pedi para que ele falasse um pouco sobre as suas atividades junto ao grupo católico. O detento, um homem de meia idade, disse-me que “*sempre tinha sido católico*”, razão pela qual participava do grupo católico na unidade. Fez questão de dizer-me duas vezes que não tinha “*faltado nenhuma missa*” desde que estava ali, da mesma forma que pareceu se orgulhar de nunca ter faltado nas aulas: “*Já no segundo dia que eu estava lá na Provisória eu me matriculei nas aulas e participei da missa*”. Concluiu todos os módulos do ensino fundamental e estava, naquele momento, iniciando alguns módulos do ensino médio. “*A escola e a igreja são os dois*

melhores lugares”, havendo, segundo Jeremias, um incentivo por parte dos padres, voluntários e os próprios detentos de confissão católica para a participação nas atividades escolares.

Pedi que me falasse um pouco sobre as atividades dos católicos. Jeremias afirmou ser o “*mestre*” responsável pelas atividades. Disse que “*no sábado, pela manhã, vêm os carismáticos e no sábado à tarde vêm o pessoal da Pastoral. Às vezes vem o padre e tem missa. Se não vem, a gente faz o culto. Nos dias de semana a gente começou a rezar o terço, um dia reza de um jeito, noutra dia de outro, a gente vai modificando...*”.

Perguntei se os católicos faziam doações para os detentos. Jeremias confirmou esta prática, contando-me que os bens trazidos pelos agentes religiosos católicos – envelopes, selos, alimentos, material de higiene e limpeza (“*ainda esta semana trouxeram material de limpeza que aqui não tinha, sabe? Tava faltando, então eles trouxeram*” - *idem*) - eram distribuídos “*para quem necessitar*”, seja participante ou não do grupo católico.

Contou-me também que eles tinham conseguido formar um grupo de música gauchesca e que por falta de outro espaço, ensaiavam na capela. Pediram autorização para os agentes penitenciários, que não se opuseram. “*Eles disseram: O espaço é de vocês. O que vocês fazem lá dentro depende de vocês*”. Os detentos então fizeram uma “*vaquinha*” e compraram o acordeon. As cordas para os violões são os agentes religiosos da IC que traziam.

Depois de Jeremias, continuei conversando com os detentos que foram chamados para conversar comigo, perguntando sempre pelas atividades que participavam, suas opiniões sobre a atuação e importância dos grupos religiosos na unidade e da sua própria participação no grupo.

Cerca de três meses após este primeiro contato com os detentos na PCE, voltei a procurá-los (durante este intervalo, fiquei realizando as entrevistas com os funcionários e algumas aproximações com os detentos da PPC). Pelo telefone, verifiquei a possibilidade de agendar uma visita para conversar com os detentos dos outros grupos religiosos atuantes. Para oficializar minha solicitação, encaminhei solicitação à direção da unidade, explicando os motivos pelos quais desejava realizar as entrevistas, anexando um cronograma de visitas para ser aprovado.

Na data agendada, fui à PCE. Chegando lá, no entanto, fui informada que a direção da unidade havia mudado e que a minha solicitação não tinha sido deferida, porque antes era necessário obter autorização da direção geral do DEPEN. Aproveitei a oportunidade para apresentar-me à nova direção, explicando os objetivos de minha pesquisa, e para afirmar que tanto a direção anterior, como a coordenação do DEPEN, estavam cientes do meu trabalho. Com este argumento obtive, finalmente, a autorização para realizar as entrevistas com os detentos. Mas não para fazer as entrevistas individuais - como já mencionei anteriormente. Com

o auxílio de Giovana, foi formado o primeiro grupo de detentos de diferentes denominações religiosas para participar de minha pesquisa.

Na semana seguinte, retornei à PCE. Fiquei esperando na portaria cerca de quarenta minutos, tentando proteger-me da garoa fina que insistia em cair. Eu havia marcado o início da sessão às 9:30 h, já prevendo a demora na entrada devido a troca de turno dos agentes penitenciários. Depois do atraso na portaria, fui para a escola onde eu iria “trabalhar” com os detentos, como anunciava o ofício encaminhado à portaria para autorizar a minha entrada.

Na escola, fiquei esperando pelos detentos que participariam do pré-teste do questionário. Eu desconhecia quem fazia parte do grupo, pois não tinha a lista com os nomes dos detentos que foram contactados por Giovana. Nem a pedagoga, nem o agente penitenciário responsável por acompanhar-me naquele dia, dispunham da lista. Por esta razão, tive que aguardar um tempo considerável até que providenciassem a lista de nomes dos detentos. A aparente “perda de tempo” foi compensada pela conversa com os detentos e AP’s que estavam trabalhando no setor escolar naquele dia, possibilitando-me obter algumas informações sobre o cotidiano prisional.

Os primeiros detentos chegaram aproximadamente às onze horas. Embora eu previsse oito detentos, surgiram pela manhã onze, porque os agentes penitenciários tomaram a relação com os nomes e chamaram todos os listados. O cronograma que havia encaminhado parecia não haver sido devidamente divulgado. Foram chegando aos poucos, o que me obrigou a repetir várias vezes o meu nome, o objetivo da minha pesquisa e os procedimentos para preenchimento do questionário. Dadas as circunstâncias, foi praticamente impossível conversar com o grupo e assim me limitei a observá-los e orientá-los quanto ao preenchimento do questionário, respondendo suas dúvidas quanto a pesquisa e minha presença. Todos foram muito atenciosos e não tiveram maiores dificuldades para responder as questões. Aproveitei para pedir outra tarefa, esta apenas para quem quisesse: uma espécie de redação falando do dia na prisão, do culto e o que é ser evangélico para eles. Muitos aceitaram realizar esta segunda tarefa.

De acordo com o recorte da pesquisa, solicitei entrevistas com os representantes das igrejas de orientação pentecostal, agregando apenas as lideranças da IASD. No entanto, isso causou um certo incômodo em alguns agentes penitenciários, que perguntaram repetidas vezes se eu não gostaria de falar com os católicos também. Respondi-lhes que já havia conversado com os representantes da IC em outra visita, mas a minha resposta parece que não foi satisfatória, pois minutos depois Jeremias, o detento com quem havia conversado anteriormente, apareceu na sala perguntando se eu não iria conversar com ele. Agradei a sua presença, lembrando que já

havíamos conversado anteriormente, mas que ele poderia responder as perguntas da folha que lhe entreguei e solicitar aos seus companheiros que respondessem também.

Esta foi a forma que encontrei para evitar maiores questionamentos sobre os critérios utilizados nas escolhas dos entrevistados, pois para os funcionários entrevistados parecia que não fazia sentido pesquisar os grupos religiosos sem necessariamente incluir a Igreja Católica. Apesar deste dado ser significativo, optei por considerar a atuação da Igreja Católica na PCE e as disputas dos diferentes grupos religiosos por legitimidade perante os funcionários e detentos como um “cenário” onde se desenvolvem e se produzem as conversões religiosas. Retomarei esta discussão no próximo capítulo.

Após tabular os dados obtidos através dos quinze questionários aplicados (dos quais quatorze foram preenchidos e um não foi devolvido), formulei um novo cronograma de entrevistas, tendo por objetivo voltar a conversar com o grupo de detentos para aprofundar algumas questões. Com o intuito de maximizar o meu esforço, inicialmente subdividi o grupo em dois grupos menores para possibilitar que todos os participantes pudessem emitir as suas opiniões e para facilitar o meu trabalho de mediação dos debates. As sessões foram organizadas de modo a que numa primeira etapa pudesse discutir questões gerais a todas as denominações religiosas presentes e, numa segunda etapa, em conversas com subgrupos, obter os relatos das conversões religiosas.

O cronograma proposto foi aprovado pela direção da unidade, que encarregou o agente penitenciário Fernando para me auxiliar. Os grupos focais transcorreram sem problemas. A mediação de Fernando agilizou o contato com os detentos e desta vez as sessões ocorreram no horário e nas condições desejadas.

A divisão dos detentos nos subgrupos foi aleatória, apenas tentando reunir no mesmo grupo os dois representantes da mesma Igreja na unidade. Inicialmente, no grupo matutino foram reunidos os representantes da Assembléia de Deus, Adventistas e Congregação Cristã do Brasil; à tarde, Igreja Missão Final, Igreja Deus é Amor, IURD e Igreja Internacional da Graça de Deus.

Os detentos, de forma geral, não ficaram intimidados para responder qualquer pergunta. Alguns detentos participam mais e outros menos das discussões. Na segunda reunião com o grupo Henrique (CCB), Lúcio (AD) e Raul (IASD), por exemplo, ficaram calados a maior parte do tempo. Ernesto (AD) sentou-se longe do grupo, fora da roda, perto da porta, interferindo com observações nos momentos que julgava apropriado. Joaquim (IASD), que na aplicação dos questionários tinha se mostrado um pouco tímido, a partir da segunda reunião do grupo pareceu ficar mais à vontade, pois estava bastante falante. Andrade (IASD), sempre foi bastante

simpático, tecendo comentários engraçados que provocavam risos nos participantes e ajudaram a descontrair o grupo.

No entanto, quem mais me chamou a atenção foi Renato (AD). Renato me pareceu ser um dos expoentes da igreja AD na unidade, desenvolvendo atividades litúrgicas como a condução de orações, na ausência dos pastores. Renato também era conhecido – e arriscaria afirmar que mais conhecido – pelo nome de Lucas; é por este apelido que outros detentos o chamam (como veremos, por exemplo, no relato de Raul, no terceiro capítulo) e que os funcionários o tratavam. Os apelidos – em sua maioria nomes próprios, alguns sendo referência a santos e personagens bíblicos – não são exclusivos dos detentos **convertidos**, ao contrário. Pude observar que esta é uma prática generalizada; no entanto, não consegui descobrir qual lógica orientaria a atribuição de apelidos.

O que mais me chamou a atenção em Renato foi seu cuidado constante e metódico em anotar minhas perguntas e responder todas na ordem em que foram surgindo na discussão. Quase sempre Renato monopolizou a palavra e sua fala é recheada atualizações de eventos bíblicos numa linguagem atual e de exemplos práticos, como este sobre a conversão religiosa: “há pessoas com mais dificuldade, mas isso é bem normal, como [n]a vida secular. Você veja que tem alunos que com duas ou três explicação que o professor dá, ele já capta imediatamente, ele já assimilou o que o professor passou e ele já aprendeu, enquanto tem uns que a professora tem que vir, sentar do lado e explicar: ‘Olhe, é assim’ e ajudar ele fazer. Então, na vida espiritual também é desta forma” (Renato, entrevista, 29/10/1999)³³.

Em função de seu comportamento (Renato sempre estava bem trajado, falava com desenvoltura, tinha uma postura corporal ereta), muitas vezes é tratado pelos funcionários como “malandro” e “sedutor”. Mais de uma vez pude ouvir recomendações de cuidado e desconfiança de agentes penitenciários da unidade, bem como comentários de funcionárias da escola da PPC, setor onde ele trabalhou enquanto cumpria pena ali.

Ao contrário do grupo da manhã, o grupo que foi reunido à tarde começou quase sempre começava com um atraso significativo, dadas as dificuldades em localizar os detentos pela unidade. Quase sempre as reuniões com este grupo ocorriam numa sala de aula próxima ao corredor que dá acesso às capelas e galeria, separada desta ala por duas grades permanentemente

³³ Ou ainda: “[o comportamento] nos dá um respaldo para termos uma idéia do que ela é. A Bíblia diz: “do que está cheio o coração fala a boca”. Quando a Bíblia fala do coração, **está falando do interior, não está falando da bombinha mandando sangue, está falando do interior do homem, sabe? Está dizendo que se o interior dele estiver cheio de coisas boas, automaticamente o que ele bota pra fora vai ser bom. Neste sentido é que nós podemos ter uma noção do que é e do que não é. Agora se ele está salvo, se ele está com sua salvação garantida e nome dele está escrito lá no computador de Deus, aí, ... agora nós podemos analisar pelas atitudes dele, pelo comportamento dele.”** (Renato, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

cadeadas. Como as janelas eram voltadas para um dos pátios internos e a sala ficava próxima deste acesso, quase o tempo todo a discussão era interrompida pelo barulho do abre e fecha das grades e pelos gritos do “*chamador*” tentando localizar os detentos.

Neste grupo da tarde compareceram Felipe (IMF), Jackson (IPDA), Lauro (IDA) e Jair (IIGD). Estes três últimos se mostraram bastante intimidados e quase não falaram, a não ser quando solicitados. O grupo da tarde pode ser definido como mais contido, tem uma postura mais reservada, vestem-se com roupas menos cuidadas e seus discursos não são tão “articulados” como os da manhã em termos de vocabulário e organização das idéias. Felipe teve então a oportunidade de se expor e contar com maiores detalhes a constituição da Igreja Missão Final na unidade. Em nosso primeiro contato, estava um pouco tímido, mencionando apenas a “*missão definida por Deus para atuar como pregador da Palavra*”. Mas ao longo das sessões, Felipe foi se mostrando mais à vontade, falando alto e rápido, como se estivesse “*pregando*”. Mencionou o apoio da PCE e dos demais grupos religiosos para o exercício desta igreja – opinião que contradiz os comentários dos funcionários sobre o “*absurdo que era esta igreja sem muita estrutura*”.

No decorrer dos grupos focais, os representantes da Congregação Cristã, Deus é Amor, Igreja Universal e Internacional da Graça de Deus deixaram de comparecer e os dois grupos passaram a contar com representantes da Assembléia de Deus, Adventistas e Missão Final.

Na banca de defesa do projeto desta pesquisa, um dos professores sugeriu que eu utilizasse o gravador para apreender as peculiaridades dos discursos de meus informantes. O argumento utilizado pelo professor era o de que como eu estava familiarizada com o discurso pentecostal, eu tenderia a observar muito mais as recorrências, isto é, os elementos comuns aos diversos pentecostanismos atuantes na Prisão, que as especificidades de cada discurso pentecostal. Em outras palavras, haveria uma tendência de reduzir todas as informações obtidas junto a informantes de diferentes orientações religiosas a uma coisa só.

Sempre desconfiei do uso do gravador, achando que o mesmo poderia inibir os entrevistados e, conseqüentemente, comprometer a qualidade dos dados. Quando iniciei meu trabalho de campo, tinha intenção de realizar entrevistas individuais com os detentos e, por isso, supunha que o gravador seria dispensável. No entanto, a direção da unidade autorizou a minha entrada para realizar um “trabalho em grupo” e não individual e por um período de tempo bastante reduzido. Diante das circunstâncias, a utilização do gravador como **instrumento** tomou-se uma possibilidade interessante. Afinal, de que outra forma eu poderia maximizar o meu tempo junto aos detentos?

Evitei utilizá-lo nos primeiros contatos com o grupo de detentos que foi "convidado" a participar de um grupo de discussão sobre a presença das igrejas na unidade penal, do envolvimento deles nestes grupos e da experiência de conversão religiosa. A experiência foi interessante, mas as dificuldades em registrar com minúcia o discurso, o gestual, as expressões e tudo o mais que ocorreu durante a sessão de discussão foram grandes, como é de se esperar em qualquer situação de campo.

Sentindo-me mais à vontade com o grupo, resolvi introduzir o gravador em cena. Na primeira vez que o utilizei, os detentos não estavam ainda completamente à vontade. Ernesto, por exemplo, sentou-se bem longe do gravador, posto estrategicamente ao centro do grupo disposto em círculo. Tive, também, dificuldades em ligar o aparelho. A sala não dispunha de tomada, o que para mim significava um grande problema. Mas Alcides, um agente penitenciário visivelmente curioso com relação à minha presença e à do gravador na sala – vindo posteriormente questionar-me sobre as razões de pesquisar os presos e gravar as conversas, e aproveitar para emitir as suas próprias opiniões sobre o grupo de convertidos - resolveu logo o problema. Chamou um detento que, conforme suas palavras, era um “*especialista em ligações elétricas diretas*”, ou seja, ligações onde os fios da extensão são conectados diretamente com os fios da instalação. Acrescentou, diante do meu visível espanto, que as ligações elétricas clandestinas eram bastante comuns “*ali na cadeia*”.

Na reunião seguinte levei um gravador menor, a pilha, para evitar os transtornos com tomadas e também porque o gravador anterior não foi muito eficaz no registro das discussões. Desta vez, não organizei as carteiras em círculo, mas montei com elas uma espécie de mesa onde todos ficassem mais próximos entre si e do gravador. Ao contrário do que supunha, nesta ocasião os detentos não se mostraram constrangidos. Muito me surpreendeu o desprendimento com que Ernesto pegou o gravador e aproximou-o de sua boca, para garantir que seu depoimento fosse gravado. Os demais também manipularam o gravador com bastante facilidade e, arriscaria, bastante familiaridade também. Muitos faziam questão de registrar seus nomes, antes de iniciar o relato, à exemplo de Fábio: “*bem, pra ficar gravado nesta fita tua aqui que é de uma pesquisa que você está fazendo e pra que fique bem legível meu nome é Fábio. Eu, desde o ano de 1992 que eu tô preso e a minha conversão, ela se deu logo através da minha prisão.*” (Fábio, entrevista, 29/10/1999).

É interessante notar que, ao contrário de outras situações de pesquisa onde o gravador é temido porque pode registrar informações que poderão vir a ser manipuladas posteriormente ³⁴,

³⁴ Lembro aqui especialmente a pesquisa executada por Zaluar (1994a), onde o gravador era constantemente associado aos jornalistas e às reportagens sensacionalistas realizadas sobre a Cidade de Deus, ou aos detetives

nesta minha pesquisa ele adquiriu outro significado: o de concretizar o “*testemunho*”. Dada a importância que o “*testemunho*” assumia para este grupo de detentos, a possibilidade de realizá-lo para mim, para o grupo de detentos e para o gravador foi o que, ao meu ver, impulsionou-os a falar sobre suas experiências de conversão religiosa.

Este foi o contexto mais amplo no qual esta pesquisa inseriu-se e foi produzida. No próximo capítulo passo a tratar do discurso que os diversos **agentes** da instituição penal fazem sobre o fenômeno da conversão religiosa.

policiais. Por conta destas associações, muitas vezes a autora evitou utilizar o gravador no registro de suas conversas, especialmente com os “*bandidos*”. Noutras situações, porém, o gravador surgiu como uma oportunidade de negociar sua permanência em campo, como nas situações onde ela permitia a gravação dos ensaios do Bloco Luar de Prata.

CAPÍTULO II

OS CONVERTIDOS AOS OLHOS DOS “OUTROS”

“Gustavo me levou até a galeria, que tem 23 celas, sendo 02 “solitárias”. Cada cela tinha, em média, 05 detentos. A metade (talvez o terço superior) da porta da cela é gradeada e a inferior é uma chapa única, não sei se de ferro ou aço. Não me senti muito à vontade em observar os detentos em suas celas, pois tinha que me aproximar da porta e me esticar um pouco para olhar para dentro da cela. Não consegui deixar de me sentir uma invasora. Foi quando Gustavo, que me pareceu mais familiarizado com esta situação – se não mesmo com um certo orgulho pela disciplina e pelo respeito que impunha – aproximou-se da primeira cela e chamou a minha atenção para uma bíblia aberta no chão, que segundo Gustavo, “sempre serve de conforto para os presos”. Depois de nos afastarmos um pouco da cela, Gustavo me disse que ali se encontrava um homem que era pai-de-santo e que foi transferido de uma delegacia, onde vinha comprando privilégios. Reforçou novamente o princípio que ali todos recebem o mesmo tratamento”. (Diário de campo, 23/04/1999).

Neste capítulo apresentarei as discussões produzidas a partir das entrevistas abertas e de algumas observações sobre os funcionários do quadro técnico-administrativo - diretores, psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos psiquiatras, agentes penitenciários, sociólogos e pedagogos - de diversas unidades penais do DEPEN, especialmente os funcionários alocados na Prisão Provisória de Curitiba (PPC) e Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE).

1. Apresentando os funcionários

Em todas as unidades fui apresentada aos diretores e seus chefes de segurança. Os diretores das unidades foram nomeados pelo Secretário de Justiça e Cidadania para exercer um “cargo de confiança”. Não eram necessariamente “funcionários de carreira”, ou seja, integrantes do quadro técnico que ascenderiam num plano de cargos e salários, muito embora existissem casos desta natureza, como o de Isabel e Carlos que ocupavam, no entanto, cargos simbólica e

hierarquicamente inferiores (Isabel e Carlos são vice-diretores nas unidades em que trabalham¹). Exemplo desta trajetória recorrente na instituição penal estudada é Paulo. Católico, advogado, trabalhava no Tribunal de Justiça até ser no início de 1999 nomeado “*por seu amigo pessoal, o Tavares [José Tavares da Silva Neto, Secretário Estadual da Justiça e Cidadania na época de meu trabalho de campo e atual Secretário de Segurança Pública] para auxiliar no processo de humanização do presídio*”.

Como Paulo, a maioria dos diretores era Bacharel em Direito ou Psicologia. A formação acadêmica não era formalmente um pré-requisito para o exercício do cargo, mas é, no entanto, um elemento que dava acesso e legitimava as posições assumidas por estes funcionários na hierarquia de cargos funcionais no DEPEN frente aos “funcionários de carreira”. Além disso, a informação sobre a formação acadêmica é mencionada aqui para pensarmos, à luz de Bourdieu², como ela informa determinadas visões de mundo e inserções neste mundo. Como ela produz discursos que se relacionam num jogo político que busca definir competências e “verdades” sobre o universo prisional, e mais propriamente, sobre o que fora denominado como a “*política de ressocialização do preso*”.

Enquanto os agentes penitenciários, por exemplo, anunciavam sua desconfiança quanto à eficácia do sistema na “*recuperação*” dos detentos, os diretores (em sua maioria advogados) e os técnicos da DIAS (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) ressaltavam como as atividades laborativas são meios de inculcar responsabilidade nos “*internos*”. O trabalho seria um símbolo da política ressocializadora acima mencionada, tendo por referência o valor que o trabalho tem para estes funcionários que poderiam ser, *grosso modo*, enquadrados como representantes de uma **classe média intelectualizada** (Cf. VELHO, 1987).

Uma vez nomeados, muitos diretores “*circulavam*” pelas diversas unidades penais, administrando diferentes unidades ao longo dos anos de trabalho no DEPEN. Gustavo, por exemplo, católico, advogado, ao longo dos oito anos que trabalhou no DEPEN já esteve à frente de três unidades masculinas, de segurança máxima. Trajetória semelhante à de Antônio, também católico e advogado, ex-delegado de polícia. Antônio trabalha há dez anos no DEPEN e durante

1 A única exceção que pude notar durante a pesquisa foi a trajetória de Irene, técnica que atualmente é a diretora geral de uma unidade feminina.

2 Para Bourdieu, “os indivíduos ‘programados’, quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino. Os homens formados em uma dada disciplina ou em determinada escola, partilham um certo ‘espírito’ (...). Tendo sido moldados segundo o mesmo ‘modelo’ (*pattern*), os espíritos assim modelados (*patterned*) encontram-se predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas. (...) O que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns ” (BOURDIEU, 1992 : 206, 207).

este tempo atuou em duas unidades masculinas, de segurança máxima e média, sempre exercendo cargos na direção das mesmas.

As apresentações dos diretores das unidades localizadas no município de Piraquara (Colônia Penal Agrícola, PCE e Penitenciária Feminina) foram realizadas por Gisele. Funcionária pública há dezenove anos quando da realização desta pesquisa, trabalhava na ESPEN há três como pedagoga. Gisele contou-me das atividades que vinha realizando, fundamentalmente cursos, palestras e oficinas de prevenção contra AIDS. Desempenhando estas atividades, Gisele transitava por diferentes níveis hierárquicos e pelas diversas unidades de reclusão, sendo conhecida por muitos funcionários. Foi esta a razão dela ter sido escolhida pela direção do DEPEN para mediar meus primeiros encontros com os diretores das unidades. Gisele participa de uma igreja de orientação pentecostal, a Fonte de Vida

Os agentes penitenciários, coordenados pela Chefia de Segurança escolhida pela Direção da unidade, realizavam o trabalho de segurança, revezando-se nos diferentes setores da unidade. Qualquer agente penitenciário poderia, a princípio, tornar-se um chefe de segurança. Isto também é motivo de queixa por parte dos agentes penitenciários, conforme Gisele, pois “*alguns [chefes de segurança] não têm [ou não tinham antigamente] nem o primário. Os mais novos não, eles têm pelo menos o segundo grau, se não nem podem fazer o concurso. Alguns tem até faculdade...*”. Segundo informações obtidas junto a ESPEN, responsável pela capacitação e reciclagem dos AP's, o grau de escolaridade dos agentes penitenciários vinha aumentando nos últimos anos, por exigência dos concursos públicos, buscando o que eles entendem como maior qualificação dos recursos humanos que têm contato direto com os detentos.

Em diversas unidades tive oportunidade de conversar com os funcionários da Divisão de Assistência Social (DIAS), formada por psicólogos, médicos psiquiatras e assistentes sociais. Estes profissionais, assim como os agentes penitenciários e pedagogos, prestaram concurso público para integrarem o quadro de funcionários do DEPEN. Os profissionais da DIAS eram responsáveis fundamentalmente pela elaboração dos laudos que compunham o “*exame criminológico*”³ e pela assistência ao detento, quando este solicitava. As assistentes sociais mediavam formalmente a comunicação entre os “*de dentro*” e os “*de fora*”: encaminhavam solicitações do detento para sua família, verificavam seus direitos (como o auxílio-reclusão para a família) e intervinham junto ao departamento jurídico para verificar o andamento dos processos.

3 O “*exame criminológico*” era instrumento de avaliação do detento. Buscava-se determinar a situação do detento na unidade, verificando a relação entre seu “*comportamento*” e o grau de “*recuperação*” (e/ou grau de propensão à reincidência). Os resultados desta avaliação orientavam o encaminhamento do processo criminal (autorizando a

Elas também eram responsáveis pelo credenciamento das visitas social e íntima que o detento recebe e dos grupos religiosos que pretendiam atuar na unidade.

Muito embora tenha solicitado entrevistas individuais com os funcionários da DIAS através de ofício encaminhado à direção do DEPEN, não foi isto que sucedeu. Ao chegar na PPC, encontrei toda a equipe reunida me aguardando. As apresentações foram bastante tumultuadas e as seis funcionárias pareciam um pouco nervosas com minha presença, pois falavam todas quase ao mesmo tempo e se movimentavam muito pela sala. Foram unânimes em afirmar que não dispunham de “dados” para a minha pesquisa e que eu deveria falar com os pastores que eram os responsáveis por esta atividade.

Penso que a recusa em conversar comigo individualmente está vinculada, por um lado, ao modelo de terapia em grupo, reconhecido por elas como eficaz pela dinamicidade e pela racionalização do tempo. Como mencionei no capítulo anterior, a preocupação com o tempo que eu passaria na instituição - quer em função das condições de segurança ou não - foi um fator sempre pensado e imposto como um limite a minha pesquisa. Embora dispostas a “colaborar com a pesquisa”, eu não poderia (ou deveria) tomar-lhes muito tempo. Por outro lado, esta atitude do grupo da DIAS/PPC reflete a idéia de que as condições de trabalho de todas as técnicas é “igual” e, portanto, falar com uma das técnicas ou com todas elas não faria diferenças para a minha pesquisa, uma vez que todas teriam as mesmas informações para conceder-me.

Ao longo da conversa uma das psicólogas, Silvia - católica, trabalha há cinco anos no DEPEN - tornou-se a porta-voz do grupo que, por sua vez, deu continuidade ao seu trabalho rotineiro. Vez ou outra uma funcionária interrompia Silvia para confirmar as suas informações e impressões. A maior preocupação destas profissionais foi fornecer-me estatísticas sobre a unidade e apontar nomes de funcionários e agentes religiosos para eu conversar.

Também conversei com as responsáveis pelo setor escolar na PPC e na PCE. As pedagogas foram extremamente solícitas, disponibilizando não apenas o espaço físico da escola para que eu pudesse realizar a pesquisa, mas possibilitando que através da escola minha entrada no campo fosse menos problemática, como afirmei anteriormente.

Apesar das especificidades de formação escolar e ocupação na unidade penal - aqui descritas para demarcar a posição relativa que cada um ocupa neste universo prisional e que, a princípio, orientariam uma maneira específica de ação neste universo - os funcionários do quadro

progressão de regime, por exemplo). Além dos laudos elaborados pelos funcionários da DIAS, os advogados, a chefia de segurança e a pedagoga responsável pelo setor de Educação encaminhavam seus pareceres para discussão.

técnico-administrativo sempre que perguntados sobre a conversão religiosa dos detentos, relatavam-me os possíveis motivos da conversão, classificando-a como “*verdadeira*” ou “*falsa*”.

Trata-se, portanto, de uma dicotomia fundante do “discurso da instituição” sobre a conversão religiosa. Os matizes e as ênfases dadas a uma ou outra categoria - a “*conversão verdadeira*” e a “*falsa conversão*” - relacionavam-se às posições que estavam sendo ocupadas pelos diferentes agentes neste jogo de definições de competências. Desta classificação a respeito da conversão, decorre outra, sobre o “*comportamento*” dos convertidos, ou mais propriamente, sobre os efeitos da conversão no detento. À “*conversão verdadeira*” corresponderia o “*arrependimento*”; à “*falsa conversão*”, a “*malandragem*”.

Ambos os casos de conversão, no entanto, guardavam uma semelhança: a “*carência*”, à qual corresponderiam necessidades. Vários funcionários afirmavam que a participação nas atividades religiosas - envolvimento tomado pelos funcionários quase sempre como sinônimo de conversão religiosa - constituía um meio que os detentos encontraram para suprir suas carências/necessidades físicas e afetivas. É possível condensar as opiniões destes diferentes agentes do corpo técnico-administrativo em duas premissas: 1) alguns detentos se convertem apenas para obter **benefícios** práticos e 2) alguns buscam um sentido para as suas vidas, ou ainda, a “*salvação divina*”.

Ainda de acordo com os funcionários, independente da conversão religiosa ser “*falsa*” ou “*verdadeira*”, ela produziria, sempre, mudanças no comportamento dos detentos - seja porque eles estariam “*verdadeiramente arrependidos e regenerados*”, seja porque eles estariam simulando comportamentos frente aos funcionários por “*malandragem*”. Mas o efeito que a conversão religiosa produzia neste universo era tido como benéfico em geral. Não apenas porque trazia “*estabilidade*” - ou seja, minimizava as dificuldades (materiais ou não) existentes neste universo e diminui tensões - mas porque, em última instância, a religião era concebida como benéfica (com exceções que discutirei adiante).

O que eu gostaria de salientar é que o tratamento que os detentos **convertidos** recebem dos funcionários era alterado a partir destas classificações orientadas pela polarização entre “*conversão verdadeira*” e “*falsa conversão*”.

2. Os convertidos: “malandros” e/ou “carentes”?

Com base nas “motivações” que levariam à conversão surgem, no discurso dos funcionários, duas categorias que às vezes se opõem e às vezes se complementam na caracterização e compreensão dos detentos convertidos: a “malandragem” e o “arrependimento”, ambas produzidas pela “carência”. É esta classificação que discutirei a seguir.

2.1 “Ele está se escondendo atrás da Bíblia!”

De acordo com alguns funcionários, parte dos detentos que se declararam convertidos não estariam “realmente arrependidos” ou interessados nas questões teológicas. Constantemente ouvi de funcionários afirmações que alguns detentos estariam “usando a Igreja” ou “se escondendo atrás da Bíblia”. Como definiu um médico psiquiatra, tratar-se-ia de uma “pseudo-conversão”. A religião, neste sentido, não estaria atuando no “interior” do detento; tampouco a “salvação” diria respeito à alma ou a um futuro pós-detenção, mas a situações bastante concretas e imediatas que o detento vivenciava.

A idéia de manipulação consciente do comportamento era bastante recorrente. Havia variações, no entanto, quanto ao entendimento que os funcionários têm sobre os fins desta manipulação. Os agentes penitenciários enfatizam, muito mais que os demais funcionários, que a procura pelo espaço e pelas atividades religiosas seria um meio que os detentos encontraram para garantir “proteção” no interior da instituição penal (bem como, anteriormente, nas delegacias). Os diretores, por sua vez, enfatizaram em seus discursos a conversão religiosa como uma procura por outras “vantagens” pessoais. Estas duas categorias estarão sendo denominadas por mim como **benefícios**.

Cabe observar, no entanto, que os diferentes benefícios foram mencionados tanto pelos AP's como pelos diretores. A ênfase dada a um ou outro aspecto está relacionada, a meu ver, às posições ocupadas por estes funcionários na hierarquia funcional na unidade: mais ou menos

próxima do cotidiano do detento convertido. Os AP's, que trabalhavam quotidianamente com os detentos, observavam a recorrência do detento novato ao espaço religioso e às relações sociais com convertidos para, supostamente, escapar de brigas e punições decorrentes de seu (“*mau*”) comportamento, fora ou dentro do presídio. Citam o caso dos “213” - número do artigo que indica o crime de estupro - que “*mal chegam na cadeia e correm lá para a capela*”, pois são rechaçados por funcionários e, sobretudo, pela “*massa*” carcerária. Os diretores enfatizaram a obtenção de bens materiais e mediação com os “*de fora*” como benefícios almejados pelos detentos, por estarem observando o universo prisional sob a ótica da administração de recursos. Os demais técnicos também apontaram a busca por benefícios como “*causas*” possíveis da conversão religiosa, mas tenderam a associar a estes outras “*motivações*”, como discutirei adiante.

Um exemplo de como os detentos que simulavam o comportamento de convertido “*apenas para enganar o sistema*” foi-me dado pelo diretor de uma unidade. Segundo ele, era comum o recebimento de cartas dirigidas a juizes onde os detentos afirmam estar “*regenerados*” porque participam das atividades religiosas no interior da unidade. Outros advogados contatados durante a execução de meu trabalho de campo confirmaram que alguns detentos se apresentavam no parlatório (lugar onde os detentos são atendidos pelos advogados) com a “*Bíblia debaixo do braço*”, anunciando sua “*recuperação e arrependimento*”.

Ainda de acordo com este diretor, alguns detentos que afirmam sua conversão “*querem apenas ter sua imagem associada a bom comportamento*”, um dos aspectos subjetivos levado em consideração no “*exame criminológico*” – outro aspecto consistia no cumprimento da pena, abreviada se o detento realizasse algum tipo de atividade nos diversos “*canteiros de trabalho*” da unidade. Em alguns casos, a “*manipulação*” iria além da simples menção do credo religioso nas entrevistas com os especialistas por ocasião do “*exame criminológico*”. Alguns detentos, “*os estelionatários, que tem lábia, falam bem, saem daqui e viram pastores. Usam a igreja para praticarem crime.*”.

Antônio, outro diretor, corroborou esta opinião. Ele afirmava que ao mesmo tempo que a religião “*auxilia no comportamento, no jargão da polícia o preso que usa o escudo da religião é pilantra. Pode tomar cuidado...*”, concluindo que a manipulação se fazia em direta relação com as “*habilidades*” dos detentos. A conversão religiosa foi transformada, nestes casos, num recurso de dupla finalidade: reduzir a pena por “*bom comportamento*” e respaldar atividades ilícitas.

Que benefícios o detento teria ao se converter? Quando questionados a este respeito, os representantes da instituição penal – especialmente os funcionários que ocupam cargos de chefia - negaram que os detentos que se declararam convertidos recebessem qualquer tipo de privilégio. No entanto, pude averiguar com outros funcionários (e, posteriormente, também com os

próprios detentos) que algumas “vantagens” foram efetivamente conquistadas com o anúncio da conversão religiosa.

De acordo com as informações que obtive junto aos AP's, os detentos que participavam regularmente das atividades de alguma igreja na unidade penal – e que passaram a ser considerados convertidos – quase sempre dividiam a mesma cela. Também fui informada de que estas tais celas estavam nas galerias qualificadas como “tranquílas”⁴, informações confirmadas pelos detentos. Segundo César – o detento que conheci na PCE –, a divisão e apropriação do espaço no interior da unidade penal não obedeceria, no entanto, apenas as regras formuladas pela instituição, mas também os acordos dos próprios detentos. Eles próprios poderiam escolher os – ou serem escolhidos como – “*companheiros de xadrez*”.

Se por iniciativa dos agentes penitenciários ou solicitação dos detentos (atendidas tendo em vista, entre outras coisas, a já mencionada estabilidade do presídio), o fato é que subgrupos iam se formando no interior na unidade e a religiosidade é um dos elementos que (re)define as fronteiras - simbólicas e espaciais - entre estes diferentes grupos.

Segundo Gustavo, a transferência de determinados detentos para compartilhar estes espaços seria “*uma decorrência lógica*”, tendo em vista que estes detentos “*tornaram-se amigos*” porque compartilham os mesmos códigos de conduta e crença. “*A segurança procura deixá-los juntos porque assim é mais fácil de lidar com eles, pra se deslocarem. (...), se tem um na cela que não gosta da bíblia [ele] já se irrita e se todos eles são da mesma religião, então não tem problema*”.

Em outras palavras, era “*mais fácil*” concentrar os convertidos num espaço à parte como pareceu ser “*mais fácil*” agrupar os detentos tidos como “*mais perigosos*” nas alas mais afastadas da portaria, no “*fundão*” da prisão, ou reunir alguns detentos “*no seguro*”, espaço para onde levavam-se aqueles presos que estão sendo ameaçados pelos “*desafetos do pátio*”. Assim, as tipificações produzidas sobre os detentos – o mapa cognitivo sobre o universo prisional que gerência as ações dos funcionários (especialmente dos AP's), como escreveu Coelho (1987) – eram objetivadas nos procedimentos rotineiros de revista e nas próprias relações travadas com estes detentos.

Além da conquista de um espaço físico diferenciado e respeitado - o que no universo prisional é de suma importância (Cf. RAMALHO, 1979; COELHO, 1987; VARELLA, 1999, dentre outros), alguns funcionários apontam a existência de outros benefícios diretos na conversão, como o recebimento de bens materiais: roupas, material de higiene, limpeza e material escolar – note-se que bens materiais revestidos de alto valor simbólico neste universo, especialmente estes

4 Na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), por exemplo, existe até mesmo uma “ala evangélica” no Pavilhão 5, onde predominam os detentos que participam da Igreja Assembléia de Deus (cf. Varella, 1999).

três últimos. As práticas utilizadas pelas igrejas para atrair os detentos e que são julgadas por alguns funcionários como “proselitistas” causam polêmica. Assistentes sociais, psicólogas, pedagogas e alguns diretores consideravam uma prática legítima e até mesmo necessária, uma vez que ela acaba suprindo o que o Estado não conseguia atender de maneira satisfatória. Alguns diretores e agentes penitenciários discordavam do tratamento diferenciado que os detentos passam a receber por pertencerem ou não a alguma Igreja, por parte da Igreja em questão.

Ao questionar os detentos convertidos a religiões pentecostais a este respeito, quase todos reconheceram a existência de casos em que o detento procura a Igreja apenas por estar interessado nestes bens materiais, o que causou indignação ao mesmo tempo que foi compreendido por eles como uma estratégia de sobrevivência. Com relação a eles próprios, nenhum admitiu que se converteu apenas por estes benefícios materiais, ainda que usufruíssem destes benefícios.

Uma terceira ordem de benefícios conquistados direta ou indiretamente com a conversão religiosa – para além dos “privilégios” na unidade e bens materiais – seria a intervenção promovida pela igreja junto à família e/ou outras pessoas das relações dos detentos. Segundo Antônio, muitas igrejas oficialmente cadastradas nas diferentes unidades penais foram solicitadas pelos próprios detentos (o que pude confirmar com alguns detentos). Os pedidos para a entrada de determinado grupo religioso não estariam apenas ligados às questões religiosas propriamente ditas, mas também seriam uma estratégia usada pelo detento para ficar mais próximo de alguém que participa daquele grupo religioso, como um parente ou afim.

Daniel também mencionou que um dos motivos que poderia levar os detentos a participar dos grupos religiosos seria a mediação oferecida pelos agentes religiosos junto aos processos penais e no contato com seus familiares e amigos. Segundo Daniel, muitos pastores e voluntários religiosos realizavam esta comunicação entre detentos e advogados ou ainda outros *“pequenos favores que além de poder colocar em risco a segurança, pode acabar inviabilizando o trabalho de alguns funcionários, especialmente os advogados”*. Advogados, assistentes sociais e psicólogas, no entanto, afirmaram não ter conhecimento da atuação dos grupos religiosos junto às famílias e/ou aos processos, contrariando as informações dadas pelos agentes religiosos e por alguns detentos. Levanto a hipótese que este “desconhecimento” que os profissionais da DIAS tinham a respeito da atuação das diferentes denominações religiosas junto aos detentos e suas famílias estava relacionado à disputa por quem, destes dois grupos de especialistas – os técnicos da DIAS e os religiosos – deteria a posição legítima de prestar *“assistência”* ao detento. Voltarei a isto no item 2.3 deste capítulo.

2.2 “É porque ele é carente!”

Ao mesmo tempo que desta desconfiança compartilhada pela maioria dos funcionários com quem conversei, ocorria também a idéia de que alguns detentos estariam “*realmente convertidos*”. Estes convertidos teriam mudado seus comportamentos em função da adoção de um credo religioso e da participação sistemática nas “*reuniões*” religiosas; não seriam como os “*outros*”, que buscam enganar os funcionários, mas estariam “*realmente*” interessados em buscar na religião uma “*esperança*” e a sua “*salvação em Deus*”.

Mas tanto a “*conversão verdadeira*” como a “*falsa*” estavam relacionadas, de acordo com os funcionários, à tentativa do detento em encontrar na religião “*coisas*” ausentes em sua trajetória de vida. A este respeito, vale destacar aqui o entendimento que os funcionários, de modo geral, e os técnicos da DIAS, em particular, tinham a respeito da trajetória dos detentos.

Sílvia me explicou que as psicólogas se ocupavam basicamente em recolher dados sobre a “*história de vida*” e sobre o “*relato criminal*”, para traçarem o perfil do detento, elaborarem posteriormente seus laudos e subsidiarem as avaliações de outros funcionários nos “*exames criminológicos*”. A “*história de vida*” era composta pelas relações do detento com parentes e afins e as condições sócio-econômicas pré-aprisionamento; o “*relato criminal*”, por sua vez, era composto pela “*versão*” do detento sobre o ocorrido, justificando-o. A impressão que as técnicas da DIAS me deixam é que “*história de vida*” e “*relato criminal*” são consideradas por elas como aspectos distintos da trajetória do detento, como se o crime cometido não fizesse parte da história de vida do detento. Cabe observar que elas não se questionavam sobre este descompasso.

Quando solicitei informações sobre as “*histórias de vida*” dos detentos, todas as psicólogas e assistentes sociais da DIAS/PPC foram enfáticas em apontar os pontos em comum nas trajetórias deles. Quase todos os detentos seriam oriundos de “*famílias desestruturadas*” - isto é, de família onde o pai e/ou mãe foram “*ausentes*”. Tiveram uma “*infância sofrida*”, caracterizada por “*maus tratos*”, “*abandono*” e trabalho em idade precoce. Provém de famílias de baixa renda, o que por sua vez explica, para elas, o “*baixo nível cultural*” e a baixa escolaridade.

Como é possível perceber, o discurso destas funcionárias é marcado por uma homogeneização dos detentos: elas estavam me apresentando as características da “*massa carcerária*”. Esta caracterização do universo prisional foi realizada a partir de alguns indicadores sócio-econômicos e pela idéia de que estes indicadores determinam a personalidade e conduta dos detentos, tomando-os propensos à “*vida do crime*”.

As psicólogas enfatizavam a carência “afetiva”, partindo de um modelo ideal de família, de infância e educação que, ausentes, constituiriam o detento como “*carente*” e “*desequilibrado*”. As assistentes sociais ressaltavam a “*carência*” econômica que caracterizaria o passado e o presente do detento. As dificuldades econômicas pelas quais o detento e sua família passaram, por sua vez, justificariam outras “*carências*”: a falta de um “*nível social-cultural-educacional superior*”. As múltiplas “*carências*” que caracterizariam o detento ao mesmo tempo que predestinaram sua inserção no “*mundo do crime*”, praticamente o impediriam de sair deste mundo, já que cerceariam suas possibilidades de reverter este quadro.

A caracterização do detento como “*carente*” ganha outras dimensões no discurso de um psiquiatra sobre a conversão: devido a sua condição “*carente*” (socio, econômico, cultural) e de uma “*pureza interior*”, o detento seria mais propenso a “*manipulação*” – e aqui podemos pensar até que ponto o detento não encarna a figura do “bom selvagem” – pelas “igrejas proselitistas”. É no mínimo interessante como no discurso deste funcionário a representação do detento “*carente*” inverte a do detento “*malandro*”: se este último diz que se converteu para enganar os outros, o detento “*carente*” se converte porque está sendo enganado.

A associação destas duas condições – a de “*carência*” e a de “*malandragem*” (e sua derivada, a marginalidade) – é, no mínimo, curiosa e aparece como uma explicação demasiadamente reducionista para o fenômeno da conversão religiosa. Era senso comum entre os funcionários pesquisados que, por ser “*carentes*”, os detentos se tornaram “*marginais*”. Sendo “*marginais*”, acabaram vindo para a prisão. Na instituição penal, dadas as precárias condições de aprisionamento e a constante desconfiança, os detentos ficariam mais “*carentes*”.

Parte dos detentos “*malandros-carentes*” buscariam na religião os elementos ausentes nas suas trajetórias de vida: afeto, solidariedade, esperança. Outros detentos, por ser “*carentes*” e “*malandros*”, estariam interessados tão somente nas possibilidades imediatas que o anúncio da conversão traria: os benefícios materiais. O discurso destes profissionais me leva a pensar que, para eles – bem como para outros funcionários do quadro técnico-administrativo – a religião ao suprir esta suposta “*carência*”, auxiliaria na construção da auto-estima do detento e o pentecostalismo responderia de forma imediata às aflições (Cf. FRY & HOWE, 1975), espirituais ou não.

No entanto, estes mesmos detentos “*carentes*” não tinham acompanhamento psicológico individualizado e contínuo. Segundo as psicólogas entrevistadas, este atendimento individual não ocorria pela ausência de profissionais em número suficiente para atender a população carcerária e também porque “*90% dos presos só querem saber da sua situação jurídica*”.

Estas duas afirmações - que elas não dispunham de condições para realizar seu trabalho e que “eles” não se interessavam pela “*assistência psicológica*” - apontam para a questão da legitimidade do conhecimento psicológico na instituição penal. Elas detinham um saber específico e uma competência delegada pela instituição para intervir no processo de “*ressocialização do preso*”. Se isto não ocorria a contento é porque existem outros concorrentes que, do seu ponto de vista, “atrapalhavam” seu trabalho. Eram as condições precárias de trabalho, a não valorização de seu trabalho pelos detentos e a intervenção de outros grupos junto aos detentos que fazia com que as atividades dos técnicos da DIAS/PPC - em especial, das psicólogas - fossem total ou parcialmente prejudicadas. Vejamos a seguir como a atuação dos grupos religiosos interferia nas atividades dos funcionários da DIAS e como é esta interferência foi percebida pelos demais funcionários.

Começando por este último ponto. Todos os funcionários do quadro técnico-administrativo afirmavam que as diferentes denominações religiosas ofereceriam para os convertidos “*conforto e companhia*” - produzindo (in)diretamente a “*estabilidade*” na instituição penal. O entendimento do que seja este “*conforto e companhia*” está relacionado, a meu ver, à caracterização do universo prisional como “*desumano*” e “*sem solidariedade*”. Oferecer “*conforto e companhia*” - tido, *a priori*, como campo de atuação da religião - significa suprir as algumas das “*carências*” dos detentos. Mas as “*assistências*” oferecidas pelos profissionais da DIAS não teriam esta mesma finalidade: suprir as “*carências*” dos detentos detectadas nas “*histórias de vida*”?

O que eu pude observar é que não se tratava propriamente de diferentes “*assistências*” oferecidas aos detentos, mas sim de diferentes grupos concorrendo entre si pela legitimidade de suprir estas “*carências*”. Os profissionais da DIAS reivindicavam para si uma posição de destaque em relação aos demais funcionários e grupos religiosos. Partiam do pressuposto que a religião, ainda que benéfica e “*confortante*”, é um paliativo na resolução de problemas e “*carências*” que há muito acompanhavam os detentos e que somente uma intervenção que se pautasse em análises científicas poderia resolver. A assistência oferecida pela DIAS não seria emocionalmente produzida, mas racionalmente orientada; haveria uma postura e uma ética profissionais em jogo, que impossibilitariam o envolvimento pessoal na resolução do problema do “outro”, postura que seria adotada pelos religiosos e voluntários.

Ao contrário das afirmações dos especialistas da DIAS - quais sejam: que os grupos religiosos não influenciavam seu trabalho, que a religião só atuava no detento individualmente e não na “*massa*”, que a conversão religiosa não interferia nas relações entre detentos e funcionários - o discurso dos advogados-diretores, pedagogos e agentes penitenciários apresentou a religião

como auxiliar, senão mesmo como substituta, do trabalho dos psicólogos e assistentes sociais. De acordo com os diretores, AP's e pedagogos, impor novos princípios organizadores das relações sociais entre os detentos - como a solidariedade, por exemplo - seria uma tarefa que a DIAS não conseguiria fazer sozinha. Não só em função da precariedade das condições de trabalho da equipe - reproduzindo o discurso que os próprios técnicos faziam a seu respeito - mas porque eles não tinham “força” para isto.

É possível tomar como exemplo a fala da pedagoga Virgínia, evangélica. Num primeiro momento, Virgínia não quis divulgar o nome da Igreja de que participava; após inúmeros contatos, descobri que havia participado da Igreja do Evangelho Quadrangular e, nos últimos meses, estava freqüentando a Igreja Universal do Reino de Deus. Em sua opinião, o exercício da “*espiritualidade*” é muito importante e tem que ser apoiado pela instituição, uma vez que “*somente a religião*” seria capaz de trazer o “*temor*” necessário para controlar os detentos.

A idéia de que a religião seria capaz de coagir moralmente os detentos foi compartilhada por outros funcionários. Note-se o paralelo parcial com o que Durkheim aponta n’**As formas elementares da vida religiosa**: a religião exerce sobre o indivíduo uma força que o obriga a agir e pensar de uma forma determinada ⁵. No caso, supõe-se que o “*verdadeiro convertido*” irá, através e por força da religião, desenvolver e/ou adquirir princípios de conduta aceitos pela coletividade e reconhecidos como corretos, bons e **normais** (Cf. DURKHEIM, 1990). Daí parece decorrer a idéia de que a religião seria uma das formas (ou apenas ela) de “*corrigir*”, “*regenerar*” e “*ressocializar*” o detento.

Vejamos também a opinião de Roberto, médico psiquiatra, a respeito das mudanças produzidas pela conversão considerada “*sincera*”. Nestes casos, a conversão seria “*uma tomada de decisão que concede ao detento uma nova visão de mundo, novas perspectivas, enfim, uma forma superior de realização da pessoa*”. O sofrimento, ou o cumprimento da pena, por exemplo, passou a ser entendido pelo convertido como integrante de um “*plano divino para a expiação das culpas*” e também para que “*o gozo espiritual possa ser plenamente vivenciado*” no futuro após a prisão. Para Roberto, o discurso religioso se tornaria, assim, uma interpretação a respeito da justiça e da injustiça: os castigos passariam a ser contabilizados e a “*mente criminoso*” e o crime propriamente dito, compreendidos como produtos de “*inspiração diabólica*”.

5 Conforme Durkheim, “quer se trate de personalidade consciente, como Zeus ou Javé, ou então de forças abstratas como as que estão presentes no totemismo, o fiel, tanto num caso como no outro, acredita-se obrigado a determinadas maneiras de agir que lhe são impostas pela natureza do princípio sagrado com o qual se sente em relação” (DURKHEIM, 1989 : 260).

O discurso de Roberto trouxe elementos interessantes sobre os “efeitos” da conversão religiosa sobre a visão de mundo do detento. Mas o que mais chama a minha atenção em sua fala é o quanto ela revela da sua própria visão de mundo, compartilhada pelos demais funcionários da DIAS: a religião atua sobre o indivíduo e não sobre o coletivo dos detentos. Cabe observar que a conversão também era compartilhada com outros detentos, sobretudo com outros convertidos, definindo atitudes e representações a respeito de si e dos outros e, simultaneamente, relações sociais.

2.3 Para além de “verdades” e “mentiras”

A classificação dicotômica entre “*conversão verdadeira*” e “*falsa conversão*”, bem como as definições sobre qual detento estaria sendo “*malandro*” ou “*arrepentido*” ao anunciar-se como convertido, orientavam a visão que os funcionários tinham não só deste fenômeno em particular, mas a respeito da religião no universo prisional.

Ao mesmo tempo que os “porta-vozes” da instituição penal discursavam sobre os benefícios diretos e indiretos da religião, afirmando quase sempre que “*a religião é importante*”, pouco ou quase nada sabiam sobre as atividades religiosas e muito menos sobre seus participantes. O único controle sobre o “*setor religioso*” eram as fichas cadastrais dos agentes religiosos. Mas, como já afirmei no primeiro capítulo, estas informações não estavam atualizadas no momento em que desenvolvi esta pesquisa.

Circunstancial ou não, ter encontrado o cadastro dos agentes religiosos desatualizado foi um aspecto que apontou para a ausência de um controle maior sobre as atividades que estes agentes realizavam com os detentos - o que é contraditório, por outro lado, com o discurso sobre a “*segurança*” que foi realizado em diversos momentos para esta pesquisadora, como discuti no capítulo anterior.

Este “desconhecimento” das atividades religiosas se deu, segundo as funcionárias da DIAS, por diferentes razões. Elas “*não dispõem de dados científicos*”, como “*números de conversões*”, “*acompanhamento do antes e do depois*” da conversão e de como o detento se comportaria “*lá fora*” (após a conversão e o cumprimento da pena), pelo número reduzido de funcionários para atenderem os detentos (na PPC eram quatro psicólogas e 799 detentos; na PCE, o mesmo número de funcionárias contratadas para atenderem 1500 detentos); a existência de um

funcionário encarregado pelo “setor religioso”, como era denominada a capela e as atividades a ela relacionadas, é algo recente e só na PCE, após o projeto de construção da capela ecumênica ter sido implantado, como discutirei adiante. Além disso, os funcionários da DIAS/PPC afirmaram que “a espiritualidade não é tratada” por eles, uma vez que “a religião não interessa para o trabalho que realizam” - enfatizando o caráter estrito de suas funções como psicólogas e assistentes sociais que oferecem “assistência” e não “conforto e companhia”.

O entendimento dos diretores, advogados, pedagogas e agentes penitenciários sobre a conversão religiosa foi semelhante ao dos profissionais da DIAS. No entanto, mesmo não dispondo de “casos concretos” para relatar e de também afirmarem não acompanhar o dia-a-dia dos detentos que se declaravam convertidos, estes funcionários sempre que questionados sobre o comportamento dos convertidos ao pentecostalismo afirmaram que os “crentes” eram, em sua maioria, “equilibrados e responsáveis” (representações que se opõem àquelas comumente associadas à condição de presidiário: “agressivo” e “desinteressado”).

Eles “desconheciam”, portanto, aquilo que pensavam ser o meu interesse nesta pesquisa: obter números; comparações, do ponto de vista psicológico, dos processos de conversão religiosa efetuados na prisão; acompanhamento da trajetória religiosa do egresso como meio de verificar se ele “realmente se converteu”. Mas isso não significa que não construísem um modelo ideal-típico a respeito do convertido, que este modelo não fosse compartilhado por todos e que dele derivassem as categorias que venho discutindo neste capítulo: carência/estruturação; falsa conversão/conversão verdadeira; malandragem/arrependimento.

É possível afirmar que houve uma certa flexibilidade quanto à atribuição destas categorias aos detentos e que elas foram, sempre, contextualmente definidas. A desconfiança sobre a veracidade da conversão anunciada pelo detento durante o cumprimento de sua pena conviveu, portanto, com as representações positivas sobre o convertido “crente”, quais sejam, a de que ele poderia ser um detento responsável e capaz de “regeneração”. Um aspecto que me chamou a atenção é que a crença na veracidade ou falsidade, por assim dizer, da conversão do detento pareceu ser independente da condição de gênero e de ocupação do funcionário da instituição penal.

Um exemplo de como ambos os discursos eram acionados para definir o universo prisional foi uma conversa com funcionárias do quadro técnico. Ao ser perguntada sobre a importância da religião no interior da prisão, tanto uma pedagoga como uma diretora, ambas praticantes de suas respectivas religiões, responderam que a presença dos grupos religiosos nas unidades penais seria importante na medida em que as diferentes denominações religiosas

“sensibilizam” os detentos “para as coisas da vida”. Ou, em outras palavras, sensibilizariam para uma ação no mundo.

Neste contexto, tomar-se “sensível” significa saber controlar-se na prisão. Não se envolver em “confusão”, por exemplo, não seria sinal apenas de “bom senso” ou de “bom comportamento”, mas também de “sensibilidade” para perceber que as brigas, os “vícios” e traições compunham um universo de ações que não fará com que o detento seja “recuperado”. Tornar-se “sensível” também pareceu significar deixar de “ser desconfiado” e agir de forma “mais solidária”. O desenvolvimento e a ampliação de laços sociais através da igreja seria uma exceção num mundo caracterizado pela desconfiança. Antônio sintetizou a opinião de diversos funcionários afirmando que “*não existe solidariedade entre os presos. Eles são muito desunidos. Tudo o que eles fazem tem um objetivo*” - subentende-se individual. Vale também recordar novamente o exemplo daquela professora que interrompeu minha conversa com os detentos, afirmando que “*todos*” os detentos eram desconfiados. É interessante notar como ambos, ao falarem de como os detentos seriam desconfiados e desunidos, revelaram a própria desconfiança sobre as atitudes dos detentos.

A “sensibilidade” que emerge durante a frequência os cultos religiosos e, principalmente, mediante a conversão religiosa, estaria vinculada a outros atributos, como força, controle, compromisso e responsabilidade - os mesmos que diversos funcionários utilizaram para caracterizar os “crentes” de forma geral.

Mas ao mesmo tempo que ressaltavam os aspectos positivos da conversão religiosa no universo prisional, lançam mão da idéia que a religião é usada como escudo protetor. Ao ser perguntado se a religião ofereceria proteção, como havia sugerido outro funcionário entrevistado⁶, um agente penitenciário que trabalha no DEPEN há 16 anos, católico respondeu que sim. Mas esta proteção assumia diferentes significados, dependendo do contexto e do detento: poderia ser uma proteção de caráter emocional (“*pois ele [o detento] vai lá no espaço onde é realizado o culto, lá é mais calmo que no pátio, ele pode ficar sozinho*”) como física (“[quando] o preso arruma alguma confusão no pátio, depois vai se esconder na igreja, pois sabe que lá o espaço é respeitado” - tanto pelos detentos convertidos quanto pela “massa” e pelos funcionários).

O que surgiu em meio a esta idéia de busca de proteção “atrás da Bíblia”, ou mais propriamente, dentro da capela, é uma significação peculiar dos espaços no interior da unidade, reforçando o que demonstrei no capítulo anterior. Seguindo com as informações oferecidas pelos funcionários de diferentes posições do quadro funcional, a “cultura do pátio é oposta à cultura da

⁶ Um ex-agente penitenciário que na época desta pesquisa integrava o quadro técnico da ESPEN, trabalhando no DEPEN há 12 anos.

escola”. Pátio e escola se opõe de uma maneira maniqueísta, quase uma luta entre o “mal” e o “bem”.

Estes termos, a propósito, também foram utilizados pelo ex-Secretário de Justiça e Cidadania do Paraná, José Tavares, numa entrevista a um jornal local sobre as condições de vida das unidades penais paranaenses e, em especial, sobre a inserção de grupos religiosos nestas unidades:

“ Parece contraditório, mas dentro dos presídios existe a predominância do bem sobre o mal. Isto graças ao acesso dos religiosos junto aos detentos. Por isto facilito este contato ao máximo. Sem falar que a evangelização mantém a estabilidade nas prisões com o equilíbrio da população carcerária, comenta o secretário. Ainda de acordo com ele, os religiosos auxiliam no cumprimento dos objetivos da Secretaria. ‘Os presos evangelizados acabam saindo com um comportamento melhor do que entraram. O que vem de encontro da política de recuperação das casas de detenção’ afirma.” (GAZETA DO POVO, 23/04/1999, p.11).

Esta visão do Secretário deve-se, em parte, à declarada “simpatia” que este teria pela doutrina espírita kardecista – informação obtida e confirmada com diversos funcionários do DEPEN. Mas em parte este seu comentário provém da idéia bastante comum que o presídio seria análogo a uma panela de pressão, a qual poderia explodir a qualquer momento e poderia (e precisa) ser controlada a partir de três elementos: “visitas, comida e advogados” (ou “sexo, drogas e religião”, um desdobramento das “visitas”, igualmente conhecido). Sem assistência jurídica, uma alimentação adequada e comunicação com o mundo externo, a segurança e o funcionamento da instituição ficariam comprometidos.

A evangelização ou mais propriamente os agentes religiosos - de qualquer denominação religiosa, exceto do ponto de vista dos agentes penitenciários como discutirei adiante - surgiram, neste contexto, como figuras-chave para a manutenção da “estabilidade” do presídio. E mais que isso. Os diferentes agentes religiosos tornaram-se “auxiliares da direção”, “mais uma mão, mais uma luz sobre a cabeça do preso”.

Na concepção dos funcionários das diferentes posições do quadro técnico-administrativo, mesmo “falsa”, a conversão religiosa a qualquer denominação religiosa seria positiva quando associada à **disciplinarização** (Cf. FOUCAULT, 1997) desejada pela instituição penal. Para os **agentes** do corpo técnico-administrativo destas unidades de reclusão por mim pesquisadas, a presença de diferentes credos religiosos no sistema penitenciário, para além de um direito assegurado nos regimentos das instituições penais, pareceu ser compreendida também como uma atividade similar à laborterapia e expressão artística.

Ao dedicar-se, parcial ou integralmente, aos assuntos religiosos, os presos "tomavam-se" - ou, pelo menos, eram tratados como - mais tranqüilos e disciplinados, o que diminui, a princípio, o risco de rebeliões. Assim, a conversão religiosa também passava a ser entendida como uma forma do detento lidar de maneira diferenciada com a ociosidade - ociosidade esta que seria uma das características do cotidiano prisional e oportunidade para o detento "maquinar" planos de fuga. Reportagens freqüentemente afirmam que "o ex-presidiário é marginalizado exatamente porque tem-se a certeza de que ele aprendeu durante a vida ociosa tudo o que não sabia da vida marginal." (*apud* PASTORE, 1989).

O trabalho pareceu ser não apenas um meio de produção de bens mas, e principalmente, uma atividade que possibilitaria o estabelecimento de "*solidariedade*" entre os detentos. Some-se a este aspecto "prático" do trabalho como evitação da ociosidade a idéia compartilhada pela maioria dos funcionários que o trabalho é um dever e/ou uma necessidade e, portanto, uma atividade distinta na rotina do indivíduo. É o trabalho que distinguiria "*pessoas honestas*", "*vagabundos*" e "*bandidos*". Quando se afirmou, por exemplo, que "quem não trabalha, dá trabalho", estão intimamente associados ao trabalho princípios éticos e valores morais, muitos vezes coincidentes com os anunciados pelas diferentes denominações religiosas, como por exemplo, responsabilidade, assiduidade, respeito e obediência.

Ainda que seja possível reconhecer que para os funcionários do DEPEN existiria uma certa coincidência entre uma ética religiosa e uma ética do trabalho, seria inoportuno identificar nesta associação aspectos apontados por Weber (1982, 1989) com relação à ética protestante e o valor trabalho decorrente desta ética. Apesar do valor trabalho estar presente na corpo doutrinário de várias denominações religiosas atuantes nas unidades pesquisadas, evito, nesta pesquisa, generalizar as diferenças sutis que parecem existir quanto ao significado do trabalho para cada uma destas denominações.

Numa instituição total destinada a atender uma clientela que "*estava no mundo do crime*" (e, supostamente, afastada do "*mundo do trabalho*") o discurso sobre o trabalho era enfatizado como um meio potencial de "*recuperar o preso*". Nesta perspectiva, recentemente foi inaugurada num município de Guarapuava, no interior do estado do Paraná, primeira prisão industrial do país, onde uma empresa de móveis foi instalada nas dependências físicas da unidade utilizando os detentos como mão-de-obra.

Note-se também que o trabalho é um definidor da instituição total, porque assegura a auto-suficiência do indivíduo em relação ao mundo exterior, uma vez que este pode e precisa

manter-se isolado (pois realiza num mesmo espaço físico todas as atividades necessárias para sua manutenção).

A ociosidade, de acordo com os funcionários, “permitiria” que as regras que organizam a instituição fossem desrespeitadas, uma vez que possibilitaria o planejamento de ações consideradas impróprias. E “*cabeça vazia é a oficina do diabo*” (Cf. COELHO, 1987). Por isto, qualquer vínculo com as atividades religiosas – ou seja: a participação assídua ou eventual nos cultos, a conversão “*verdadeira*” ou “*falsa*”, a fidelidade a uma única igreja ou a participação simultânea em várias denominações religiosas – assim como o trabalho, evitaria que os integrantes da instituição fiquem de “*cabeça vazia*”. O trabalho ocuparia o detento, obrigando-o a se concentrar nas tarefas propostas; a religião, além de por si só “ocupar a mente” do detento com obrigações religiosas, atribuiria novos significados às demais atividades, supostamente reforçando a participação do detento nos “*canteiros de trabalho*” da unidade.

3. Espaços religiosos / campo religioso

Já no início de meu trabalho de campo surgiu um dado bastante relevante para pensar a conformação do campo religioso na instituição penal. Muito embora o recorte desta pesquisa seja a conversão religiosa, não é possível desconsiderar sob que jogo de forças ela se processa. Passo então a comentar o projeto de construção de uma capela ecumênica na PCE, idealizado pelos agentes penitenciários Daniel e Fernando.

Daniel trabalhava há dezesseis anos no DEPEN e na época de nossa primeira conversa estava há pouco mais de dois meses na PCE, ocupando um cargo na alta hierarquia dos AP's. Fala com desenvoltura e com um vocabulário elaborado, distinto de outros agentes penitenciários com quem conversei. Ele foi o responsável por receber-me em minha primeira visita às dependências físicas da unidade. Enquanto aguardávamos a chegada de Fernando e de outro agente penitenciário que iria me acompanhar na visita à unidade, conversamos a respeito dos grupos religiosos. A iniciativa de conversar sobre eles partiu do próprio Daniel.

Começou falando do projeto de construção de uma capela ecumênica. Na época de nossa primeira conversa, Daniel ainda não havia encaminhado o projeto para a direção da unidade ler e aprovar; eu era, portanto, a primeira pessoa que estava sabendo do projeto, em caráter extra-

oficial. Agradei aquilo que, na época, pareceu-me uma grande gentileza e que, no momento da escrita desta dissertação foi percebida também como uma solicitação de um “parecer” sobre situações incompreendidas por ele e especialmente pela equipe de AP’s.

O agente penitenciário comentou que até aquele momento cada igreja que atuava na PCE tinha um espaço distinto para realizar seus cultos e pregações. A Igreja Católica, a Assembléia de Deus e a Igreja Adventista, por exemplo, tinham capelas exclusivas para suas atividades - o que se explica pelo tempo de atuação na unidade (todas “instaladas” há mais de dez anos na PCE) e principalmente pela legitimidade que conquistaram neste universo. As outras denominações religiosas ocupavam outros espaços para realizarem suas atividades, como salas de aula e pátios, considerados pelo AP como inadequados.

O projeto original previa a construção de uma única capela ecumênica para atender a todas as denominações religiosas. A nova capela seria construída próxima da escola, através da reforma dos espaços até então ocupados pela Igreja Católica e pela Assembléia de Deus. No entanto, este projeto teve que ser reformulado, pois um único espaço físico não poderia atender os doze grupos religiosos que realizam, simultaneamente, as suas atividades aos sábados. Assim, foram criados quatro espaços distintos: manteve-se o espaço da Assembléia de Deus, da Igreja Católica, da Igreja Adventista (que dividem, por sua vez, o espaço com outras denominações religiosas no sábado, em regime de escala de horários) e um quarto espaço ocupado pelas demais igrejas cadastradas na unidade.

Os agentes religiosos “externos” ao DEPEN e os detentos que participam das atividades religiosas, até onde fui informada, não participaram das discussões sobre o projeto, sendo apenas informados das mudanças. Nenhum dos detentos com quem conversei fez objeção ao projeto, apenas às normas de cadastro dos agentes religiosos que consideravam rígidas demais porque limitavam o número de visitantes.

Abaixo, resalto os dois aspectos que me chamaram a atenção durante esta conversa sobre a construção da capela ecumênica e sobre o projeto propriamente dito: a questão da segurança e a formação do campo religioso na unidade.

3.1 Espaço e segurança

A justificativa do projeto (da necessidade de construção da capela ecumênica) era que a dispersão dos grupos pela unidade configurava uma dificuldade para o controle das atividades religiosas desenvolvidas na PCE, comprometendo o “*esquema de segurança*”. A aglomeração de detentos convertidos a vários grupos religiosos em diferentes espaços da unidade, com a presença de agentes religiosos, poderiam potencializar situações de “perigo”, mais precisamente rebeliões e tráfico de substâncias e objetos ilícitos. A concentração das atividades religiosas num único espaço através da construção de uma capela ecumênica foi compreendida como uma solução para esta situação.

Além de resolver o problema de espaço propriamente dito, do ponto de vista dos AP's da PCE, a capela ecumênica possibilitaria o acompanhamento mais sistemático das atividades religiosas e, portanto, maior eficiência no “*esquema de segurança*”. O projeto da capela ecumênica incluía o deslocamento de um agente penitenciário – no caso, o agente Fernando – para cuidar deste setor.

As atribuições deste agente penitenciário seriam, fundamentalmente, recepcionar os agentes religiosos na portaria, encaminhá-los até a capela, acompanhar as atividades religiosas dos grupos, solicitando destes um programa de atividades e verificando “*se os objetivos das mesmas estavam sendo alcançados*”, conforme Daniel explicou e Fernando confirmou. Até aquele momento, não havia um funcionário responsável por este setor, estando o mesmo a cargo dos próprios detentos. Daniel chamou minha atenção para como isto era contraditório com o próprio sistema jurídico, uma vez que o detento que estivesse sob responsabilidade do Estado e não pudesse ser responsabilizado por nada neste período de reclusão. Embora notando esta contradição, Daniel não mencionou que todos os demais “*canteiros de trabalho*” também são coordenados por um detento escolhido como “*mestre*”.

Daniel falou de sua preocupação em verificar em que medida a “*assistência religiosa*” estava sendo, de fato, prestada e limitada a seu campo de atuação ou em que medida o objetivo dos grupos religiosos não estaria sendo “*distorcido*”. Distorção significa aqui assumir tarefas oficialmente delegadas a funcionários do DEPEN. Como já mencionei anteriormente, é comum entre alguns funcionários – em especial entre os AP's – a idéia que as denominações religiosas estariam realizando tarefas alheias, como verificar o andamento de processos ou encaminhar correspondências, por exemplo, infringindo os “*procedimentos de segurança*”.

Do meu ponto de vista, o projeto da capela ecumênica reforça, portanto, o ideal de ordem intimamente relacionada aos dois princípios organizadores desta instituição: a “segurança” e a “igualdade”. A organização das atividades em espaços controlados e controláveis subordinava o “trabalho religioso” à autoridade e vigilância dos AP’s. O princípio da “igualdade de tratamento” mais uma vez foi acionado na re-divisão dos espaços internos apropriados pelos diferentes grupos religiosos; todos os grupos, a princípio, ganharam o “direito” de compartilharem um espaço ecumênico.

Como já mencionei anteriormente, um único espaço não deu conta de atender a todas as denominações, simultaneamente, e foram criadas quatro capelas. Muito embora os espaços fossem ocupados por diferentes denominações religiosas, três capelas foram reconhecidas como sendo “o espaço da” Igreja Católica, o da Assembléia de Deus e o da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Aqui, mais uma vez, a “igualdade de tratamento” acabou sendo definida a partir de outros critérios, neste caso específico, pela legitimidade que cada um dos grupos religiosos tinha neste campo.

3.2 Uma igreja “consolidada”

Ao longo de nossa conversa, Daniel expôs melhor seu ponto de vista a respeito do que seria a “distorção” dos objetivos das igrejas – em especial, das igrejas de orientação pentecostal – nas unidades penais. As igrejas, de acordo com Daniel, deveriam estar preocupadas com a situação do detento após o cumprimento da pena, tanto quanto deveriam estar “verdadeiramente” preocupadas com a situação dele durante a detenção.

Seguindo com este raciocínio, seria tarefa da instituição penal “controlar” os objetivos das igrejas na unidade já que o “futuro” do preso também deveria ser uma responsabilidade da instituição penal. Por esta razão, a instituição penal deveria permanecer em constante vigilância com relação a que tipo de discursos está deixando entrar:

“Se é uma Igreja Católica, uma Assembléia de Deus que a gente sabe que tem no Brasil inteiro, tudo bem. Mas vai que é uma denominação que só tem aqui dentro. Tem um grupo que surgiu aqui dentro e ninguém sabe até hoje quem é o responsável [referindo-se à Igreja Missão Final]. Depois o preso sai daqui e fica perdido lá fora. (...) Se aqui dentro ele já tem muitas opções [religiosas], imagine lá fora. Eu me preocupo com isso, por isso a minha discussão vai além. Qual é o objetivo da igreja? A gente também

*tem que se preocupar com que tipo de **esperança** está dando para o preso. A gente não pode ficar iludindo o preso aqui dentro, a realidade lá fora é outra”* (Diário de campo, 24/05/99 – grifos meus)

Esta preocupação de Daniel era recorrente em outras falas de funcionários. Muitos dos funcionários entrevistados, talvez até mesmo por desconhecimento da dinâmica dos grupos religiosos, estranhava a pluralidade de denominações religiosas que se faziam presentes nas unidades. O depoimento mais exemplar neste sentido foi o de Antônio, que utilizou a seguinte classificação para se referir aos grupos: “consolidados” e “não-consolidados”. Com relação aos “consolidados”, Antônio queria se referir a grupos que tinham uma “liderança constituída”, a um conjunto de regras e princípios a que estivessem submetidos.

Insisti na classificação de Antônio e pedi um exemplo. Comentou então o caso da Igreja Católica, que seria “igual em todos os lugares”, submetida à mesma autoridade e princípios, diferente dos grupos pentecostais que eram “independentes”. Antônio afirmou também que alguns grupos eram “mais consolidados” que outros, ou seja, que algumas denominações religiosas só pareciam ser variações de outros grupos religiosos.

A preocupação de Antônio sobre a “consolidação” e a pluralidade de denominações religiosas pode ser explicada, pelo menos em parte, pela situação observada na unidade em que ele trabalha. Ali estão cadastradas mais de quinze diferentes denominações religiosas e inúmeros “ministérios” da Igreja Assembléia de Deus⁷. A preocupação de Daniel, por sua vez, faz algum sentido quando constatamos que uma nova denominação religiosa surgiu na própria unidade, fundada por um detento anos após ter uma “visão reveladora”, no caso a Igreja Missão Final (Cf. Capítulo III).

O que estas informações indicaram foram algumas relações que os funcionários estabeleciam entre as diferentes denominações religiosas. Quando estes funcionários se referiram a grupos mais ou menos “consolidados”, estavam trazendo à tona a posição relativa que cada grupo religioso ocupava naquele espaço específico e no seu campo de forças.

A Igreja Católica, por exemplo, era considerada a igreja “mais justa” dentre as que atuam nas unidades. Tal comentário estaria baseado, sobretudo, na atuação da pastoral carcerária que,

7 Assembléia de Deus (3 diferentes horários de visita, porque são três “ministérios” distintos), Igreja Assembléia de Deus – grupo Emanuel do Capão Raso, Igreja Assembléia de Deus Madureira, Igreja Assembléia de Deus da Missão, Igreja Assembléia de Deus da Missão de SP, Igreja Assembléia de Deus (grupo da unidade penal), Igreja Pentecostal A vinda de Jesus, Igreja Cristã Primitiva, Igreja Pentecostal Unidas na Missão de Cristo, Igreja Presbiteriana Renovada, Igreja Batista de Curitiba, Igreja Católica, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Metodista Wesleyana, Igreja Pentecostal Casa de Oração, Congregação Cristã no Brasil, Igreja Pentecostal Deus é amor, Igreja Pentecostal Doutrina de Jesus, Igreja Adventista do Sétimo Dia e Igreja Universal do Reino de Deus.

segundo os funcionários entrevistados e o próprio frei responsável pela Pastoral, “*não fazem distinção entre os detentos*”. As demais “*denominações religiosas*” – e aqui o termo denominação aparece carregado com uma conotação negativa, denotando o caráter duvidoso de suas práticas – só atenderiam às necessidades (físicas, sobretudo) de seus fiéis, enquanto a Pastoral Carcerária faria a distribuição de roupas, alimentos e demais bens para os detentos, independente deles participarem ou não das missas e grupos de oração, de se afirmarem como católicos ou não.

Possivelmente o que pesa nestes comentários sobre a atuação da Pastoral Carcerária na instituição penal não é tão somente a aparente “*maior e melhor*” estruturação do trabalho voluntário e assistencialista, mas também a incógnita que paira sobre os grupos de orientação pentecostal: afinal, quem são eles?

Muito embora alguns grupos não católicos, como a Assembléia de Deus e a Igreja Adventista do Sétimo Dia, realizassem “*trabalho evangelizador*” já há algum tempo nas unidades penais, estes grupos religiosos (e, sobretudo, as denominações de orientação pentecostal) ainda são identificados como **seitas** (Cf. WEBER, 1977, 1982; TROELTSCH, 1987) em oposição à “*institucionalização*” da igreja (no caso, Igreja Católica). Havia, portanto, na fala destes funcionários – a propósito, de confissão católica – a reprodução de uma classificação tradicional que exprime o jogo de concorrência neste campo.

É significativo, por isto, que um mapeamento do campo religioso nas unidades pesquisadas aponte que as religiões de matriz afro-brasileira não tinham, por assim dizer, representação “*oficial*” nas unidades penais pesquisadas: não existiam agentes religiosos cadastrados e os rituais, quando executados, eram compreendidos como “*maléficos ao grupo*”. Na PCE, por exemplo, a razão apontada para esta atitude negativa com relação a este grupo religioso seria a de que numa ocasião um pai de santo foi morto na cela após o ritual; outra explicação que me foi dada por um agente penitenciário é que “*essas religiões não são benéficas para os detentos*” porque seus rituais estimulariam, de certa forma, a violência, por exigirem sacrifícios.

Outra versão é a de que agentes penitenciários vinculados a grupos religiosos de orientação pentecostal e os próprios detentos coibiriam estes rituais, praticados, sobretudo, por capoeiristas⁸. Um diretor citou o caso um agente penitenciário,

“ (...) ele era fanático, para ele só a religião dele era a certa. Depois eu até conversei com o pastor dele e aquilo tudo era da cabeça dele, não da igreja. O pastor era uma pessoa muito educada. Por ele ser da igreja, ele nos ajudava muito com os presos. Até que teve um dia que o grupo de capoeira quis fazer uns rituais, eles são meio místicos, ligados a umbanda, e quiseram fazer um despacho, acender umas velas. Nós autorizamos porque era um direito que eles tinham. Eles fizeram isto lá na sala de capoeira, nem foi na capela ecumênica. Mas daí aquele funcionário viu.

⁸ Esta informação não pode ser testada.

Ficou furioso, porque aquilo era contra a sua crença. Daí ele saiu espalhando cartaz pela unidade inteira, pedindo orações contra... eu chamei ele e disse que aquilo não estava certo. Como é que pode, oração contra? Você ora a favor de alguma coisa e não contra! Ele me disse que tinha sido ordem do pastor dele. Chamei então o Pastor Pinheiro, acho que da Assembléia de Deus, e não era nada disso”. (Diário de campo, 23/04/99)

A desqualificação das igrejas pentecostais, ou melhor, de algumas igrejas de orientação pentecostal e a identificação das religiões de matriz afro-brasileira igualmente como seitas - as primeiras ligeiramente mais valorizadas que as segundas - fez com que, proporcionalmente, a posição ocupada pela Igreja Católica e pelas demais igrejas “consolidadas”, como a AD e a IASD, fosse privilegiada neste campo religioso formado nas unidades penais pesquisadas

Durante a pesquisa de campo, a valorização realizada pelos funcionários sobre estas igrejas ganhou outras perspectivas. Trago a seguir, como contraponto desta valorização, as visões que alguns detentos tinham sobre a concorrência por legitimidade entre pentecostais e católicos; no caso, como os detentos de confissão católica e os **descrentes** classificavam os detentos de confissão pentecostal.

Após ter auxiliado alguns detentos analfabetos a responderem ao questionário – eu realizava as perguntas e escrevia suas respostas – pude conversar com alguns detentos, dentre eles, André, o responsável pela amostragem na PPC. André e um colega aproveitaram minha presença e interesse para relatarem como eles, católicos, eram “maltratados” na PPC. A evidência do pouco caso com a sua crença e com o grupo católico como um todo estaria objetivada no número de detentos “crentes” que trabalhava na capela ecumênica: segundo os dois detentos, nove evangélicos e apenas um católico. Em decorrência, “eles”, os detentos de confissão pentecostal, tinham a sensação “de que a capela é deles”.

Ainda de acordo com estes detentos católicos, os problemas com relação à utilização da capela se estendiam aos agentes penitenciários, que privilegiariam os convertidos ao pentecostalismo. Deram-me alguns exemplos de como isto acontecia: um dia, alguns AP’s haviam deixado que os católicos assistissem a missa no escuro, enquanto “nunca deixaram que faltasse luz na capela nos dias dos cultos pentecostais”; noutra ocasião, perceberam que os AP’s “nunca chamavam os detentos nos pátios para participarem das missas” e atitude contrária era realizada com relação aos “crentes”; por fim, havia um número maior de agentes religiosos pentecostais credenciados que os da Igreja Católica.

A disputa por legitimidade e espaço está clara. Mas além disso, estes relatos me apontam para outros aspectos interessantes deste jogo: o primeiro deles, é de como que os “crentes” apareciam aos olhos dos AP’s, funcionários e detentos católicos– e não somente deles – como

um grupo único. Não consegui desvendar qual critério orientava a distribuição de vagas nos diversos “*canteiros*” de trabalho, mas se cada denominação religiosa tivesse “direito” a pelo menos um representante seu na capela, é certo que o número de detentos de confissão pentecostal incumbidos das tarefas de faxina neste “*canteiro*” viria a ser superior ao número de detentos católicos. Mas vistos como um bloco homogêneo – já que “*crente é tudo igual*”, como pude ouvir de diversos funcionários e de alguns detentos não convertidos ao longo da pesquisa – eles pareceram ter, e talvez realmente tivessem, maior visibilidade junto ao universo prisional, o que foi compreendido como maior representatividade. A informação dada pelos detentos que o número de pastores e obreiros era maior que o número de católicos, por exemplo, só é procedente quando somamos todos os agentes religiosos pentecostais cadastrados e confrontamos com o número dos agentes religiosos católicos: na listagem oficial de cadastrados por igreja ou denominação, contudo, é a IC que, individualmente, conta com o maior número de credenciados.

Em segundo lugar, o relato de André e seu colega está inserido num discurso mais amplo sobre as igrejas de orientação pentecostal, caracterizando-as como uma ameaça. O sentimento dos católicos serem uma minoria ali dentro - o que não é possível determinar - reflete, em alguma medida, o confronto entre católicos e pentecostais no campo religioso para além dos muros da prisão.

O terceiro aspecto que o relato realizado por estes dois detentos - e, talvez, o que chama mais a minha atenção – é, no entanto, a idéia de que os “*crentes*” receberiam um tratamento positivamente diferenciado. Ainda que não seja possível determinar com precisão se os detentos convertidos ao pentecostalismo recebiam, de fato, os benefícios e atenções acima descritos, posso afirmar que é uma pista interessante para pensar como o grupo católico percebeu o jogo de forças e se situou no campo, em relação aos “*crentes*”: no caso, como os de sem privilégios e de privilegiados. E mesmo que os “*crentes*” não recebessem, de fato, os privilégios que mencionaram estas duas lideranças católicas, há de se notar aqui o efeito que a manifestação de uma determinada opção religiosa evocava neste universo; recebendo ou não maior atenção dos AP’s, os detentos “*crentes*” foram percebidos e tratados pelos católicos de maneira diferenciada.

Esta percepção dos católicos sobre o “privilégio” que os detentos “*crentes*” receberiam dos funcionários confirma a idéia compartilhada por todos os funcionários de que a presença da religião nas unidades penais – de qualquer denominação religiosa – seria benéfica para a instituição e para o detento. Como a conversão religiosa era percebida através dos seus efeitos e entende-se que a conversão às denominações pentecostais produzissem mudanças de

comportamentos, no limite a conversão religiosa era reconhecida, pela instituição, como um fenômeno peculiar das religiões pentecostais, garantindo maior visibilidade a estas igrejas neste campo.

Tomo aqui algumas respostas obtidas através do questionário para levantar algumas hipóteses sobre este tratamento diferenciado aos detentos convertidos ao pentecostalismo. As respostas dadas às questões sobre as características de católicos e pentecostais são significativas neste sentido. Os convertidos ao pentecostalismo foram apontados pelos detentos de diferentes confissões religiosas como detentos mais "*tranquilos*", "*responsáveis*", "*solidários*" e "*convictos de sua fé*". Os católicos foram apontados como detentos "*menos comprometidos*" com relação à "*massa*", com as atividades propostas pela instituição e com a própria religião católica. Os descrentes, por sua vez, são caracterizados como detentos "*descompromissados*" e "*rebeldes*".

A autoatribuição de características entre os convertidos – católicos e pentecostais – ocorreu sem maiores problemas. A questão que propunha a caracterização dos outros grupos, no entanto, causou certo desconforto entre os detentos, desconforto este verbalizado durante a aplicação dos questionários e sugerido através de subterfúgios como as respostas “não sei”, “eles que sabem” e respostas em branco. Comparando as respostas de católicos e pentecostais, é possível afirmar que os primeiros eram menos reservados quanto à caracterização do grupo oponente.

As mesmas questões quando propostas sobre e ao terceiro grupo que participou da aplicação dos questionários - os **descrentes** - era ainda mais evasiva. O silêncio que se forma sobre o comportamento destes detentos é significativo e parece obedecer à regra interna de não “*dedurar*” o colega, não ser alcagüeta, enfim, de não emitir julgamentos num universo de condenados e **desacreditados** (Cf. GOFFMAN, 1988).

O que esta análise das representações dos funcionários (em geral) e dos detentos que participaram da pesquisa por questionário prenunciou é que os detentos convertidos, ao anunciar sua conversão religiosa (e, em especial, à confissão pentecostal), reivindicavam para si uma série de características usualmente atribuídas aos “*crentes*”, ou seja, a de serem detentos “*comportados*” e mais “*tranquilos*” que os demais; “*respeitam*” os colegas, os funcionários e o conjunto de normas de convivência; eram mais “*equilibrados*” e, por isso, não se envolviam em “*confusão*”; enfim, são mais “*solidários*”.

Compartilhadas, estas representações atribuídas aos convertidos ao pentecostalismo (por eles próprios e/ou pelos “outros”) estariam inscritas num **habitus** sistematicamente aprendido, internalizado e exteriorizado pelo convertido durante seu processo de conversão no interior da

unidade penal. É este sistema de disposições que configuravam a conversão como uma ação estratégica o que discuto no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

CONVERTIDOS, “CONVENCIDOS” E DESCRENTES

“Vivi muitos anos distanciado de Deus, quando em 1996 me encontrava em uma situação bastante complicada juridicamente e em todos os aspectos da vida, estava no fundo do poço, como diz o dito popular. Foi neste momento que tive um encontro real com o Senhor Jesus e Ele mudou minha vida. (...) Jesus tocou em meu coração de uma forma muito especial. Eu questionava comigo mesmo, Jesus, eu sei que o Senhor existe, então Ele falou comigo, dizendo-me: ‘Filho, levanta que tenho planos contigo, farei de você um grande ministro de meu evangelho’. Isso se cumpriu em um curto espaço de tempo. Sessenta dias de convertido, fui separado para a obra de Deus.”
(Renato, questionário, 24/09/1999 – negritos meus).

O trecho acima é significativo para ilustrar a trajetória de alguns detentos que se converteram após terem sido presos. O momento da prisão é retratado, muitas vezes, como o instante em que atingiram “o fundo do poço” – local que se caracterizaria pela sujeira e solidão, espaço que não apresenta mais saídas, a não ser um retorno para a direção contrária ao fundo. O “retorno” é a metáfora para aquilo que os detentos compreendiam como conversão. Converter-se a alguma religião, além de significar este retorno, era também compreendido como uma “tomada de atitude” que, de acordo com os **convertidos**, divide mundos – no caso, o mundo profano e o mundo sagrado - e etapas da vida.

Até este momento eu estava analisando alguns discursos sobre a conversão religiosa, mais precisamente sobre como este fenômeno religioso era compreendido por aqueles que convivem com os convertidos - os funcionários, de diferentes ocupações no interior da unidade penal, e os detentos. E por esta razão a conversão foi definida sempre em termos das possíveis causas e motivações: seria a tentativa de “enganar” ou de suprir as “carências” afetivas e sociais que promoveria a conversão religiosa. Sendo os detentos “malandros” e/ou “carentes”, eles seriam clientes potenciais das igrejas de orientação pentecostal, tidas como “proselitistas” que atenderiam estas múltiplas “carências” que o detento apresentaria.

Agora trago os relatos de conversões de alguns detentos, com o objetivo de explorar o que este fenômeno significa para eles. A literatura que toma por objeto de análise a conversão religiosa, como já apresentei brevemente na introdução, tende a focar as etapas do processo de conversão religiosa. Este exercício analítico é possível, mas parece reduzir a conversão a uma sucessão unilinear de "passos" seguidos igualmente por diferentes convertidos. Em parte isto decorre da própria dificuldade que é, para o pesquisador, entrar em contato com a experiência religiosa do "outro". O que temos como material para estudo são, muitas vezes, apenas os relatos de uma conversão e não o acompanhamento sistemático de como a conversão foi e está sendo produzida.

Uma possibilidade para escapar destas limitações é "ler" os "testemunhos" como relatos de um **processo** de conversão que é **estratégico**. Tomo a conversão, portanto, como um processo individualmente elaborado e, assim, apresenta arranjos muito particulares quanto à seqüência de "etapas de conversão" percorridas e quanto aos significados atribuídos a cada uma delas. Mas é, sobretudo, um processo compartilhado, estruturado socialmente e de uma forma singular neste universo prisional.

Para Bourdieu, "o real é relacional" e, desta forma, é efeito de constantes negociações estratégicas produzidas a partir das diferentes posições no campo, tal qual um jogo de xadrez, que depende do conhecimento do "sentido do jogo", social e historicamente definido. Estratégia, conforme Bourdieu, é o domínio prático da lógica deste jogo, adquirido pela experiência e que funciona "aquém das consciências e do discurso (à semelhança, por exemplo, das técnicas corporais)" (BOURDIEU, 1990 : 79). Estratégia não é, nesta perspectiva, uma escolha consciente e individual, guiada pelo cálculo pragmático ou por motivações afetivas.

Conforme Bourdieu, é o **habitus**, compreendido como sistema de esquemas, que orienta de maneira constante as ações "que, embora não seja deliberadas, não deixam de ser sistemáticas e, embora não sejam ordenadas e organizadas expressamente em vista de um objetivo último, não deixam de ser portadoras de uma espécie de finalidade que se revelará *post festum*." (BOURDIEU, 1992 : 356). As disposições ¹ incorporadas conformam as posições que os **agentes** ocupam no interior do espaço social, isto é, o campo de forças que descreve o conjunto de relações travadas pelos agentes.

¹ Bourdieu entende por disposições tanto o "resultado de uma ação organizadora" - isto é, a estrutura de pensamento e classificação do mundo (as representações) internalizadas e, portanto, inconscientes - como "uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma *pre-disposição*, uma *tendência*, uma *propensão* ou uma *inclinação*" (BOURDIEU, 1983 : 61 - grifos do autor). Tais disposições internalizadas correspondem, segundo Bourdieu, a um sistema de disposições duráveis e, portanto, a uma **estrutura estruturada** que funciona como uma **estrutura estruturante**.

O uso proposital da categoria **agente** visa demonstrar o relativo grau de autonomia deste em relação à estrutura, muito embora suas ações sejam orientadas pelas disposições sociais internalizadas e não produzidas por uma ação subjetiva sobre o social. Em qualquer das metáforas utilizadas pelo autor para explicar a dinâmica deste campo de forças - luta, guerra e jogo - surge sempre a idéia de relação. As posições ocupadas pelos agentes no espaço social são definidas relacionalmente de acordo com o volume e a composição dos **capitais** que cada agente possui em cada um dos campos.

A divisão do trabalho religioso instaura a separação entre os produtores, anunciadores e consumidores da mensagem religiosa, mas estas três categorias coincidem num dado momento - todos são convertidos à mesma religião e, portanto, compartilham o mesmo *habitus*, o mesmo conjunto de significados que orientam a percepção e a ação. Neste sentido, a conversão religiosa não se limita aos domínios do religioso mas significa a apreensão do mundo social por um novo prisma, isto é, **estruturado** de uma nova maneira.

Olhar o processo de conversão religiosa como uma estratégia possibilita evitar uma redução do fenômeno à uma ação intencional do detento para obtenção de benefícios no interior da instituição em que se encontra, como supõem muitos funcionários do DEPEN e até mesmo alguns detentos. Permite também explorar a gama de sentidos bastante específicos atribuídos pelo código de crenças compartilhados às experiências, religiosas e prisionais.

1. Apresentando os detentos

1.1 O grupo inicial

Como já mencionei no primeiro capítulo, os grupos focais foram organizados a partir da listagem com os nomes das lideranças religiosas. As denominações religiosas credenciadas junto à DIAS/PCE tinham dois detentos que assumiam o papel de representantes das igrejas na unidade. Giovana, a assistente social que ficou encarregada de organizar o primeiro grupo, entrou em contato com uma das “*liderança*” de cada grupo e pediu a este detento contactado a indicação de um nome de outro participante de sua igreja que não fosse, necessariamente, outro “líder”

interno. Como vieram três representantes da AD, formou-se, então, um grupo de quinze detentos; destes, quatorze responderam ao questionário e um detento, apesar de ter comparecido e permanecido na sala durante a aplicação do questionário, não o entregou. É este grupo que passo a apresentar a seguir.

Renato, 39 anos, casado. Tinha segundo grau incompleto e freqüentava as aulas para concluir seus estudos. Condenado por roubo e seqüestro (artigo 157 e 159, respectivamente) é reincidente; estava preso há treze anos, cumpridos em diferentes períodos. Sua pena era de quarenta e três anos. Trabalhava na faxina na capela da AD, igreja à qual se converteu há três anos, pouco depois de ser preso pela terceira vez. **Ernesto**, 25 anos, casado, segundo grau completo. Preso por latrocínio (artigo 157, 3º parágrafo) há quatro anos, mesmo tempo que freqüenta a AD. Cumpria pena de vinte e um anos.

Fábio, 46 anos, “*amasiado*”². Tinha o primeiro grau incompleto e freqüentava as aulas para concluir seus estudos. Preso por estupro (artigo 213), estava há menos de um ano na PCE, tendo que cumprir uma pena de aproximadamente treze anos. Batizado na Igreja Pentecostal Fonte de Vida, ex-frequentador da Igreja A Família do Senhor Jesus, participava da IMF desde a sua entrada na unidade.

Felipe, 33 anos, casado. Tinha o primeiro grau incompleto e não participava da escola. Não informou qual o crime praticado que fez com que estivesse há quatro anos na PCE e cumprisse uma pena de dezoito anos. “*Evangélico desde o nascimento*”, como costumava se auto-definir, Felipe era batizado na AD e na unidade participava da Igreja Missão Final, que fundou.

Joaquim, 30 anos, solteiro. Tinha o segundo grau completo e acompanhava na escola as aulas de revisão do conteúdo programático do segundo grau. Preso por latrocínio, estava há cinco anos na PCE. De família protestante praticante, participante da IASD, Joaquim declarou que já era convertido e acompanhava as atividades desta igreja antes de ser preso.

As sessões de discussão que foram realizadas após a aplicação dos questionários contaram com a participação efetiva destes cinco detentos e com a participação eventual dos demais. Sete detentos que compunham o grupo inicial participaram da sessão seguinte à da aplicação do questionário.

Lúcio, 40 anos, casado. Tinha o primeiro grau incompleto e concluía seus estudos na escola da PCE. Não informou o crime cometido para ser condenado a uma pena de trinta anos.

² A categoria “*amasiado*” provém da classificação jurídica que não reconhece como casamento as uniões não legalizadas.

Como Ernesto, estava havia quatro anos na PCE, o mesmo tempo que freqüentava a AD e que se converteu.

Rodrigo, 41 anos, casado, concluía o segundo grau na escola. Estava na PCE há pouco mais de dois anos e sua pena previa mais dois anos de reclusão. Afirmou estar há pouco tempo convertido à IURD, no entanto, declarou que já era evangélico antes de ser detido.

Jackson, 32 anos, separado. Acompanhava as aulas do ensino fundamental. Não respondeu qual o crime cometido para estar preso havia três anos e seis meses e ter que cumprir uma pena de vinte e seis anos. Afirmou ser batizado na Igreja Pentecostal Deus é Amor. Freqüentava, além da Deus é Amor, a Igreja Assembléia de Deus, ambas há mais de cinco anos.

Andrade, 43 anos, casado. Também não respondeu qual o crime cometido. Estava preso havia quatorze anos na PCE; um ano após estar na unidade, converteu-se a IASD e era então uma de suas lideranças.

Henrique, 34 anos, solteiro, segundo grau completo. Preso por latrocínio, estava há menos de dois anos na PCE e afirmou estar aguardando julgamento, fato incomum visto que a unidade destina-se à reclusão de detentos já sentenciados. Trabalhava como relações públicas do seu canteiro de trabalho e era músico na igreja em que participa, no caso, a CCB.

Jair, participante da IIGD. Não entregou o questionário respondido, muito embora tenha comparecido nas duas primeiras reuniões com o grupo. Informou estar participando da igreja há menos de um mês, mas como a IIGD não possuía no momento nenhum representante, ele foi convidado para “ajudar”.

Além dos detentos acima mencionados, **Silvio** reapareceu em meu último encontro com o grupo. Silvio tem 47 anos e era solteiro. Reincidente, estava preso (já há dois anos na PCE) por atentado ao pudor (artigo 214). Convertido há três anos, participa da IURD.

Lúcio apareceu para justificar a ausência no grupo de discussão, alegando que seus colegas da AD já estavam participando e que, portanto, ele estaria sendo representado por Renato e Ernesto. Andrade e Henrique também não compareceram nas sessões seguintes, muito embora tivessem se mostrado bastante interessados em participar da pesquisa conforme comentários realizados nos questionários e pessoalmente. Andrade alegou estar com trabalho acumulado no seu canteiro de trabalho e Henrique com compromisso marcado com um dos professores da escola. Ambos se colocaram à disposição para conversar em outra data, que infelizmente não pôde ser agendada.

Apenas três detentos que participaram do pré-teste do questionário não se integraram ao grupo em nenhuma outra ocasião. Um deles foi **Heitor**, 52 anos, amasiado, segundo grau

completo. Reincidente, na PCE havia dezessete anos, preso por homicídio (artigo 121), roubo, latrocínio e incêndio. Heitor afirmou ser batizado na IEQ e na IURD. Afirmou participar, na época da pesquisa, da IIGD há pouco tempo. A resposta para a pergunta “o que fez você procurar a igreja aqui na PPC?” revela que anteriormente Heitor participava da AD.

Outro foi **Amadeu**. 43 anos, solteiro, preso havia dois anos por roubo. Reincidente (já fora preso outras duas vezes), não participava das atividades da escola. Não foi localizado no dia em que os questionários foram aplicados. Por ser membro da CCB, solicitei a Henrique que entregasse a ele o questionário para ser preenchido e posteriormente encaminhado à chefia de segurança.

O terceiro e último a não retornar ao grupo foi **Lauro**. 38 anos, casado, primeiro grau incompleto. Preso há três anos e nove meses, tem mais onze meses de pena a ser cumprida. Reincidente, não informou qual o crime cometido. Freqüenta a Igreja Deus é Amor há dois anos e meio, mas ainda não é batizado.

Meu objetivo ao trazer alguns dados biográficos sobre os detentos que participaram da pesquisa foi testar algumas hipóteses sobre a correlação entre estas informações e as conversões realizadas durante o cumprimento das penas.

A primeira das hipóteses testadas foi com relação à idade, mais precisamente, se os detentos mais jovens seriam os mais propensos à conversão. Tal hipótese foi construída a partir das estatísticas do DEPEN que indicavam que a faixa etária da população carcerária estava concentrada no intervalo entre 18 e 35 anos (na PPC, cerca de 50 % tinha entre 18 e 25 anos; na PCE, quase 47% estava na faixa etária imediatamente posterior, entre 26 a 35 anos). Com relação ao grupo que participou desta pesquisa, houve uma concentração de detentos entre 35 e 45 anos de idade. A rigor, esta informação sobre a faixa etária do grupo estudado - no caso, superior à média da unidade - não pode confirmar ou refutar completamente a hipótese que correlaciona idade e conversão. No entanto, os dados obtidos na amostragem da PPC indicam que a idade, por si só, não é capaz de indicar uma maior ou menor “inclinação” para a conversão religiosa, uma vez que ela ocorreu com detentos de diferentes faixas etárias, nas diferentes unidades.

Quadro 1 – Algumas informações sobre os convertidos que participaram da pesquisa na PCE

Detento	Idade	estado civil	escolaridade	participa das aulas	Acusação	condenação	reincidência	Tempo na PCE	Igreja que frequenta	Igreja na qual é batizado	Tempo de conversão
Renato	39	casado	EM incomp.	EM	Roubo e sequestro	43 anos	3 ou mais	13 anos	AD	AD	4 anos
Lúcio	40	casado	EF completo	EF	não respondeu	30 anos	2	4 anos	AD	AD	4 anos
Ernesto	25	casado	EM completo	Não	Latrocínio	21 anos	0	4 anos	AD	AD	4 anos
Henrique	34	solteiro	EM completo	Não	Latrocínio	Sem condenação	0	1 ano e 10 meses	CCB	CCB	22 anos
Amadeu	43	solteiro	não respondeu	não	Roubo	13 anos e 9 meses	2	2 anos	CCB	CCB	2 anos
Andrade	43	casado	EF completo	Não	não respondeu	91 anos	0	14 anos	IASD	IASD	13 anos
Joaquim	30	solteiro	EM completo	Revisão	Latrocínio	30 anos	0	5 anos	IASD	IASD	?
Heitor	52	amasiado	EM completo	Não	Homicídio, assalto, latrocínio, incêndio	não respondeu	2	17 anos	IIGD	IEQ e IURD	?
Fábio	46	amasiado	EF incomp.	EF	Estupro	13 anos e 45 dias	0	8 meses	IMF	IPFV	8 anos
Felipe	33	casado	EF completo	EF	não respondeu	18 anos	0	4 anos	IMF	AD	33 anos
Jackson	32	separado	Não respondeu	EF	não respondeu	26 anos	0	3 anos e 6 meses	IPDA e AD	IPDA	5 anos
Lauro	38	casado	EF incomp.	EB	não respondeu	11 meses	3 ou mais	3 anos e 9 meses	IPDA	-	2 anos e 6 meses
Sílvio	47	solteiro	EF completo	não	Atentado ao pudor	4 anos e 06 meses	1	2 anos	IURD	IURD	3 anos
Rodrigo	41	casado	EM incomp.	EM	não respondeu	1 ano e 8 meses	Não respondeu	2 anos e 3 meses	IURD	IURD	2 anos

Se o tempo cronológico que determina a idade do detento não pareceu ser relevante para a conversão religiosa, o tempo que este detento se encontrava preso na unidade – bem como o tamanho da pena por cumprir – é um elemento que pode, em alguma medida, estar relacionado ao fenômeno da conversão. Em muitos casos, o tempo da prisão coincidiu com o tempo que afirmaram estar convertidos, indicando que a procura pela igreja e a opção religiosa foi realizada logo após ser detido. Em outros casos, no entanto, a conversão só foi realizada após sucessivas reincidências. Portanto, ainda que tenha percebido em alguns casos a coincidência dos tempos de prisão e conversão, este não pode servir como referência para todas as conversões produzidas durante o tempo de aprisionamento.

A informação sobre a reincidência, quando cruzada com as informações sobre participação religiosa anterior à prisão, revela que a maioria dos detentos que tinha algum tipo de vínculo religioso antes da prisão não era reincidente. Mas esta também não é uma regra sem exceções: tanto encontrei casos de detentos convertidos antes de serem presos que estão detidos pela segunda ou terceira vez quanto o contrário.

Outra hipótese testada foi com relação ao crime praticado; no caso, se haveria algum “tipo” de delito que promoveria um maior número de conversões. Quando perguntados sobre “quais os presos que procuram mais as igrejas com relação ao crime praticado?” (pergunta 25c), muitos detentos responderam que seriam os detentos acusados de estupro, seguidos pelos acusados de cometer homicídio. No entanto, quando questionados sob qual acusação eles próprios estavam detidos, as respostas obtidas – no caso, o silêncio – são reveladoras de um aspecto do universo prisional: o segredo. Seis dos quatorze detentos deixaram esta questão em branco. Somando-se aos quatro detentos que não responderam ao questionário, mais da metade do grupo não informou o delito pelo qual foi acusado e estava detido. Dentre as respostas obtidas, temos tanto casos de detentos que cometeram crimes considerados “leves” como roubo, quanto crimes considerados “pesados” como estupro, por exemplo – tendência que se repetiu na amostragem da PPC.

Também foi testada a hipótese da relação entre conversão religiosa e a participação nas atividades escolares e nos “canteiros de trabalho”. A maioria dos detentos convertidos concluiu (ou já concluiu) seus estudos na escola da unidade penal e estava “implantando” em “canteiros de trabalho”. Quando questionados sobre as três atividades mais importantes para um homem que se encontra detido (perguntas 09 e 11), quase todos os detentos que participaram do pré-teste do questionário (todos **convertidos**) foram unânimes em apontar estas três esferas de atuação: religião, estudo e trabalho, quase sempre nesta ordem de citação. Mas, mais uma vez, a

participação nestas atividades não esteve, necessariamente, vinculada à participação e à conversão religiosa, uma vez que alguns dos detentos **descrentes**, bem como os detentos que participavam eventualmente das atividades religiosas (não reconhecidos como convertidos), também afirmavam participar ativamente das aulas e dos seus *“canteiros de trabalho”*.

Outros dados, como os diferentes níveis educacionais e ocupações (antes da prisão e na unidade) também não ajudam a estabelecer um perfil de quem são os convertidos. O cruzamento das questões relativas aos aspectos biográficos ajudam a demonstrar que as tipificações produzidas sobre o “perfil do convertido” não podem ser generalizadas a partir de casos isolados. A validade do questionário residiu, portanto, na desmistificação destes estereótipos e no levantamento das “impressões” nativas sobre o universo simbólico que circunda os convertidos – e, em relação a estes, outros detentos de outras confissões religiosas.

1.2 Quem chegou depois

Da mesma forma que alguns detentos deixaram de participar do grupo de discussão, outros se juntaram ao grupo. Alguns detentos que “estavam passando por ali” resolveram entrar e acabaram integrando-se momentaneamente ao grupo, dando seus *“testemunhos”* e se ausentando logo em seguida. Fiquei com duas impressões: a primeira, de que eles não estavam simplesmente “passando por ali” e sim que através da rede de comunicação interna – bastante eficiente, ao que tudo indica – tinham tomado conhecimento de minha presença e de minha pesquisa. Segundo, que havia um interesse em falar sobre si e aproveitar o momento que havia alguém disponível para ouvir, seja para “colaborar” com a pesquisa ou não. O aparecimento destes detentos, dando suas contribuições “espontâneas” – na medida em que parece não ter existido intermediação de funcionários na indicação de entrevistados – foram importantes por possibilitarem rastrear uma rede de relações constituída pela conversão religiosa.

O primeiro a integrar-se ao grupo a partir da segunda sessão de discussão foi **Raul**. Converteu-se na prisão. Participava inicialmente da AD e à época freqüentava a IASD, porque sua esposa freqüentava esta igreja. A trajetória de Raul poderia ser caracterizada como o “caso ideal” das assistentes sociais e psicólogas entrevistadas: baixa renda, separação dos pais, baixo grau de escolaridade. O *“testemunho”* que Raul realizou para o grupo foi iniciado com o relato desta fase *“desestruturada”* de sua vida:

“Bom, eu tive uma infância meio perturbada. Meus pais se separaram, eu era pequeno, nove irmãos. E quando houve a separação na minha família, meus irmãos foram dados: um foi dado para uma família, outro para outra, enfim, fomos todos separados. Eu vivi durante um tempo da minha família com meu padrasto, meio cruel [fala isto e ri]. Saí de casa com onze anos, fui pra rua, passei a viver como menino de rua, pedir nas casas, muitas vezes bati [nas casas] e pedi pão. Passei um processo tipo abandonado na vida e assim eu fui crescendo. Inclusive uma das vezes encontrei meu irmão que não conhecia, (...) fui preso no lugar dele, daí passei a conhecer meu irmão que não conhecia³. E assim eu fui levando a vida. E conheci o mundo do crime, passei a roubar, a cometer várias coisas assim criminosas, roubar, assaltar, etc. E com 20 anos de idade vim pra prisão. Fui preso, julgado, condenado e vim pra prisão. Até então minha vida era só pecado, vivia roubando, a única coisa que eu, graças a Deus, agradeço a Deus que até hoje eu nunca usei drogas, isso foi uma coisa que Deus me deu por natureza mesmo, né? Eu sempre fui envolvido com roubo, essas coisas. Fui, vim pra prisão. (Raul, entrevista, 08/11/1999)

O segundo detento que se integrou ao grupo foi **Leandro**, também participante da IASD. Na segunda sessão do grupo focal, enquanto aguardava os detentos chamados para comporem o grupo, Leandro que estava passando pelo corredor da escola, parou na porta e leu no quadro as questões que eu havia sugerido para debate - no caso, o que era ser evangélico para aqueles detentos. Entrou e começou a conversar, juntando-se ao grupo nesta reunião e nas que se sucederam nas semanas seguintes. Posteriormente descobri, através de comentários de Renato, que Leandro participava das atividades religiosas na PPC e foi o grande incentivador para que ele, Renato, fosse participar do coral na capela daquela unidade. Outro detento, Sávio (frequentador da IASD), que conheci na PPC enquanto fazia a aplicação dos questionários, afirmou conhecer Leandro (e também Andrade e Joaquim) e me contou que Leandro havia sido um dos “*dirigentes*” da IASD na PPC.

A mesma situação ocorreu com **Miguel**, um mato-grossense de 26 anos, portador de uma grande cicatriz no pescoço, segundo ele produzida enquanto vivia “lá fora”. Afirmou ser frequentador da AD e ter se convertido há quatro anos, estando preso já há dezesseis anos. Relatou-me seus delitos – furto e tráfico de carros - e o momento de sua apreensão pela polícia federal. Ao contar dos momentos de tortura e do momento de sua conversão, comoveu-se e quase chorou. Ao terminar seu relato, levantou-se e foi embora, não sem antes me convidar para “*fazer a caminhada junto com eles*”. Miguel, à propósito, foi um dos poucos detentos que me “assediou” com um convite desta natureza. Em algumas ocasiões recebi folhetos doutrinários; noutras, fui questionada sobre minha confissão religiosa. Mas nenhum convertido insistiu na minha (re)conversão religiosa.

³ Confirmando a informação recebida no COT de que muitos detentos alteravam as suas identidades ao serem “fichados”, para tentarem diminuir a pena recebida. Uma estratégia comum, de acordo com o funcionário responsável, é adotar o nome de familiares.

Observando as diferentes trajetórias destes detentos que participaram da pesquisa, é possível reuni-los, num primeiro momento, em dois grupos: os que afirmaram ter uma adesão religiosa anterior ao momento da prisão e os que não explicitaram uma adesão religiosa anterior à detenção. No primeiro grupo estão Joaquim, Felipe e Henrique. A trajetória destes detentos que se classificam como **convertidos** é ilustrativa do que ocorre com outros detentos após serem presos: eles não necessariamente mudaram de religião, mas voltaram ou continuaram a frequentar a igreja na qual já eram batizados e/ou que ele ou a família dele frequentava antes do momento da prisão – algo que já havia observado no meu primeiro contato com os detentos, na escola da PPC. No segundo grupo é possível reunir todos os demais participantes dos grupos focais.

A especificidade deste grupo de detentos em relação aos outros presos com quem manteve contato menos sistemático é o fato de todos estes serem reconhecidos (e, portanto, aceitos) como lideranças religiosas. Mesmo aqueles não oficialmente reconhecidos pela instituição penal como representantes das denominações religiosas na unidade, eram "lideranças" na medida que ocupavam, quase todos, uma posição privilegiada em cada uma das igrejas de que participavam.

Fundamentalmente eram estes convertidos, e não os agentes religiosos “externos”, que programam e conduzem as diversas atividades religiosas que são executadas não apenas no dia destinado à visita dos pastores, obreiros e demais “evangelizadores”, mas durante toda a semana. Também são estas lideranças que, muitas vezes, tornam-se os porta-vozes dos detentos junto aos funcionários e/ou aos agentes religiosos - solicitando bens materiais, acompanhamento do processo penal, comunicação e assistência aos familiares - e também porta-vozes dos grupos religiosos, uma vez investidos de autoridade para representá-los na instituição. São assim, nos limites possíveis, os mediadores entre “os de fora” e “os de dentro”, ocupando uma privilegiada posição na hierarquia que se forma no universo prisional.

Por esta razão, a importância dos agentes religiosos “externos” ao DEPEN pode ser relativizada, uma vez que pudemos ter, através dos detentos, informações sobre as conversões religiosas que se processam na instituição penal. As lideranças puderam relatá-las com maior riqueza de detalhes, devido ao acompanhamento mais sistemático dos “irmãos”, que os agentes religiosos externos que presenciaram, muitas vezes, apenas a confirmação pública da conversão.

A eficácia de seus discursos está diretamente associada à autorização destes **anúncios**, definida não necessariamente pela compreensão mas pelo reconhecimento dos ouvintes e do próprio orador que seu discurso é legítimo (Cf. BOURDIEU, 1996b). São reconhecidos como detentos capazes de estabelecer contato entre diferentes "mundos" e instâncias: entre o fiel e

Deus, através do “*testemunho*” pessoal e da condução de rituais; entre instituições, no caso a instituição penal e a igreja; e entre “eles” e a pesquisadora.

Tratarei, a seguir, de como este grupo de detentos se classifica e define os convertidos.

2. O “convencido”

Na primeira reunião do grupo focal após a aplicação dos questionários, eu havia planejado discutir com os grupos da manhã e da tarde o que eles identificavam como específico dos detentos convertidos ao pentecostalismo. Um acontecimento, no entanto, alterou os rumos das discussões. Um ex-detento que participava da AD quando estava na unidade, Inácio, estava sendo procurado pela polícia por ter estuprado e estrangulado uma adolescente de quinze anos. O caso de Inácio estava na “pauta do dia” e tornou-se um daqueles agradáveis “acazos” que o campo reserva ao pesquisador, pois permitiu explorar uma série de relações sobre a conversão que, talvez, não surgissem ao longo das demais discussões com o grupo de convertidos.

Já no ônibus a caminho da PCE pude ouvir a conversa de agentes penitenciários sobre este episódio. Comecei a prestar atenção na conversa quando ouvi a palavra “*crente*”. Comentavam o caso, que escutaram numa rádio local pela manhã⁴, de um ex-detento que era “*crente*” e que em liberdade havia cometido um crime. Um dos agentes penitenciários comentava que a igreja não podia ser responsabilizada pela “*ação criminosa*” daquele ex-detento. Também ouvi falarem que “*o preso vai se esconder na igreja, com a bíblia debaixo do braço*” e que “*o preso não tem nada a ver com a doutrina da igreja*”, isto é, que o crime não tem relação com o conjunto de códigos de crença e conduta propostos pelas denominações religiosas.

Chegando na PCE, continuei ouvindo outros comentários a respeito daquele ex-detento “*crente*”. À caminho da escola fui sendo informada de novos detalhes sobre o caso, fornecidos pelos AP's que tinham tido algum contato com o detento e/ou que tinham lido ou escutado alguma nova versão sobre o ocorrido.

⁴ Prática bastante comum entre os funcionários do DEPEN, de diversas categorias profissionais como pude observar, era o acompanhamento das notícias policiais através dos noticiários radialísticos e da leitura de jornais “especializados” em notícias sobre crimes. Os detentos com quem conversei também demonstraram acompanhar tais programas. Este dado me leva a pensar como o acompanhamento destes eventos do “*mundo do crime*” deriva de um *habitus* incorporado na instituição penal, reforçando o universo simbólico da prisão.

Assim que todos os detentos chegaram, começamos a conversar sobre o caso de estupro. Ernesto fez questão de lembrar a pergunta que havia me feito no encontro anterior, quando me entrevistava para **O Eco**. Entre outras coisas, Ernesto havia me perguntado como era minha percepção sobre os presos antes e depois de ir ao presídio e como eu trataria (ou como achava que devia ser tratado) um detento que tivesse estuprado uma criança de cinco anos. Eu havia respondido que deveria cumprir pena como qualquer outro detento que houvesse cometido um delito, sem sofrer violência física ou verbal. Ernesto então retornou a fazer a mesma pergunta, tomando por exemplo o caso de Inácio, sobre o qual se falava na unidade. Mantive a opinião emitida anteriormente.

Quase todos ali tinham alguma informação para acrescentar sobre Inácio, especialmente Renato, tendo em vista que o detento de quem falávamos havia sido membro da AD. Nenhum dos detentos ali presentes comentou qual crime Inácio havia cometido para ter sido preso anteriormente. Mencionaram, no entanto, os sinais visíveis de sua “*personalidade desviante*”: Inácio era “*nervoso*”⁵, um “*psicopata*”. A infância e adolescência de Inácio teriam sido marcadas pela pobreza extrema, pois era conhecido o fato dele ter dividido comida com porcos num lixão. Na igreja, segundo Renato, Inácio sempre cobrava comportamentos exemplares dos “*irmãos*” – o que é compreendido como um erro, pois “*não cabe aos homens fazer julgamentos*”, afirmação confirmada pelos demais. Depois de cumprir a pena,

“saiu em liberdade e lá fora foi acolhido por uma família evangélica. Aproveitou-se da confiança da família e conseguiu uma cópia das chaves da casa. As três da manhã entrou na casa e acabou estuprando a filha do casal, que no próximo mês ia fazer quinze anos, a festa já estava preparada e tudo. Depois a degolou e saiu. A mãe ouviu o barulho e foi ver o que estava acontecendo. Ele foi frio a ponto de ir atrás da mulher para devolver as chaves e saiu andando. Ela ainda ficou gritando: ‘ei, volta! O que é que aconteceu? Volta aqui!’. Imagina se ela soubesse”. (Diário de campo, 25/10/1999).

A partir destas informações sobre Inácio e também sobre as expectativas sobre as atitudes de um convertido, pude explorar algumas questões que o grupo havia apontado ao longo da discussão.

⁵ Sobre a categoria “*nervoso*”, remeto o leitor ao clássico estudo de Duarte (1986).

2.1 A conversão e o exame criminológico

Uma das questões levantadas ao longo de nossa conversa foi a relação entre a conversão religiosa e o exame criminológico. Ernesto havia escutado naquela manhã, num programa radialístico, um repórter comentar que a *“culpa pelo ocorrido não era do preso e sim da equipe de profissionais que havia concedido a liberdade para ele”*. A partir desta afirmação, busquei saber o que os detentos pensavam sobre os processos de avaliação criminológicos aos quais são periodicamente submetidos. Provoquei-os, questionando se, na opinião deles, a equipe do exame criminológico tinha condições de avaliar se um detento estaria ou não apto a *“voltar para a liberdade”*.

Joaquim tomou a palavra e afirmou ter *“perdido”* alguns exames ⁶ porque a equipe executora do seu exame criminológico *“não considerava as suas mudanças ali na PCE e se atinha ao que havia sido registrado no papel”*, isto é, ao relato de seu crime realizado no momento de sua chegada na unidade. Isto era, para Joaquim, um indício de como as avaliações criminológicas eram parciais, falhas e até mesmo *“injustas”*. Renato manifestou sua opinião afirmando que a equipe tinha condições de fazer uma avaliação, pois através das perguntas que faziam podiam perceber algumas características dos presos e perceber as mudanças de comportamento. Em seguida a este comentário, Renato passou a dar uma *“dica”* para os *“irmãos”*: era necessário aceitar a culpa pelos crimes cometidos perante a equipe de avaliação, pois não adiantava negá-los, já que isso seria interpretado como sinal de imaturidade pelos especialistas da DIAS (em especial, pelas psicólogas) que fazem parte da equipe do exame. Joaquim então confirmou que foi isto que aconteceu com ele: Joaquim havia sido considerado imaturo por não reconhecer e aceitar o que havia sido informado à equipe da DIAS e registrado em seus laudos.

Desde o primeiro momento que defini meu campo de pesquisa, ouvi dos funcionários com quem conversei a recomendação de tomar cuidado com os detentos porque eles eram *“sedutores”* e *“manipuladores”*. A desconfiança dos funcionários com relação aos detentos tem, em parte, a razão de existir, como a fala de Renato demonstra: ele, e possivelmente outros detentos, já decodificaram ou estão decodificando o sistema de pensamento dos psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, o que faz com que ajam estrategicamente. E levando-se em consideração que o exame criminológico é um dos momentos mais importantes na vida do interno, e a tipificação produzida pelos especialistas e agentes penitenciários é tão recorrente, não é de se estranhar que

⁶ *“Perder exame”* significava não obter uma avaliação favorável por parte da equipe que fez avaliação, o que poderia acarretar na perda de benefícios, como progressão de regime de reclusão, por exemplo.

alguns termos técnicos passem a ser integrados ao vocabulário de alguns detentos. Como no caso do Inácio, descrito pelos demais como um detento com “*desvio de personalidade*”, como “*psicopata*”. O mesmo ocorre com o vocabulário específico dos advogados: dificilmente os detentos e os funcionários referem-se aos crimes como assalto e estupro, por exemplo, mas como artigo 157, artigo 213.

Ainda sobre o exame criminológico, cabe observar que para este grupo de convertidos o sucesso obtido nas últimas avaliações pelas quais eles passaram foram produzidas porque eles haviam “*entregue nas mãos de Deus*” os resultados. Esta atitude condicionava-se à interpretação que eles faziam a respeito da justiça divina e que decorre do processo de conversão religiosa pelo qual eles passaram – e estão passando – como discutirei adiante.

2.2 A conversão e os bens materiais

Outra questão que pode ser discutida a partir do caso de Inácio foi a conquista de bens materiais oferecidos pelas igrejas e que, do ponto de vista da instituição penal, fazia com que a conversão religiosa fosse entendida como um ato quase sempre interessado e utilitário, como pude discutir no capítulo anterior.

Os demais comentários complementares aos de Renato e Joaquim sobre as condições dos exames criminológicos podem ser resumidos como uma seqüência de queixas sobre o sistema penitenciário: a precariedade das condições físicas, a falta do que eles denominam como um “maior preparo” dos recursos humanos que atendem a população carcerária, a falta de maior interesse “das autoridades e da sociedade” sobre suas condições. As queixas fizeram parte de minha experiência em campo e, no limite, este discurso auto-vitimizador – e que é reproduzido, às vezes, na literatura sobre o tema - foi transformado no ponto de partida para eu “puxar conversa” e descobrir o alcance e o significado das práticas religiosas no interior da unidade.

Este retrato sobre o sistema penitenciário levou-me a formular a seguinte hipótese: seria possível afirmar que para os detentos (bem como para a instituição penal) a religião seria uma auxiliar bem vinda na administração da rotina prisional por supri-los com bens materiais? Nossas conversas, bem como os questionários, revelaram que a doação de diversos bens é uma prática recorrente.

Formulei algumas questões para verificar como os detentos percebiam a presença dos grupos religiosos e em que medida havia uma associação entre os grupos religiosos (em especial os de orientação pentecostal) e o auxílio ao detento. Na pergunta “os grupos religiosos ajudam os presos?”, seis dos 14 detentos da PCE que responderam ao questionário afirmaram que as igrejas oferecem algum tipo de ajuda material. Em outra pergunta (“você concorda que tem preso que frequenta alguma igreja na prisão só para obter vantagens e que vantagens o preso teria?”), o auxílio material fornecido por membros das denominações religiosas também foi apontado como motivador da participação de detentos nas missas e cultos.

Mas quando solicitados a apontarem quem eram as pessoas que os auxiliam com a comunicação com familiares, quem traz roupas, material de higiene pessoal, limpeza e material escolar e quem verifica o andamento do processo penal, a maioria dos detentos respondeu que são os próprios familiares, os funcionários ou ele próprio quem providenciava estes bens. Os agentes religiosos praticamente não são citados pelos detentos como doadores destes bens - muito embora esta prática ocorra de fato, como pude perceber durante o trabalho de campo: numa ocasião pude ter acesso a uma lista de nomes de detentos que receberiam doações de roupas de determinada igreja, por serem seus fiéis.

O que esta informação nos revela? De meu ponto de vista, o valor secundário que os bens materiais tinha para os detentos. Não que não sejam importantes, tanto que muitos reconhecem que as igrejas realizavam este trabalho assistencialista e que o mesmo é um dos atrativos que elas utilizavam para conquistar detentos para as suas denominações. Mas o bem oferecido pelas igrejas que parece ser mais significativo é de uma natureza simbólica: a representação sobre o detento convertido. Eram os valores associados aos pentecostais que constituíam um dos bens mais valiosos neste universo, como tratarei posteriormente neste capítulo.

2.3 Conversão: algumas possibilidades

A terceira e provavelmente mais interessante discussão que foi produzida a partir do caso de Inácio foi a que me levou ao sistema classificatório da conversão que estes detentos elaboraram.

Os próprios detentos “desconfiavam” da conversão de outros detentos. Sobre a conversão de Inácio, em nenhum momento os detentos convertidos que pesquisei afirmaram que Inácio estaria fingindo que era um “convertido” – posição assumida pelos agentes penitenciários e funcionários de diferentes unidades com quem pude comentar o caso. De acordo com o grupo de convertidos, Inácio freqüentava a AD na Penitenciária não porque estava com a intenção de enganar a todos, simulando uma convicção religiosa; Inácio estava realmente “convencido” de sua transformação, mas não havia mudado realmente, pois se a mudança tivesse ocorrido de fato, ele não teria reincidido.

O que gostaria de demarcar aqui é a distinção que os convertidos realizam entre os “participantes” de alguma igreja, os que estão “convencidos” da mudança produzida pela religião e os “convertidos”, estes últimos os “realmente transformados”. Diante desta classificação, questionei-os sobre onde estaria localizada a diferença entre uma e outra categoria, visto que todos, a princípio, teriam práticas similares. A resposta que obtive à pergunta foi a de que não seria possível determinar, a partir do comportamento exterior - como a utilização de determinada roupa ou a freqüência ao culto ⁷ - se um detento seria ou não “convertido”. De acordo com os convertidos, são as “atitudes” do detento. Tomavam aqui um versículo bíblico como metáfora: o “verdadeiro” convertido seria conhecido pelas suas obras, assim como a boa árvore é conhecida pelos seus frutos:

“Convencido faz o morto ressuscitar pela Bíblia [abre-a para ler um versículo]. Aqui ó: “não pode a árvore boa dar maus frutos, nem a árvore má dar bons frutos, toda árvore que não dá bons frutos corta-se e lança-se ao fogo”.

(...) Existe pessoas que dentro da igreja eles são tremendos. Se a Globo visse, tava garantido na novela das oito, [exatamente] porque são tremendos na maneira de ser, no comportamento. Ele estuda a personalidade de um cristão, ele vai, mas dentro dele, ele sabe que ele está frustrado. Ele sabe que ele está reprovado, ele sabe que ele pode pegar a Bíblia hoje e vim aqui dar um sermão bonito. E as pessoas comoverem, sabe? Ai de repente, mas dentro dele, ele tá morto, ele não tá convertido. A gente já viveu isso. (Ernesto, entrevista, 29/11/1999).

Neste universo pesquisado, “comportamento” e “atitude” – que poderíamos compreender como práticas discursivas engendradas pelo **habitus** - tem, portanto, conotações distintas. O primeiro parece dizer respeito à ações eletivas, como o estilo de roupa que se veste ou o número

⁷ Um exemplo, neste sentido, foi dado por Joaquim: “Tanto é que eu vim de família evangélica, minha mãe principalmente que até hoje nunca abandonou [a religião], meus irmãos não abandonaram, meu pai também. Eu nasci naquele ritmo, desde pequenininho. Tanto é que fui abençoado na igreja quando tinha dois meses de idade e fui naquele trajeto. Estudei na escola adventista durante oito anos, depois estudei no Colégio Adventista. Fui batizado aos onze anos. Só que tudo aquilo para mim era uma brincadeira, não levava a sério, nunca levei a sério naquela época. Tanto é que eu só, enfim, eu só aprontava, digamos assim, **eu era um cristão de nome, nem era, eu tava ali no meio, né?**” (Joaquim, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

de vezes que se freqüenta determinado culto. A adesão religiosa supõe a adoção de um *ethos* que se manifesta também nestes aspectos exteriores. Mas, de acordo com os detentos, isto não é suficiente para atestar a fé; a conversão não diria respeito apenas ao comportamento, mas também às “*atitudes*”, compreendidas como ações determinadas por atributos baseadas num conjunto de disposições assimiladas que produziriam ações reconhecidas como corretas.

E como perceber a “*verdadeira*” mudança, enquanto uma “*tomada de atitude*”? O diálogo entre Renato e Joaquim, transcrito abaixo, revela que a certeza sobre a conversão jamais era absoluta, ainda mais num espaço onde impera a desconfiança:

Renato: [a mudança interna] é o resultado das atitudes das pessoa. Se esta pessoa tem uma boa educação, como a gente sabe que ela em uma boa educação? Na forma dela tratar seus semelhantes, na forma do seu conhecimento, se é uma pessoa culta (...). Como nós podemos perceber realmente se uma pessoa é conhecedora das coisas de Deus? Pelo conhecimento dela, pela atitude, pela forma dela agir.

Joaquim: “Melhor do que ninguém pra conhecer uma pessoa é a família dele, quer dizer...”

Renato interrompe: “Ele próprio?”

Joaquim continua: “Sim, ele próprio. Mas ele sozinho é uma coisa, ele com outras pessoas é outra. Tem tanta coisa que fala que é muito fácil, ele chega lá em público e fazer uma pregação maravilhosa (...). Só que ele se transforma, ele muda de personalidade (...) não dá de a gente confiar em todo mundo, aliás, em ninguém praticamente. Por que a partir do momento que passa uma coisa, uma situação particular, ou qualquer tipo de coisa, nunca, ninguém, é raridade da pessoa guardar aquilo. Ele leva adiante, ele conta pra outros, traz, enfim, acontece muito, é muito difícil. E nosso amigo maior e que sempre vai ser é Jesus.

Renato: Pode convencer a esposa, pode convencer o pai, a mãe, os companheiros, mas ele dentro de si próprio, [tem que estar convertido] porque ele vai querer outro tipo de vida, outro tipo de coisa. Deus, dá honra a palavra dele. Ele sobe no púlpito da igreja, prega, convence as outras pessoas a aceitar o evangelho e Deus honra a palavra dele. A palavra dele tem honradez. Como nós vamos saber dele? Não tem como.” (Diário de campo, 08/11/1999).

Mas, afinal, o que significava para estes detentos que se afirmavam como convertidos a “*verdadeira conversão*”? Muito embora os detentos não conseguissem determinar o grau de certeza da conversão dos outros, sua classificação sobre os “*participantes*”, os “*convencidos*” e os “*convertidos*” poderia ser interpretado como uma escala para diferentes graus de adesão religiosa e nos permite pensar o que significaria a conversão para eles, “*convertidos*”.

Para demonstrar como estas diferenças são operacionalizadas pelos detentos, vou retomar aqui a idéia de que a religião protegeria o detento. Alguns dos detentos da PCE e da PPC que responderam ao questionário responderam que a religião “*serve*” como refúgio para os detentos que contraiam dívidas ou que haviam cometido determinados delitos, como os estupradores.

De acordo com os detentos convertidos, para a “*massa*” (e, em certa medida, para eles também) a “*falsa conversão*” era tomada como sinônimo de covardia – e não como uma “*malandragem necessária*” para a sobrevivência e integridade física do detento na unidade penal. O

“falso convertido” não estaria sendo leal, capaz de jogar conforme as regras do jogo contextualmente definido e seria, na gíria da prisão, um “jurão”. “Jurão”, como me explicou um detento da PPC, era o detento “que se finge de coitadinho” só para obter vantagens e que não mediria esforços para conquistar uma posição privilegiada em relação aos demais, como delatar seus companheiros aos funcionários.

Retomando a classificação nativa dos diferentes graus de adesão religiosa, penso que seria adequado reforçar a distinção realizada pelos detentos entre o “jurão” e o “convencido”. No limite, a diferença reside na intenção da ação do indivíduo, ou no sentido empregado às ações e relações sociais (Cf. WEBER). O “jurão” estaria propositadamente enganando a “massa carcerária” e o corpo de funcionários técnico-administrativos – ou, mais precisamente, pensando que estaria enganando a “massa”, visto que sua atitude era percebida pelos pares como “falsa”. O “convencido”, por sua vez, não teria a intenção de simular a sua conversão, visto que crê na sua condição de convertido. Parece-me, também, que o “participante” dos cultos religiosos efetuados na unidade não era necessariamente um “jurão”; era um detento que não é um “convencido” e não prejudica seus pares. O “realmente convertido” seria capaz de suportar as adversidades que se interpusessem em seu caminho.

Para os **convertidos** – ou de acordo com os detentos, para os “realmente convertidos” - a conversão não seria apenas algo exteriorizado através de “comportamentos”, mas sim um evento que promoveria uma mudança interna quanto aos valores e visão de mundo, e o qual deveria permanecer após a saída da prisão, no momento de confronto com as “coisas do mundo”. Estava portanto indissociavelmente vinculada à idéia de compromisso. Mas aí chegamos a um nó neste emaranhado de significados: Inácio também não estava certo em relação a seu compromisso religioso? No entanto, ele sucumbiu. Estar “convencido” do compromisso não era, portanto, para estes detentos pesquisados, garantia de conversão. E, ainda de acordo com eles, não haveria garantias, não haveria certezas. Havia, no entanto, uma “convencimento” do que fosse a “conversão verdadeira”.

Diante destas classificações, penso como a conversão religiosa, para estes fiéis, era definida pela incerteza quase absoluta a respeito de sua conversão. Por esta razão, a conversão, ainda que remetesse ao momento exato da “aceitação de Jesus”, era um processo contínuo de “testes” da fé, de recebimento de dádivas e provações, de “deslizes” e “retornos”. É desta “caminhada” que passo a tratar a seguir, a partir dos “testemunhos” dos detentos convertidos.

3. As experiências de conversão religiosa

A partir da segunda sessão de discussões com os detentos, minha intenção foi saber o que eles entendiam por conversão e, principalmente, como havia se dado as suas conversões. Fiz questão de dizer que não esperava ouvir definições e sim os relatos de suas experiências.

Através dos “testemunhos” sobre a conversão religiosa que me foram relatados cheguei a um ponto crucial na compreensão dos convertidos, pois estes relatos reproduzem a especificidade de cada um dos sistemas de disposições religiosas atuantes no campo religioso mapeado na PCE. Para os adventistas, a existência destas dificuldades (no “mundo lá fora” e/ou no universo prisional) faz com que a conversão religiosa nunca seja definitiva na vida do fiel e sim um processo constante de aceitação e de busca da condição de “convertido” - o que do ponto de vista de Renato e dos demais detentos da AD e IMF não ocorreria desta forma.

Uma hipótese para explicar porque a idéia de processo surge na fala de Joaquim é a sua filiação religiosa. Joaquim, como Adventista, não compartilhava um traço fundamental das igrejas de orientação pentecostal, qual seja, a de que a interferência da ação divina através dos dons do Espírito Santo seria decisiva e determinante na vida do fiel. Transcrevo abaixo um trecho do “testemunho” de Joaquim onde esta idéia de processo é declarada:

“Veja bem, não dá para você mudar e manter aquela mudança a vida toda. Não tem como. É quase impossível você mudar assim uma pessoa. A partir daquele momento todo mundo vai te ver como uma pessoa maravilhosa, uma pessoa boa (...) enfim [ter certeza que] realmente, aquele lá é um santo. Nunca, jamais, porque é um processo, é diário, não tem como.

(...) Fui batizado, fui rebatizado novamente e fui levando minha vida e estou até hoje. Não é fácil, é difícil. Você vai vivendo aos poucos. Também não estou garantindo que vou até o fim, é uma luta, uma luta que faz parte, uma luta contra a minha natureza: natureza boa e natureza má. Elas estão em constante guerra dentro de mim e vou ter que deixar uma ou outra prevalecer. Eu prefiro deixar a natureza boa prevalecer. Agora, a outra natureza você tem que fazer ela passar fome, tem que fazer ela morrer. Daí ela morreu, aí sim eu vou estar preparado, e vai indo.” (Joaquim, 29/10/1999—negritos meus).

Apresento a seguir alguns dos relatos sobre conversão religiosa que obtive. Organizei-os de forma a salientar as temáticas recorrentes a todos os “testemunhos”, as quais surgiram de maneira explícita e implícita na fala destes convertidos.

Reconheço ser possível dispor os “testemunhos” em outros arranjos, mesmo porque a riqueza de elementos que estes relatos expressam não pode circunscrever-se a uma única situação ou temática. Mas cabe observar que a forma como estou apresentando estes testemunhos está

vinculada à idéia da conversão como **processo estratégico** – o que não significa que todos os convertidos percorressem este caminho da mesma forma, ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade.

3.1 O “fundo do poço”

Os detentos quase sempre iniciaram seus “testemunhos” relatando o momento crítico no qual o processo de conversão religiosa dos detentos pesquisados teria sido iniciado. A crise é marcada por com situações por ele consideradas como sofridas e dolorosas. O “testemunho” de Ernesto (AD), neste sentido, é exemplar e sintetiza outros relatos:

“(...) Porque quando eu tava numa solitária, numa cela sozinho, quando o mundo tinha desabado, por assim dizer, Jesus Cristo apareceu. No momento mais difícil de minha vida ele tava lá... meu amigo, pra me ajudar, para fazer eu entender, me dar esperança. Quando a gente tá num presídio a primeira coisa que você pensa é que acabou. Muitos perdem a família, muitos perdem esposas, enfim, mas a pior coisa é perder a esperança. Quando a gente perde a esperança a gente passa a ser o quê? Um morto vivo. E quando Jesus Cristo vem, é como a Bíblia diz: ele veio para dar vida e vida com abundância. O que seria vida com abundância? Seria estar dentro de um presídio, estar isolado numa cela (...) e você conseguir atingir o certo, através de uma oração, através de uma leitura diária. Isso que a gente tenta fazer. Isso é conversão. Tem pessoas lá fora que está preso dentro do seu próprio apartamento.” (Ernesto, entrevista, 29/10/1999).

Note-se as expressões que Ernesto utilizou para se referir ao momento em que estava detido na cela de segurança máxima: sozinho, mundo desabado, momento mais difícil, a vida parecia ter acabado, sentia-se um morto vivo. São todas marcadas por um valor negativo; referem-se àquilo que outros detentos expressaram como “o fundo do poço”.

Outro exemplo é dado por Fábio (IMF). Este detento relata que “Jesus tocou seu coração” logo após ter sido transferido de delegacia, em 1992: “chegando ali [na 7ª Delegacia de Polícia] vi fome, miséria, choro, mortes, toda desgraça desta vida acontecer no meio do povo encarcerado sem Jesus” (Fábio, questionário, 24/09/1999).

Uma variação desta recorrência da crise como momento de definição de uma “tomada de atitude” é o caso de Raul (IASD). Por ter cometido crimes tanto no estado do Paraná como no Rio Grande do Sul, Raul foi transferido, por um tempo, para uma penitenciária gaúcha para cumprir parte de sua pena. Segundo ele, as condições daquela unidade gaúcha onde este detido eram “perigosas”: “um sistema completamente agressivo, um sistema realmente muito rebelde, com muita revolta. Aí, retornando novamente prá cá, um sistema mais calmo, mais tranqüilo, uma coisa mais suave. (...) aí um dia

parei, sentei e pensei: Puxa vida, quem sou eu no meio de tanta coisa? Que que eu quero pra mim? Será que eu vou continuar sendo aquela pessoas mau, brigão, violento ou será que eu quero ser uma pessoa boa, ou será que eu quero ser uma pessoa, uma vida diferente, né?”. (Raul, entrevista, 29/10/1999). Sua crise também foi produzida através do “espanto” com as condições físicas da unidade penal, mas principalmente pela comparação entre dois sistemas penitenciários distintos (o paranaense e o gaúcho) que desencadeiou uma série de questionamentos a respeito de seu comportamento.

3.2 Impureza

A crise relaciona-se de alguma forma à idéia de impureza. Por exemplo, o que mais parece ter “espantado” Fábio foram as condições de higiene com que ele se deparou na delegacia, pois ele repetia a cada encontro que tínhamos o quanto a sujeira da cela na delegacia o incomodava: “[havia] *muito fedor nas alas, muito lixo. Eu comecei a analisar uma coisa: que eu tinha uma casa, eu tinha uma família, eu tinha um lugar que quando deitava encontrava perfume. Era um lugar limpo, um lugar decente. E que, de repente, eu tava numa imundície daquelas, um chiqueiro, uma coisa que pra mim não existia*” (Fábio, entrevista, 29/10/1999).

A sujeira “concreta”, por assim dizer, não é mais impactante que a “sujeira simbólica” que parece estar impregnada nestes espaços. As “solitárias” muitas vezes foram descritas como lugares sujos e escuros, mas principalmente como lugares onde eles se depararam com a solidão e com a própria situação de degradação, social e moral. Não é apenas o espaço físico que está sujo; é também o detento que se encontra nele que se encontra **impuro** (Cf. DOUGLAS, 1976) e contaminado pelo “*mundo do crime*”.

No discurso pentecostal, a sujeira é de modo geral símbolo da desordem e da anomia e precisa ser eliminada para que se estabeleça novamente a ordem, ou melhor, uma ordem peculiar. Dentre o conjunto de representações engendradas pela/na religião, as noções de pureza e, por contraponto, de sujeira e impureza, ocupam um lugar de destaque neste sistema de entendimento e conhecimento do mundo social. Como afirma Douglas, é necessário conceder um lugar no esquema classificatório para os fenômenos considerados ambíguos pela coletividade para que estes não alterem a ordem e a lógica do pensamento e, conseqüentemente, a ordem social. Podemos até mesmo afirmar que pureza e impureza constituem uma polaridade fundamental no sistema de crenças e de atitudes religiosas, uma vez que “através deles os padrões simbólicos são executados

e publicamente manifestados. Dentro desses padrões, elementos díspares são relacionados e a experiência díspar assume significado” (DOUGLAS, 1976 : 13).

Assim, nas reuniões e correntes buscava-se limpar o corpo e o espírito do fiel, libertando-o dos males que o afligiam e, conseqüentemente, afastando-o de todos os perigos (representados pelas doenças, desemprego, problemas emocionais e familiares). Nestes rituais era imprescindível que o fiel, em particular, e o grupo, como um todo, acreditasse que no momento da reunião e por intermédio das orações do pastor iria ocorrer uma intervenção divina a favor de sua purificação (ocorrendo, desta forma, a cura, a prosperidade, a libertação) – e contra aquilo ou aquele que lhe causava sofrimento e aflição. Aliás, conforme FRY & HOWE (1975), o discurso pentecostal, assim como o umbandista, está fundado no combate das situações de desespero, ou seja, dos momentos em que o indivíduo está completamente envolvido em problemas relativos à saúde, finanças e afetivos, aparentemente sem qualquer solução. A explicação para o relativo “sucesso” do pentecostalismo brasileiro está, segundo estes dois autores, na busca do controle e resolução destes problemas.

Quando perguntados sobre como se sentiam antes da conversão, os detentos utilizaram categorias que caracterizam o “antes” como um período marcado por dificuldades e angústias; segundo os detentos eles se sentiam “vazios” (a categoria mais recorrente) e também: “incompleto”, “solitário”, “inútil”, “um peso para sociedade”, “atribulado”, “triste”, “péssimo”, “oprimido”, “angustiado”, “fracassado”, “frustrado”, “um trapo”, “imundo”, “um lixo”, “perdido”, “sem esperança”, “sem nenhuma perspectiva de vida”, “um morto ambulante”. Penso que as categorias por eles utilizadas para se referirem ao período de suas vidas que antecedeu a conversão são, por si só, explicativas de como o antes é retratado negativamente pelos detentos. Contudo vale notar como estas categorias estão imbuídas da idéia que um sentido para as suas vidas estava ausente (daí a sensação recorrente de vazio interior) o que, por sua vez, explica a **poluição** (envolvimento com drogas, bebidas e crime) e a ausência de perspectivas futuras.

O depois é pintado com cores mais alegres: a maioria afirma ter percebido mudanças em sua vida e com relação a sua família; alguns detentos afirmam inclusive que o convívio com outros detentos e com os funcionários foi alterado, para melhor. Apenas para ilustrar, trago aqui uma resposta que sintetiza as demais: “Então eu vejo a minha conversão neste sentido: **eu era um zero e hoje sou um servo de Deus**; que até então eu não tinha nada e Deus me deu tudo, me deu uma família, me deu uma casa, enfim, me deu uma nova vida. Então minha conversão eu vejo nesse sentido: passando daquela pessoa que eu era, **que vivia no lamaçal, no pecado**. Até a pessoa que eu sou hoje.” (Raul, entrevista, 24/10/1999).

Vale retomar aqui a fala do Pr. Jorge, que apresentei no primeiro capítulo. Ele mencionou a importância da conversão como um meio de expulsar os demônios que provocariam, de acordo com sua visão de mundo, os males e as doenças. Nos “testemunhos” que ouvi, o “mal” sempre surgiu como efeito do “afastamento de Deus” e raras vezes os convertidos apontaram explicitamente as ações demoníacas como justificativas para seus delitos. Tampouco, quando questionados sobre as atividades das diferentes igrejas nas unidades, mencionaram que elas produziam exorcismos e curas. Minha hipótese para explicar porque estes convertidos ao pentecostalismo não explicitaram em seus “testemunhos” um traço fundamental de seu sistema de crenças (Cf. dentre outros: ROLIM, 1980, 1985; DROOGERS, 1992; MENDONÇA, 1992; BIRMAN, 1997; MARIZ, 1997) é o fato da maioria dos detentos que participaram desta pesquisa pertencer a igrejas mais “tradicionais”, onde o valor atribuído à cura é menor que as igrejas “neopentecostais”

3.3 Os “sinais”

A crise não era, no entanto, necessariamente o primeiro passo para a conversão religiosa. Em alguns casos, este momento crítico foi compreendido como um momento em que se sente uma “força sobrenatural” porque o detento já teve, em outros momentos, sinais da presença divina. Henrique, por exemplo, batizou-se na CCB aos 12 anos após perceber, ou de acordo com a lógica destes fiéis, “receber” alguns destes sinais:

“Eu tinha 12 (doze) anos de idade quando desci nas águas do santo batismo. Naquela tarde Deus chamou oitenta e uma almas e me recordo que fiquei um tanto desinquieto e uma voz falava no meu coração: 'cumpra com o mandamento que ensinei a seus pais'. Depois de haver obedecido, senti uma paz muito grande na minha vida, e esta paz permanece até ao dia de hoje. (...) Então em toda a minha infância e juventude foi vivida dentro dela [da religião]. Embora estando dentro de um presídio eu não procurei me afastar, antes, eu procurei assistir os cultos com mais frequência, pois são através dos cultos que Deus fala com as nossas necessidades, nos dá paz espiritual, nos anima e nos fortifica.” (Henrique, questionário, 24/09/1999).

Outro exemplo foi-me dado por Joaquim. Este detento fez um relato de sua trajetória, segundo ele, sempre “com um pé no mundo e outro na igreja” até o momento em que decidiu optar pela segunda. Joaquim definiu a conversão como “uma certa ocasião que chega na vida e você tenta descobrir outras razões, certos sentidos para ela a partir do momento que vê que tudo aquilo que você tá vivendo é perda de tempo. Eu acredito que eu tive tudo no passado, né, antes de ter vindo, antes desta situação de estar

preso”. Como mencionado na apresentação dos detentos, Joaquim provém de uma família protestante, no caso, adventistas. Entretanto, o batismo, a frequência aos cultos e a educação no sistema de ensino adventista não significava para Joaquim um vínculo maior com sua igreja.

Um dia, após uma briga com uma das irmãs, Joaquim “sentiu” algo diferente:

“[depois da briga] eu dei uma olhada e tinha uma Bíblia na cabeceira da minha mãe, [ela] sempre andava com uma Bíblia com ela, ela lia e lê direito. Daí eu peguei e falei: ‘se não fosse por causa dessa Bíblia’. **Naquele instante parece que houve uma mudança assim em mim, sabe um tipo de mudança, eu mudei meu jeito de falar assim, eu senti uma coisa diferente dentro de mim, uma coisa que nunca tinha acontecido antes.** E senti aquilo, sabe? Daí eu saí e fiquei pensando em tudo que vivi no passado, tava com dezanove anos. (Joaquim, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

Na delegacia, sentindo-se ameaçado, Joaquim apela por uma intervenção divina, conforme seu relato que transcrevo abaixo:

“Até que finalmente fui preso. Depois de estar preso, já não tinha mais nada para recorrer, não tinha mais aonde. Daí comecei a orar, a pedir a Deus para me ajudar, para mudar de vida, para me transformar. (...) Aconteceu que na delegacia um dos nomes que estava cogitado era o meu. Tinha que ficar uns dez minutos correndo naquele corredor, levando cacetada uma atrás da outra. Na hora quando falaram, assim, só escutei meu sobrenome. Daí eu fiz uma oração ali, porque na hora eu estava ali numa situação pelado, humilhado, todo mundo estava na mesma situação que eu. Ai orei fervorosamente pedindo para Deus me ajudar, para enfim ele me livrar daquela situação, que eu seria uma nova pessoa. E me deixaram, pegaram os outros e eu passei em branco. (...) Lia Bíblia, fiz um propósito de ler ela todo dia, sabe, mas sempre meio termo até que cheguei na Penitenciária e aos poucos assim fui procurando a igreja, fui indo até ela e pedindo cada dia mais força” (Joaquim, entrevista, 29/10/1999).

Foi a partir daquele momento que Joaquim afirma ter decidido retornar sua trajetória religiosa. Esta peculiar combinação entre crise e êxtase é uma das características dos relatos de conversão religiosa. Trago, neste sentido, o “testemunho” de Andrade (IASD), citado pelos demais presos e funcionários como um exemplo de um homem que “era perigoso” e hoje é respeitado, pois “realmente se converteu”. Andrade contou ao grupo que se converteu em agosto de 1985, após uma tentativa de fuga: “[tinha sido] baleado 3 vezes e [estava] no confinamento, sem qualquer socorro médico, já em estado de terrível dor e aflição. Resolvi naquela cela escura pedir auxílio em oração a Deus e por incrível **senti alívio para as dores.** E no dia seguinte fui levado para o hospital onde ficou claro que foi Deus que me ouviu.” (Diário de campo, 25/10/1999 – negritos meus).

Também vale retomar a experiência de Silvio (IURD). Sua conversão também se deu “no momento de grande aflição e angústia, [quando ele se] encontrava no fundo do poço. Me deparei com uma força

sobrenatural e uma **voz muito suave** me dizia: ‘Vinde a mim’. S. Mateus 11 – 28⁸. Jesus, meu único e verdadeiro Senhor da minha vida.” (Silvio, questionário, 24/09/1999 – negritos meus).

Para finalizar estes exemplos sobre o recebimento de “*sinais*”, trago o “*testemunho*” de Renato (AD). Após a sua conversão, anunciada na capela da Assembléia de Deus na PCE, Renato afirmou que se “*desmanchou*” em lágrimas: “ *senti assim uma coisa, parece que **tirei assim um peso**, uma coisa assim tremenda que tava sobre meus ombros, sobre minhas costas e aquilo parece que ali, é o cumprimento da Palavra de Deus. Sabe, foi derramado, foi despejado o fardo pesado e abracei aquele fardo leve e suave de Jesus Cristo. E olha, as coisas foram acontecendo de forma tremenda, sabe, que não tem nem explicação*” (Renato, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

Todos os detentos – em maior ou menor grau - experimentaram o contato com o divino através de visões em sonhos (como Felipe e Fábio, que apresentarei adiante), vozes e toda uma gama de sensações – como calores, tremores, calafrios - que, antropologicamente, podemos explicar como efeitos de uma operação simbólica que os envolve. O pioneiro a compreender as estreitas relações entre os aspectos social e psicológico foi Mauss. Conforme o autor, o psicológico está subordinado ao sociológico: “as duas ordens não estão em um relação de causa e efeito (...) mas que a formulação psicológica é apenas uma tradução, no plano do psiquismo individual, de uma estrutura propriamente sociológica” (LÉVI-STRAUSS, 1974 : 7). Lévi-Strauss (1967) e Turner (1974; 1980), apenas para citar alguns autores, seguem as indicações de Mauss e compreendem como alguns fenômenos fisiológicos são produzidos a partir de contextos sociais peculiares. Ambos os autores, por vias distintas, demonstram como a eficácia simbólica dos ritos está diretamente associada à crença compartilhada (do fiel, do oficiante do culto e da platéia) e à manipulação da situação social. Ainda que Joaquim não estivesse participando de um ritual, como outros detentos, é preciso levar em consideração sua trajetória religiosa e todos os significados religiosos internalizados que vieram à tona no momento de crise.

3.4 “Aceitei Jesus!”

Para alguns detentos, a conversão religiosa seria definida como um evento que se dá num momento especial e é definitiva. Este é o caso de Renato: “(...) Como o nosso amigo aqui, Joaquim, disse, há conversões por etapas, há. Mas também há conversão instantânea. No meu caso, eu estou há três anos convertido. Eu **dobrei um joelho** de uma só vez e aceitei a Jesus e nunca mais... eu não consigo nem [me]

⁸ “Vinde a mim, vós todos que estais aflitos sob o fardo, e eu vos aliviarei” (Bíblia Sagrada).

imaginar, sabe assim, longe das coisas de Deus, não consigo me projetar num futuro próximo ou mais distante sem ser pela vontade de Deus”. (Renato, 29/10/1999 – negritos meus).

A conversão anunciada por Renato como “*instantânea*” pode ser explicada, em parte, pela significativa experiência sensorial produzida no momento que ele decide “*aceitar Jesus*” na capela da AD; em parte pelo repertório religioso que orientava sua visão de mundo e fez com que atribuísse novos significados a episódios que constituem sua trajetória de vida - o que Mafra (1998) e outros autores compreendem como “*reconstrução biográfica*”.

No entanto, é possível rastreamos o processo que antecedeu esta decisão e que culminou com Renato “*dobrando os joelhos*”.

“ (...) a conversão não foi naquele exato momento, mas ali que iniciou, ali que foi plantada uma semente que veio a nascer num curto espaço de tempo. Então eu me encontrei numa hora assim, sabe, desci no mais baixo que um homem pode descer. Foi naquele momento, lá na liberdade, não estava ainda dentro do camburão, mas já estava algemado. Eu sabia da gravidade da natureza do crime, sabia que era um crime hediondo, seqüestro é um crime assim, sabe, a gente enfrenta um desafio desde o primeiro momento até a última hora, é uma coisa que você pratica, você desafia a sociedade e depois amarga uns anos com a polícia.

(...) Eu nesta situação, ali, caído no chão, com os policiais pisando, pisando literalmente falando, pisando mesmo, não é figura de linguagem não. Ai, naquele momento eu falei comigo mesmo: ‘Senhor, eu sei que você existe... A minha vontade neste momento é de morrer, pra não ver, eu não sabia se ia ter estrutura pra passar com todas aquelas etapas que eu ia ter que passar. Mas se o Senhor me quiser vivo, se eu valho alguma coisa, o Senhor vai mudar a minha vida a partir desse momento, o Senhor vai transformar a minha vida.’” (Renato, entrevista, 29/10/1999).

O “*aceitar Jesus*” também está relacionado ao “*entregar-se nas mãos de Deus*”. A conversão religiosa enquanto um processo estratégico configura novas práticas discursivas. A adoção de novos códigos de crença supõe que o fiel adote novas regras de conduta, com relação ao plano divino e com relação a atuação dele neste mundo. Uma situação observada que explicita esta nova postura frente ao mundo e neste contexto específico que é a prisão é a postura dos detentos com relação ao exame criminológico. Como discuti anteriormente, muitos detentos afirmaram que tinham “*entregue nas mãos de Deus os seus exames*”, compreendendo que é esta atitude que faria com que tivessem avaliações positivas e ganhassem benefícios. O (detento) convertido depositava confiança no plano divino e buscava, na “*justiça dos céus*”, discernimento para agir com relação à “*justiça dos homens*”. Conforme “*testemunho*” de Silvio: “*quando eu encontrei o caminho certo foi através dos mandamentos de Deus. Pra melhorar justamente a minha posição aqui na terra, não para a sociedade, não me importa a sociedade, o que importa é minha salvação. A sociedade não importa, a própria sociedade pregou Jesus na cruz*”.

É interessante notar como o render-se, aqui, significa submeter-se a uma vontade divina que (re-)significa as regras jurídicas:

"A partir daquele momento aí parece que uma coisa, assim, sabe Eva, foi renascendo assim, eu fui buscar novamente força e energia pra me suportar tudo o que vinha pela frente, inclusive as palavras. Sabe, as palavras vieram de um sentido (...) pra mim começar a me defender, apesar do erro, apesar das circunstâncias, apesar das evidências, apesar de tudo. Mas eu não podia me entregar daquela forma, sabe? Aí eu consegui força. Falei pra mim: 'quer saber de uma coisa? Eu não vou falar nada pra eles. Não vou confessar nada. Eu não vou colaborar em uma vírgula, apesar das circunstâncias, o que tinha de acontecer já aconteceu, agora daqui pra frente é o seguinte: eu vou fazer meios de mais a frente poder me defender'. E busquei essa força e consegui isto, a partir daquela hora, sabe, eu assim não sei aonde, bom, foi de Deus, né?" (Renato, entrevista, 29/10/1999).

Ao optar por não depor, Renato não estava apenas tendo seus direitos assegurados (mantendo-se calado para só falar acompanhado por um advogado), como transferindo para outra instância o julgamento dos seus atos. E adotando o repertório religioso para compreender estas ações, o detento atribuiu novos significados para os delitos; eles estavam previstos por Deus como um meio de fazer com que ele descobrisse o "verdadeiro caminho".

3.5. Uma "caminhada" prevista e tortuosa

Seguindo a lógica de que "Deus escreve certo por linhas tortas", "aceitar Jesus" não significa, portanto, estar à salvo de cometer "deslizes" e/ou sofrer "quedas" em sua trajetória de convertido, dentro ou fora dos limites da penitenciária. Joaquim, por exemplo, comenta que "lá fora" era difícil manter-se como convertido. Após o "sinal" recebido,

"por um tempinho eu dei uma melhorada na minha vida. Aí fui um pouco na igreja, mas logo em seguida se mandei. As vezes a gente se converte assim, sabe, e logo em seguida quando facilita as coisas, aí fica tudo fácil, a gente abandona, não mantém aquela vida diferente. Logo em seguida eu fiquei bêbado. Tomava assim, coisas que eu digo, tomava bastante whiskey, cerveja não gostava muito. Então ia ao mercado, fazia uns cambalacho e comprava bebida, comecei a fumar. Tive alguns problemas". (Joaquim, 29/10/1999 – negritos meus).

Outros detentos pesquisados afirmaram em seus "testemunhos" que os delitos cometidos e/ou pelos quais foram acusados e estavam detidos aconteceram num curto período que "deslizaram na fé" e se afastaram da "vida cristã". Felipe (IMF), por exemplo, mesmo sendo "evangélico de berço", cometeu deslizes:

"Esta retomada foi aonde eu deslizei, aonde eu parei, no caso. Eu tinha 27 anos quando eu parei., mas parei por um período muito curto, sabe? Eu não tive tempo de, graças a Deus, conhecer todos os prazeres mundanos da

vida, vida de vícios, drogas, uma vida, digamos, totalmente desligada de Deus, sabe? O tempo que eu tive participando de coisas desagradáveis a Deus, sabe, foram coisas rápidas e perigosas, coisas que poderiam me levar até a morte. Então não tive tempo (...) de me aprofundar na vida do crime, drogas, vícios em geral. (Felipe, 29/10/1999).

Da mesma forma que existem “barreiras mundanas” que se interpõem à trajetória de conversão “lá fora”, a “batalhá” continua “ali dentro” da unidade penal. O “testemunho” mais exemplar, neste sentido, é o de Renato. Como já comentei anteriormente, no momento da prisão Renato sentiu “algo diferente”, que faz com que ele decidisse não depor. Renato permaneceu três dias na delegacia do grupo TIGRE, sendo posteriormente encaminhado para a Delegacia de Anti-tóxicos, antes de seguir para o COT e PPC.

Na PPC, Renato contou que “balançou” novamente, esquecendo o “compromisso” assumido no momento da apreensão pela polícia. Um indício deste “balançar” é seu envolvimento com atividades “mundanas”: por ter um curso de arbitragem - possivelmente cursado ali na unidade, durante o cumprimento de outra pena - era constantemente chamado para apitar partidas de futebol dos times de detentos. Outros agravantes para este “balançar” eram os convites recebidos de outros detentos para que ele participasse de planos de fuga.

O compromisso só foi cumprido quando Renato um dia levantou “decidido”; sentindo a necessidade de “*ter um lado espiritual na minha vida, porque eu tô perdido, tô totalmente vagando por aí*”. Foi até a capela ecumênica, onde encontrou o “mestre” responsável por uma das igrejas, que estava organizando um coral. Como Renato já havia estudado um pouco de teoria musical, resolveu participar do grupo composto por detentos de diferentes denominações religiosas, incentivado por Leandro (IASD).

Provações, como estas, são recorrentes. Aquilo que os **convertidos** entendiam como o preconceito da “*massa carcerária*” e dos funcionários por eles serem “*evangélicos*” também seria uma provação a ser enfrentada quotidianamente na prisão. Joaquim, por exemplo, demonstra nas entrelinhas de seu discurso como a condição de convertido pode adquirir um valor negativo junto à “*massa*”. Conforme Joaquim,

*“Todo este tempo que eu estou não foi um mar de rosas, sempre com dificuldades e situações assim que se não procurasse a orientação de Deus poderia ter feito coisas, alguma coisa que me atrapalharia aqui. Eu sei que se não procurasse sempre ele, se não tivesse ele sempre comigo, constantemente eu vou estar em desavença como outros. **Porque muitas pessoas aqui não respeita a gente como religioso, eles acham você como covarde, como medroso, como isso, como aquilo. Então é isso que eu quero pra mim, muitas vezes você tem que [se] defender naquilo que você acredita.** (...) Nem todos aqui são amigos, muy amigos. Até mesmo dentro da igreja existem divergências, não aceita aquilo que você fala, muitas vezes não abertamente, mas longe de você.”* (Joaquim, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

Cabe ressaltar que os “deslizes”, as “quedas” e os “balanços” parecem fazer parte, de acordo com os detentos, de uma “providência” divina. Conforme Heitor (IIGD), sua conversão se deu porque Deus assim o quis: “Não procurei Jesus Cristo, ele é quem me procurou e me achou. Naquela época eu estava no fundo do poço e o Senhor Jesus Cristo me ajudou a sair dele. Eu quero servi-lo até o fim da minha vida” (Heitor, questionário, 24/09/1999).

Os deslizes, portanto, seriam provações necessárias para o fortalecimento da fé e ao mesmo tempo para o fortalecimento do “eu” perante Deus e os homens. A providência divina pode ser percebida, por exemplo, no momento em que o detento é preso ou transferido de delegacia ou unidade:

“Daí eu tô ensaiando, era meio-dia me chamaram. Era um papelzinho da Penitenciária Central do Estado. O pessoal ficaram triste, poxa vida, né? [eles devem ter pensado] Tava começando a encaminhar, agora vai chegar lá na Penitenciária e vai se perder totalmente, nunca vai conseguir ajudá-lo espiritualmente. Mas foi uma providência de Deus, sabe? Eu cheguei aqui numa quinta-feira à noite, era umas sete e meia, oito horas. Chegou sexta-feira, eu fui no pátio, conversei com algumas pessoas que já conhecia e no sábado, quando as pessoas vieram ali convidar pra ir à igreja, eu fui.” (Renato, entrevista, 29/10/1999).

3.6 Família

Ainda de acordo com os detentos pesquisados (em especial os **convertidos**), neste plano divino no qual a prisão está inserida como tempo e espaço de provações, descoberta do “verdadeiro caminho” e fortalecimento da fé, também está inscrita a família como um elemento recuperador do detento. Em diversos “testemunhos” pude ouvir o quanto era valorizado pelos detentos a presença da família neste processo de conversão: alguns detentos afirmaram que a conversão religiosa – e/ou a “retomada” da trajetória religiosa – reaproximou-os de valores aprendidos na infância e adolescência, junto à família.

A referência que Fábio, por exemplo, fez sobre a ausência de uma “cultura evangélica” na infância e adolescência está diretamente relacionada à ênfase dada por Felipe ao fato de ser “evangélico de berço”, momentos antes do “testemunho” de Fábio. A família tanto é um ponto de referência para o “retorno” como, no caso de Fábio, uma justificativa para o tempo que ele passou “afastado de Deus”, já que seus pais eram católicos não praticantes.

Para outros detentos, a conversão religiosa surgiu como uma situação de (re)aproximação dos familiares; em alguns casos, a conversão religiosa do detento implicava, também, na

conversão religiosa de membros de sua família. Por exemplo, abaixo transcrevo o diálogo que Renato teria tido com sua esposa no dia seguinte a sua conversão:

“Chegou no Domingo eu falei pra minha esposa. Minha esposa não gostava de crente, é engraçado, os crente era tudo, era muito fanático, não sei o que, blá blá, blá, blá. Eu falei:

- Pois é, tenho uma coisa pra te contar. Eu me converti. Isso já no dia seguinte.

- Como assim?

- É, eu fui na igreja ontem e lá aceitei Jesus e eu quero mudar de vida, não quero mais saber de nada errado na minha vida, quero uma transformação total na minha vida’

- Cê tá brincando?

- Não, é verdade mesmo, não é brincadeira não.

- E agora, o que nós vamos fazer?

- Ou eu vou levar você pro céu junto comigo ou você vai me levar pro inferno, né? Vai ter que escolher agora!’. *Aí, falei: olha, faz o seguinte, lá na Cândido de Abreu, número tal, assim, assim, tem a igreja evangélica Assembléia de Deus.*

- Eu sei onde é...

- Então, você, às quartas feiras (*eu já tinha me informado*) tem culto de libertação. Você vai lá, conversa, as pessoas vão poder te ajudar. Vai lá ouvir pelo menos e pensa em tudo isso. Ou nós vamos estar, vamos ser felizes juntos, apesar das circunstâncias, ou sei lá o que vai ser a nossa vida, vai ser uma destruição daqui pra frente.

Pois uma semana depois, ela também se converteu e hoje já estamos indo pra quatro anos. Estamos muito felizes, tanto eu como ela. Ela já faz parte das missões de Jerusalém, ajuda na obra, me ajuda aqui também e somos felizes. Deus tem nos dado coisas assim, olha, tremendas. Até não estou falando pra me vangloriar, me engrandecer, porque toda a honra e toda a grandeza vai pra Deus, nós somos simples instrumentos nas mãos dele, mas Deus tem nos abençoado, sabe assim ... E nós conseguimos conquistar, conseguimos ganhar. E tem ocorrido constantemente no nosso dia a dia, certo? Somos felizes, somos assim alegres, temos conseguido testemunhar desta forma e este testemunho tem feito que muitas pessoas venham a se converter como o caso dele [apontando para Ernesto]”. (Renato, entrevista, 29/11/1999).

Como a esposa de Renato, a de Fábio também se tornou missionária após a conversão do marido. A conversão implica, portanto, na construção e consolidação de uma vasta rede de sociabilidades e lealdades. Cabe observar que esta rede não era circunscrita aos limites do presídio nem limitada às relações de parentesco. O estabelecimento de vínculos sociais e afetivos entre os detentos também não era algo exclusivo aos convertidos, mas o que me parece central, no caso deles, é como a religião atribuiu um sentido às relações produzidas no espaço específico da prisão e “no mundo”, de uma forma mais ampla. Exemplo disto pode ser encontrado no próprio “testemunho” de Raul (IASD), como veremos abaixo:

*“Então conversão pra mim é tudo isto aí, foi uma mudança de vida geral, pela vida que eu tinha e pela vida que eu tenho. Houve todo um processo, né. Quando cheguei do Rio Grande do Sul, eu vim só com a roupa do corpo, não tinha nada, sem família, longe da família, vim completamente sem nada, só eu mesmo e Deus, né. E aí teve todo aquele processo: **arrumei uma companheira, constituí família graças a Deus né, então fui abençoado. Então eu vi o poder de Deus operando na minha vida, me dando tudo aquilo que eu não tinha. Hoje, graças a Deus, eu tenho uma esposa, tenho uma família, tenho uma casa pra quando eu sair daqui ir morar, Isso até então eu não conhecia, então eu só tenho a agradecer a Deus pela mudança na minha vida. (...)** A partir do momento que a gente percebe que Jesus é o sentido da nossa vida, as coisas vão acontecendo ao natural. As pessoas vão automaticamente se aproximando, vai encontrando amigos verdadeiro,*

isso é toda uma transformação, um processo que é automático. (...) consegui normalizar a minha vida de um modo geral”. (Raul, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

3.7 Evangelização, “chamado” e “missão”

Outro aspecto que pareceu fazer parte do processo de conversão religiosa é a idéia de evangelização e também a idéia de missão. A partir dos relatos obtidos, penso ser possível distinguir estas duas atividades que, a princípio, dizem respeito a uma mesma prática litúrgica: a “*pregação da Palavra*”. De acordo com a tradição protestante, todo e qualquer fiel tem a possibilidade de se transformar num “*pregador*”, ou seja, ser um **anunciador** do discurso religioso. Daí parece decorrer a importância concedida aos “*testemunhos*” que se intercalam às orações durante os cultos (veiculados ou não através de mídia).

Para os detentos convertidos a permanência no pátio não assumia apenas o significado de descanso e socialização, como parece ser para os demais detentos; para os diferentes grupos de detentos de orientação pentecostal, a permanência no pátio estava associada, fundamentalmente, à pregação dos Evangelhos, aos “*testemunhos*” e ao “*arrebanhamento*” de novos fiéis para suas igrejas. Para ilustrar a eficácia destes testemunhos que transformavam os detentos convertidos em agentes religiosos de extrema importância para a constituição e consolidação dos grupos religiosa na instituição penal, trago o testemunho de Raul.

O exemplo de outros detentos que haviam se convertido durante o cumprimento de suas penas, acentuou as dúvidas de Raul e seu desejo de mudança:

*“E aí comecei a olhar meus irmãos, vê o jeito deles, né? Inclusive eu já falei pro irmão Lucas [referindo-se ao Renato], eu me espelhei muito nele pra minha conversão, a maneira dele ser. Eu ficava me imaginando. ‘Quem eu sou neste mundo? Será que eu quero ser como o irmão Lucas, que tem uma vida, assim, transmite aquela alegria, aquela felicidade, ou será que eu quero ser eu, brigão, violento, revoltado, enfim uma série de coisas?’. Daí eu parei e pensei, pensei muito na vida, até então eu não tava de castigo⁹ que nem o irmão Mateus [apontando para Ernesto] colocou que tava numa cela de castigo, então eu parei e pensei: ‘eu tenho que mudar’. Então a conversão na minha vida foi esta mudança, ou seja, de um lado ruim, de um lado vazio pra este lado que eu estou hoje, que é servir a Jesus Cristo e, graças a Deus, muito feliz por isso. **Então a minha conversão foi através do testemunho do irmão Lucas, do irmão Andrade, dos demais irmãos que veio a ser a minha conversão.**”* (Raul, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

Os “*testemunhos*” de Renato (acima mencionado como Lucas) e de Andrade, por exemplo, foram determinantes na opção religiosa de Raul. E mais que isso. É interessante pensarmos o

quanto estes “*testemunhos*” podem ser lidos como momentos privilegiados de transmissão dos saberes e de uma ética religiosa. O relato de Raul é importante para ilustrar o quanto é significativa a atuação dos agentes religiosos internos e para relativizar a importância dos agentes religiosos “externos”. Os pastores e obreiros que visitavam os detentos regularmente eram agentes que legitimavam o que os detentos convertidos realizavam quotidianamente.

As respostas obtidas nos questionários aplicados neste grupo confirmam a atuação constante dos detentos convertidos junto aos não convertidos. A maioria lia trechos da bíblia para outros detentos (apenas um detento respondeu que nunca lê; oito detentos responderam que lêem a bíblia sempre que possível e cinco que fazem isto todos os dias) e já convidou outros detentos para participarem dos cultos de suas igrejas. As respostas demonstram ainda que a maioria dos convidados aceitou o convite e passou desde então a frequentar a mesma igreja. Todos os detentos deste grupo dividiam cela com outros detentos convertidos, não necessariamente da mesma igreja que eles; todos os quatorze detentos também afirmaram conversar sobre religião com seus companheiros de cela e com outros detentos.

Ao mesmo tempo que todos podem anunciar os ensinamentos bíblicos e testemunhar “*o poder de Deus sobre suas vidas*”, alguns seriam “*escolhidos*” para organizar a “*comunidade*” de fiéis. Estes convertidos receberiam um “*chamado*” não apenas para se integrar ao grupo religioso, mas também receberiam a “*missão*” de conduzi-los. Neste sentido, trago para ilustrar o que Renato “*testemunhou*”:

“ À chegada lá na igreja, encontrei o pastor. (...) Lá numa época atrás ele me cercava, sabe, falava pra mim: ‘Olha, Deus tem um plano pra tua vida, não adianta querer fugir, não, porque Deus ainda vai pegar você’. Oh, tá bom, a hora que chegar na hora, eis-me aqui. Sabe, acredita que naquele dia ali, vi o João, vi o Valdir – um rapaz que até já faleceu - e mais algumas pessoas e ali observando a minha processual jurídica. Uma situação difícil, eu peguei dezoito anos de condenação, peguei vinte e dois a princípio, daí numa apelação do tribunal consegui ganhar quatro, ficou em dezoito. Sentença integral fechada, sem direito a nenhum benefício por causa do crime hediondo. E eu pensando ‘puxa vida, trinta e seis anos de idade, dezoito anos de condenação. Puxa vida, o que será da minha vida agora, daqui pra frente, como é que vai ser?’. Daí eu vi o brilho de Deus naquelas pessoas, sabe, pessoas ali elegantemente vestidas e alegres e felizes ali, indo lá cantando, outros lá dando testemunho e glória a Deus e aleluia. E as pessoas ali, ‘puxa vida, mas ser crente eu acho que é muito bom, porque estas pessoas estão felizes, eu acho que preciso desta felicidade pra mim também’. Fiquei ansioso ali aguardando a hora do apelo, sabe onde o pastor falou: ‘quem quer aceitar Jesus?’, eu fui o primeiro a dobrar o joelho, sabe?” (Renato, entrevista, 29/10/1999 – negritos meus).

O “*testemunho*” de Felipe acrescenta outros elementos para pensarmos sobre estas associações. Pedi a Felipe que ele relatasse em que momento e/ou de que forma ele recebeu o

⁹ “*Estar de castigo*” significava estar detido numa cela de segurança máxima.

“chamado” para ser pastor. Foi então que Felipe relatou a visão reveladora que teve aos 15 anos de idade, fundamento para a constituição da Igreja Missão Final, na PCE.

“Quando se trata de um trabalho novo, de um ministério novo como o nosso, então é uma coisa assim realmente vem de Deus, não vem de sonhos, não vem de idéias de segundos nem de terceiros. No meu caso, por exemplo, foi mais uma visão de Deus, né, eu tive uma visão, mas isso aqui não é de agora também.

Eu tinha 15 anos de idade, morava com meus pais, frequentando a AD e Deus me levou a um certo lugar, um monte chamado Morro do Mato. E, nesse lugar, Deus me levou em visão até este lugar, onde lá eu cheguei em cima do monte e comecei a preparar um altar. Comecei a juntar pedras, lá em cima (na visão) e fazer um altar. Então eu com a minha bíblia, abri a minha bíblia e coloquei aberta sobre o altar. E ali eu dobrei meu joelho diante do altar, levantei as minhas mãos e quando eu ergui a minha voz, um raio do céu desceu em forma de pirâmide e envolveu a mim e o altar, sabe, e com este envolvimento daquela claridade, daquela luz vindo do céu, desceram dois seres de branco e se posicionaram à minha direita e a minha esquerda, junto com a luz, sabe?” (Felipe, entrevista, 29/10/1999).

Felipe relatou que depois de ter esta visão, contou tudo a sua mãe, que teria então lhe dito que a visão que ele acabara de ter era um “ministério”, isto é, um dom oferecido por Deus, como o “louvor”, a “pregação da palavra” e o “evangelismo”. A mãe recomendou uma conversa com o pastor responsável pela AD, que confirmou que a visão que Felipe tinha tido era um “*ministério de Deus*” e que Felipe deveria, a partir daquele momento, procurar aprender mais sobre esta missão.

A visão de Felipe foi interpretada por ele, sua mãe e pelo pastor como um dom divino e transforma-se, como o fato de ter “nascido em berço evangélico”, num elemento legitimador da sua posição como dirigente de uma igreja de orientação pentecostal. Sua iniciação precoce nos saberes religiosos, a prática contínua como fiel da AD e a visão reveladora aos 15 anos fizeram de Felipe um detento capacitado para **anunciar** o discurso religioso. Sigo com o “*testemunho*” de Felipe:

“Então dali pra cá eu tenho buscado, eu tenho pedido, mas lá na liberdade, lá fora, não se ajeitava nada assim pra dar início. Não havia iniciativa nem mesmo pra começar. Aonde eu tive iniciativa? Quando eu caí neste lugar. Despertou em mim, sabe, este desejo muito grande de colocar em prática aquilo que Deus havia me dado há quinze anos atrás, sabe? (...) E é realmente a Missão Final que Deus colocou na minha mão. Um ministério novo, tudo novo, portanto obreiros novos, não temos obreiros de outros ministérios nenhum. (...) Deus tem falado conosco, tem confirmado, a consagração de obreiros para trabalhar comigo, porque Deus nunca levanta ninguém pra fazer a obra sozinho.” (Felipe, entrevista, 29/10/1999).

Esta nova denominação religiosa seguia os mesmos princípios e procedimentos litúrgicos da AD, como pude observar no encontro ecumênico realizado na PCE e organizado com o auxílio da equipe de professores da escola (e que o próprio Felipe reconheceu ser semelhante). A

Igreja Missão Final constituída na PCE foi então interpretada como a concretização do "verdadeiro" significado da visão ¹⁰.

Outro detento que também recebeu a missão de organizar uma nova "obra" é Fábio. A prisão e a conversão ocorreram, de acordo com Fábio, no ano de 1992, quando ele já residia em Curitiba. Até então Fábio afirmou que tinha "ódio de crente". Em parte, como já mencionei anteriormente, por Fábio não ter herdado dos pais uma "cultura evangélica"; em parte pela convivência com Rômulo, pastor da Igreja Deus é Amor e que, de acordo com Fábio, era um "crente que [o] perturbava muito". Rômulo o "maltratava" Fábio, dizendo-lhe que "os pernambuco não valia nada". Fábio, sentindo-se ofendido, afirmou que também respondia os insultos com palavras ofensivas. As constantes discussões culminaram numa briga entre os dois homens, com Fábio correndo atrás do vizinho com um pedaço de pau para surrá-lo. O clima de animosidade entre os vizinhos continuou após este episódio.

Meses depois Fábio foi preso e permaneceu incomunicável durante uma semana. Segundo o detento, este é um procedimento usual da polícia - o que, no entanto, penso estar relacionado ao tipo de acusação feita em seu caso: estupro. Nestes casos, era comum que os detentos "peçam seguro" ou que os próprios funcionários detenham o acusado numa cela de segurança máxima, isolada do "convívio" e das possibilidades de agressão física.

Passados os dias de isolamento, Fábio recebeu a visita do vizinho pastor.

"Eu fiquei oito dias desaparecido porque a pessoa quando é presa a família não sabe... foram, me pegaram, me levaram pra lá e me colocaram em um cubículo e ali eu fiquei isolado oito dias. Depois dos oito dias eu escutei uma voz no plantão, que ficava do lado assim, uma voz disse assim: 'Escute. Eu queria saber se tem um rapaz aqui, se porventura não tá preso aqui um rapaz de nome Fábio'. Ai o plantonista disse: 'deixa eu dar um olhadinha... realmente tem'. Eu conheci a voz dele, conheci a voz do pastor que quis matar. Veja só que coisa interessante!

(...) Então veja bem, aquele homem que eu peguei um pedaço de pau pra matar ele, pra maltratar ele (...) tava ali me abraçando, chorando no meu ombro, que ele ficou preocupado que viu a casa fechada, eu desapareci e ele falou assim: vou sair atrás do seu Fábio porque alguma coisa aconteceu com ele. Então a partir daquele momento que começou a nascer dentro de mim uma conversão.

(...) E quando o seu Rômulo chegou ali e eu vi ele, eu comecei a chorar, me abracei com ele e pedi perdão para ele. [e Rômulo respondeu] 'não irmão, não tem nada não, quero que você um dia seja evangélico'. E me deu um binário" (Fábio, entrevista, 29/10/1999).

¹⁰ Penso que a informação obtida junto a Fernando, o agente penitenciário da PCE responsável pelo setor religioso, pode ser levada em consideração. Conversando com Fernando a respeito dos grupos focais e mais propriamente sobre a constituição da IMF, fui informada que Felipe "não tinha muito espaço ali dentro". Ou seja: sua participação na AD era limitada; bem como as possibilidades de ascensão na hierarquia interna, fato que não correspondia às expectativas de Felipe que pretendia desenvolver o "ministério" oferecido por Deus na sua adolescência.

É interessante notar, mais uma vez, a importância da atuação de agentes religiosos na conversão de novos fiéis e na transmissão do repertório religioso. Se, nos casos apresentados anteriormente, eram os "testemunhos" pessoais que fundamentalmente reforçavam o convite para participação nas atividades litúrgicas, aqui, no caso de Fábio, foi a atitude de Rômulo que impulsionou a conversão de Fábio. O hinário simboliza o interesse de Rômulo sobre sua pessoa e, mais que isso, o valor que a "missão" porta para estes convertidos: a de superação de mágoas e a procura do bem estar do outro.

Fábio relatou que depois desta visita, "*fez um propósito com Deus*", ou seja, um acordo: Deus o tiraria daquele lugar e ele, em troca, iria se tornar um evangelista. O primeiro "resultado" deste acordo surgiu no prazo de quinze dias: Fábio afirmou ter ampliado o seu espaço de circulação na delegacia – que ele expressiu como ter saído "*de dentro da ala*" e ter tido permissão para ficar no corredor. Desde então Fábio afirma estar "*evangelizando*"¹¹.

A trajetória religiosa de Fábio inclui o batismo na Igreja Pentecostal Família do Senhor Jesus e a frequência aos cultos da Assembléia de Deus, na PCE. Mas até então, segundo Fábio, "*Deus não tinha falado (...), não tinha dado uma direção certa pra mim continuar com a obra de missão*". O primeiro "sinal" a respeito de sua missão foi recebido enquanto Fábio ainda freqüentava a AD: "*Aí quando foi um dia aqui na Assembléia de Deus falou comigo, mostrando o Pastor Felipe e o diácono João que hoje tá aí, aqui no pátio do Pinheirinho. Deus me deu uma visão que eu tinha que ir prá lá ajudar eles. Eu fui, e passei pro [ministério do] Pastor Felipe, a gente tá fazendo uma obra junto*" (Fábio, entrevista, 29/10/1999).

Após ter recebido o "sinal", Fábio passou a participar da Igreja Missão Final, junto com Felipe. Foi neste período que Fábio teve outro "sinal" sobre a sua missão. Desta vez, um sonho, de maneira muito semelhante à de Felipe:

"Quando foi agora no dia cinco de maio passado, eu tava deitado na minha cela e Deus me deu uma visão, de sonho, né?

Eu vi aqui do lado do pôr do sol, tinha uma serra, (...) tinha uma chuva caindo naquela serra, uma chuva muito bonita. Aquela água corria em cima daquela serra, assim, mas de repente uma pedra abriu. (...) voou água e barro pra todo o lado. E aquelas pedras vinha na minha direção. Aí eu me escondi, disse que dentro de uma casa. Assim quando eu saí na porta, quando eu olhei, aquelas pedras ia passando assim. Ia passando uma pedra na frente (...)

¹¹ "*Pra resumir, trabalhei no 7º DP, evangelizei durante dois anos e meio. Depois fui levado para o 8º DP numa missão, fiquei um ano no 8º DP. Fui levado pro 3º distrito lá nas Mercês, fiquei um ano e quatro meses evangelizando. Fui levado novamente pro 8º DP, fiquei um ano e quatro meses e agora por último eu vim pro 6º DP, justamente pra onde eu tinha sido preso. Nessa tramitação de sete anos, quase oito evangelizando cadeias, ganhando almas pra Jesus, cultuando o nome do Senhor. Eu fui ungido a diácono e depois fui ungido evangelista com a misericórdia de Deus. Muitas almas ganhei para o Senhor, mas até então eu acho que não fiz nada para Deus ainda. E quando eu pensava que dali eu ia sair pra ir embora, o Senhor me trouxe aqui pra PCE*". (Fábio, entrevista, 29/10/1999). Fábio não informou, no entanto, os motivos que fizeram com que ele fosse transferido de delegacias por tantas vezes.

uma pedra angular, e uma outra atrás, do mesmo modelo, do mesmo tamanho, da mesma cor. E pra trás três pedrinhas coloridas, cor-de-rosa. Eu via uma pastagem muito verde, assim, muitos animais, gados brancos.

Eu acordei e fiquei perturbado com aquele sonho. Porque aquilo ali era uma visão de Deus, não era um sonho comum, era uma visão espiritual.

Quatro dias depois eu estava fazendo uma visita a uma igreja aí e ali dentro daquela igreja eu abri a palavra. Orei e abri a palavra pra que Deus me desse um discernimento do que era aquilo. E daí quando eu abri a palavra, caiu lá no livro de Efésios, capítulo 02, versículos 18, 19 20, 21 e 22 ¹², que fala ali de Jesus, que ele é a principal pedra da esquina, a pedra angular.

Então compreendi que aquelas duas pedras que o Senhor me mostrou, vindo uma atrás da outra, na altura de três metros, revolucionando, seria um ministério que Deus estava colocando na minha mão. E as duas pedras simbolizava o Pai e o Filho e as três pedrinhas pra trás eu não compreendia o que que era. Eu fui pedir discernimento pra Deus e Deus me deu discernimento pelo livro de Mateus, Marcos e no livro de Lucas, [onde] fala das três pedras, da pedra angular e nos três livros fala que Jesus é a principal pedra.(...).

E dois dias logo após o Senhor Deus me deu um estatuto, me deu os itens e normas, me deu a placa da igreja. Eu consultei o Senhor: 'Senhor, mas eu tô no ministério do Pastor Felipe, da Missão Final, e como que Senhor coloca um ministério na minha mão? É pra abrir aqui, é pra mandar pra fora?'

Então mandei pro dirigente daquela obra que eu tava lá fora, o Bruno, um excelente dirigente, entreguei na mão dele. Ele saiu da igreja A família do Senhor Jesus e nesta semana passada ele abriu o ministério A Pedra Angular. Esta semana, com certeza, estão os papéis na mão do advogado, pra gente já registrar a obra. E está uma benção de Deus. Alugamos templo, temos já vinte membros, graças a Deus, está funcionando a obra lá fora e eu estou aqui aguardando a liberdade pelo Senhor, meu Deus" (Fábio, entrevista, 29/10/1999).

É possível reconhecer neste relato de conversão diversos aspectos comuns aos demais “testemunhos”: uma crise que desencadeia uma “vontade de mudar” alguns aspectos individuais e ao mesmo tempo, situações vividas; um trânsito religioso que obedece tanto critérios objetivos quanto subjetivos; uma conversão gradual que se confirma através de “sinais” e que orienta suas ações; reproduz uma estratégia, não necessariamente consciente, mas simbolicamente eficaz, que tem efeitos valorizados como positivos pelo próprio convertido e pelos pares que compartilham a cosmologia pentecostal.

3.8 As “mudanças”: o que se têm e o que se vê

Apesar da mudança ter sido ponto de partida dos relatos, eu deixei este ponto para o final por entender que ela é efeito de todo o processo que venho descrevendo e analisando. O “desejo

¹² “Porquanto é por Ele, que ambos temos acesso junto ao Pai num mesmo espírito. Consequentemente, já não sois hóspedes nem peregrinos, mas sois concidadãos dos santos e membro da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus. É nele que todo edifício, harmonicamente disposto, se levanta até formar um templo santo no Senhor. É nele que também vós outros entraís conjuntamente, pelo Espírito, na estrutura do edifício que se torna a habitação de Deus” (BÍBLIA SAGRADA, Epístola aos Efésios, 2 : 18 – 22).

de mudança” aparece, muitas vezes, num momento de crise e/ou na revelação no êxtase; é testado continuamente e recompensado com mudanças concretas de *status* e condições de existência.

De acordo com os convertidos, a conversão produz, sempre, mudanças. Aliás, quase todos os “testemunhos” foram iniciados com a conceituação da conversão religiosa como uma mudança - apesar de eu ter sugerido que os detentos relatassem as suas experiências de conversão e não o conceito do que é conversão.

Eis abaixo um trecho do relato realizado por Ernesto (AD), o primeiro a definir conversão como mudança:

“Para mim conversão seria uma mudança de vida. Eu tô preso há aproximadamente cinco anos, sou cristão há quatro anos. Eu tenho certeza que conversão para mim é encontro com Jesus Cristo. Há momentos na vida que a gente passa por períodos difíceis, não compreendemos o que Deus quer, nós só vamos compreender quando nós nos deparamos com situações difíceis. Por exemplo, foi preciso vim para a cadeia para saber o que é ser livre, foi preciso ficar preso para ter a verdadeira liberdade. Tem pessoas lá fora que estão presas mas não consegue ter a liberdade que temos de professar Jesus Cristo abertamente, de falar como Jesus Cristo é bom. (...) Conversão pra mim é isto: mudança de vida, uma mudança de comportamento. (Ernesto, entrevista, 29/10/1999).

O “testemunho” de Ernesto parece resumir a opinião do grupo. Os demais relatos que obtive partem, em sua maioria, da idéia de que a conversão promoveu uma mudança radical em suas vidas, como um verdadeiro divisor de águas: “Conversão é como nós havíamos mencionado, é um retorno. A pessoa está indo numa direção e de repente ele desperta, ele acorda, como se tivesse dormindo um sono profundo e de repente ele é despertado para uma coisa inovadora, uma coisa nova que surge na vida da pessoa. Então é um retorno daquela direção que estava indo”. (Renato, 29/10/1999).

Outra explicação que os detentos forneceram para me explicar o que significava o retorno ao qual eles se referiam – além de ser “o retorno do fundo de poço”, “o despertar de um sonho” – foi através da metáfora do motorista que está seguindo por uma estrada e faz um retorno. Esta idéia apareceu de modo tão forte que foi acompanhada por sinais corporais indicam o retorno: o movimento dos braços e do próprio corpo fazendo um retorno.

Mesmo Felipe que afirmou em seu “testemunho” que nunca passou por um processo de conversão, porque “desde a barriga da mãe ele havia sido chamado por Deus”, concorda com as definições dadas pelos seus pares ao fenômeno da conversão:

“Conversão é inverso. Conversão é uma coisa bem interessante (...). Nós estamos vindo de um certo caminho e nós queremos voltar pra trás, nós temos que converter, quer dizer, nós temos que voltar atrás. Então, conversão é tudo aquilo, é mudança de vida. Então eu gosto muito de ouvir as pessoas contar de conversões, porque eu não passei por isso [pergunto: não?]. Graças a Deus, eu nasci num lar cristão, nasci em berço crente, né? Então eu não tenho muito o que contar. Tenho curiosidade em ouvir sobre conversão porque ajuda na minha, a prosseguir minha caminhada.

(...) *Então ali houve uma retomada, que não muda nada da conversão, quer dizer dá uma mudada né, porque já conhecia, então retomar é uma coisa, mas a pessoa se converter é uma coisa bem diferente. Eu tive uma retomada, retomei o caminho do Senhor que é uma coisa bem diferente de uma pessoa que vive o mundo diferente da vida cristã e se converte.”* (Felipe, entrevista, 29/10/1999).

Surgem no relato de Felipe os mesmos elementos que outros convertidos apontaram nas suas definições de conversão religiosa: a idéia de que a conversão seria uma transformação radical na forma de viver, caracterizada pelo afastamento das “coisas do mundo” - ou mais precisamente, pela ressignificação de práticas, bens e entidades. Os princípios religiosos não apenas remetem a um outro mundo, como constituem um novo universo simbólico para o convertido.

Este sistema de disposições internalizadas tem efeitos sobre os detentos que compartilham as mesmas crenças. De acordo com os detentos pesquisados, as mudanças provocadas na e através da conversão são visíveis. Ao mesmo tempo que a mudança diz respeito a “*atitudes*”, ela seria exteriorizadas em “*comportamentos*”. É algo que se tem e que se vê:

(...) ***Eu vejo a mudança** e creio que os irmãos vêem também, até quando eu entrei na igreja era muito simples, né irmão? (...) O irmão me explicando ‘não é assim, é assado’ e eu ainda com aquele espírito rebelde e tal, tentando mudar ali no meio dos irmãos e os irmãos me guiando, né? Então, graças a Deus, hoje eu percebo que fui mudado, os irmãos acreditam porque percebem esta mudança. Porque eu quis mudar, isto partiu de mim mesmo, uma coisa que eu botei na minha cabeça: ‘olha, eu não quero mais ser assim, eu quero ter uma nova vida’. Quer dizer, isto tudo foi uma união dos irmãos, todos contribuíram para que hoje eu tivesse realmente esta conversão e pudesse ser essa pessoa que eu sou”* (Raul, entrevista, 29/10/1999 – *negritos meus*).

Quando solicitados para caracterizarem a si próprios, os convertidos tenderam a apontar diferentes aspectos que remeteram à distinção realizada entre “*atitudes*” e “*comportamentos*”, já mencionada anteriormente. Cabe recordar aqui alguns exemplos já mencionados para clarificar a lógica dos convertidos que os leva a distinguir práticas discursivas que, *a priori*, poderiam ser entendidos como similares.

Primeiramente a discussão sobre qual comportamento seria mais adequado no momento do exame criminológico: seria preciso aceitar a culpa e mostrar-se arrependido para convencer a equipe do merecimento dos benefícios solicitados. O segundo exemplo que gostaria de recordar é o diálogo entre Joaquim e Renato sobre a (im)possibilidade de ter a certeza da conversão religiosa. Ambos mencionavam a possibilidade de simulação de comportamentos reconhecidos por todos como típicos de convertidos, como a pregação e a leitura diária da Bíblia.

A partir destes exemplos, dentre outros observados, penso ser possível alcançar o significado atribuído às ações e relações sociais. O “*comportamento*” está, na lógica destes convertidos, referindo-se a ações “mundanas”, à visualização imediata do “*crente*”. Sob este rótulo

estão reunidas as manifestações exteriores das "*atitudes*" que, no entanto, podem ser manipuladas durante a interação entre os detentos e destes com os funcionários e familiares. Por esta razão, por mais que afirmassem que o comportamento do convertido é diferente do comportamento dos demais detentos, os próprios detentos admitiram que este não é um elemento suficiente para defini-los como "*convertidos*".

O que os definiria como "*convertidos*" seria algo que estaria além das "aparências". Comportamentos podem ser rotinizados, controlados pelo detento e pelos pares, mas, de acordo com os convertidos pesquisados, as "*atitudes*" não. Mudanças de atitude, ainda de acordo com esta lógica, somente seriam produzidas a partir da intervenção de uma força divina.

Estas mudanças atingiriam a "*personalidade*" do detento. Os atributos que definem a "*personalidade*" (categoria êmica cujo significado possivelmente foi aprendido dos técnicos da DIAS) do detento convertido refletem-se nas relações sociais que ele se insere. Cabe observar que nesta categoria surgem adjetivos que qualificam positivamente o detento e ressaltam sua capacidade de "*convívio*". Seguindo com a classificação nativa, poderia afirmar que tais atributos pessoais foram internalizados através da conversão religiosa e com o convívio com outros convertidos.

No quadro abaixo agrupei as respostas obtidas na pergunta "cite cinco características dos presos crentes ou evangélicos" (pergunta 22¹³), organizando as categorias utilizadas pelos detentos para caracterizar o que eles entendem como "*atitudes*" e "*comportamentos*". Minha intenção neste esquadramento das características atribuídas pelos (e aos) detentos é ressaltar alguns aspectos recorrentes nas representações dos convertidos sobre o mundo e sobre ele próprio.

Daquilo que os detentos afirmam ser as "características" dos pentecostais penso ser possível deduzir o que eles afirmam ser as mudanças produzidas pela e na conversão. De acordo com os convertidos, as relações sociais que eles mantinham pautavam-se pela solidariedade e pela ordem. Por contraste, as relações sociais entre os detentos descrentes seriam caracterizadas, de acordo com os convertidos que foram pesquisados, pela desconfiança e pela desordem. Ser solidário, calmo, responsável e obediente são atributos que teriam sido aprendidos com o convívio com outros convertidos, e pressupõem um controle sobre a "natureza" humana e/ou um embate com "forças malélicas" que se objetivam de diversas formas (por exemplo, nos "*vícios*", nas brigas com outros detentos e na "*precariedade*" da estrutura física e humana a serviço do sistema penitenciário).

QUADRO 3 – Características atribuídas pelos detentos convertidos (PCE) aos detentos convertidos ao pentecostalismo

CRENÇA	Características		
	Atitude	Comportamento	Anda sempre em grupo, andar com a bíblia na mão, comporta-se diferente, fala diferente, mudado materialmente, não frequenta mesa de jogos, não usa palavras torpes, não tem vícios, pensa diferente, cabelo cortado, sempre de barba feita
		Relações	Modo de relacionamento com outros é diferente, amável, amigo, conselheiro, atencioso, compreensível, comunicativo, sincero, solidário, íntegro, não tem egoísmo, é "da paz do Senhor", perseverante, arrependido, esperançoso, humilde
Ordem	Calmo, educado, de confiança, verdadeiro, paciente, obediente às autoridades, ordeiro, organizado, responsável, respeitador, honram ao próximo		

Note-se como as características auto-atribuídas pelos convertidos ao pentecostalismo, ou melhor, a própria condição de convertido, remete a uma série de valores que, de certa forma, "neutralizava" as representações associadas à condição de "bandido" e de presidiário – ou, pelo menos, pareciam diminuir o **estigma** de presidiário. A conversão ao pentecostalismo configura-se, assim, em mais um elemento para redefinir as fronteiras simbólicas entre "bandidos" e "trabalhadores" (Cf, dentre outros, ZALUAR, 1994a e 1994b)

A mudança que se sente - e/ou que se tem - internamente é, também, exteriorizada. O "comportamento" dos convertidos seria exemplar: o cuidado com o corpo e com a aparência refletiriam o cuidado "com o espírito". Para os "cristãos", vestir-se "adequadamente" parece ser tão importante quanto orar diariamente, ainda que não indique uma conversão "verdadeira".

Neste sentido, cabe trazer o exemplo de Jair (IIGD). Bastante tímido, nas duas primeiras reuniões com o grupo de detentos, Jair usava uma mesma camisa amarela sob um paletó azul marinho, maior que seu corpo franzino. A intensidade das cores e a desproporção do tamanho da roupa usado por Jair causava diversas reações veladas no grupo, como troca de olhares entre os detentos da AD e alguns risos contidos por ocasião de sua entrada na sala. No decorrer do trabalho com o grupo, a maneira de Jair se vestir nunca foi explicitamente condenada, mas por

¹³ No pré-teste do questionário realizei a pergunta desta forma. Na aplicação do questionário entre os detentos da PPC, acrescentei algumas indicações do que poderia ser respondido nesta pergunta, para orientar as respostas. Além disso, formulei a mesma questão com relação às características dos católicos e aos **descrentes**.

diversas ocasiões os detentos mencionaram que para se tornar um “*cristão*” não era necessário adotar determinadas roupas, numa referência implícita ao comportamento do colega. Os agentes penitenciários que estavam trabalhando no setor escolar por ocasião das sessões de discussão também fizeram comentários sobre a vestimenta de Jair. Afirmaram, por exemplo, também entre risos contidos, que aquele detento estava se comportando como “*crente*” ou que aquela era a única “*roupa de crente*” que ele tinha.

Por mais que alguns detentos comentassem não existir um padrão de vestimenta e comportamento obrigatórios para os convertidos às igrejas pentecostais, difícil não observar o cuidado – maior em alguns casos, menor em outros – que todos apresentam com relação a aparência: cabelos bem cortados, barba feita, roupa bem cuidada, vestindo quase sempre camisas bem passadas e com as pontas sob as calças de pregas e paletós, além de portarem sapatos bem engraxados. Outra característica é que estes detentos sempre surgiram no grupo acompanhados pelos seus exemplares da bíblia, atitude que de acordo com os funcionários não era intencional por conta da natureza de meu trabalho, mas que fazia parte do repertório de ações daqueles detentos.

Outra mudança provocada pela conversão religiosa e admitida entre os convertidos como uma de suas marcas distintivas em relação aos demais religiosos e demais detentos seria a ausência de vícios. Uma constante representação do detento convertido especificamente à religiões de orientação pentecostal - representação esta realizada pelos próprios convertidos bem como por detentos de confissão católica, pelos descrentes e também por funcionários - é a que “*os crentes não tem vícios*”.

Neste universo, “*vício*” é compreendido quase que indistintamente como fumar, ingerir bebidas alcoólicas, usar “*drogas*” (e sob esta denominação são igualmente incluídas diversas substâncias, como maconha, cocaína, heroína e crack, dentre outras), participar de “*jogos de azar*” e/ou “*prostituir-se*” (manter relações sexuais com vários parceiras). Os “*vícios*” por exemplo, são representados negativamente pelos convertidos, ao passo que antes da conversão tinham outros significados e, em alguns casos, faziam parte do cotidiano do detento. No caso específico dos detentos, os vícios estão diretamente associados ao espaço do pátio (que, como tentei demonstrar anteriormente, foi caracterizado como antagônico ao espaço da capela e mediado pelo espaço escolar) e aos detentos “*perigosos*”. Em resumo: referem-se ao “*mundo do crime*”.

Grande parte dos detentos pesquisados respondeu que “*largou os vícios*” após a conversão religiosa. O que observei em campo também foi constatado por Mariz (1994) ao pesquisar as relações entre alcoolismo, gênero e pentecostalismo. Como a visão de mundo pentecostal

condiciona "o conteúdo dos novos estilo e sentido para a vida, bem como a forma como é desenvolvida a solidariedade social entre os fiéis" (MARIZ, 1994 : 82), a conversão, segundo a autora, trouxe para o fiel a vivência de três experiências eficazes no combate aos problemas que apresentam: 1) a experiência da dignidade, que também pode ser compreendida como o reforço da auto-estima e a diminuição do estigma de alcoólatra; 2) a experiência de possuir poder, ou seja, de ter controle sobre as situações em que se encontra porque está apoiado pelas forças sobrenaturais às quais se submete e; 3) o senso de coerência que se estabelece pela fé na existência de um plano divino, que é ético (recompensa sempre o bem) e lógico (todos os acontecimentos estão previstos no projeto divino).

Os detentos que pesquisei também encontraram através do processo de conversão religiosa uma nova forma de se relacionar com o mundo e com seus pares. A dignidade, o poder e a coerência experimentados por estes fiéis foram eficazes na conformação de uma nova identidade que se traduz, dentre outras, pela maneira como eles percebiam e expressavam sua condição social, isto é, como homens "regenerados" e sobretudo, como homens "dignos e responsáveis".

A ressignificação das relações sociais e dos "vícios", produzida pela conversão religiosa ao pentecostalismo, também foi observada por Boyer-Araújo (1995). A autora analisou a participação masculina em religiões de orientação pentecostal e concluiu que ao participarem dos (e, porventura, conduzirem) cultos, os homens de confissão religiosa pentecostal afastavam-se da imagem do malandro irresponsável. Ao adotarem determinadas práticas – como não consumir bebidas alcoólicas e não serem "promíscuos" – estes homens (re)construíam o papel de liderança, reproduzindo na esfera pública aquilo que, num modelo "tradicional" de relações de gêneros, é esperado que ele realize no espaço doméstico.

Concomitante ao afastamento dos "vícios" é a adoção de uma nova rotina e a **vigilância** (Cf. FOUCAULT, 1997) desta rotina pelos pares, bem como pelos AP's e demais funcionários. Por rotina estou agrupando algumas ações mencionadas pelos detentos, como "andar sempre junto" e "ler a bíblia diariamente", por exemplo. Ao mesmo tempo que existia a idéia de que seria "*mais fácil ser crente*" e manter-se convertido durante o período de reclusão (o que, por outro lado, também possibilitaria a proliferação de casos de "*falsos crentes*") existia um intenso - mas nem sempre explícito - controle realizado pela "*massa*" e pelos próprios "*convertidos*" sobre o comportamento dos convertidos e a cobrança constante de que se cumprissem determinadas prescrições.

A rotina diária do detento pentecostal, por exemplo, incluía vários momentos de oração, realizados individualmente ou em grupo. Por exemplo, transcrevo o que Joaquim escreveu sobre seu dia-a-dia na prisão: "*meu dia aqui na PCE começa as 7:00 horas da manhã, vindo ao culto matutino. Saímos às 9:00 e vamos para nossos afazeres, um para a quadra de exercícios e outros para a escola estudar, 12:30 temos o culto da tarde até as 13:00hs. Após limpamos a igreja e vamos fazer nossas atividades isto de 2ª a 6ª feira. O Sábado [o culto] é o dia inteiro*" (Joaquim, questionário 2, 24/09/1999).

Os detentos que assumiram uma posição privilegiada na hierarquia religiosa das denominações religiosas representadas na unidade tinham incluída em sua rotina uma série de obrigações religiosas, à exemplo do que relatou Renato:

"Meu dia começa as 8:15, manhã, temos círculo de oração das 8:15 até as 9:00 hs de Segunda a Sexta, pois bem. Segunda temos culto ao ar livre no pátio da 6ª galeria, com início as 12:15 hs com o término as 13:00 hs, das 15:00 as 18:00 hs tenho aula de matemática 2º grau. As terças feiras temos no período da tarde ensaio musical com os cantores da igreja, as Quartas-feiras temos culto ao ar livre em outro pátio, denominado (pátio do pinheirinho), no mesmo horário, 12:15 até 13:00, das 13:30 até 16:00 hs ensaio com o grupo vocal, Quarta feira temos trabalho de ensinamentos para os novos e outra quinta culto de doutrinação. Sexta-feira ensaio geral da ária musical da igreja com a preparação para o culto de Sábado que é o resumo da semana, onde temos a presença e participação de convidados externos. Acho que fui um pouco extenso, pois me pediu como é meu dia e fiz logo um relatório da semana". (Renato, questionário 2, 24/09/1999).

Além das orações, o convertido assumia outros compromissos, como jejuar, participar de determinadas atividades com frequência (participar das aulas, por exemplo), deixar de realizar outras atividades por eles consideradas impróprias (como a prática de esportes), adequar seu vocabulário e não falar palavrões e as gírias "*da cadeia*". Infringir estes códigos era uma atitude que colocava o detento numa situação "indelicada": por não ter respeitado as regras dos grupos religiosos, ele tendia a ser banido deste grupo; por ter simulado a conversão e não ter agido de forma coerente, isto é, de acordo com as expectativas realizadas sobre os convertidos, o detento perdia o respeito da "*massa*" (Cf. VARELLA, 1999).

Isto que pode ser convencionado como *ethos* pentecostal - *ethos*, porque internalizado, racionalizado como uma ética e transformado numa política de atuação no mundo - quando localizado no interior de uma instituição total, leva-me a pensar o quanto a conversão religiosa pode ser compreendida como uma estratégia de aquisição ou manutenção de **capitais simbólicos**.

Através da conversão religiosa, o detento pentecostal parecia conquistar não apenas um novo espaço físico (como a negociação da permanência em celas de presos com semelhante confissão religiosa, reconhecidos pela instituição como menos "*perigosos*"), mas principalmente um novo *status*: o reconhecimento de que ele era pentecostal, faz com que ele redefina as relações

de poder das quais tomava parte, seja em relação aos funcionários, seja aos demais detentos. Cabe lembrar que na conformação desta identidade contrastiva é preciso considerar não apenas as relações entre detentos e funcionários, mas também as relações entre os grupos de detentos que legitimavam diferentes anúncios religiosos e, por isto, se inseriam no campo religioso como agentes de outra ordem da dos agentes religiosos externos ao universo prisional.

4. Trajetórias que se entrecruzam

Apesar das especificidades de cada um dos relatos acima transcritos, é possível reconhecer neles alguns elementos comuns – aspectos estes que, a partir do meu referencial analítico, constituem traços estruturantes destas experiências como ações estratégicas.

Se, para todos, a conversão foi entendida como uma mudança de vida, para cada um deles ocorreu um momento crítico específico em que esta mudança se fez necessária; todos os "testemunhos" são, portanto, redutíveis à idéia de crise, muito embora ela se configure de diferentes formas para cada um deles. Para Fábio e Joaquim, este momento crítico aconteceu ainda na delegacia: para o primeiro, quando observava as condições precárias a que estavam submetidos os companheiros de cela. Para o segundo, a crise é desencadeada quando ele percebe que precisa de novos sentidos, pois tudo o que está passando é "perda de tempo" e é intensificada enquanto ele ouvia os nomes de outros detentos serem chamados para sofrer castigos físicos.

Para Renato, reincidente, ex-fugitivo e acusado de um crime hediondo, a crise revela-se no exato momento da prisão, quando está sendo algemado e conduzido pela terceira vez à prisão. É naquele momento que Renato afirma ter descido "no mais baixo que um homem pode descer" e faz uma retrospectiva de sua vida ao mesmo tempo que uma projeção do que será a sua rotina na prisão; do que ele dispunha e do que passaria a não dispor na prisão: a companhia de familiares, de amigos, uma condição financeira considerada privilegiada e materializada em bens e serviços ¹⁴. Para Ernesto e Andrade, este momento crítico é vivenciado quando estão detidos numa cela de

¹⁴ " Naquele momento, até gosto de usar esta palavra, eu fiz uma retrospectiva na minha vida e consegui visualizar introspectivamente... 'puxa vida, pera aí, eu tenho lar, tenho uma esposa, tenho filhos, tenho uma família maternal, paternal, puxa, me adoram, sobrinha na faculdade, tantas coisas e eu, né... uma casa confortável para morar, um carro pra andar, conta bancária, cartão de crédito, telefone celular, acesso para eu entrar onde eu bem entender'. Ia na Vara de Execução, era bem recebido, na Secretaria de Justiça, entrava lá era recebido, ia no Conselho Penitenciário, ajudar as pessoas fazer

segurança máxima, sozinhos; Ernesto caracteriza este momento como uma "situação difícil", o "mundo desabado", o momento mais difícil de sua vida.

Enquanto para estes cinco detentos, a crise é produzida, em maior ou menor grau, pela precariedade das condições de existência na prisão e o "desejo de mudança" está muito associado ao desejo de terem esta situação alterada, para Raul, a crise é provocada pela comparação de diferentes condições de encarceramento (visto que cumpriu pena em dois sistemas penitenciários distintos), mas representada como um processo racionalizado, como efeito de uma reflexão pessoal acompanhada por um desejo de mudança interna e inúmeras interrogações sobre sua identidade ("quem sou eu?").

Felipe e Henrique parecem não ter ou pelo menos não explicitaram ter tido um momento de crise semelhante aos demais detentos que se converteram, o que talvez se explique, pelo menos em parte, pela filiação religiosa anterior ao momento da prisão. No entanto, ambos apresentam um momento de "queda", um afastamento dos princípios cristãos que seguiam e que fez com que ambos cometam delitos.

A experiência religiosa é, portanto, um processo não-linear, marcado por diferentes etapas, por idas e vindas, "quedas", "deslizes" e "retornos". Vários detentos apresentaram em seus "testemunhos" estes elementos: estão convictos de sua fé num primeiro momento; abandonam o "compromisso" por um período, para depois retomá-lo num terceiro momento. Esta "retomada" da trajetória religiosa passa a ser compreendida, pela maioria dos detentos, como a confirmação senão mesmo a própria conversão religiosa, ou em outras palavras, a adesão definitiva a determinado anúncio religioso.

Além disso, a "queda" e/ou a "crise" surgiram aos olhos dos convertidos como parte de um plano divino, ou como resume Renato, "uma providência de Deus". Parecem etapas necessárias para a confirmação da fé e o "merecimento da graça". Justifica-se não o crime cometido, mas a vivência na unidade penal; a privação da liberdade, como muitos repetem, adquire o sentido de libertação: "foi preciso vim para a cadeia para saber o que é ser livre", sintetizou Ernesto. A conversão religiosa ao conceder sentidos específicos às ações dos convertidos, oferece o senso de coerência para as situações vividas dentro e fora da instituição penal.

Estar preso para além de ser o cumprimento da pena, de acordo com a "justiça dos homens", é também um período de encontro com Deus e sua justiça. No limite, penso ser possível afirmar que a prisão é compreendida por estes detentos como uma **dádiva** divina. Uma

[tarefas burocráticas com relação aos processos judiciais], *tinha pegado esse conhecimento com eles. E agora?*" (Renato, entrevista, 29/10/1999).

dádiva preciosa, tal qual compreendida por Mauss (1974): um bem simbólico que se insere num circuito de trocas, realizado por obrigação ao mesmo tempo que por interesse, cujo efeito tem implicações morais sobre as partes contratantes.

Este "encontro com Deus", do ponto de vista psicológico, é acompanhado de uma "renúncia de si" (JAMES, 1995). Exemplar, neste sentido, é o depoimento de Raul que durante sua reflexão pessoal e seu diálogo com Deus decidiu não querer mais ser ele mesmo. Outro exemplo é o diálogo de Renato com Deus, logo após a apreensão pela polícia: "Senhor, eu sei que você existe... A minha vontade neste momento é de morrer, pra não ver (...). Mas se o Senhor me quiser vivo, se eu valho alguma coisa, o Senhor vai mudar a minha vida a partir desse momento, o Senhor vai transformar a minha vida.". Mas cabe observar que tal renúncia é orientada pelos códigos religiosos que este detento passa a compartilhar com outros fiéis, entre eles, a idéia de salvação pessoal - que se dá pela transformação de seu *status* religioso e social - e de **contrato** com as divindades: se Deus quiser, Deus irá transformar a vida de Renato; para que Deus queira esta transformação, Renato "*faz o propósito*" de se converter.

A religião cumpre, aqui, seu papel de mediadora entre o detento convertido e o sagrado ao mesmo tempo que atua "no interior do eu" e no seu "exterior" ao propiciar as transformações de que tanto nos falam eles próprios. As mudanças internas são reconhecíveis, segundo os convertidos pesquisados, pela exteriorização de atributos e condições capazes de distingui-los de outros detentos e determinar-lhes uma posição específica no campo de relações que travavam e a que estavam submetidos na unidade penal e fora dela.

Portanto, não me parece apropriado pensar que para aqueles detentos a prisão significasse um castigo; nos relatos que obtive, a prisão é compreendida mais como uma forma de aprendizado, tanto de regras sociais supostamente ausentes em suas vidas - e aqui me refiro especialmente ao relato de Raul - como (e talvez principalmente) das "regras de Deus" ou daquilo que Renato expressa como "*princípio de obediência*" que conduziria a uma vida "*santificada*":

*" Há pessoas que tem conversão instantânea e há outras que é por etapas. Às vezes até se afasta e volta, se afasta e volta, mas é porque há um bloqueio nas coisas. (...) porque a dádiva de Deus na nossa vida é condicional, ela não é incondicional. Pra nós recebermos uma dádiva de Deus, recebermos uma bênção de Deus que os cristão tanto pede, tem uma condição pra isso, tem que ter um **princípio de obediência**. Até a palavra santificação talvez você não nem captar exatamente o que significa isso, mas uma vida santificada significa uma vida, é o seguinte: (...) mesmo se surgir o mal na tua frente, você transforma ele no bem, ou seja, se uma pessoa te aprontar, você vai ter que fazer, vai ter que sair daquela situação, conseguir contornar aquilo e fazer daquilo ali uma bênção de Deus. Então pra Deus é desta forma". (Renato, entrevista, 03/11/1999 – negritos meus).*

É interessante notar como o princípio de obediência a Deus se sobrepõe ao princípio de obediências às regras do Sistema penitenciário. Quando Renato menciona o "mal" que pode surgir à frente do fiel e que precisa ser transformado em bem, entre outras referências (como por exemplo, os demônios e tentações) estavam implícitas as situações de confronto entre os detentos, em função de diferentes interesses e pontos de vista - as "*confusões dos pátios*", como se referiram os funcionários. Evitar as brigas e as "*confusões*", para o detento evangélico, não era apenas uma atitude defensiva ou produzida pela internalização das regras de "*bom comportamento*" que a instituição penal determinava, mas também e principalmente uma forma de por em prática um princípio ético de respeito e um mandamento cristão que se traduz na máxima "*amai-vos uns aos outros*".

Aprender e praticar estes princípios seria difícil, segundo os detentos que entrevistei, especialmente segundo Joaquim e Renato. Difícil, primeiramente, porque tratar-se-ia de um embate de forças reconhecidas como inerentes aos seres humanos, como nos revela Joaquim: sua conversão não é e jamais será definitiva, na medida em que não há "garantias" para manter esta condição de convertido, uma vez que se trata de uma luta "*que faz parte, uma luta contra a minha natureza: natureza boa e natureza má*".

É também um aprendizado constante, o que implica, necessariamente, em erros e acertos, fracassos e êxitos na vida de "*cristão*". Tornar-se um evangélico pareceu estar associada, ao menos para estes detentos que pesquisei, à observação cuidadosa de princípios éticos e práticas religiosas que se opõem às "*coisas do mundo*". A prisão, nesta perspectiva, pode ser entendida tanto como um espaço privilegiado que põe à salvo o fiel das "*tentações*" ("*É mais fácil ser crente aqui dentro*", afirmou Andrade; "*quando facilita as coisas, aí fica tudo fácil, a gente abandona, não mantém aquela vida diferente*", relata Joaquim), como um tempo sabático, que propicia a reflexão e, de certa maneira, a purificação deste "*novo ser*" produzido pela conversão religiosa, preparando-o para a reinserção "*no mundo*" com novos propósitos e perspectivas de vida.

A conversão na prisão seria mais fácil porque ali os detentos estavam afastados de "*tentações*", isto é: bebidas, mulheres e diversas possibilidades de lazer. O comentário de Andrade, que provocou risos no grupo, oferece uma pista interessante para pensarmos o quanto as conversões produzidas no interior das unidades penais podem ser analisadas de acordo com este contexto específico, obedecendo o "sentido do jogo" como escreve Bourdieu.

Mas o espaço-tempo da prisão é ambíguo. As adversidades poderim se tornar tanto um aliado na "*luta*" cotidiana de "*seguir na batalha*" quanto elementos desmotivadores e propiciadores de novos "*deslizes*" e "*quedas*". Aprender a "ser pentecostal" era também, nesta perspectiva, um

aprendizado difícil por estar sendo realizado num espaço cuja estrutura física é precária e no qual a convivência é marcada, como busquei demonstrar anteriormente, pela desconfiança constante. Vale lembrar o “*testemunho*” de Joaquim, especialmente o trecho onde ele afirma que nem todos ali eram amigos e nem sempre respeitavam as opções religiosas individualmente realizadas e socialmente demonstradas.

“Então conversão é isto, é transformação, é regeneração, é santificação, é renascimento para Deus. Agora como é que isso vai acontecer? Vai acontecer a partir do momento que a pessoas queira, porque a vontade de Deus é pra todos, porém nem todos tem esta força, esta determinação pra tomar esta atitude, que é uma atitude bastante difícil, como diz o ditado, as pessoas dizem que o crente se acovarda, se transforma num...”

Porque esta palavra até, crente, é uma palavra pejorativa, porque crente todo mundo é. Quem é que não acredita em alguma coisa? Creu em alguma coisa, já é crente, mas uma vida cristã mesmo, correta, tem que ter muita coragem. Enquanto que as pessoas invertem o valor dessa palavra, eles acham que a pessoas se transforma num cristão, que ele se acovardou da vida que ele levava até então. Não. Só que ele não vai entender se falar que não é isso. Deixa o dia que ele provar desse renascimento, o dia que ele provar essa nova perspectiva de vida então daí ele vai entender ‘poxa vida, era totalmente o inverso do que eu imaginava’.

Então é uma atitude de muita coragem, sabe, é uma atitude, é renúncia de uma série de coisas que seria importante, seria bom. Antes eu imaginava, puxa vida, mas ser crente, não vou poder dar uma namoradinha fora de casa, não vou poder passear, não vou poder isso, não vou poder fazer aquilo, será que ... mas são boas essas coisas! (...)” (Renato, entrevista, 25/11/1999).

Em certa medida, penso ser possível afirmar que a prisão (como um espaço e como um tempo) adquira, para estes detentos, um sentido muito próximo a de uma outra instituição total: os conventos. Guardadas as devidas proporções para esta comparação, em ambas as instituições totais os internos, em diferentes momentos de suas trajetórias, receberam um “*chamado*”: para os conventos dirigem-se aqueles que “sentem” uma vocação religiosa; nas prisões, ainda que involuntariamente detidos, os detentos que se convertem podem descobrir uma “*missão*”. Ambos os espaços e tempos de reclusão constituem-se em refúgios das “*tentações mundanas*” ao mesmo tempo que impõem, pelas próprias limitações espaciais e pelas regras de admissão, “*barreiras*” que precisam ser transpostas para a reafirmação constante da fé.

Retomando novamente a idéia de crise que perpassa todos os relatos de conversão. Em muitos “*testemunhos*”, a crise expressada de diferentes formas é seguida da conversão e é compreendida como um “*chamado divino*”. Este parece ser o caso de Renato, Felipe e Fábio, por exemplo. Este “*chamado*” foi compreendido por alguns detentos convertidos como uma “*missão*” a ser seguida – algo que me parece próximo da idéia de vocação, muito embora difira desta pela idéia muito presente da “*aceitação da caminhada*” e não como mero convite ou imposição divina (a idéia de vocação determinada e à qual o fiel não pode escapar e precisa aceitar). Joaquim e Andrade pareceram não compartilhar desta idéia; muito embora “sintam” a presença e a “vontade

de Deus" em suas vidas e atuem como dirigentes da IASD na unidade, ambos não enfatizam em suas falas a conversão como uma "missão", ou como algo definitivo em suas vidas, mas sim como uma opção que deve ser constantemente reafirmada. Em parte isto decorreu do fato de serem adventistas, e não pentecostais.

Estas trajetórias distintas confluem na transformação do *status* (religioso e prisional) dos convertidos pela ressignificação de atributos pessoais, como é o caso de Renato: de "*bandido inteligente*" e bem relacionado, antes da conversão, ele passa a ser tratado como um "*dirigente inteligente e bem relacionado*", comentário que diversas vezes pude ouvir de agentes penitenciários e funcionários que mantêm ou mantiveram contato contínuo com Renato.

Em Ernesto, a conversão religiosa também transformou o "*bandido*" que traía a mulher num homem que, segundo as suas próprias palavras, "*honra a Deus e a sua família*"; Fábio, que tinha "*ódio de crente*", torna-se um "*evangelista da Palavra*". As mudanças que me relataram os detentos surgem sempre como mudanças de pólos, no caso, de uma posição considerada negativa - primeiramente pelos "outros" (a família, os funcionários, "*a sociedade*") e, com a conversão, por eles próprios - para uma posição positiva, ou mais precisamente, valorizada por eles (e pelos "outros") como positiva.

Caso semelhante ao de Raul, que se auto-definia como "*desestruturado*" e depois se percebeu como "*estruturado*" através das regras da prisão, da constituição de laços familiares, da participação nas atividades escolares e nos "*canteiros de trabalho*". Num trecho de seu depoimento, Raul resume a visão que tem de sua trajetória pessoal: "*Aquele vazio, aquele abandono, aquela tristeza, tudo já não existe mais. Eu já não me sinto mais abandonado, eu era assim, como se diz tipo abandonado pela família, rejeitado, então pra mim já não existe mais esse vazio, porque Deus está preenchendo toda essa parte vazia da minha vida*". (Raul, entrevista, 29/10/1999).

Para os que já participavam - assiduamente ou não - de alguma denominação religiosa, a "retomada" também produziu mudanças de *status* social e religioso (o caso de Joaquim, por exemplo, que era um religioso não praticante e na prisão tornou-se um dirigente de sua igreja na unidade) mas, sobretudo, confere um sentido adicional à prática religiosa: a transmissão dos conhecimentos religiosos para outros detentos. Tanto Felipe quanto Henrique - mais o primeiro que o segundo - apontaram este aspecto em nossas discussões. Estar preso, para o primeiro, permitiu uma nova compreensão para a visão reveladora tida aos quinze anos e a execução do "plano divino"; para o segundo, ainda que considere um erro o julgamento de seu caso e alegue inocência, a prisão também se configura como uma oportunidade para confirmar sua fé e realizar atividades evangelizadoras.

Numa religião onde o “*testemunho*” pessoal é bastante valorizado, o trânsito por diferentes denominações religiosas parece ser uma possibilidade prevista e aceita como legítima. Um exemplo desta mobilidade é a trajetória de Heitor. Ao ser perguntado sobre sua conversão, Heitor escreveu que a mesma tinha se dado em 1980, já estando preso. Durante cinco anos foi “*dirigente*” da Assembléia de Deus “*nos pátios e na igreja em voz alta*”. (Heitor, questionário, 24/09/1999). Heitor mencionou ter participado de outras denominações religiosas antes de se vincular à Igreja Internacional da Graça de Deus – no caso, primeiramente à Igreja do Evangelho Quadrangular e em seguida à Igreja Universal do Reino de Deus. A peculiar trajetória religiosa que Heitor expôs em suas breves respostas não pode ser investigada com maior profundidade porque este detento, apesar de ter sido chamado para as entrevistas posteriores, não compareceu, alegando estar ocupado em seu canteiro de trabalho (a horta) ou ter outros compromissos com os especialistas da DIAS.

Ainda que eu não tenha conseguido detalhes sobre esta trajetória, percebo o quanto ela é indicativa do que ocorreu também com outros detentos. Raul, por exemplo, concluiu seu “*testemunho*” afirmando não perceber diferenças significativas entre as igrejas que frequentou na PCE, no caso a AD e a IASD. Semelhante é a posição de Felipe, batizado na Assembléia de Deus e fundador da Igreja Missão Final.

Ambos os casos acima mencionados, no entanto, dizem respeito à participação religiosa em denominações diferentes em momentos diferentes da trajetória religiosa. Mas também pude constatar em conversas com outros detentos que frequentar, simultaneamente, duas ou mais denominações religiosas que atuam na unidade, é uma prática comum. Alguns detentos afirmaram que a razão para que isto aconteça seria a tentativa de “*ocupar o tempo*”; outros detentos chegam a apontar razões estéticas para frequentar um e outro culto, geralmente os promovidos pelas igrejas pentecostais, tidos como “*mais animados*”. Também em algumas ocasiões, durante o trabalho de campo, os detentos com quem eu conversava apresentavam uma resposta padronizada para justificar este trânsito: “*Deus é um só*” ou ainda “*todas elas falam de Deus*”.

A minha hipótese para explicar este trânsito religioso está nos diferentes graus de adesão associados àquilo que os detentos compreendiam como “*sinai*”, “*chamado*” e “*missão*”. Os “*sinais*” seriam, fundamentalmente, os fenômenos sensíveis (vozes, visões, dentre outros) e indicariam que o detento estaria recebendo um “*chamado*” - que, como venho tentando demonstrar, na lógica dos detentos convertidos, faz parte de um plano divino.

Investigando quais eram as igrejas que os detentos afirmavam participar (pergunta 30), pude notar que as combinações de igrejas frequentadas são as mais diversas. No entanto, é

possível descrever algumas "regras": a primeira delas é a de que os frequentadores de igrejas de orientação pentecostal raras vezes também frequentavam a Igreja Católica, sendo o inverso (católicos frequentando cultos evangélicos) uma situação mais comum; a segunda, que o espiritismo kardecista apareceu como uma opção religiosa (principal ou secundária) socialmente mais aceita que as religiões de matriz afro-brasileira (em especial, candomblé e umbanda) neste universo prisional.

Com relação aos pentecostais, encontrei tanto casos de detentos que não participavam de outra igreja além daquela na qual foram batizados, como casos em que o detento frequenta simultaneamente uma igreja tida como "*mais rígida*" (como a Igreja Pentecostal Deus é Amor, por exemplo) e uma "*menos rígida*" com relação ao comportamento (como a IURD). O que se apresentou como mais recorrente, no entanto, é algum vínculo com a Assembléia de Deus.

Sendo a igreja pentecostal brasileira mais antiga (sua fundação data de 1911, em Belém do Pará) e também a que estava "*instalada*" nas unidades penais pesquisadas havia mais tempo (cerca de dez anos), a AD ocupava uma posição privilegiada no campo pesquisado. Não foi possível determinar o número de detentos que frequentavam a AD, mas foi possível verificar como esta igreja era reconhecida como uma igreja "*consolidada*" - lembrando aqui a fala de Daniel, citada no capítulo anterior - e "*importante*", que faz parte da trajetória religiosa de muitos dos detentos pesquisados. No grupo de detentos da PCE que participou desta pesquisa exatamente a metade declarou que era ou já tinha sido fiel da AD.

A Assembléia de Deus aparece, junto com a Igreja Católica, como um dos grupos religiosos mais citados pelos detentos, como pude averiguar através dos questionários. Formulei algumas questões para identificar a percepção que os detentos tinham das igrejas que atuavam nas unidades pesquisadas. Na primeira das questões (pergunta 14: "Marque na lista abaixo todos os grupos religiosos com os quais você já teve contato na prisão") eu listava uma série de denominações religiosas, tanto as que tinham junto à Direção da unidade autorização para realizarem visitas e rituais, como também denominações religiosas que não tinham estas autorizações e, oficialmente, "*não existiam*" na unidade. Além dos nomes das igrejas, incluí também algumas categorias genéricas, como "*crentes*" e "*evangélicos*", tendo a intenção de verificar quais seriam as opções assinaladas pelos detentos: os nomes específicos das igrejas ou estas amplas categorias.

Solicitei aos detentos que assinalassem todas as alternativas que contivessem os nomes dos grupos que eles sabiam existir na unidade, independente de participarem dos grupos citados ou não. Alguns detentos assinalaram apenas uma alternativa, o que não necessariamente é um

indicativo de que este detento conhecesse apenas aquela denominação religiosa assinalada. Nesta questão, os grupos mais citados foram: Assembléia de Deus, Igreja Católica, Congregação Cristão do Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus.

Em seguida formulei três questões (pergunta 15a, 15b e 15c) para verificar junto aos detentos qual era o grupo religioso mais importante, o mais freqüente e o que tinha o maior número de fiéis, dentre aqueles mencionadas na lista da pergunta anterior. Nestas questões, novamente a Igreja Católica e a Assembléia de Deus surgem como os grupos reconhecidos como “fortes” na unidade. A AD também sempre é mencionada como um grupo “forte” e ativo em outras instituições penais, como na Casa de Detenção de São Paulo (cf. VARELLA, 1999).

Estes dados todos me levam a supor o quanto os significados do que é “ser pentecostal” estavam definidos por este denominador comum que era a Assembléia de Deus. Pensando o caso específico da conversão religiosa no interior das unidades penais de segurança máxima que pesquisei, parece que as diferenças doutrinárias existentes entre os diferentes pentecostalismos e outros grupos protestantes, como os adventistas, não eram relevantes.

Todos os detentos compartilhavam de um mesmo *habitus*, apreendido e reproduzido de diferentes formas e que expressava tanto a condição de aprisionado como a de convertido. Este *habitus* podia ser reconhecido nas práticas realizadas no interior das unidades, na forma como os detentos se relacionavam entre si e com os funcionários e, como foi discutido ao longo desta dissertação, nas diversas representações produzidas neste contexto. “Segurança”, “perigo”, “igualdade de tratamento”, a versossimilhança do processo de conversão religiosa traduzido como “verdadeira” ou “falsa”, a “consolidação” das denominações religiosas atuantes na unidade, a “malandragem”, a “carência”, o “convencimento”, os “comportamentos e atitudes” são apenas algumas destas categorias estruturadas pelo *habitus* e estruturantes deste universo.

As experiências de conversão religiosa são todas estruturadas de maneira semelhante, como busquei retratar ao longo deste capítulo. As diferenças que existem entre estas experiências residem nos significados atribuídos de acordo com cada uma das filiações religiosas e nas interpretações subjetivas (mas socialmente produzidas) dadas a cada uma das etapas ou temáticas que caracterizam a conversão como um processo estratégico. Daí decorrem as ênfases, em alguns casos, na revelação no êxtase e noutros, na prática cotidiana de reforço do “compromisso”. Mas num caso como no outro, estas visões particulares do que é a conversão religiosa refletem uma visão mais ampla sobre o universo em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"o etnógrafo não percebe - principalmente não é capaz de perceber - aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o 'com que', ou 'por meios de que', ou 'através de que' (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cegos (...) quem tem um olho não é rei, é um espectador" (GEERTZ, 1998 : 89).

Ao longo desta dissertação busquei desconstruir o senso comum que cerca o objeto que elegi para análise: a conversão religiosa de presidiários. Meu interesse não foi o de validar um ou outro discurso produzido a respeito da conversão, uma vez constatado que ambos coexistiam e perpassavam os diferentes grupos abordados: detentos e funcionários. Seguindo a tradição antropológica, procurei compreender por que estes discursos e classificações eram produzidos e a que se referiram quando acionados, sempre observando o contexto específico em que estavam sendo produzidos: no interior de uma **instituição total**.

A conversão religiosa é produzida socialmente, obedecendo ao "sentido do jogo", como escreve Bourdieu. Ao longo desta dissertação, demonstrei como ela pode ser considerada um processo estratégico que (re)define as representações sobre os detentos, sejam as produzidas por eles próprios ou pelos funcionários. Pode ser "lida", desta forma, como uma ação calculada a partir dos bens simbólicos e materiais disponibilizados durante e após a operação de conversão, sem que seja, necessariamente, uma ação deliberadamente consciente "*para enganar os outros*".

É consensual entre os estudiosos da religião que a conversão religiosa é um fenômeno que promove mudanças de comportamento e de cosmovisão. Ao analisar alguns casos de conversão religiosa neste contexto específico que é o universo prisional, percebi que as mudanças não se restringem ao **convertido**, mas sim que a conversão religiosa é um fenômeno que altera as fronteiras simbólicas existentes entre os diferentes grupos de detentos e a relação destes com os funcionários.

O processo de conversão religiosa ao pentecostalismo não se limita, portanto, aos domínios do religioso propriamente dito, mas significa também a apreensão do mundo social por

um novo prisma. Torna possível uma mudança do *status* religioso e prisional do detento a partir das normas e valores do grupo religioso no qual o convertido se insere, concedendo-lhe uma nova visão de mundo e novas possibilidades de inserção na instituição penal e “no mundo”.

As classificações produzidas a respeito da “*massa carcerária*” - realizadas pelos advogados, psicólogos, assistentes sociais, equipe de agentes penitenciários e pelos próprios detentos- são apropriadas e reelaboradas a partir da conversão religiosa. Este “novo ser” constituído pela e na conversão religiosa tem sua trajetória religiosa e prisional ressignificada a partir de um *habitus* compartilhado e internalizado na prisão, aqui compreendida como tempo e espaço de reclusão. Desta forma, simultaneamente e por contraste, a conversão religiosa produz uma identidade para o grupo de **convertidos** e de **descrentes**, e uma estratégia para definição das diferentes competências e dos significados das ações (dentre elas, as competências e ações religiosas).

O processo estratégico de conversão religiosa também estabelece lealdades e hierarquias entre os detentos, seus familiares (relações que não foram devidamente exploradas em função dos limites de meu objeto de pesquisa) e os funcionários do DEPEN. Ele ampliou a rede de relações sociais travadas pelos convertidos; trouxe, direta ou indiretamente, benefícios materiais e sobretudo simbólicos; impôs regras de conduta, às vezes diferentes, às vezes coincidentes com as regras da instituição penal, mas que surgiram, aos olhos dos convertidos, como “*provações*” e “*providências*” divinas.

E qual é, afinal, o sentido deste jogo no qual é possível pensar a conversão religiosa como um processo estratégico?

Para compreender este jogo, primeiramente realizei um balanço do que diferentes funcionários do quadro técnico-administrativo pensavam a respeito da conversão religiosa, em especial às igrejas pentecostais, e dos convertidos. Como discuti no segundo capítulo, estes diferentes **agentes** produziram uma classificação dicotômica a respeito do fenômeno da conversão religiosa: existiria, para eles, uma “*conversão verdadeira*” e uma “*falsa conversão*”. O “*verdadeiro*” e o “*falso*”, por sua vez, referiam-se aos objetivos (sobretudo os conscientes) e motivações dos convertidos. Se os detentos estavam simulando uma conversão objetivando benefícios práticos, eles estavam sendo “*falsos*” e “*malandros*”; manifestassem um “*verdadeiro arrependimento*”, estavam tendo uma “*conversão verdadeira*” e “*finalmente*” suprindo algumas de suas “*carências*”.

Independente das diferentes motivações que produzem a conversão religiosa e das possibilidades de manipulação do comportamento, os convertidos adquirem um novo *status* religioso e social no interior da unidade e alteram suas relações sociais e condições de

aprisionamento. O convertido era tido pelos funcionários como um detento que “dá menos trabalho” (seja por fingimento ou por convicção religiosa).

Assim, a conversão religiosa passa a ser compreendida pelos funcionários, bem como pelos próprios detentos, como uma segunda **programação**: ao adentrar na unidade para o cumprimento de sua pena, o detento era iniciado nas regras de convívio da instituição; ao se converter, ele passava a adotar – e esperava-se que ele viesse a adotar – “regras de convívio” adicionais (e sobrepostas) àquelas prescritas pela instituição penal.

A religião era tratada pelos diferentes **agentes** do quadro técnico-administrativo como “*estabilizadora*”, pelos efeitos que afirmavam ser produzidos através das conversões. Aceitava-se o resultado “benéfico” que a pluralidade religiosa poderi trazer para a instituição total, ao mesmo tempo que limitava-se **estrategicamente** o campo de atuação religiosa a partir de classificações compartilhadas sobre a “*consolidação*” dos diferentes grupos religiosos e sobre os limites e diferenças entre as diversas “*assistências*” possíveis à “*massa carcerária*”.

E neste “jogo”, o valor simbólico da conversão ao pentecostalismo era alto, como tentei enfatizar ao longo da dissertação. Os “*testemunhos*” analisados no terceiro e último capítulo mostram como os detentos que se tornaram “*evangélicos*” ou que se “*comportaram*” como tal – levando aqui a dupla possibilidade admitida entre meus “nativos”, sobre a “*conversão verdadeira*” e a “*falsa conversão*” – reivindicavam uma série de representações positivas a seu respeito.

Mas sobretudo o que a análise destes diferentes “*testemunhos*” revela é que tornar-se pentecostal durante o cumprimento da pena poderia ser compreendido como uma possibilidade de ressignificar suas relações sociais e práticas no interior da unidade. Por compartilharem um mesmo *habitus* - internalizado e reproduzido no interior da instituição penal na qual o detento se encontra - estes convertidos orientaram suas ações de modo a se posicionarem no campo de relações de uma maneira estratégica em relação aos demais detentos (os de outras confissões religiosas ou os descrentes, que não dispunham dos mesmos capitais simbólicos que os detentos de confissão pentecostal) e funcionários. E, por esta razão, redefiniram sua inserção “no mundo”; não porque fossem, necessariamente, “*inteligentes*”, “*manipuladores*” ou “*utilitaristas*”, mas porque obedeciam ao jogo inscrito na instituição ao qual estavam vinculados.

Na lógica dos convertidos, a conversão religiosa determina mudanças nas suas “*atitudes*” e “*comportamentos*” e influencia, indiretamente, as avaliações que os “outros” fazem a respeito deles. Isto ocorre porque o processo de conversão – como vimos, um percurso repleto de “*deslizes*”, “*tentações*” e recompensas – implica num pacto com Deus, pacto que prevê que ele obterá

“vantagens” ali e naquele momento (e não necessariamente em outros mundos e tempos) desde que cumpra determinadas condições, “*comportamentos*” e “*atitudes*”.

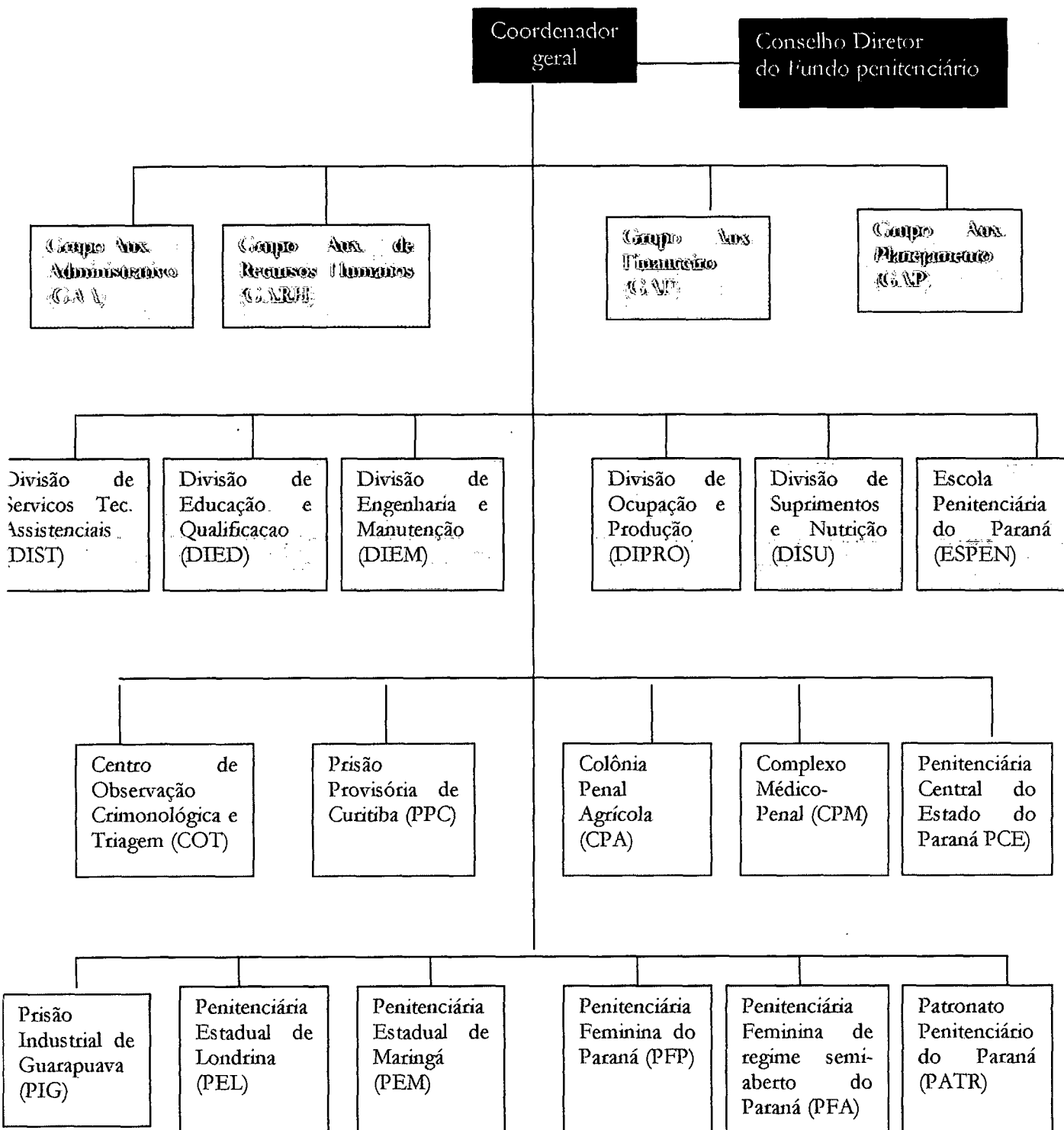
O “*bom comportamento*”, a “*obediência*”, a “*calma*” e praticamente todos os demais atributos que caracterizariam os detentos convertidos (e os pentecostais, em especial) estão inscritos nesta lógica relacional acima descrita. É a relação com o divino e o circuito de trocas de dons e contradons estabelecido entre o fiel e seu Deus que produz e dá sentido a esta série de ações e representações sociais. Como efeito desta relação de **reciprocidade** entre o convertido e o sagrado decorrem tais comportamentos.

Neste circuito de dons e contradons, a conversão religiosa não constitui apenas uma nova série de obrigações entre os convertidos e o sagrado, mas também interfere nas relações entre detentos e o mundo, reforçando a representação de “*comportados*” e “*confiáveis*” e redefinindo critérios de “*segurança*” e “*igualdade*”. O que cabe ressaltar, pela última vez, é que tais representações sobre o convertido e suas relações com os demais detentos e funcionários estão obedecendo a lógica implícita neste contexto, que se formula na confluência de dois universos específicos: o religioso e o prisional.

Anexo I: Organograma do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná -DEPEN

Níveis de atuação:

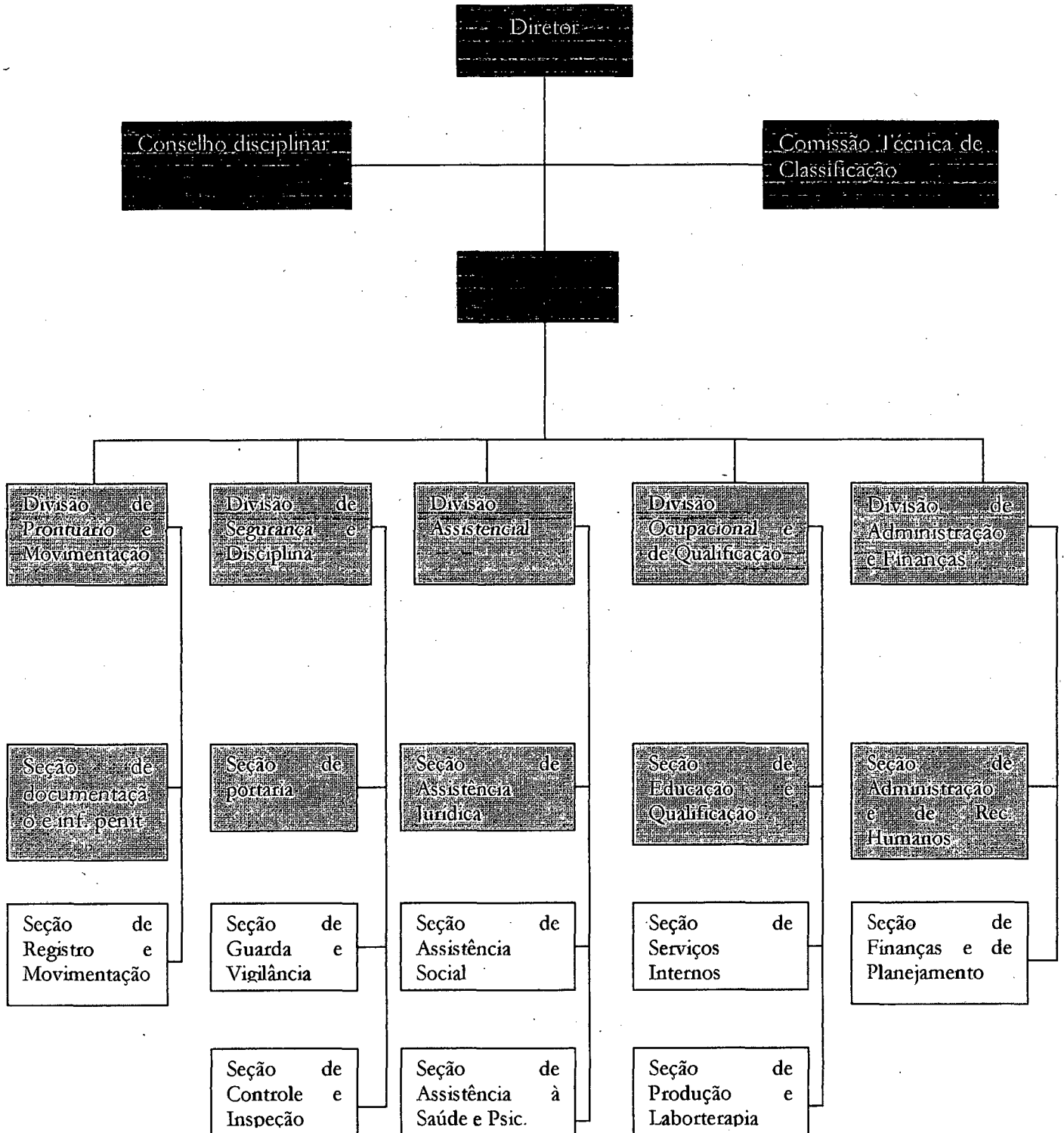
- Direção
- Instrumental
- Coordenação
- Execução



Anexo II: Organograma da Prisão Provisória de Curitiba (PPC) e Penitenciária Central do Estado do Paraná (PCE)

Níveis de atuação:

- Direção
- Execução



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL / UFSC -
GRUPO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA / UFPR**

PARTE I – POR FAVOR, RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.

Nome (não é obrigatória a sua identificação): _____

Idade: _____

Estado civil: solteiro casado amasiado/amigado separado/divorciado

Escolaridade : analfabeto 1º g. incompl 1º g. completo
 2º g. incompl. 2º g. compl. superior incomp. ou comp.

01. Qual a série que está estudando? 1ª a 4ª 5ª a 8ª 2º grau

02. Condenado por: _____

Qual a pena? _____

03. Tempo que está preso: _____

04. Quantas vezes você já esteve na prisão?

é a primeira vez 1 vez 2 vezes 3 vezes ou mais (quantas? _____)

05. Antes de chegar na PPC com quem estava morando?

06. Até seus 21 anos de idade, com quem morou?

mãe padrasto namorada/ instituição
 pai irmãos esposa outro
 madrasta avós / tios na rua _____

07. Quais são as pessoas que vem lhe visitar?

Quantas vezes você recebe visitas?

todos os dias de visita 1 ou 2 vezes por ano
 1 ou 2 vezes por mês nunca recebe visitas
 1 vez a cada três meses

08. Marque na tabela abaixo quem ajuda você com relação a:

	Família / esposa	Namorada / amigos	Funcionário s	membros de sua igreja ou de alguma religião	presos
Comunicação com familiares nos dias que não são de visita					
Roupas					
Material de higiene pessoal					
Material escolar					
Processo penal					

09. Quais as atividades que você realiza aqui na PPC? Cite as três mais importantes para você.

10. Em qual canteiro você trabalha aqui na PPC?

11. Cite três coisas que são importantes e/ou que ajudam um homem que se encontra preso.

12. Você participa das atividades de alguma igreja aqui na PPC?

participo sempre participo às vezes não participo

13. Você é batizado em qual igreja?

14. Marque na lista abaixo todos os grupos religiosos com os quais você já teve contato na prisão.

Igreja Católica Adventista do Sétimo Dia

- Assembléia de Deus
- pentecostais
- Deus é Amor
- Universal do Reino de Deus
- Congregação Cristã do Brasil
- Testemunhas de Jeová
- Espírita
- Evangelho Quadrangular
- Comunidade Rhema
- candomblé
- Casa da Bênção
- umbanda
- Igreja Batista
- carismáticos
- crentes
- Intemacional da Graça de Deus
- outra(s) _____

15.. Dos grupos citados na pergunta anterior, na sua opinião:

- a) qual é o grupo religioso mais importante? Por que?
- b) Qual é o grùpo religioso que vem com mais freqüência na PPC?
- c) Qual é a igreja que tem mais fiéis?

16. Marque na tabela com que frequencia você:

	nunca	só quando vai aos cultos/missas	só quando os membros da igreja pedem	todos os dias
lê a Bíblia				
Costuma ler a Bíblia para pessoas que não frequentam a sua igreja				
Conversa sobre religião com seus companheiros de cela				

17. Algum companheiro de cela participa de alguma religião? sim não Quantos?

Algum companheiro de cela é da mesma igreja que você? sim não Quantos?

18. Na sua opinião, as atividades desenvolvidas pelas igrejas aqui na PPC são importantes? pouco importante 0 1 2 3 4 muito importante. Por que?

19. Além dos cultos/missas, quais são as atividades promovidas pelos grupos religiosos aqui na PPC?

Atividade	Sei que fazem	Participo ou já participei	Não informar
batismo			
conversas com os presos/ palestras			
visitas aos familiares			
acompanhamento dos processos; assistência jurídica			
festas			
estudo do Evangelho; Escola Bíblica			
ensinam a ler e escrever			
grupos de música			
exorcismos de espíritos			
Curas de doenças			
doações (roupas, material de higiene/limpeza/escolar)			
outra atividade. Qual? _____			

20. Você nota diferenças entre as atividades desenvolvidas pelas diferentes igrejas?

poucas diferenças 0 1 2 3 4 muitas diferenças. Quais?

21. Os grupos religiosos ajudam o preso?

Ajudam pouco 0 1 2 3 4 Ajudam muito. Como?

22. Cite cinco características dos presos crentes ou evangélicos (com relação ao comportamento, a personalidade, à crença).

23. Cite cinco características dos presos católicos (com relação ao comportamento, a personalidade, à crença).

24. Cite cinco características dos presos que não participam de nenhuma igreja ou que não tem religião (com relação ao comportamento, a personalidade, à crença).

25. Quais são os presos que procuram mais as igrejas na prisão?

a) com relação a escolaridade são:

os menos instruídos os mais instruídos independe do grau de instrução

b) com relação ao número de vezes que foi preso e ao tamanho da pena são:

os que estão presos pela 1ª vez os reincidentes independe do nº de vezes que esteve preso

os que cumprem penas curtas os que cumprem penas longas independe da pena

c) com relação ao crime praticado são:

prisão especial traficante esteleonatório estuprador sequestrador

homicida roubo/furto qualquer um

d) são os que possuem as seguintes características:

os que não tem família os que a família já participa de alguma igreja

os mais jovens os mais velhos independe da idade

estão doentes são do interior outra. Qual? _____

26. Na sua opinião, o que leva o preso a participar de alguma religião?

27. Como você percebe que um preso está realmente convertido?

28. Você concorda que tem preso que frequenta alguma igreja na prisão só para obter vantagens?

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

Que vantagens o preso teria?

29. Na sua opinião, o que leva os grupos religiosos a visitarem os presos?

PARTE II

SE VOCÊ RESPONDEU QUE PARTICIPA SEMPRE OU ÀS VEZES DE ALGUMA IGREJA AQUI NA PPC RESPONDA AGORA AS QUESTÕES 30 a 41. SE RESPONDEU QUE NÃO PARTICIPA DE NENHUMA IGREJA AQUI NA PPC, RESPONDA APENAS AS QUESTÕES 42 A 44 (na página 07).

30. De qual (quais) igreja(s) você participa?

Há quanto tempo?

31. O que fez você procurar a igreja aqui na PPC?

32. De qual igreja ou religião você participava antes de vir para a PPC?

Se mudou de igreja ou religião aqui na PPC, o que fez você mudar?

33. Como Jesus tocou seu coração?

34. Como são as reuniões religiosas (missa/culto/estudo do Evangelho) que você participa? (Você pode escrever, por exemplo, sobre as características da liturgia, como se comportam e se sentem os participantes, como você se prepara para a reunião, se você exerce alguma tarefa específica, etc)

Aproximadamente quantos presos acompanham com frequencia estas reuniões?

35. Como você se sentia antes de frequentar esta igreja?

36. A partir do momento que você passou a frequentar esta igreja, você sentiu alguma mudança com relação a:

a) Você	Não mudou nada	0	1	2	3	4	Mudou totalmente
b) Sua família	Não mudou nada	0	1	2	3	4	Mudou totalmente
c) Os funcionários	Não mudou nada	0	1	2	3	4	Mudou totalmente
d) Outros presos	Não mudou nada	0	1	2	3	4	Mudou totalmente

Se sim, o que mudou?

37. Já tentou fazer com que seus companheiros de cela ou outros presos fossem participar com você das atividades da sua igreja?

tentei, eles aceitaram e hoje alguns frequentam a minha igreja

tentei, mas eles não aceitaram meu convite

nunca tentei

38. Você já participava das aulas ou em algum canteiro antes de frequentar a igreja?

participava com freqüência

participava, mas faltava mais que hoje em dia

não participava

39. Você deixou de fazer alguma coisa que costumava fazer depois que começou a frequentar a igreja? O que?

40. Você passou a fazer alguma coisa que não costumava fazer depois que começou a frequentar a igreja? O que?

41. O que você pensa dos presos que não participam de nenhuma igreja?

Se tiver algum comentário a fazer, use o espaço abaixo.

SE NÃO PARTICIPA DE NENHUMA IGREJA AQUI NA PPC

42. Por que não participa?

43. O que você pensa dos presos que participam de alguma igreja?

E dos presos crentes em especial?

E dos presos católicos em especial?

44. Seus companheiros de cela ou outros presos já tentaram fazer com que você participasse das atividades da igreja deles?

tentaram, eu aceitei mas não voltei mais para a igreja deles

tentaram, mas eu não aceitei

nunca tentaram

Se tiver algum comentário a fazer, use o espaço abaixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LIVROS E PERIÓDICOS

- ADORNO, Sérgio. (1991). "Sistema penitenciário no Brasil". *Revista USP*. São Paulo, 09 : 65-78. mar/maio.
- _____; PERALVA, Angelina (1997). "Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo". *Tempo social*. São Paulo, 9 (1) : 01- 04, mai.
- ALMEIDA, Ronaldo R. de. (1996). "A universalização do reino de Deus". *Novos Estudos*. São Paulo : CEBRAP, nº 44 : 12 - 23.
- ASSMANN, Hugo. (1990). "A Igreja Eletrônica". In: *Sinais dos tempos: diversidade religiosa no Brasil*. Cadernos do ISER, 23 : 65 - 73.
- AZEVEDO, Carlos. (1999). "Isto é possível – você está vendo cenas de um presídio de verdade, no Brasil". *Caros Amigos*. São Paulo, 23: 14 – 17, fev.
- BERGER, Peter. (1971). *El dosel sagrado - elementos para una Sociologia de la religion*. Buenos Aires : Amorrortu.
- _____; LUCKMANN, Thomas. (1985). *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. 12ª ed. Petrópolis : Vozes.
- BÍBLIA SAGRADA. (1985). 50ª ed. São Paulo : Ed. Ave Maria.
- BIRMAN, Patrícia. (1997). "Males e malefícios no discurso neopentecostal". In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira. (orgs.) *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro : EduERJ.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo : Brasiliense.
- _____. (1992). "Gênese e estrutura do campo religioso". In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo : Perspectiva.
- _____. (1996). *Razões práticas - sobre a teoria da ação*. São Paulo : Papirus.
- _____. (1996b). *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo : EDUSP.
- BOYER-ARAÚJO, Véronique. (1995). " 'Macumbeiras' e 'crentes': as mulheres vêem os homens". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 01 : 131 - 140.
- CAMARGO, Maria Soares de, (1984). *Terapia penal e sociedade*. Campinas : Papirus.
- CARDOSO, Irene de Arruda. (1986). "A educação ou as regras obsessivas do que temos de ser". *Temas IMESC – Sociedade, Direito, Saúde*. São Paulo, 03 (1): 85-87.

- CARDOSO, Ruth (1997). “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método” In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica*. 3ª ed. Paz e Terra.
- CAROZZI, Maria Julia (1994). “Tendências no estudo dos novos movimentos religiosos na América: os últimos 20 anos”. *BIB*. Rio de Janeiro, 37 : 61 – 78, 1º semestre.
- CASTRO, Myriam M. P.; RESENDE, Regina G.A.; ABREU, Sergio F. Adorno; CHACON, Yole. (1984). “Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário”. *Temas IMESC – Sociedade, Direito, Saúde*. São Paulo, 01 (2): 101-117.
- CHESNAIS, Jean-Claude. (1981). *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris : Éditions Robert Laffont.
- CLARKE, Peter B. (1999). “ ‘Pop-star’ priests and the catholic response to the ‘explosion’ of evangelical protestantism in Brazil: the beginning of the end of the ‘walkout’ ”. *Journal of Contemporary Religion*. Vol 14 (02) : 203 – 216. May.
- COELHO, Edmundo Campos. (1987). *A oficina do diabo: crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo / IUPERJ.
- DAMATTA, Roberto. (1983) *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro : Zahar.
- D’EPINAY, Christian L. (1970). *O refúgio das massas – estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- DICKIE, Maria Amélia S. (1996). *Afetos e circunstâncias – um estudo sobre os Muckers e seu tempo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. FFLCH – USP. São Paulo. Digit.
- DOUGLAS, Mary. (1976). *Pureza e Perigo*. São Paulo : Perspectiva.
- DROOGERS, André. (1992). “Visões paradoxais de uma religião paradoxal: modelos explicativos do crescimento do pentecostalismo no Brasil e no Chile”. *Estudos de religião*. Núcleo de São Bernardo do Campo do Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião. 8 : 61 – 83.
- DUARTE, Luiz F.D. (1986). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro : Zahar / CNPq.
- DUNSTAN, J. Leslie. (1980). *Protestantismo*. Lisboa : Editorial Verbo.
- DURHAM, Eunice. (1997). “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica*. 3ª ed. Paz e Terra.
- DURKHEIM, Émile. (1989). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas.
- _____. (1990). *As regras do método sociológico*. São Paulo : Companhia Editora Nacional.
- _____; MAUSS, Marcel. (1981). “Algumas formas primitivas de classificação”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo : Perspectiva.
- FAERMAN, Marcos. (1997). “Caldeirão do inferno: presídios brasileiros são o ambiente mais propício à propagação do crime e da violência”. *Problemas brasileiros*. São Paulo, 320 : 04 – 15. Mar-abr.
- FONSECA, Alexandre Brasil (1997) *Evangélicos e Mídia no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia. IFCS - UFRJ. Digit.

- FOUCAULT, Michel. (1997). *Vigiar e punir - história da violência nas prisões*. 15ª ed. Petrópolis, Vozes.
- FRESTON, Paul (1993). *Evangélicos e Política no Brasil, da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. IFCH – Unicamp. Digit.
- FRY, Peter; HOWE, Gary Nigel. (1975). "Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo". *Debate e Crítica*. São Paulo, 06 : 75 - 94.
- GAZETA DO POVO. (1999) "Evangelição vira 'tábua de salvação' para presos". 23 de abril, p.11
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : LTC
- _____. (1998). " 'Do ponto de vista do nativo': a natureza do entendimento antropológico". In: *O saber local - novos ensaios em Antropologia interpretativa*. Petrópolis : Vozes.
- GIGENA, Olga M. P. (1989). *Relações sociais e prisionização: o caso da Penitenciária de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFSC. Digit.
- GOFFMAN, Erwin. (1988). *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Guanabara.
- _____. (1992a). *Manicômios, prisões e conventos*. 4ª ed. São Paulo : Perspectiva.
- _____. (1992b). *A representação do eu na vida cotidiana*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes.
- GOLDWASSER, Maria Júlia (1977). " 'Cria fama e deita-te na cama' : um estudo de estigmatização numa instituição total". In: VELHO, Gilberto (org.) *Desvio e divergência – uma crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro : Zahar.
- GROSSI, Miriam. (1993). "Trabalho de campo: territórios de fronteiras de gênero". In: *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da Antropologia na América Latina*. Porto Alegre : EdUFRGS.
- GUTWIRTH, Jacques (1998). "Construction médiatique du religieux. La dynamique de la télévision et la religion des télévangélistes". *Horizontes antropológicos*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 8 : 213-225, jun.
- HARRIS, MARVIN (1968). *The rise of Anthropological Theory*. New York : Thomas Y. Crowell Company.
- IBGE (1983; 1991; 1994). *Anuário Estatístico do Brasil*.
- JAMES, William. (1995). *As variedades da experiência religiosa – um estudo sobre a natureza humana*. São Paulo : Cultrix.
- JULIANO, Dilma B. R. (1995). "A prisão como controle social: uma análise de poder e de gênero". Comunicação realizada na V Reunião ABA (MERCOSUL). Tramandaí, set. Digit.
- JUNGBLUT, Airton Luiz. (1992). " 'Deus e nós, o diabo e os outros': a construção da identidade religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus". *Cadernos de Antropologia*. PPGAS - UFRGS. 09 : 45 - 62.
- KAUFFMAN, Kelsey. (1985). *Prison officers and their world*. Harvard University Press.
- LEAL, César B. (1995). "A prisão em uma perspectiva histórica e o desafio atual dos Direitos Humanos dos presos". *Arquivos do Ministério da Justiça*. Brasília, vol. 48 (185) : 87 – 102. Jan – jun.

- LEMGRUBER, Julita. (1979). “Pesquisando em prisão feminina”. In: VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade – novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro : Campus.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1967). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.
- LIMA, Roberto Kant de (s/d). “Constituição, Direitos Humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente?”.
- LIMA, Samarone; PAIXÃO, Roberta. (1998). "Salvos pela palavra". *Revista Veja*. São Paulo : Ed. Abril, 28 : 86 - 92. 15 de julho.
- LIMA, William da Silva. 1991. *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro : ISER/Petrópolis : Vozes.
- LINS, Paulo; SILVA, Maria de Lourdes. (1990). “Bandidos e evangélicos: extremos que se tocam”. *Religião e sociedade*. Rio de Janeiro : ISER, 15/1 : 166 – 173.
- LUDUEÑA, Gustavo. (1999). “Vida monástica e ‘institución total’: los parámetros etnográficos de la teorización sociológica”. *Paper* apresentado no apresentado no GT Religião e Cultura no Mercosul, III Reunião de Antropologia do Mercosul. Posadas, Argentina. Digit.
- LHUILIER, D. ; AYMARD, N. (1997). *L’univers pénitenciaire - du côté des surveillants de prison*. Paris : Desclée de Brouwer.
- MACEDO, Edir. (1988). *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* Rio de Janeiro : Universal Produções.
- MACHADO, Maria das Dores Campos (1996). *Carismáticos e pentecostais – adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas : Autores Associados / São Paulo : ANPOCS.
- MAFRA, Clara. (1998). “Relatos compartilhados: experiências de conversão pentecostal entre brasileiros e portugueses”. Trabalho apresentado no seminário temático ST01 "Os pentecostais". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo. Digit.
- MAGNANI, José G. (1996). "Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole". In: *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo : Edusp.
- _____. (1998). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2ª ed. São Paulo : HUCITEC / UNESP.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1976). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo : Abril Cultural. Col. Os Pensadores.
- MARCUS, George; Fischer, Michael. (1986). "Ethnography and interpretative Anthropology". In: *Anthropology as Cultural Critique - an experimental moment in the human sciences*. Chicago : The University of Chicago Press.
- MARIANO, Ricardo. (1995) *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. FFLCH - USP. Digit.
- MARIZ, Cecília L. (1994). "Alcoolismo, gênero e pentecostalismo". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro : ISER, 16(3): 80 - 93, mai.
- _____. (1997) "O demônio e os pentecostais no Brasil". In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira. (orgs.) *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro : EdUERJ.
- MAUSS, Marcel. (1974). *Sociologia e Antropologia*. 2 vol. São Paulo : EPU/EDUSP.

- _____. (1981). *Ensaio de Sociologia*. São Paulo : Perspectiva.
- MENDONÇA**, Antônio Gouvêa. (1992). "Sindicato de mágicos: pentecostalismo e cura divina (desafio histórico para as igrejas). *Estudos de religião*. Núcleo de São Bernardo do Campo do Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião. 8 : 49 - 59
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**. (1997). *Censo penitenciário de 1995*. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/Departamento Penitenciário Nacional. (www.mj.gov.br/depen/censo/)
- MONTEIRO**, Duglas Teixeira (1979). "Igrejas, seitas e agências: aspectos de um ecumenismo popular". In: VALLE, Edênio; QUEIROZ, José (org.). *A cultura do povo*. São Paulo : Cortez / Moraes.
- MORAES**, Pedro R. Bodê de. (2000). *Os estranhos do ninho – o mundo dos agentes penitenciários*. Projeto de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro.
- NOVAES**, Regina R. (1985). *Os escolhidos de Deus – pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro, ISER/Marco Zero.
- ORO**, Ari Pedro. (1990). "Religiões pentecostais e meios de comunicação no Sul do Brasil". *Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, 50 (198) : 304 - 334, junho.
- _____. (1991) " O discurso dos pregadores eletrônicos" . *Cadernos de Antropologia*. PPGAS - UFRGS. 02 : 25 - 38.
- _____; **STEIL**, Carlos A. (orgs). (1997). *Guerra Santa*. Debates do NER. PPGAS - UFRGS.
- PASTORE**, Pe. Alfonso. (1989). *O iníquo sistema carcerário – sociedade brasileira x preso*. São Paulo : Loyola.
- PE. CHICO**. (1999). "Pior que Auschwitz". *Caros Amigos*, 25: 22 – 29, abr.
- PEIRANO**, Mariza. (1995). *A favor da etnografia*. São Paulo : Relume-Dumará.
- PIERUCCI**, Antônio F. (1996). "Liberdade de cultos na sociedade de serviços". *Novos Estudos*.. São Paulo : CEBRAP, 44 : 3 - 11. Mar.
- PRANDI**, Reginaldo. (1996). "Os deuses consumidores: religião paga e conversão". *Paper* apresentado na mesa redonda "Marketing religioso" XX Reunião Brasileira de Antropologia. Salvador. Digit.
- QUEIROZ**, José J. (org.) (1985). *As prisões, os jovens e o povo*. São Paulo : Paulinas.
- RAMALHO**, José Ricardo. (1979). *Mundo do crime – a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro : Graal.
- RAMBO**, Lewis R. (1993). *Understanding religious conversion*. New Haven and London : Yale University Press.
- ROLIM**, Francisco Catarxo. (1980). *Religião e classes populares*. Petrópolis : Vozes
- _____. (1985). *Pentecostais no Brasil - uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis : Vozes.
- SHELIGA**, Eva L. (1997). "*Um jornal a serviço de Deus*" - *Imprensa, Concorrência e Conversão: uma análise da Folha Universal*. Monografia de conclusão de Bacharelado em Ciências Sociais. Dpto. Ciências Sociais - UFPR. Digit.

- SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.** DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. (s/d). *Cartilha do agente penitenciário*. Curitiba : Imprensa Oficial.
- SILVA, Eneléo A.** (1997). "Violência sexual na cidade: honra e masculinidade". *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, 15 (21) : 123 - 138.
- SOUZA, Beatriz Muniz de.** (1969). *A experiência da salvação - pentecostais em São Paulo*. São Paulo : Duas Cidades
- THOMPSON, Augusto F. G.** (1976). *A questão penitenciária*. Petrópolis : Vozes.
- TROELTSCH, Emst** (1987). "Igreja e seita". *Religião e sociedade*. 14/3 : 134 – 144.
- TURNER, Victor.** (1974). "Social dramas and ritual metaphors". In: *Dramas, fields, and Metaphors*. New York : Cornell University Press.
- _____. (1980). "Un doctor ndembo en acción". In: *La selva de los símbolos*. México : Siglo Veintiuno.
- VAN GENNEP, Arnold.** (1978). *Os ritos de passagem*. Petrópolis : Vozes.
- VARELLA, Drauzio.** (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo : Cia. das Letras.
- VELHO, Gilberto (org).** (1977). *Desvio e divergência – uma crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro : Zahar.
- _____. (1987). *Individualismo e cultura - notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- WEBER, Max.** (1977). "Sociologia de la comunidad religiosa". In: *Economia y Sociedad*. México : Fondo de Cultura Economica.
- _____. (1982) "Rejeições religiosas do mundo e suas direções"; "As seitas protestantes e o espírito do capitalismo". In: *Ensaio de Sociologia*. (organizado por GERTH, H. & WRIGHT MILLS, C.). Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1989). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 6ª ed. São Paulo : Pioneira.
- _____. (1991). *Sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo : Editora Moraes.
- ZALUAR, Alba.** (1994a). *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo : Brasiliense.
- _____. (1994b). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro : Revan / Ed.UFRJ.
- ZORZAN, Patricia.** (1998). "Igrejas disputam fiéis nas prisões". *Folha de S.Paulo*. 11 de abril, (1)8.

2. SITES CONSULTADOS

CNBB : www.cnbb.org.br

DEPEN/PR: www.pr.gov.br/celepar/seju

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: www.mj.gov.br

Igrejas evangélicas: www.igrejasevangelicas.com.br/

www.uol.com.br/aleluia/

Jornal Evangélico Nacional: www.bytesoft.com.br/

Assembléia de Deus: www.ad.org.br/

www.geocities.com/Athens/Agora/7710/igreja.htm

Igreja Adventista do Sétimo Dia: : www.iasd.org.br/

www.sisac.org.br/

www.angelfire.com/biz/josejr/iasdlimeira.html